Justiça
Hunter Biden, filho do presidente dos EUA, é condenado por mentir sobre uso de drogas ao comprar uma arma A17

Desequilíbrio
Mundo levará mais de 134 anos para alcançar a igualdade de gênero, diz o Fórum Econômico Mundial A17

Mercado de ações
Para Fabio Medeiros, do Morgan Stanley no Brasil, empresas voltam a analisar IPOs lá fora C1

Quarta-feira, 12 de junho de 2024
Ano 25 | Número 6020 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Após reação de empresários e do Congresso, Pacheco devolve parte da MP do PIS/Cofins

Legislativo Haddad afirma que decisão é 'da democracia'; Fazenda vai trabalhar com parlamentares em busca de opção

Julia Lindner, Caetano Tonet, Jéssica Sant'Ana, Rafael Walendorff e Beatriz Olivon
De Brasília

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolveu ontem parte da medida provisória (MP) que limitava créditos de PIS e Cofins, após forte pressão de empresários da indústria e do agronegócio. Segundo ele, a decisão foi "constitucional, de afirmação do Poder Legislativo e tranquilizadora para os setores afetados". A iniciativa de Pacheco foi vista como um constrangimento para o governo, em especial para a equipe econômica. A última devolução de MP ocorreu em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro, envolvendo matéria que dificultava a remoção de conteúdos falsos da internet.

Após o anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reação do Congresso "faz parte da democracia" e acrescentou que não achou "indevida" a crítica do setor produtivo. Ele acrescentou que a equipe da Receita Federal trabalhará com o Legislativo em busca de uma solução para compensar a renúncia fiscal da desoneração da folha de 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios, objetivo da MP devolvida ontem. Questionado se o governo tinha um plano B, Haddad negou, mas disse que é sempre possível encontrar uma solução. "O Senado assumiu uma parte da responsabilidade por tentar construir uma solução, pelo que eu entendi da fala do próprio presidente Rodrigo Pacheco."

Na véspera, Pacheco havia se reunido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acertado um prazo de 24 horas para o governo propor uma opção à MP, o que não ocorreu. "Há uma inovação em parte substancial da MP com alteração de regras tributárias que geram um enorme impacto ao setor produtivo nacional, sem que haja a observância dessa regra constitucional da noventena na aplicação, sobretudo, dessas compensações do PIS e do Cofins", disse Pacheco. Apesar do mal-estar, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), agradeceu a decisão de Pacheco. Segundo ele, Lula estava desconfortável com a MP, e a manutenção do texto resultaria em uma "tragédia sem fim". **Página A14**

Governo anula leilão de arroz; secretário é demitido

Rafael Walendorff, Renan Truffi, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Lucas Ferraz
De Brasília e São Paulo

Após suspeitas de irregularidades no leilão para a compra de arroz, o governo federal anulou o pregão e decidiu realizar um novo certame. A data ainda não está definida. O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, foi demitido. Ele nega ter renunciado ao cargo.

O fio que liga Geller ao caso é Robson França, seu ex-assessor, presidente da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT) e dono de corretoras que intermediaram a comercialização de 44% do volume de arroz negociado e do valor envolvido no leilão da Conab — cerca de R$ 580 milhões. Além disso, França é sócio de Marcelo Piccini Geller, filho de Neri, em uma empresa aberta em agosto de 2023, depois da criação e qualificação da BMT para participar dos leilões da Conab. Todos negam direcionamento no certame.

Após as enchentes no Rio Grande do Sul, o governo decidiu importar arroz. A proposta é que um novo leilão seja realizado com a participação da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União.

O **Valor** apurou que o governo avaliou ter havido conflito de interesses, por isso tentou evitar que o episódio escalasse para a crise atual. No entanto, o evento tem suscitado pedidos de investigações na Justiça e instalação de CPI. **Página B10**

Plano de contenção de gastos é debatido com a base aliada

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O plano de contenção de despesas do governo foi debatido ontem em reunião de líderes dos partidos da base aliada. A equipe econômica estuda limitar o aumento dos gastos com saúde e educação a 2,5% de ganho real (acima da inflação) por ano, mesmo percentual do teto de crescimento das despesas com o novo arcabouço fiscal. Hoje, o piso de despesas com essas duas áreas é estabelecido com base nas receitas do governo, que têm crescido acima desse ritmo.

Parlamentares de centro-direita, que cobram que o Executivo corte gastos, comemoraram que o tema finalmente entrou na pauta do governo Lula (PT). No entanto, a esquerda criticou a ideia de limitar os recursos para saúde e educação. Vice-líder do governo, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) afirmou que é preciso realinhar as expectativas de que o déficit zero será perseguido após frustrações nas receitas. **Página A14**

Câmara aprova taxar compra de até US$ 50

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, por 380 votos a 26, o projeto de lei que cria a nova política automotiva do país, o Mobilidade Verde e Inovação (Mover), com a maioria das mudanças feitas pelo Senado. O projeto, que traz ainda a decisão de taxar em 20% as compras internacionais de até US$ 50, segue para sanção presidencial.

Como a tributação já tinha sido aprovada pelos deputados e senadores, o tema não chegou a ser discutido novamente. A taxação das compras internacionais foi fruto de acordo entre a Câmara, o Senado e o governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu a sancioná-la, o que deve ocorrer com rapidez. **Página A15**

Madeira em alta

GABRIEL REIS/VALOR

A Leo Madeiras, que completou 80 anos, segue sob controle familiar, mas não descarta a abertura de capital. 'Se um dia for a hora, quero abrir' sem sentir a mudança, diz Andrea Seibel à repórter Ana Luiza Tieghi. Pág. B5

IPCA sobe mais que o esperado, com alimentos pressionados no RS

Anaïs Fernandes e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) interrompeu em maio uma sequência de resultados mais favoráveis nos meses anteriores. Com alta de 0,46%, acima do 0,41% do consenso do mercado, o indicador mostrou os primeiros impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre os alimentos, além de reforçar o desconforto com grupos mais afetados pela atividade, como alguns serviços.

Os preços de alimentação no domicílio subiram 0,66% em maio, acima do 0,22% de abril. No IPCA geral, o arroz teve alta de 1,47%, mais do que indicavam as coletas. No Rio Grande do Sul, a principal contribuição veio dos preços de alimentos no domicílio, especialmente alimentos "in natura", laticínios, aves e produtos relacionados ao trigo. A LCA Consultores elevou a projeção do IPCA para 2024 de 3,7% para 3,9%, e o J.P. Morgan, de 3,7% para 4%. **Página A6**

Destaque

Condições monetárias mais apertadas
O mau humor recente observado no mercado financeiro ajudou a impor um aperto adicional nas condições monetárias. Após ter atingido a mínima em dois anos em março, a postura da política monetária voltou a ficar mais contracionista nos últimos dias, com o salto dos juros de curto prazo. O mercado projeta que o espaço para reduções adicionais na Selic não existe mais e que há o risco de a economia demandar uma política ainda mais restritiva à frente. **C1**

Indicadores

Ibovespa	11/jun/24	0,73 %	R$ 18,1 bi
Selic (meta)	11/jun/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	11/jun/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	11/jun/24		5,3519/5,3524
Dólar comercial (mercado)	11/jun/24		5,3599/5,3605
Dólar turismo (mercado)	11/jun/24		5,3881/5,5681
Euro comercial (BC)	11/jun/24		5,7431/5,7458
Euro comercial (mercado)	11/jun/24		5,7566/5,7572
Euro turismo (mercado)	11/jun/24		5,8112/5,9912

INÊS 249

13 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

17H ÀS 19H | 19H30H ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- **PROVA ESPECIAL** - LUÍS SOTTOMAYOR, O ENÓLOGO DO BARCA VELHA
  COM JORGE LUCKI - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- UM GUIA DE ENOTURISMO DE PORTUGAL
  COM LUÍS LOPES - **15H30 ÀS 16H30**
- GRANDES VINHOS DO DOURO
  COM MANUEL CARVALHO - **17H ÀS 18H** ESGOTADA
- **PROVA ESPECIAL** - VINHOS ESCONDIDOS, RAROS E FORA DA CAIXA
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H30 ÀS 19H30**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DE LISBOA
  COM CECÍLIA ALDAZ - **20H30 ÀS 21H30**

14 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

14H30 ÀS 16H30 | 17H ÀS 19H | 19H30 ÀS 21H30

SALA DE PROVAS

- ALENTEJO: PARAÍSO DOS VINHOS SUSTENTÁVEIS
  COM JORGE LUCKI - **13H30 ÀS 14H30**
- O SEGREDO DAS VINHAS VELHAS
  COM LUÍS LOPES - **15H ÀS 16H**
- VINHOS VERDES, FRESCOS E INTENSOS
  COM MANUEL CARVALHO E JORGE LUCKI - **16H30 ÀS 17H30**
- **PROVA ESPECIAL** - GRANDES VINHOS DO TEJO E SUAS HISTÓRIAS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **18H ÀS 19H**
- ALENTEJO: UM GUIA DE ENOTURISMO
  COM LUÍS LOPES - **19H30 ÀS 20H30**

15 JUNHO

SALÃO DE DEGUSTAÇÃO

12H ÀS 14H | 15H ÀS 17H | 17H30 ÀS 19H30 | 20H ÀS 22H

SALA DE PROVAS

- LAGAR, A TRADIÇÃO DE PISAR NAS UVAS COM OS PÉS
  COM LUÍS LOPES - **12H ÀS 13H**
- **PROVA ESPECIAL** - JOVENS ENÓLOGOS, GRANDES VINHOS
  COM DIRCEU VIANNA JUNIOR - **14H ÀS 15H** ESGOTADA
- SETÚBAL, VINHOS DE AREIA E MAR
  COM MANUEL CARVALHO E ALEXANDRA PRADO COELHO - **16H ÀS 17H**
- BEIRA INTERIOR: UMA REGIÃO A DESCOBRIR
  COM LUÍS LOPES E JORGE LUCKI - **17H30 ÀS 18H30**
- PORTO, AS SEDUÇÕES DE UM VINHO CLÁSSICO
  COM MANUEL CARVALHO- **19H ÀS 20H**
- HARMONIZAÇÃO DE VINHOS DO DÃO
  COM CECÍLIA ALDAZ E MANUEL CARVALHO - **21H ÀS 22H**

55 dias para mudar as despesas obrigatórias

Lu Aiko Otta

Os técnicos mais otimistas da área econômica enxergam uma estreita janela de oportunidade para o avanço, no Congresso Nacional, de uma proposta de revisão das regras de aumento das despesas com saúde, educação e benefícios atrelados ao salário mínimo. São os 55 dias que separam o fim das eleições municipais e o início do recesso parlamentar.

A aposta se concentra no fim de 2024 porque os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) estarão no fim de seus períodos à frente das casas legislativas. É uma situação menos ruim para debater temas impopulares — como é o caso — do que o início dos mandatos das novas mesas diretoras.

É também um período em que serão negociadas as condições para que os dois poderosos comandantes do Legislativo façam uma transição confortável para a "planície". Com doses cavalares de engenho e arte, pode surgir daí um pacote que atenda aos dois lados.

É ano eleitoral, a sociedade está polarizada e a avaliação do governo patina. Não é hora de falar em desacelerar despesas com saúde, educação, aposentadorias e assistência. Ainda assim, o debate se impõe.

A encrenca está posta porque o arcabouço fiscal tem um teto móvel, que sobe ao ritmo de 70% do crescimento das receitas. Porém, despesas com saúde e educação avançam a 100% do aumento da arrecadação. E os programas atrelados ao salário mínimo são corrigidos pela inflação, acrescida do crescimento do PIB — o que também tem sido mais veloz do que o teto móvel.

É uma situação insustentável, que coloca o seguinte dilema: abandonar o arcabouço fiscal ou mudar a dinâmica de crescimento dos gastos obrigatórios.

Diga-se que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva se jogou de cabeça nessa situação. Até o fim de 2022, as despesas com saúde e educação eram corrigidas apenas pela inflação.

As regras antigas para as duas áreas foram retomadas na lei complementar do arcabouço. Para o salário mínimo, a Fazenda até propôs uma regra mais moderada de crescimento, mas foi derrotada.

Sugestões para mudar a dinâmica de crescimento dessas despesas deverão ser apresentadas a Lula durante a discussão da proposta de Orçamento para 2025, disse ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Quer dizer: dos próximos dias até 31 de agosto.

Essa era uma pedra cantadíssima nos escalões técnicos. Já se sabe desde sempre que a elaboração do próximo Orçamento será um mar de decepções para os integrantes da Esplanada dos Ministérios. O avanço das despesas obrigatórias deixará as pastas com pouco fôlego para empreender um projeto de reeleição de Lula.

Num horizonte mais curto, ganha força a ideia de se fazer, já no próximo boletim bimestral de receitas e despesas, em 22 de julho, um contingenciamento dos gastos programados para este ano. Esse mecanismo é acionado quando as projeções para o final do ano apontam para o descumprimento da meta fiscal.

Dados preliminares indicam que as receitas de maio vieram bem, graças ao recolhimento de impostos sobre aplicações offshore e à autorregularização, por algumas empresas, dos impostos que deixaram de ser pagos em função de subvenções estaduais a custeio. No entanto, ficaram abaixo do esperado pelo governo, o que reforça a tendência.

Na mesma direção, a tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul trará perdas na arrecadação.

Assim, para cumprir a meta de déficit zero, deve ser necessário segurar os gastos.

A tesourada pode atingir investimentos, inclusive os do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Isso tem colocado nervos à flor da pele no Palácio do Planalto.

Por outro lado, esse seria um sinal importante para o mercado financeiro, que anda nervoso pelo motivo oposto.

Nos dois boletins de receitas e despesas divulgados neste ano, a área econômica projetou um resultado primário ligeiramente negativo, mas dentro da margem de tolerância da meta de déficit zero.

Essa estratégia de mirar a parte de baixo da banda, porém, passou a ser vista com mais cautela no meio técnico. Avalia-se que é preciso criar alguma "gordura" para não correr o risco de descumprimento.

A falha em atingir a meta de 2024 será punida com crescimento menor do limite de gastos em 2026, ano de campanha eleitoral. Em vez de o limite de despesas avançar a 70% do aumento das receitas, aumentará a 50%.

Para evitar esse cenário, existe a opção de se fazer um gol de mão no fim do ano. Se a tendência for o descumprimento da meta, essa pode ser mudada. A manobra, porém, teria um custo muito elevado em termos de expectativas do mercado. Além disso, o preço da aprovação dessa mudança pelo Congresso seria bastante salgado.

A esse debate de fundo, somaram-se novas dificuldades. A Medida Provisória (MP) do PIS/Cofins levantou resistências no empresariado e no Legislativo, e acabou devolvida ao Executivo. A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) na próxima semana não será recebida pacificamente, qualquer que seja ela.

A política econômica passa por momentos decisivos.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Aviação Recursos fazem parte de fundo criado junto ao BNDES para financiar as companhias em operação no Brasil

Ministério sinaliza liberação de crédito para aéreas em 30 dias

Gabriela Pereira
De Brasília

O ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou esperar que as operações de liberação de crédito para companhias aéreas por meio do Fundo Nacional da Aviação Civil (Fnac) sejam iniciadas em até 30 dias.

Na semana passada, o Senado Federal aprovou o projeto que permite o uso do Fnac para conceder empréstimos para as aéreas por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A medida foi encaminhada para análise da Câmara dos Deputados.

"A gente está trabalhando para ampliar e pela primeira vez na história ter o fundo aprovado", disse o ministro, ao participar de um evento da Embratur.

Costa Filho afirmou que tem conversado com o relator do projeto na Câmara, o deputado Paulo Azy (União-BA).

"Paulo defende a importância do Projeto de Lei Geral do Turismo para o Brasil, entende a importância das linhas de crédito para o fortalecimento da aviação brasileira, agora em relação ao Congresso, a gente tem que aguardar o texto final", destacou o ministro.

As declarações de Costa Filho foram dadas durante a apresentação pela Embratur dos resultados do Programa de Aceleração do Turismo Internacional (Pati). A medida tem o objetivo de ampliar a conectividade entre aeroportos internacionais e nacionais.

Na primeira rodada do programa, houve um acréscimo de 70.222 novos assentos em voos internacionais para o Brasil, disponibilizados para o período de 27 de outubro de 2024 a 29 de março de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Ao todo, o número representa um aumento de 3,2 mil assentos por semana.

GESIVAL NOGUEIRA KEBEC/VALOR

Marcelo Freixo, presidente da Embratur: "Quando a gente pensa junto, a gente tem um resultado muito maior"

A agência custeou parte das ações de promoção das novas rotas aéreas. Foram R$ 40 por cada assento em novo voo que pouse no Brasil durante o período.

Segundo o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, o resultado da medida foi um sucesso e deve gerar US$ 25 milhões para o país. "Quando a gente pensa junto, a gente tem um resultado muito maior", disse.

O valor investido pela Embratur foi de R$ 1,6 milhão. Já o valor investido pelos contemplados pelo programa foi de R$ 4,8 milhões, acima do esperado pela equipe idealizadora da medida. O investimento total em promoção dos destinos brasileiros no exterior será de R$ 6,445 milhões.

O edital foi aberto em março e convidou empresas aéreas a lançarem novos voos com destino ao Brasil, além de realizar campanhas publicitárias no país de origem do voo. De acordo com a empresa, foram registradas 123 propostas de aumentos de voo, sendo 64% enviadas por empresas aéreas.

A região Sudeste registrou o maior número de recebimento de propostas, além disso, foram registradas 23 novos pares de cidades, ou seja, trechos que ainda não existem.

Silvio Costa Filho destacou que já existe um aumento da procura das empresas aéreas brasileiras para operar voos internacionais. De acordo com ele, o Pati fortalece a agenda do desenvolvimento do turismo. "Estamos vendo uma construção coletiva que está sendo feita", avaliou.

> Desenvolvimento do turismo é "construção coletiva sendo feita"
> *Silvio Costa Filho*

Além dos resultados, foram entregues as cartas de aceite de projeto à Azul Linhas Aéreas, à Latam e ao aeroporto de Guarulhos, em parceria com a companhia aérea Iberia. O voo da Latam conecta Lima (Peru) ao aeroporto de Curitiba, o voo da Azul conecta Assunção (Paraguai) ao aeroporto de Viracopos (SP), e o voo da Iberia, em proposta enviada pelo GRU Airport, é para a ampliação de frequência de 7 para 14 voos semanais da rota até Madri.

A segunda rodada do programa deve ter início no próximo mês e o investimento será de mais R$ 1,6 milhão.

Vidro é o primeiro setor a ter logística reversa

Murillo Camarotto
De Brasília

Será lançada oficialmente nesta semana no Congresso a Associação Brasileira Gestora da Logística Reversa de Embalagens de Vidro, chamada de Circula Vidro. O objetivo da entidade — que congrega os principais atores da cadeia de embalagens de vidro — é garantir o cumprimento das metas de reciclagem previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2015.

Apesar de estar sendo lançada agora, a Circula Vidro foi criada logo após a publicação do Decreto 11.300, de dezembro de 2022. As metas para 2024, que serão conhecidas no dia 30 de julho, estabelecem que 25% do volume de vidros ocos colocados no mercado deveria retornar aos fabricantes para reciclagem ou reutilização. Os dados atuais, que segundo representantes do setor podem estar defasados, apontam para um índice de reciclagem da ordem de 11%.

Trata-se do menor percentual entre os materiais recicláveis mais conhecidos. Segundo o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), a categoria de papel tem um índice de reciclagem de 39%, enquanto o plástico aparece com 24%, e o metal, com 12%.

O CEO da Circula Vidro, Fábio Ferreira, explica que a reciclagem de vidro esbarra em questões econômicas e logísticas. Segundo ele, um catador fatura R$ 0,12 por quilo de caco de vidro. O mesmo volume de latas de cerveja rende R$ 14, diferença superior a 1.000%. "O vidro tem um teto de preço, que é a matéria-prima, abundante e barata", comenta.

Outro fator relevante é a baixa capilaridade das unidades fabris — quase todas concentradas próximas ao litoral das regiões Sul e Sudeste. Recolher vidro na regiões Norte ou Nordeste para reciclar no Sul sai caro e, pior, pode representar uma pegada de carbono que torna a atividade desinteressante até mesmo do ponto de vista ambiental.

O descarte de vidro na natureza também é considerado menos preocupante do que, por exemplo, o do plástico. No passado, era comum ouvir dizer que as garrafas de vidro jogadas no mar retornariam, cedo ou tarde, à forma de areia. A atualização das discussões sobre as mudanças climáticas não permite mais este tipo de opção para o material.

Por todas essas razões, muitas vezes acaba sendo economicamente mais vantajoso produzir vidro novo que ampliar a reciclagem, daí a importância de um decreto que defina regras e compromissos para a atividade.

No caso do plástico, a discussão se dá em torno de um tratado global, no âmbito das Nações Unidas. A grande dificuldade, como mostrou o **Valor** em março, é a busca de consenso em torno de metas para redução gradual da produção, o que enfrenta forte resistência de vários países, especialmente grandes produtores de petróleo.

"O Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para levantar a régua da transparência e do cumprimento das metas de logística reversa. Virão vários decretos para os tipos de materiais e portarias para homologação das unidades gestoras e verificadoras de resultado", disse Adalberto Maluf, secretário Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do MMA.

De acordo com ele, o modelo da Circula Vidro — a primeira das entidades gestoras criadas por decreto — é o desejado pela pasta, com a reunião de todos os atores do setor "para o cumprimento de metas mais ambiciosas". Os compromissos não são apenas para conteúdo reciclado, mas para vidros retornáveis e implementação de logística reversa.

Ferreira lembra que há metas tanto para fabricantes e importadores como para envasadores, comerciantes e distribuidores. A entidade cuida apenas de vidros ocos, nome técnico para o material usado em embalagens. Os vidros planos, usados nos setores automotivos e de construção, ficam de fora da sua alçada.

Apesar de ser menos lesivo ao ambiente, há uma série de problemas com o descarte inadequado do vidro. A melhoria do processo produtivo, segundo Ferreira, torna a atividade em si menos poluente. Ele reconhece, contudo, que pode haver um "teto" para as metas de reciclagem, que chegam a 40% em 2032, segundo o decreto.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Conjuntura Com maior pressão de alimentos no Sul, inflação acelera e avança 0,46% ante abril

Serviços e RS pesam, e IPCA sobe acima do esperado em maio

Anaïs Fernandes e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do Brasil, interrompeu uma sequência de leituras mais favoráveis e voltou a subir acima do esperado em maio. O indicador traz os primeiros impactos das enchentes no Rio Grande do Sul sobre os preços, além de reforçar o desconforto de economistas com métricas ligadas à economia aquecida.

O IPCA acelerou a alta de 0,38% em abril para 0,46% em maio, informou ontem o IBGE. O resultado ficou acima da mediana de 0,41% colhida pelo Valor Data e no teto das apostas. Em 12 meses, o IPCA voltou a ganhar fôlego, de 3,69% para 3,93%, após sete leituras em desaceleração. O movimento já era esperado, mas também foi mais forte do que a mediana das projeções, de 3,87%, indicava.

"Não gostei do que vi e acabei mudando o número [do IPCA] do ano", afirma Fábio Romão, economista da LCA Consultores, que ajustou sua projeção de 3,7% para 3,9% em 2024.

O J.P. Morgan também revisou suas projeções de IPCA após a divulgação do IBGE, de 3,7% para 4% neste ano e de 3,5% para 3,7% em 2025. Os novos números parecem mais consistentes com "a combinação de mercado de trabalho apertado, expectativas crescentes de inflação, taxa de câmbio mais depreciada e preços mais elevados dos alimentos", dizem, em relatório, o economista Vinicius Moreira e a economista-chefe para Brasil do banco, Cassiana Fernandez.

Cinco das nove classes de despesas registraram desaceleração da inflação entre abril e maio: alimentação e bebidas (de 0,70% para 0,62%); artigos de residência (de -0,26% para -0,53%); vestuário (de 0,55% para 0,50%); saúde e cuidados pessoais (de 1,16% para 0,69%) e comunicação (de 0,48% para 0,14%). Por outro lado, houve aceleração em habitação (de -0,01% para 0,67%); transportes (de 0,14% para 0,44%); despesas pessoais (de 0,10% para 0,22%) e educação (de 0,05% para 0,09%).

Com as enchentes no Rio Grande do Sul, a inflação na região metropolitana de Porto Alegre passou de 0,64% em abril para 0,87% em maio. Foi o maior índice entre as dez regiões metropolitanas e seis cidades acompanhadas pelo IBGE. A coleta de preços de forma remota (por telefone ou internet) na região subiu do padrão histórico de 20% para cerca de 65% em maio, segundo o gerente do IBGE responsável pelo IPCA, André Almeida.

O IPCA teria avançado menos, 0,42%, se o índice fosse reponderado sem considerar o Estado, diz Alexandre Maluf, economista da XP. Almeida explica que o instituto não estima o IPCA sem a influência de uma ou outra região, ao contrário dos subitens, para os quais calcula a influência individual.

A principal contribuição (0,57 ponto percentual) para a inflação no Rio Grande do Sul veio dos preços de alimentos no domicílio, especialmente alimentos "in natura", laticínios, aves e produtos relacionados ao trigo, segundo Maluf. No IPCA geral, o arroz subiu 1,47% em maio, "ainda mais rápido que o apontado pelas coletas", diz a Terra Investimentos em relatório. Em abril, houve deflação de 1,93%.

O efeito das enchentes gaúchas começou a aparecer na inflação medida pelo IPCA especialmente em alimentos, mas, como as fortes chuvas afetaram as cadeias produtivas em geral, consequências para bens industriais ou serviços ainda podem surgir, diz Almeida.

Ainda que tenha desacelerado ante abril, o grupo alimentação e bebidas exerceu a maior influência altista no IPCA de maio, de 0,13 ponto percentual, ou 28,2% da alta do índice. "A despeito da desaceleração, a taxa registrada é alta sazonalmente", afirma Romão.

Maluf, da XP, diz que, em linhas gerais, a aceleração do IPCA em maio, ante abril, se deveu a itens mais voláteis, como passagem aérea (5,91%, de -12,09%), alguns bens industriais (0,29%, de 0,21%) e itens administrados (definidos por contrato ou órgão público), como energia (0,94%, de -0,46%). Também contribuíram alguns serviços ligados ao ciclo econômico, aponta, como serviços pessoais (0,31%, de 0,19%) e alimentação fora do domicílio (0,50%, de 0,39%).

Por outro lado, a alta de 0,45% da gasolina foi menor do que o esperado pelos economistas. Combustíveis (0,45%, de 1,74%) e alimentação no domicílio (0,66%, de 0,81%), especialmente "in natura" (0,99%, de 3,66%), moderaram a alta em maio, ante abril. O problema é que os economistas esperavam um avanço bem menor para a alimentação no domicílio — 0,37% no caso da Terra e 0,44% na XP, por exemplo. O resultado veio "bem acima" e "com surpresas altistas generalizadas", afirma Maluf.

Marcela Rocha, economista-chefe da Principal Claritas, destaca a alta de 0,29% dos bens industriais, acima da sua expectativa de 0,27%. "Não é uma surpresa tão significativa, mas, na média móvel trimestral anualizada e dessazonalizada, saiu de queda de 0,1% para alta de 0,4%, o que ainda é super baixo, mas é outro indicador de que o processo não é mais tão de notícias favoráveis", afirma. A média móvel de três meses anualizada e dessazonalizada é uma forma de suavizar movimentos mensais, mas ainda captar a tendência "na ponta". "Diferentemente dos últimos dois meses, essas medidas subjacentes tiveram um comportamento pior", diz Rocha.

O avanço maior do que o esperado em bens industriais, puxado por produtos de higiene pessoal e automóveis novos, segundo Maluf, contribuiu para que a média dos núcleos (medidas para suavizar itens voláteis) acompanhados pelo Banco Central subisse 0,39% em maio, de 0,26% em abril, de acordo com a MCM Consultores, acima da previsão da XP (0,34%), por exemplo. Houve aceleração, ante abril, de todos os cinco núcleos, observam Victor Beyruti e Yuri Alves, economistas da Guide.

Em 12 meses, a média dos núcleos acelerou de 3,53% para 3,55%, segundo a MCM. "Voltou a mostrar uma inflação maior pela primeira vez desde junho de 2022", dizem Beyruti e Alves em relatório.

Na média móvel de três meses, os núcleos foram de 3,1% em abril para 3,2% em maio, "desviando da tendência cadente observada nos meses anteriores", afirma Maluf.

A inflação de serviços acelerou de 0,05% em abril para 0,40% em maio, muito pela alta da passagem aérea, a primeira no ano. Mais relevantes para as análises econômicas, os serviços subjacentes subiram 0,41% em maio, de 0,33% em abril, segundo a MCM e acima das expectativas da Principal Claritas (0,32%) e da XP (0,36%). Na média móvel trimestral, houve avanço de 4,9% para 5,1%.

"Ainda é um nível abaixo daquele do começo do ano, quando os números de serviços vieram bem acima do esperado e chegaram a 5,6% em março, por essa métrica. Mas mostra uma parte qualitativa da inflação não tão favorável como tinha sido observado e reforça o cenário de cautela e preocupação do Banco Central", afirma Rocha.

Os serviços intensivos em mão de obra, outra medida monitorada de perto pelo BC, desaceleraram de 0,53% em abril para 0,38% em maio, "sem dúvida o único (ainda que importante) alívio na abertura", afirma a equipe da Terra. A notícia, dizem, impressionaria mais se acontecesse em um contexto de desaceleração do mercado de trabalho, o que não é o caso.

"Em meio a taxa de desemprego abaixo do equilíbrio, aceleração dos salários e estagnação da taxa de participação, precisaremos de mais para nos convencermos de que há uma nova tendência em curso", escrevem João Maurício Rosal, economista-chefe da Terra, e os economistas Homero Guizzo e Luís Gustavo Bettoni. Na média móvel trimestral, os serviços intensivos em trabalho rodam em 6%.

O índice de difusão, que mede a proporção de itens em alta na cesta, subiu para 57,3% em maio, de 57% em abril, segundo o Valor Data. A dispersão "veio chata", afirma Romão, da LCA, observando que ela não só superou a de abril como também foi maior que a de maio do ano passado. O mesmo vale para os serviços subjacentes. "É um incômodo, uma luz amarela", diz.

Para junho, as projeções de inflação giram ao redor de 0,3%. Mas a expectativa dos economistas é que os preços dos alimentos subam ainda mais, principalmente por causa das enchentes no Sul.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

Marcela Rocha, da Principal Claritas: "Diferentemente dos últimos dois meses, medidas subjacentes tiveram um comportamento pior"

A evolução dos preços

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelera em maio - em %

● Variação no mês ● Variação em 12 meses

5,77 · 3,16 · 5,19 · 4,62 · 3,93
0,53 · -0,08 · 0,26 · 0,56 · 0,46
Jan/2023 · Jun/2023 · Set/2023 · Dez/2023 · Set/2023

Resultado de maio por região pesquisada pelo IBGE

Região	%
Porto Alegre (RS)	**0,87**
Belo Horizonte (MG)	0,63
São Luís (MA)	0,63
Aracaju (SE)	0,60
Salvador (BA)	0,58
Fortaleza (CE)	0,55
Grande Vitória (ES)	0,51
Curitiba (PR)	0,49
Brasil	**0,46**
Rio de Janeiro (RJ)	0,44
Recife (PE)	0,43
Campo Grande (MS)	0,42
São Paulo (SP)	0,37
Brasília (DF)	0,34
Rio Branco (AC)	0,19
Belém (PA)	0,13
Goiânia (GO)	-0,06

Fonte: IBGE

> "Não gostei do que vi e acabei mudando o número do ano"
> *Fábio Romão*

Ar-condicionado vai na contramão e acelera preços

Alessandra Saraiva
Do Rio

Após ensaiar desaceleração em abril, a inflação do ar-condicionado voltou a acelerar em maio desse ano nas vendas pela internet. É o que mostra o Índice de Preços Fipe/Buscapé para eletroeletrônicos, elaborado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), em parceria com o portal comparador de preços Buscapé.

Na sua mais recente edição, referente a maio e divulgada de forma exclusiva ao **Valor**, o indicador Fipe/Buscapé caiu 0,81% em maio ante abril, com recuo de 6,2% em 12 meses até maio. Mas, na contramão da deflação do setor, o preço do ar-condicionado subiu 17% em maio, ante maio do ano passado, acima de abril (16,3%) e a maior taxa desde fevereiro (19,9%). Ao mesmo tempo, na comparação com abril deste ano, houve queda de 0,2% na variação do preço do produto em maio. Em abril ante março, o recuo era mais intenso, de 0,7%.

Oscilações climáticas recentes, que levaram a fortes ondas de calor no Brasil e, com isso, a uma forte demanda pelo eletroeletrônico, levaram ao resultado. A análise é de Sergio Crispim, economista da Fipe, para quem isso gerou contexto de demanda maior que oferta, o que eleva preços.

Ele não descartou possibilidade de os preços do produto se estabilizarem nesse patamar elevado. Isso porque é provável a continuidade das condições erráticas de clima, com novas ondas de calor no país, salientou.

O contexto atual do mercado, de demanda mais alta do que oferta, também foi notado pelo setor, acrescentou Crispim. O especialista citou dados recentes da Associação Brasileira de Refrigeração Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava), que informou alta de 14% em vendas reais do setor no ano passado, com projeção de aumento de 10% neste ano.

Francisco Donato, superintendente-executivo da Mosaico — dona da marca Buscapé — no Banco PAN, concordou. "O ar-condicionado é uma das categorias cujo preço mais oscila de acordo com a temperatura", diz.

Mas a realidade de preços em alta do ar-condicionado não é a do setor eletroeletrônico como um todo, acrescentam os especialistas. Ambos concordam que, atualmente, o movimento é de queda nos preços do setor nas vendas pela internet.

Uma série de fatores contribuiu para tal cenário. "Temos notado demanda em baixa por esse tipo de produto eletroeletrônico [com exceção de ar-condicionado] no e-commerce", afirma Donato. Ele sugere que pode ter ocorrido substituição de interesse nas compras on-line por parte do consumidor. Durante a pandemia, se comprou muito eletroeletrônico pela internet, recorda. Hoje, o brasileiro tem direcionado mais suas compras on-line em supermercados, refeições rápidas e roupas.

Outro aspecto a ser considerado é o câmbio, acrescenta Crispim. Muitos componentes e produtos eletroeletrônicos são importados — e o dólar vem subindo neste ano. "Houve aumento de cerca de 10,5% na cotação do dólar em maio ante maio do ano passado", disse. "Assim, embora a variação cambial nunca seja repassada integralmente aos produtos importados, alguma coisa é repassada."

Ao serem questionados sobre continuidade de aumento nos preços de ar-condicionado, e de queda nos preços de eletroeletrônicos na internet, os especialistas foram cautelosos. Por um lado, no caso do ar-condicionado, não é possível prever com certeza qual será o ritmo de variação de preço de um item cuja demanda é norteada por um fator tão volátil, como é o clima, considera Donato.

E, no caso de eletroeletrônicos, continua Crispim, caso o dólar volte a cair, isso poderia levar a preços mais atrativos no setor nas vendas pela internet. "Mas acho difícil [o indicador] sair da variação negativa para a positiva no resultado anual [em 12 meses] no curto prazo", reconhece.

O índice é calculado com base em monitoramento de 2 milhões de preços ao mês, em 9 mil produtos. Esses itens foram divididos em 47 categorias e delimitados em cinco grupos: celulares e telefones, informática, vídeo e áudio, eletrodomésticos e eletroportáteis.

Ar condicionado caro em vendas on-line

Produto é um dos poucos que sobem de preço em maio de 2024

Categorias	Variação de preço ante maio de 2023 (em %)
Celulares	-13,7
Monitor	-12,4
Fritadeira elétrica	-11,3
Notebook	-11,2
Tablet	-10,4
PC/computador	-9,3
TV	-6,8
Caixa de som bluetooth	-6,4
Impressoras e Multifuncional	-4,1
Lavadora de roupas	-3,7
Fone de ouvido e headset	-3,5
Aspirador de pó e água	-3,3
Geladeira	-1,4
Fogão	-1,1
Ventilador e circulador	2,8
Ar-condicionado	17
Índice Fipe / Buscapé	-6,2

Fonte: Índice de Preços Fipe/Buscapé para Eletroeletrônicos

Energia Previsão é de estiagem mais seca que a média histórica, com prejuízo para nível de reservatórios

La Niña pode impactar geração hidrelétrica

Robson Rodrigues
De São Paulo

O período de estiagem, que se estende até outubro, promete ser mais seco do que a média histórica, segundo previsões recentes da empresa de meteorologia Tempo OK. A energia natural afluente (ENA), que é crucial para a geração de energia hidrelétrica, pode começar o período úmido com valores em torno de 40% da Média de Longo Termo (MLT) que abrange os anos de 1931 a 2022.

Ao **Valor** o CEO da Tempo OK, João Hackerott, explica que existe uma grande probabilidade de que o fenômeno La Niña, cuja principal característica é prolongar os períodos secos do ano, se manifeste no início da primavera, apesar de ainda ser bastante incerto com relação à intensidade e à evolução do fenômeno.

Os efeitos típicos do fenômeno meteorológico podem trazer chuvas acima da média para a região Norte do Brasil, enquanto o Sul do país pode enfrentar um padrão de tempo mais seco. O Sudeste, por sua vez, tende a experimentar temperaturas mais amenas.

"Porém, no caso de um La Niña fraco ao longo do período úmido [entre outubro e março], as chuvas poderão ser menos intensas e pouco organizadas no centro-norte do país, além de haver maior dependência das condições do Atlântico Tropical, que é o principal fornecedor de umidade para as chuvas nesta época do ano", diz Hackerott.

> É possível que La Niña se manifeste no início da primavera
> *João Hackerott*

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) adotou medidas para poupar água em importantes usinas do sistema Sudeste/Centro-Oeste para mitigar os impactos da falta de chuvas e minimizar eventuais custos de geração. Outra medida foi a redução das vazões das usinas de Jupiá e Porto Primavera, no rio Paraná, em medida adotada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Por outro lado, o Sul do país pode apresentar um padrão menos seco. Ao mesmo tempo, as temperaturas podem ser mais elevadas no interior das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte, devido à menor cobertura de nuvens densas e persistentes, em uma época do ano em que a incidência de radiação solar na superfície é maior.

Outra preocupação do setor é como se dará a geração eólica e solar até o fim do ano. No primeiro trimestre do ano, a chamada "safra dos ventos" veio mais fraca e diversas empresas reportaram em seus balanços que a geração eólica ficou abaixo do esperado. O executivo acredita que a geração eólica pode ser mais favorável no interior do Nordeste durante a primeira metade do período úmido, visto o menor potencial de canais de umidade deslocados para norte, típicos dos anos com La Niña mais forte.

"Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e no interior do Nordeste a tendência de nuvens localizadas, pouco densas e passageiras vai contribuir para uma maior quantidade de irradiação solar, o que favorece a geração fotovoltaica neste período", afirma.

Curta

Museu das Amazônias
O BNDES anunciou a criação do Museu das Amazônias, a ser construído em Belém e inaugurado um mês antes da conferência do clima da ONU, a COP30, no ano que vem. Aloizio Mercadante, presidente do banco, não informou o aporte do BNDES, mas disse que o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) doará R$ 4,25 milhões ao Pará para a iniciativa.

RS e 13º puxam déficit primário em maio, diz Warren

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O governo central deve apresentar déficit primário de R$ 58,9 bilhões em maio, sob impacto do auxílio ao Estado do Rio Grande do Sul e da antecipação do 13º do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), segundo cálculo realizado pela Warren Rena, a partir de coleta de dados no sistema Siga-Brasil. O resultado foi informado em relatório distribuídos a investidores.

O resultado seria fruto de uma receita líquida de R$ 165,5 bilhões e despesa total de R$ 224,4 bilhões. Em 2023, o déficit primário foi de R$ 45 bilhões no mesmo mês. Os dados oficiais do mês passado serão divulgados pelo Tesouro Nacional na última semana de junho.

A Warren Rena destaca que a receita líquida somou R$ 165,5 bilhões em maio, o que representa crescimento de 9,7% em termos reais frente ao mesmo mês do ano passado.

Os destaques positivos pelo lado da receita foram: crescimento real de 18,9% do Imposto de Renda; 16,6% do Imposto de Importação; 28,9% do IPI; 18,7% da Cofins; e de 15,3% da contribuição para o PIS/Pasep.

Previdência pesa

Do lado negativo, a arrecadação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentou queda real de 1,3%, após meses de alta real.

Já as despesas, calcula a Warren, alcançaram R$ 224,4 bilhões em maio, resultado 13,6% maior que no mesmo mês de 2023, já descontada a inflação.

"Os números do mês foram impactados pela tragédia no Rio Grande do Sul, que ampliou despesas, além de possivelmente ter afetado de forma negativa componentes da receita. Além disso, os benefícios previdenciários foram majorados pelo pagamento de parte do 13º do INSS no mês", afirmam os economistas Felipe Salto, Josué Pellegrini e Gabriel Garrote, que assinam o relatório da gestora de recursos.

Por outro lado, eles destacam que foram pagos mais de R$ 16 bilhões em precatórios em maio de 2023. Neste ano, o pagamento foi concentrado em fevereiro, o que, "tudo o mais constante, indicaria primário melhor em maio de 2024 na comparação interanual".

"Vale lembrar que, enquanto as despesas relativas às enchentes no Rio Grande do Sul serão excluídas do cômputo da meta fiscal, caso as receitas sejam inferiores no presente exercício, o primário válido para aferição do déficit zero será afetado", frisa o relatório.

Ao **Valor** Felipe Salto, economista-chefe e sócio da gestora de recursos, disse que "o desempenho da receita líquida em maio segue muito positivo, apesar da dinâmica da Previdência".

Sobre a queda da receita previdenciária, ele afirmou que pode refletir possível piora no mercado de trabalho e saída do efeito dos precatórios.

Infraestrutura Dias após anúncio de unidades por governador gaúcho, presidente diz que afetados não podem ir para lugares "inóspitos" e "inseguros"

Em nova rusga com Leite, Lula critica casas provisórias no Sul

Renan Truffi
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou ontem a construção de casas provisórias para pessoas que estão sem moradia no Rio Grande do Sul, Estado que foi atingido por fortes chuvas e inundações há algumas semanas. Lula defendeu que não se pode colocar os afetados pelas enchentes em lugares "inóspitos" e "inseguros" mais uma vez.

"Eu disse ao companheiro Jader Barbalho [ministro das Cidades] no Rio Grande porque tem sempre a ideia de que é preciso cuidar para fazer casa provisória. Eu falava: 'não tem casa provisória. É melhor dizer a verdade para o povo'. É melhor dizer que destruir é muito rápido, construir é muito demorado", explicou o presidente.

Lula argumentou, em seguida, que o problema das casas provisórias é que elas não possuem infraestruturas básicas, como saneamento básico. "A gente vai ter que encontrar terreno sólido, vai ter que fazer casa com rua, com esgoto, com água, com energia elétrica, com área de lazer para as crianças, com escola, porque a gente não pode fazer o pessoal, depois do que passaram no Rio Grande do Sul, voltar a morar em lugar inóspito, em lugar inseguro."

A afirmação foi feita apenas pouco dias depois de o governador Eduardo Leite (PSDB) anunciar a construção de 500 casas temporárias para famílias que tiveram seus lares destruídos pelas enchentes. As moradias custarão, segundo o governo gaúcho, R$ 66,7 milhões. O Estado gaúcho também anunciou que vai investir outros R$ 20 milhões para a construção de 250 moradias definitivas.

> Governo gaúcho prevê 500 casas provisórias em três regiões afetadas pelas enchentes

As novas moradias definitivas compõem a fase 3 do programa estadual "A Casa É Sua". Nessa modalidade, os municípios participam com contrapartida de R$ 11 milhões. No caso das unidades temporárias, os recursos são provenientes do Tesouro do Estado.

As 500 casas provisórias serão instaladas em três regiões afetadas pelas enchentes: Eldorado do Sul (250), região metropolitana (100) e vale do Taquari (150). As unidades são destinadas a famílias cujas casas foram totalmente destruídas ou ficaram com a estrutura condenada.

Em construção modular com base metálica, as unidades habitacionais terão 27 metros quadrados e contarão com um dormitório, sala/cozinha conjugadas e banheiro, mobiliário planejado e eletrodomésticos. O prazo de entrega é de 30 dias a partir da liberação do terreno.

A crítica de Lula evidencia, mais uma vez, as rusgas entre o Executivo federal e a gestão de Eduardo Leite, no Rio Grande do Sul. Isso porque, nos últimos dias, O governador intensificou os pedidos para que o presidente criasse um programa destinado a pagar parte dos salários das pessoas que estão sem trabalhar devido às enchentes.

O governador gaúcho chegou a viajar para Brasília com o objetivo de pedir uma agenda com o presidente da República para tratar do assunto. A forma como Eduardo Leite ventilou isso na imprensa, no entanto, irritou auxiliares do presidente.

Integrantes do governo chegaram a se queixar da "falta de gestos" do governador, ante ao apoio que acreditam que o governo federal tem prestado ao Estado. Coincidentemente, Eduardo Leite acabou não participando do anúncio feito pela gestão petista que tratava justamente de socorrer, com dois salários mínimos, os trabalhadores formais afetados pelas enchentes.

RICARDO STUCKERT / PR

Lula e Eduardo Leite: governador tem intensificado pedidos por programa que banque parte dos salários

Pimenta volta a pedir punição para 'fake news'

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O ministro da reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT), afirmou na terça-feira que não silenciará diante da disseminação de informações falsas relacionadas à tragédia que afeta o estado gaúcho e reforçou a defesa de que as pessoas que criam esses conteúdos sejam punidas. Pimenta participou de audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em sessão marcada por troca de acusações entre governistas e a oposição.

O ministro foi ao principal colegiado da Câmara para prestar esclarecimentos sobre um pedido feito por ele para apurar notícias falsas divulgadas sobre as enchentes no Rio Grande do Sul.

Autor do pedido da audiência, o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP), afirmou que as postagens e comentários foram apenas críticas à gestão, e aponta perseguição e abuso de poder por parte do ministro.

Na sessão, Pimenta reclamou da politização que opositores do governo têm feito da crise climática e ambiental do Rio Grande do Sul.

"Enquanto trabalhávamos para salvar vidas, pessoas estavam se dedicando para produzir desinformação para tirar energia daqueles que estavam na linha de frente. Todas as oportunidades em que me deparar com ações de quem for, seja parlamentar ou não, que prejudiquem o trabalho de todos os envolvidos nesse resgate, tomarei providências que achar adequada para defender o estado gaúcho", disse Pimenta na CCJ.

Ao longo da sessão, opositores do governo, como Paulo Bilynskyj (PL-SP), José Medeiros (PL-MT), Marcos Pollon (Pl-MS) e Bia Kicis (PL-DF), protagonizaram embates com o ministro.

Logo no início da audiência, Pimenta e Bilynskyj trocaram farpas. O parlamentar do PL questionou o auxiliar de Lula se a esposa dele o acompanhou em uma viagem em um helicóptero das Forças Armadas. O ministro confirmou e insinuou que o deputado bolsonarista não tivesse uma boa relação com sua companheira.

"Se minha esposa me acompanhou em um roteiro no Estado? Sim, sou ministro, participo de eventos públicos e muitas vezes a minha esposa me acompanha. Não posso dizer o mesmo do senhor. Se o senhor acha que tem alguma coisa estranha nisso, inclusive tenho uma relação com ela de respeito. A minha delegação sou eu que escolho e com ela eu mantenho uma relação de respeito, sem violência, sem agressão e para mim é um orgulho ela poder andar junto comigo", afirmou Pimenta.

Deputado de primeiro mandato, Bilynskyj levou seis tiros após uma discussão com a namorada, Priscila Delgado de Bairros. Após passar por três cirurgias, ele sobreviveu, mas Priscila morreu após ter levado um tiro no peito. Na época, o parlamentar alegou que sua namorada agiu por ciúmes e ele reagiu em legítima defesa.

"Ele insinuou de alguma forma que o meu relacionamento com a minha esposa é violento. Isso, ministro, é para o senhor aprender o que é 'fake news', o que é falso e mentiroso", disse o deputado.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Pimenta: "Enquanto trabalhávamos, pessoas se dedicavam a produzir desinformação"

Presidente defende criação de mais universidades

Paula Martini
Do Rio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu nesta terça-feira (11) a educação pública e a criação de universidade no país. As declarações foram dadas durante a cerimônia nacional de premiação da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio, um dia após Lula criticar a greve de professores e servidores das instituições federais de ensino.

"O Brasil precisa muito de gente diplomada, de cientistas, advogados, matemáticos, especialistas na saúde. Nós precisamos sempre incentivar que as faculdades sejam criadas", afirmou.

Na segunda (10), Lula criticou a duração da greve de funcionários de universidades federais e institutos federais de educação, paralisados desde abril, e fez um apelo pelo fim do movimento. A categoria cobra reajuste salarial em 2024, reestruturação da carreira e revogação de normas aprovadas em governos anteriores.

Segundo Lula, a educação pode ajudar o país a "sair da pequenez com a qual foi conduzido por tantos anos". "A educação é o oxigênio de uma nação, a hemodiálise de uma nação. É a capacidade que nós temos de nos tornarmos mais competitivos", disse.

Lula também cobrou um papel mais ativo dos professores da educação básica e disse que ainda há muita descrença sobre a tentativa de dar oportunidade aos jovens brasileiros, sobretudo os de periferia e com menor poder aquisitivo. "A elite econômica que governa este país desde que [Pedro Álvares] Cabral aqui colocou os pés e usurpou as terras dos indígenas nunca se importou com a educação. Nunca levaram em conta a questão das universidades. O Brasil só foi ter a primeira universidade em 1920, 420 anos após ser descoberto."

Lula também se dirigiu à plateia de estudantes dos ensinos médio e fundamental e pediu que eles não generalizem os políticos e os instou a participar da política: "Nunca, pelo amor de Deus, diga que todo político é safado, que todo político é ladrão. Que você não gosta de política e não vai fazer política. Porque todo cara que fala isso vai ser político. E todo cara que for político vai ser o que ele pensa."

No discurso, ele ainda convocou os jovens a seguirem a carreira política: "O governador não presta, o deputado não presta. Sabe quem presta? Você. Então entre na política, você é o futuro deste país. Não desistam, assumam a responsabilidade histórica de vocês", disse no auditório lotado de adolescentes.

A Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) é organizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), com apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM), e recursos dos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Educação.

No evento, o Impa concedeu ao presidente e à primeira-dama Rosângela da Silva o título de medalhistas honorários da Obmep. Lula assinou decreto que instituiu o programa "Mais ciência na escola", que visa estimular o desenvolvimento científico em sala de aula.

Também foram entregues medalhas de ouro para 650 estudantes que tiveram o melhor desempenho na 18ª edição da competição, realizada em 2023. Ao todo, 18,3 milhões de estudantes do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio de 55,3 mil escolas participaram.

INÊS 249

Ambiente Brasil começa a ser visto por estrangeiros como protagonista em investimento verde, diz especialista

Risco fiscal é desafio para país atrair R$ 1 tri

Sérgio Tauhata
De São Paulo

O Brasil tem uma oportunidade trilionária no médio prazo, avalia o líder da Oliver Wyman no Brasil, Felipe Miglioli. Em entrevista ao **Valor**, o especialista afirma que, segundo pesquisa da consultoria com o Fórum Econômico Mundial, o país pode receber R$ 1 trilhão até 2030 direcionados ao combate das mudanças climáticas.

A cifra reflete o potencial do Brasil no campo dos investimentos verdes, especialmente, no chamado "greenshoring", ou seja, a reorganização das cadeias de produção e suprimentos com uma atenção à sustentabilidade. "O Brasil começa a ser visto e se posicionar com algum protagonismo, mas esse é um processo de médio e longo prazos."

A consultoria atende muitos investidores globais, reforça o executivo. "Vemos, globalmente, investidores institucionais, como fundos, de hedge, de pensão e soberanos, buscando oportunidades para investimento no Brasil. Mas estamos falando de investimentos estratégicos de longo prazo. Muitos estrangeiros olham o Brasil como um 'hub', como uma plataforma de investimento na qual eles precisam colocar o pé. Então todo mundo quer colocar o pé no Brasil de alguma forma."

O chefe da Oliver Wyman cita o potencial de produção de biocombustíveis e de hidrogênio verde. Segundo levantamento da consultoria, esses mercados podem render ao país, quando plenamente operacionais, entre R$ 70 bilhões e R$ 160 bilhões por ano, além de uma arrecadação para o governo de até R$ 36 bilhões.

Além disso, a adoção crescente do uso de biocombustíveis em substituição dos produtos fósseis pode acelerar a descarbonização do próprio país. Dados da consultoria indicam um potencial de redução de 27 megatoneladas a 72 megatoneladas de dióxido de carbono equivalente (MtCO2eq) até 2030 com o uso massivo de biocombustíveis, como etanol e biodiesel no setor de transportes. A diminuição equivale às emissões anuais de um país como Portugal e corresponderiam a quase 40% do esforço para o Brasil entregar as metas do Acordo de Paris.

O executivo chama a atenção para a importância do trabalho que o país tem feito na presidência do G20, o grupo de grandes economias globais, e na relevância de sediar a conferência do clima, a COP30, no próximo ano. "Em 2025, o Brasil vai ser a capital do mundo."

Conforme o líder da Oliver Wyman, "tanto no G20 quanto na preparação para a conferência do clima o Brasil tem se posicionado muito bem". A partir dos eventos, o país tem conseguido firmar esse reconhecimento na agenda de sustentabilidade e transição energética global.

"O Brasil, de fato, tem vantagens competitivas. Acho que o primeiro olhar é a percepção de que o país pode ser um player internacional relevante para atrair investimentos e indústrias. Para fazer uma reindustrialização focada em energia limpa."

Miglioli explica que a matriz energética, quando se olham todas as fontes de produção, alcança quase 50% de perfil renovável. Mas quando se olha apenas a geração elétrica, o percentual alcança cerca de dois terços. "A nossa matriz energética é muito diferenciada em relação às grandes economias", ressalta.

Segundo o consultor, a média global de participação de fontes de energia limpa alcança apenas 15%. "Só esse diferencial seria suficiente para que o Brasil atraísse investimentos", afirma.

Em tempos de aceleração dos impactos das mudanças climáticas, o conceito de economia verde ganha mais força nos mercados. Miglioli chama a atenção para o fato de que, nas economias avançadas, grande parte das instituições financeiras começa a incluir as dimensões de sustentabilidade na análise de perfil de crédito de empresas.

GABRIEL REIS/VALOR

Felipe Miglioli, da Oliver Wyman: "Economia verde ainda carece de incentivos e de uma regulação mais robusta e específica" para investimentos

Pesquisa da Oliver Wyman conclui que, cada vez mais, as indústrias grandes emissoras de carbono terão menor acesso a capital e a um custo mais caro. Segundo o levantamento, mais de 40% dos ativos bancários globais estão comprometidos com a meta de zero emissão de carbono (net zero, na sigla em inglês).

> Grandes bancos já incorporam metas de redução de emissões financiadas

No Brasil quatro dos cinco maiores bancos já incorporam metas de redução de emissões financiadas, ou seja, das emissões atreladas aos ativos e empresas financiadas pelas carteira de crédito e investimentos. "Atualmente já enxergamos maior restrição de acesso de capital nos setores expostos ao carvão, segmento que os bancos decidiram fazer 'phase out' [saída gradativa] das carteiras até 2030, limitando entrada em novos financiamentos", diz o líder da Oliver Wyman.

O desafio, segundo o especialista, será "como que as indústrias vão trabalhar a agenda de descarbonização no Brasil no médio prazo". Para Miglioli, estar no Brasil significa ter acesso a uma matriz energética mais limpa. "As empresas vão ter que fazer investimento e ainda não vemos os investimentos sendo feito na magnitude que precisariam. Mas acho que a oportunidade está justamente aí."

Na visão do especialista, o capital internacional busca oportunidades para investir em emissões de dívida de empresas e iniciativas ligadas à economia verde, mas também exposição por meio de participações ("equity") em projetos. Do lado dos desafios, Miglioli aponta as barreiras que, tradicionalmente, arrefecem os interesses estrangeiros, como o risco-país, a insegurança jurídica e o aspecto cambial. "No final do dia, essas questões trazem um risco de volatilidade grande para o país", diz.

"O investidor que está colocando capital vai continuar exigindo os retornos que ele exigiria. O interesse é muito grande tanto de dívida quanto de equity para projetos aqui no Brasil. Por outro lado, continuo vendo o desafio de alocar a capital no país. Tem uma questão fiscal e de câmbio, por exemplo, e, no fim do dia, você está disputando a alocação de capital com outras regiões e diferente classes de ativos."

O desafio fiscal tem sido um dos grandes "gargalos" para atração de investimentos de longo prazo, afirma. "O Brasil tem um desafio fiscal que não é de agora. Na verdade, sempre teve e vai continuar tendo. Isso tem um componente de risco na hora de precificar o retorno de um investimento feito aqui. No caso dessa agenda nova que está nascendo, da economia verde, ainda carece de incentivos e de uma regulação mais robusta e específica [para incentivar o investimento]."

Atividade econômica

Indicadores agregados

	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23	set/23	ago/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	-	-0,34	0,34	0,51	0,67	0,04	-0,01	-0,01	-0,58
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,5	0,9	0,1	-1,2	1,2	0,7	0,1	0,2	0,4
Indústria de transformação	-	0,3	0,8	0,5	0,1	0,5	0,0	0,3	-0,4	1,1
Indústrias extrativas	-	-3,4	0,4	-1,3	-7,1	3,7	3,2	-0,5	6,2	-4,9
Bens de capital	-	3,5	-0,4	2,2	11,2	-1,7	-0,5	-0,4	-2,4	5,3
Bens intermediários	-	-1,2	1,1	-0,8	-2,8	1,7	1,7	0,7	0,6	-0,4
Bens de consumo	-	0,2	0,5	1,5	-0,8	1,2	0,0	-0,8	-1,6	2,5
Faturamento real (CNI - %)	-	1,5	-0,5	2,3	0,1	2,0	0,7	-0,3	-1,1	1,5
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,6	-0,2	-0,7	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,7	1,3	1,0	0,3	1,0	0,0	0,9	0,6
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-	0,0	1,0	2,7	-1,5	0,2	-0,3	0,8	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	1,8	-1,8	2,3	0,1	1,0	-0,1	1,0	-0,4
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-	0,4	-0,9	0,5	0,5	0,5	-0,3	-0,1	-1,4
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6	7,7	7,8
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	-0,3	0,3	0,4	0,5	0,1	0,2	0,5	-0,1	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4	-0,5	-1,1
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.338	30.584	27.718	23.457	26.711	28.786	27.886	29.682	28.713	31.101
Importações	21.804	21.895	20.491	18.222	20.511	19.463	19.097	20.501	19.532	21.468
Saldo	8.534	8.689	7.227	5.236	6.200	9.323	8.789	9.181	9.182	9.633

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
	Em %									Em R$	
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	0,17	23,81	1.212,00
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	-	24,38	1.412,00
2024	**0,35**	**3,40**	**3,40**	**4,73**	**5,22**	**3,28**	**2,76**	**1,85**	**1,47**	**0,37**	**6,97**
Em 12 meses*	**1,10**	**7,33**	**7,33**	**10,64**	**11,68**	**6,80**	**5,46**	**4,13**	**2,31**	**1,33**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para junho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência mai/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**295,1**	**271,0**	**8,90**	**73,7**	**68,8**	**7,19**
Imposto de renda pessoa física	10,8	9,9	9,31	3,2	3,0	6,66
Imposto de renda pessoa jurídica	135,8	134,2	1,20	35,7	33,7	5,80
Imposto de renda retido na fonte	148,5	126,9	17,01	34,9	32,1	8,70
Imposto sobre produtos industrializados	24,2	19,7	22,99	6,5	4,9	31,08
Imposto sobre operações financeiras	21,1	20,1	5,01	5,4	5,4	0,45
Imposto de importação	21,3	17,9	19,11	5,8	4,4	33,47
Cide-combustíveis	1,0	0,0	-	0,2	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	131,6	105,3	24,99	34,9	27,2	28,37
CSLL	72,1	67,7	6,47	18,2	16,9	7,73
PIS/Pasep	36,7	29,8	23,30	9,4	7,4	26,31
Outras receitas	283,5	254,2	11,52	74,7	68,9	8,41
Total	**886,6**	**785,7**	**12,85**	**228,9**	**203,9**	**12,25**

	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**49,6**	**-18,53**	**60,9**	**-6,49**	**50,7**	**-9,74**

	fev/24 Valor	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
INSS	**47,9**	**-7,38**	**51,7**	**-32,82**	**44,1**	**-4,61**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

	mai/24	abr/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice mai/24	Número índice abr/24	Número índice dez/23	Número índice mai/23
IBGE									
IPCA	0,46	0,38	2,27	4,62	3,93	6.926,96	6.895,24	6.773,27	6.665,28
INPC	0,46	0,37	2,42	3,71	3,34	7.123,19	7.090,57	6.954,74	6.893,26
IPCA-15	0,44	0,21	2,12	4,72	3,70	6.786,61	6.756,88	6.645,93	6.544,53
IPCA-E	-	-	1,46	4,72	4,14	-	-	6.645,93	6.544,53
FGV									
IGP-DI	0,87	0,72	0,61	-3,30	0,88	1.112,26	1.102,66	1.105,54	1.102,51
Núcleo do IPC-DI	0,31	0,26	1,64	3,48	3,47	-	-	-	-
IPA-DI	0,97	0,84	-0,06	-5,92	-0,22	1.293,59	1.281,15	1.294,35	1.296,49
IPA-Agro	0,38	1,15	-0,08	-11,34	-2,98	1.783,95	1.777,13	1.785,32	1.838,80
IPA-Ind.	1,19	0,73	-0,05	-3,77	0,83	1.093,97	1.081,12	1.094,53	1.084,98
IPC-DI	0,53	0,42	2,23	3,55	3,30	750,05	746,11	733,67	726,07
INCC-DI	0,86	0,52	2,07	3,49	4,02	1.110,89	1.101,39	1.088,31	1.067,92
IGP-M	0,89	0,31	0,28	-3,18	-0,34	1.127,23	1.117,28	1.124,07	1.131,06
IPA-M	1,06	0,29	-0,42	-5,60	-1,73	1.328,63	1.314,72	1.334,20	1.352,04
IPC-M	0,44	0,32	2,17	3,40	2,96	732,02	728,84	716,46	711,01
INCC-M	0,59	0,41	1,69	3,32	3,68	1.104,46	1.097,99	1.086,15	1.065,29
IGP-10	1,08	-0,33	0,34	-3,56	-1,27	1.147,26	1.135,05	1.143,35	1.162,00
IPA-10	1,34	-0,56	-0,31	-6,02	-2,96	1.362,56	1.344,60	1.366,78	1.404,13
IPC-10	0,39	0,21	2,17	3,43	2,91	736,54	733,68	720,87	715,71
INCC-10	0,53	0,33	1,63	3,04	3,77	1.087,61	1.081,84	1.070,21	1.048,06
FIPE									
IPC	0,09	0,33	1,61	3,15	2,66	686,12	685,48	675,27	668,34

Obs.: IPCA-E no 1º trimestre = 1,46%, IGP-M 2ª prévia mai/24 0,73% e IPC-FIPE 1ª quadrissemana jun/24 0,25%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
		No prazo legal		
1ª ou única	31/05/24	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	28/06/24		1,00%	
3ª	31/07/24			+
4ª	30/08/24			Campo 8
5ª	30/09/24			
6ª	31/10/24			+
7ª	29/11/24			Campo 9
8ª	30/12/24			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.787,2**	**61,24**	**6.741,7**	**61,13**	**5.826,1**	**55,94**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-27,2	-0,25	-29,1	-0,26	13,0	0,13
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-783,2	-7,07	-757,2	-6,87	-741,7	-7,12
Dívida fiscal líquida	**7.597,6**	**68,55**	**7.528,0**	**68,26**	**6.554,8**	**62,94**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.474,6	67,44	7.382,3	66,94	6.542,3	62,82
Dívida externa líquida	-687,4	-6,20	-640,7	-5,81	-716,2	-6,88
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.826,0	52,57	5.792,6	52,53	4.915,0	47,19
Governos Estaduais	851,8	7,69	843,0	7,64	812,0	7,80
Governos Municipais	59,1	0,53	55,9	0,51	38,1	0,37
Empresas Estatais	50,2	0,45	50,1	0,45	60,9	0,58

Necessidades de financiamento do setor público - Fluxos acumulados em 12 meses	abr/24 Valor	abr/24 % do PIB	mar/24 Valor	mar/24 % do PIB	abr/23 Valor	abr/23 % do PIB
Total nominal	**1.042,8**	**9,41**	**998,6**	**9,06**	**603,3**	**5,79**
Governo Federal**	843,3	7,61	828,5	7,51	469,6	4,51
Banco Central	110,7	1,00	86,7	0,79	76,0	0,73
Governo regional	80,6	0,73	75,4	0,68	51,0	0,49
Total primário	**266,5**	**2,40**	**252,9**	**2,29**	**-56,2**	**-0,54**
Governo Federal	-39,0	-0,35	-37,6	-0,34	-283,7	-2,72
Banco Central	0,7	0,01	0,7	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-17,8	-0,16	-23,3	-0,21	-35,6	-0,34

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de abril*

Discriminação	Janeiro-abril 2024	Janeiro-abril 2023	Var. %	abril 2024	abril 2023	Var. %
Receita total	**672,8**	**829,5**	**-18,89**	**228,0**	**211,5**	**7,78**
Receita Adm. Pela RFB**	444,8	537,6	-17,25	150,5	136,0	10,63
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	151,8	190,2	-20,20	50,5	47,5	6,32
Receitas Não Adm. Pela RFB	76,2	101,8	-25,08	27,0	28,0	-3,56
Transferências a Estados e Municípios	**133,9**	**159,3**	**-15,92**	**36,7**	**35,0**	**4,89**
Receita líquida total	**538,9**	**670,3**	**-19,59**	**191,3**	**176,5**	**8,35**
Despesa Total	**518,6**	**620,5**	**-16,42**	**180,2**	**160,3**	**12,40**
Benefícios Precidenciários	214,2	272,5	-21,38	80,7	69,0	17,03
Pessoal e Encargos Sociais	88,2	112,7	-21,71	28,6	27,2	5,22
Outras Despesas Obrigatórias	102,7	91,6	12,05	27,8	24,5	13,80
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	113,5	143,7	-21,01	43,0	39,6	8,42
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**20,3**	**49,8**	**-59,21**	**11,1**	**16,2**	**-31,66**

Discriminação	abr/24 Valor	abr/24 Var. %	mar/24 Valor	mar/24 Var. %	abr/23 Valor	abr/23 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,1	-15,50	-0,2	1,55	-0,2	85,94
Discrepância estatística	-2,2	641,58	-0,3	-	1,5	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**8,8**	**-**	**-1,9**	**-96,72**	**17,5**	**-**
Juros Noninimais	**-69,0**	**24,42**	**-55,4**	**-3,14**	**-39,6**	**-33,08**
Result. Nominal do Gov. Central	**-60,2**	**5,01**	**-57,3**	**-50,29**	**-22,1**	**-68,10**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

INÊS 249

Congresso Última devolução de medida aconteceu em 2021, na gestão Bolsonaro, e envolvia uma matéria que dificultava remoção de conteúdos falsos da internet

Pacheco devolve MP do PIS/Cofins, e Haddad diz que não há plano B

Julia Lindner, Caetano Tonet, Jéssica Sant'Ana, Rafael Walendorff e Beatriz Olivon
De Brasília

Após forte pressão de empresários de indústria e do agronegócio, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolveu, na terça-feira (11), parte da medida provisória (MP) editada pelo governo que limitava créditos de PIS e Cofins. Pacheco afirmou que foi uma decisão "constitucional, de afirmação do Poder Legislativo e tranquilizadora para os setores afetados".

A decisão de Pacheco foi vista como um constrangimento para o governo, em especial a equipe econômica. A última devolução desse tipo ocorreu em 2021, durante a gestão do então presidente Jair Bolsonaro, e envolvia uma matéria que dificultava a remoção de conteúdos falsos da internet.

Após o anúncio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reação do Congresso "faz parte da democracia" e acrescentou que não achou "indevida" a crítica do setor produtivo.

Ele acrescentou que a equipe da Receita Federal trabalhará com o Legislativo em busca de uma solução para compensar a renúncia fiscal da desoneração da folha de 17 setores intensivos em mão de obra e dos municípios, objetivo da MP devolvida ontem. Questionado se o governo tinha um plano B, Haddad negou, mas afirmou que "sempre dá para encontrar uma solução".

"O Senado assumiu uma parte da responsabilidade por tentar construir uma solução, pelo que eu entendi da fala do próprio presidente Rodrigo Pacheco", disse o ministro ao deixar a sede da Fazenda.

No dia anterior, o presidente do Senado teve uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e acertou um prazo de 24 horas para o governo propor uma alternativa à MP, o que não ocorreu. Uma das possibilidades era que o próprio governo retirasse a medida provisória para minimizar a imagem de que houve falhas na articulação.

"Há uma inovação em parte substancial da MP com alteração de regras tributárias que geram um enorme impacto ao setor produtivo nacional, sem que haja a observância dessa regra constitucional da noventena na aplicação, sobretudo, dessas compensações do PIS e do Cofins", disse Pacheco, em plenário, ao anunciar a sua decisão.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Pacheco: "O que se observa é o descumprimento de regra da Constituição, o que impõe a impugnação dessa matéria"

"Dessa forma, com base nessa observância muito básica, muito óbvia até, e com absoluto respeito à prerrogativa do Poder Executivo, do presidente da República na edição de medidas provisórias, o que se observa é o descumprimento de regra da Constituição, o que impõe a impugnação dessa matéria com a devolução desses dispositivos à Presidência da República", acrescentou.

Após o anúncio, Pacheco foi aplaudido por integrantes da oposição. O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), também acompanhou.

Apesar do mal-estar, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), não só elogiou como agradeceu a decisão de Pacheco. "Vossa Excelência, com a sua tranquilidade, com o seu jeito negocial, em vez de recolher qualquer tipo de arroubo, acabou encontrando uma solução que eu posso lhe garantir: tem o aplauso do presidente da República, tem o meu aplauso", disse Wagner a Pacheco, no plenário.

Na mesma fala, Wagner disse que Lula estava desconfortável com a medida provisória e que a manutenção do texto resultaria em uma "tragédia sem fim".

"Quero registrar aqui o próprio papel do presidente da República, que lhe chamou para um diálogo, junto com o ministro da Fazenda, externou que não estava confortável, claramente, e vossa Excelência teve a capacidade de encontrar um caminho legal e constitucional para interromper o que seria uma tragédia sem fim", declarou.

> "Vossa Excelência interrompeu o que seria uma tragédia sem fim"
> *Jaques Wagner*

Não foi apenas Lula que ficou desconfortável. Integrantes dos ministérios da Agricultura e Pecuária (Mapa) e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) afirmaram ao **Valor** que desconheciam o teor da medida até ela vir a público na terça-feira (4). As duas pastas têm os setores que seriam mais atingidos com as restrições.

O ministro e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), liderava uma comitiva oficial do governo que fez uma viagem de negócios à China e à Arábia Saudita, quando soube do teor da MP, através de empresários que acompanham a viagem.

Um interlocutor disse que Alckmin foi "pego de calças curtas", porque não tinha estudos e dados para rebater as críticas dos industriais. O presidente da CNI, Ricardo Alban, interrompeu sua participação na comitiva oficial e antecipou sua volta ao Brasil para atuar contra a MP, mantendo reuniões com as principais autoridades do país, inclusive Lula.

Ontem, após se reunir com o presidente da República, Alban disse a membros da bancada ruralista que a MP estava "morta" e que ouviu do próprio Lula que a matéria seria retirada pelo governo ou devolvida pelo Congresso. O relato por Alban de uma conversa privada com Lula gerou um desconforto ainda maior no governo.

A devolução da MP criou ainda uma incerteza sobre os efeitos jurídicos da decisão de Pacheco. A senadora Tereza Cristina (PP-MS) chegou a questionar o presidente do Senado sobre isso durante a sessão, em meio a dúvidas sobre esse ponto entre empresários.

"Cessam todos os efeitos desde a edição da medida provisória, na parte, obviamente, impugnada, que é a parte principal dos artigos já referidos", disse Pacheco.

Historicamente o movimento de devolução de MP, embora possível, não é usual e tem desdobramentos que variam de caso a caso, segundo nota do escritório Cascione Advogados enviada aos clientes quando a devolução ainda era um cenário possível. O texto recorda da MP 1.068, editada no governo Bolsonaro, que foi devolvida pelo Congresso mediante rejeição sumária da norma — nesse caso o texto foi devolvido e houve a revogação imediata. Já na MP 33, o Congresso também devolveu o texto, mas a norma continuou vigente até que se desse a perda de eficácia por decurso de prazo.

O advogado Gabriel Baccarrini, que integra a banca, avalia que o texto de devolução da MP diz expressamente que os itens seriam "considerados não escritos", com o encerramento da vigência e eficácia da edição da MP, portanto, a rigor, ela não deveria surtir efeitos. Contudo, Baccarini lembra que o próprio Regimento do Senado prevê a possibilidade de recurso à Comissão de Constituição e Justiça.

A advogada Fernanda Secco, sócia da área tributária do Velloza Advogados, também destaca o trecho do ato que afirma que foram rejeitados sumariamente e considerados não escritos os incisos que limitariam as compensações, tendo sido declarado o encerramento da vigência e eficácia da MP, desde a sua edição.

Futuro político do 'pai do Pix' tempera jantar

Álvaro Campos e Maria Cristina Fernandes
De São Paulo

O atraso pode ter contribuído, mas não explica sozinho o mau humor dos presentes ao jantar no Palácio dos Bandeirantes na noite de segunda-feira (10). Como a cerimônia da Assembleia Legislativa de São Paulo começou quase uma hora depois do horário marcado, o jantar também atrasou. Começou às 22h, quando os comensais já se perguntavam a que horas poderiam ir embora.

O principal tempero do mau humor, porém, era a irritação com o governo. Festejava-se a principal autoridade monetária do país, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nos domínios do principal pré-candidato à Presidência da República, o governador Tarcísio de Freitas, mas toda a impropriedade do gesto se diluía num ambiente em que todas as flechas estavam voltadas para Brasília.

Até Fernando Haddad, preservado até aqui, como a âncora do governo, entrou na roda. A irritação era movida pela percepção de que o ministro da Fazenda não havia sido capaz de sensibilizar o presidente da República sobre a trajetória fiscal. E que o país se aproxima de um ponto de não retorno em que uma hesitação do BC pós-Campos Neto em torno do juro capaz de neutralizar o déficit crescente em 2025 poderia vir a provocar uma corrida para o dólar.

Foi uma reunião de tribos. Entre egressos do mercado financeiro, registraram-se o BTG (André Esteves, Fabio Faria, Bruno Bianco), o Bradesco (Marcelo Noronha e Luiz Carlos Trabuco), o QMS Capital (Marcelo Kayath). Do agronegócio, a Marfrig/BRF (Marcos Molina), da logística, a JSL (Fernando Simões) e da política, ex-inquilinos do Palácio dos Bandeirantes (João Dória e Rodrigo Garcia) e o ex-presidente Michel Temer.

Os discursos ficaram na Assembleia Legislativa, sendo o do homenageado definido por um dos comensais como uma plataforma de candidato. Chamou-lhe a atenção o quanto Campos Neto estava sendo incensado pelos mais próximos para cultivar um futuro na política — desde o Ministério da Fazenda de um eventual governo Tarcísio Freitas até mesmo um passo adiante, como "pai do Pix".

Projeto permite à Mesa suspender mandato

De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, por 302 votos a 142, o requerimento de urgência para acelerar a tramitação de um projeto de resolução que permitirá que a direção da Casa suspenda cautelarmente o mandato de parlamentar alvo de representação por quebra de decoro apresentada por membros do comando da Câmara. Após consulta às bancadas partidárias, o mérito do texto deve ser apreciado nesta quarta-feira.

A proposição saiu do papel em reação à briga protagonizada pelo deputado André Janones (Avante-MG) e por parlamentares alinhados com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na semana passada no Conselho de Ética. Outros episódios em que parlamentares quase se agrediram determinaram a decisão, segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O texto, que altera o regimento interno da Casa, prevê que a suspensão cautelar sugerida pela Mesa Diretora deverá ser apreciada pelo Conselho de Ética em uma reunião convocada exclusivamente para analisar esse tipo de caso. Para a decisão ser referendada, será necessário o apoio da maioria dos integrantes do colegiado.

Após a decisão do Conselho de Ética, haverá prazo de cinco sessões para que seja apresentado um recurso para que o plenário da Casa tenha que confirmar a decisão do colegiado.

A proposição foi apresentada por Lira durante a reunião de líderes partidários, e PL e Psol demonstraram resistência para o avanço do tema.

Ao **Valor**, a líder da Minoria na Câmara, Bia Kicis (PL-DF), classificou o projeto como uma medida que concentra poderes nas mãos da direção da Casa.

A mesma leitura foi feita pelo deputado Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ), que representou o seu partido na reunião de líderes. Em sua avaliação, a medida também dá a Lira e à Mesa uma ferramenta para a prática do autoritarismo dentro do Legislativo.

Nos bastidores, parlamentares avaliaram que Lira e outros dirigentes da Casa deveriam apoiar o avanço de uma medida que impusesse melhor funcionamento do Conselho de Ética, comandado por Leur Lomanto Júnior (União-BA).

Técnicos da Câmara chamam atenção para a possibilidade de o alagoano ter apostado as fichas no avanço de uma reforma do colegiado, que está parado desde 2021.

Após reações, uma nova versão do texto foi apresentada minutos antes da votação, retirando do trecho que dava poder aos dirigentes da Câmara de excluir parlamentares de comissões nas quais protagonizassem embates mais graves. Também saiu do texto ponto que determinava que, em caso de tumulto grave passível de enquadramento penal, a direção da Casa poderia determinar a abertura de inquérito, a ser conduzido pelo corregedor parlamentar.

Lira, por sua vez, disse que a medida representava um ônus e não um bônus para a direção da Casa e negou que esteja roubando a prerrogativa da comissão. Já Lomanto Júnior afirmou que a medida não tira nenhum poder do Conselho de Ética, pois a suspensão de deputado pela Mesa Diretora precisará ser referendada pelo colegiado. "É uma medida correta, urgente e necessária". *(MR e RDC)*

Propostas de contenção de despesas dividem base

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

As propostas em discussão na equipe econômica para contenção de despesas dividiram a base aliada. De um lado, parlamentares de centro-direita cobram que o Executivo faça a "lição de casa" e corte gastos comemoram que o tema finalmente entrou na pauta do governo Lula (PT). De outro, a esquerda critica a ideia de limitar o dinheiro para saúde e educação.

A equipe econômica estuda limitar o aumento das despesas com saúde e educação a 2,5% de ganho real (acima da inflação) por ano, mesmo percentual que é o teto de crescimento das despesas com o novo arcabouço fiscal. Hoje, o piso é estabelecido com base na receita, que tem crescido anualmente acima desse percentual.

Um deputado do PT que preferiu não se identificar disse que isso causará grande turbulência na base social do partido e do governo e que não será de fácil aprovação. Lembrou que os pisos da saúde e educação só podem ser modificados por uma proposta de emenda constitucional (PEC), o que exigiria grande esforço político e daria munição para a oposição.

Além disso, citou que as universidades federais já estão enfrentando a primeira greve em anos por reajustes para os professores e funcionários e que a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é, justamente, ampliar as verbas e investimentos no setor.

Mais grave ainda, alertou esse deputado do PT, será se a proposta avançar para limitar também o crescimento das aposentadorias que são vinculadas ao salário mínimo. A proposta foi sugerida pela ministra do Planejamento, Simone Tebet, em entrevista ao **Valor** e prontamente rebatida pelos principais líderes do partido.

Líder do PCdoB na Câmara, o deputado Márcio Jerry (MA) ressaltou que é preciso aguardar para conhecer qual é a proposta do governo. "Mas limitar os investimentos em educação e saúde públicos sempre foram pautas que nós, da esquerda, nos posicionamos contra", disse.

O "pacote" de contenção de despesas foi debatido rapidamente na reunião de líderes dos partidos da base aliada nesta terça-feira e criticado por deputados de esquerda presentes na reunião, segundo apurou o **Valor**. Para eles, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve continuar a focar no aumento da base de arrecadação e em extinguir "jabutis tributários".

Em reunião antes da devolução da medida provisória (MP) do PIS/Cofins, eles defenderam que o governo deveria insistir no texto, que limitava as compensações tributárias com este imposto, e evitar o corte de investimentos em pleno ano eleitoral. A equipe econômica avalia fazer um contingenciamento em julho, às portas do início das campanhas municipais.

Já deputados de centro-direita que apoiam o governo Lula celebraram que o tema da contenção das despesas entrou na pauta do Executivo, mas também aguardam para ver o conjunto de medidas que serão propostas dentro desse "pacote" e ressaltam que não pode ficar restrito a mudar o indexador de aumento dos gastos com educação e saúde.

Vice-líder do governo, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) afirmou que o governo precisa realinhar as expectativas de que perseguirá o déficit zero após frustrações nas receitas. "Esse anúncio cria a expectativa positiva de mudar a estratégia do ajuste fiscal, colocar também a contenção de despesas para dentro do jogo. As medidas de aumento da base de arrecadação fazem sentido e são completamente justas, mas estão se esgotando e não são suficientes."

Parlamentares de centro-direita dizem também que, apesar das críticas da esquerda, propostas de corte de gastos têm condições de prosperar porque são defendidas pelos partidos da base aliada mais "ampla".

Devolução de MP é ato raro que deve ser compreendido

Fernando Exman

Experiente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia ter poupado a si e ao seu governo do vexame de ter parte de uma medida provisória devolvida pelo presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

É a segunda vez que ele se depara com uma encruzilhada nas relações com o Legislativo por causa de uma MP rejeitada. A primeira foi em 2008, em seu segundo mandato. E os episódios guardam alguma semelhança: assim como fez nessa terça-feira (11), o Parlamento decidiu dar sinais de insatisfação ao Poder Executivo.

A confusão estava instalada no plenário do Senado naquele fim de tarde de 19 de novembro de 2008, quando o então presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho (MDB-RN), anunciou a decisão de devolver uma medida provisória que alterava as regras para concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Com voz inconfundível e um característico ritmo pausado ao falar, Garibaldi argumentou que a MP continha dispositivos inaceitáveis e, portanto, não poderia ser votada em sua forma original. O centro das críticas era o fato de ela tornar automática a aprovação de pedidos de renovação de certificados de filantropia já feitos ao Conselho Nacional de Assistência Social. Para a oposição, a possibilidade abria brechas para fraudes.

Como pano de fundo, contudo, havia uma crescente insatisfação dos parlamentares com o método político e o volumoso número de medidas provisórias editadas pelo Palácio do Planalto. Vivia-se um cenário nebuloso, no qual se misturavam eleições municipais e articulações precoces para as eleições das mesas diretoras da Câmara e do Senado. Incertezas na economia se sobrepunham às expectativas para a próxima eleição presidencial.

Foi a segunda vez na História que um presidente do Senado devolveu uma MP. A primeira foi em 1989, quando a cúpula do Congresso barrou uma de autoria do ex-presidente José Sarney.

O ato, repetido depois outras duas vezes durante as administrações Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro, ensejou debates dentro do Congresso e no meio jurídico se a simples devolução de uma MP já anularia automaticamente os atos normativos que tiveram vigência imediata após a sua publicação. Alguns argumentaram que seria preciso a edição de uma segunda MP extinguindo os efeitos da anterior, enquanto outros defendiam que um ato do Legislativo poderia fazê-lo. A discussão chegou a ser levada para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e até mesmo para o Supremo Tribunal Federal (STF).

No campo político, porém, nunca houve dúvidas quanto ao recado por trás de cada um desses atos. Em todas essas situações não iam bem as relações entre Planalto e Parlamento. Desta vez, em meio a seguidas cobranças do setor privado para que o governo inclua em seu repertório medidas de redução de despesas, o episódio também se tornou mais um item de uma ampla coletânea de casos que evidenciam os ruídos na comunicação entre os dois Poderes.

Expoentes da boa prática política lembram o elementar: seria de bom tom que os parlamentares fossem avisados de que a MP estava a caminho da Imprensa Nacional para ser publicada no "Diário Oficial da União". O Planalto seria aconselhado a repensar a medida. Um acordo teria sido, possivelmente, construído.

Mas Lula colocou-se mais uma vez na desconfortável situação de ter que se reunir com o chefe de uma das Casas do Legislativo para aplacar uma crise, na defensiva e sob pressão, sem uma agenda positiva a tratar.

Integrantes da base aliada e auxiliares do presidente têm seguidamente apontado a necessidade de Lula retornar ao dia a dia da articulação, a despeito da resistência do petista. Chamou atenção, por exemplo, um trecho de recente entrevista ao jornal "O Globo" do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), sobre as insistentes turbulências políticas.

Aliado de longa data de Lula, Wagner é um dos poucos que ainda se sente à vontade para falar o que pensa para o presidente e, também, abordar em público o que o amigo pensa. Na entrevista, primeiro pontuou que em um sistema presidencialista é a figura do chefe do Executivo que dá tração ao governo. As pessoas querem sair na fotografia com o presidente, não com um emissário, e sua presença mudaria a capacidade de articulação. No entanto, na sequência ponderou que será necessário respeitar o tempo de Lula para que isso aconteça.

Depreende-se das declarações de Wagner que é preciso ter em mente como o período em que Lula ficou preso ainda influencia o seu modo de se relacionar com interlocutores do meio político. "O cara tem alma, não é de ferro."

É possível que os seguidos reveses no Congresso mudem a dinâmica da interação de Lula com os deputados e senadores. Nessa terça-feira, aliás, a reação do governo à decisão de Pacheco foi comedida. É intenção do governo mantê-lo por perto.

No fim de novembro de 2008, Garibaldi Alves Filho também se surpreendeu com a cordialidade do presidente da República ao encontrá-lo pela primeira vez após ele enterrar a chamada MP das Filantrópicas, em uma solenidade. Cerca de dois anos depois, virou ministro da Previdência da sucessora de Lula.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Congresso Proposta teve 380 votos favoráveis e 26 contrários; agora segue para a sanção presidencial

Câmara aprova Mover com taxação das 'blusinhas'

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, por 380 votos a 26, o projeto de lei que cria a nova política automotiva do país, o Mobilidade Verde e Inovação (Mover), com a aprovação da maioria das mudanças feitas pelo Senado, como a exclusão da exigência de conteúdo local na produção e extração de petróleo. O projeto segue para sanção presidencial junto com a taxação de 20% sobre as compras internacionais de até US$ 50.

A taxação das compras internacionais foi fruto de acordo entre a Câmara, Senado e o governo, após mobilização de empresários brasileiros contra o e-commerce internacional. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se comprometeu a sanciona-la, o que deve ocorrer com rapidez já que a medida provisória (MP) do Mover perdeu a validade em 31 de maio.

Como a tributação já tinha sido aprovada pelos deputados e senadores, o tema não chegou a ser discutido novamente nesta terça-feira em plenário. A medida valerá a partir da sanção. Com isso, o Imposto de Importação será de 20% para as compras de até US$ 50 e de 60% para os itens entre US$ 50,01 e US$ 3 mil. O Congresso, contudo, criou uma "dedução" de US$ 20 no imposto das compras acima de US$ 50, o que reduzirá o tributo pago sobre as compras feitas atualmente. Além disso, ainda há incidência de 17% de ICMS, cobrado pelos Estados.

A Câmara só se debruçou nesta terça-feira sobre as mudanças feitas pelo Senado no Mover. A maioria das alterações foi acatada pelo relator, o deputado Átila Lira (PP-PI), que só não concordou com a exigência de conteúdo local na produção de pneus.

Foram acatadas alterações para convalidar os atos realizados durante a vigência da MP e para que os recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fiquem isentos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

> Proposta estabelece regras e diretrizes da nova política para o setor automotivo

A Câmara também concordou com o Senado e suprimiu a criação de um regime tributário especial para produção de bicicletas, a exigência de conteúdo local mínimo na produção e extração de petróleo e gás (o que retiraria poder do Ministério de Minas e Energia) e da consideração dos níveis de emissão de óxidos de nitrogênio (NOx) como critério para a tributação de veículos.

O Mover estabelece as regras e diretrizes da nova política para o setor automotivo, que possibilitou anúncios de investimentos de mais de R$ 100 bilhões no país. Haverá exigência de adoção de políticas mais sustentáveis na produção dos veículos do "berço ao túmulo", com normas para reciclagem de peças e uso de combustíveis menos poluentes, como veículos híbridos e elétricos.

Em contrapartida, o governo oferecerá incentivos tributários de R$ 19 bilhões até 2028 para as montadoras que investirem em pesquisa e desenvolvimento. O texto substituiu o Rota 2030, criado em 2018 para vigorar o fim desta década, e que ofereceu R$ 1,9 bilhão em estímulos tributários.

A votação do projeto fez parte de uma iniciativa do governo para tentar "virar a pauta" e tratar dos temas econômicos mais do que de pautas de costumes, em que vem enfrentando derrotas no Congresso diante da maioria conservadora inclusive dentro dos partidos da base aliada.

A intenção é discutir no plenário da Câmara, ainda este mês, as propostas do Acredita (medidas para empréstimos a pessoas de baixa renda e pequenas empresas) e de redução dos custos de energia elétrica. Ambos foram enviados pelo Executivo como medidas provisórias (MPs), mas não tiveram as comissões instaladas por causa da briga entre Câmara e Senado e, por isso, serão debatidos como projetos de lei.

Além disso, o governo quer votar ainda em junho o projeto de lei para ampliar a atuação das cooperativas no mercado de seguros. Já em julho, a pauta deve ser os dois projetos de regulamentação da reforma tributária.

PF deve concluir inquéritos sobre Bolsonaro

Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) espera concluir ainda neste mês duas investigações que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL): a do caso da falsificação dos certificados de vacina e o da venda de joias recebidas como presentes oficiais. Em julho, a expectativa é que se apresente o relatório final sobre a apuração que envolve uma suposta tentativa de golpe de Estado.

As informações são do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, que recebeu a imprensa para um café da manhã nessa terça-feira (11). Também participaram do encontro João Vianey, coordenador-geral de Cooperação Jurídica Internacional, e Ricardo Saadi, diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (Dicor).

Segundo Rodrigues, a descoberta da existência de uma nova joia durante as diligências nos Estados Unidos postergou um pouco a conclusão dos trabalhos. A suspeita é que o item também tenha sido um presente que Bolsonaro ganhou como presidente da República e que não poderia ser vendido.

Diante da nova suspeita, a PF terá que colher outros depoimentos para descobrir mais detalhes sobre a peça. O tenente-coronel Mauro Cid, que é ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, deverá ser um dos ouvidos. Ele fechou um acordo de delação premiada e está envolvido na comercialização de outros presentes recebidos pelo ex-presidente.

Para o diretor-geral da PF, o novo fato "só robustece a investigação" que tem sido feita sobre o caso desde que foi revelado que um conjunto de joias presenteadas por autoridades da Arábia Saudita foi apreendido pela Receita Federal no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, em 2021.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

Rodrigues: descoberta de uma nova joia adiou conclusão dos trabalhos

Além dessas investigações que envolvem diretamente Bolsonaro, a PF também pretende concluir em breve o inquérito que apura supostas irregularidades na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo anterior, quando o órgão era comandado por Alexandre Ramagem, próximo à família do ex-presidente.

Segundo Rodrigues, o inquérito está na fase de diligências finais e a expectativa é que as investigações sejam concluídas em julho ou agosto. Ele também afirmou que a PF analisa a possibilidade de fechar acordos de colaboração no âmbito do caso, batizado de "Abin paralela". A suspeita é que houve o uso indevido do software "FirstMile" para espionar autoridades e desafetos do governo Bolsonaro.

Em outra frente, a Polícia Federal também deu início a um processo para tentar capturar suspeitos que participaram dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. A estimativa é que cerca de 180 pessoas estejam foragidas.

Na semana passada, a PF deflagrou uma nova fase da Operação Lesa Pátria que mirou 208 investigados que haviam conseguido escapar do radar da Justiça. Desse total, 50 foram presos.

A principal suspeita é que o restante tenha saído do país de maneira clandestina, via fronteira terrestre. Somente para a Argentina, a PF acredita que tenham ido entre 50 e 100 pessoas. Também há informações de que os fugitivos podem ter ido para outros países, como Uruguai e Paraguai.

Diante da suspeita, a PF já começou a estabelecer um trabalho de cooperação internacional, por meio de entidades como a Interpol e a Ameripol (rede de polícias das Américas). Após a localização dos suspeitos, o Brasil terá que ser iniciar os processos de extradição dos golpistas. Caberá, então, ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), encaminhar os pedidos ao Ministério da Justiça.

Na pasta, o órgão que cuida dos trâmites burocráticos é o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI). Somente após a análise de cada caso, um pedido oficial deve ser enviado ao país vizinho, por meio do Ministério das Relações Exteriores.

Os integrantes da PF, no entanto, evitaram comentar sobre a possibilidade de os suspeitos entrarem com pedidos de refúgio na Argentina, hoje presidida por Javier Milei, próximo a Bolsonaro.

Rodrigues também não quis se posicionar sobre projeto que tramita no Congresso, cujo texto proíbe pessoas presas de fecharem acordos de colaboração. Ele, no entanto, defendeu que a delação é uma "importante ferramenta na obtenção de provas".

O diretor-geral também disse que a PF deve encaminhar "nos próximos dias" uma minuta sobre o assunto. "Nós respeitamos absolutamente o processo legislativo. Acho que o Parlamento é o ambiente certo para a discussão, que deve ouvir todas as partes interessadas", disse.

Investigação sobre atentado tem pedido de arquivamento

Flávia Maia e Isadora Peron
De Brasília

A Polícia Federal (PF) pediu o arquivamento do inquérito aberto para apurar o atentado contra o então candidato à Presidência Jair Bolsonaro em 2018, durante um ato de campanha em Juiz de Fora (MG). Segundo a corporação, após a retomada das investigações para identificar outros possíveis envolvidos, a conclusão foi que Adélio Bispo foi o único responsável pela facada.

"Adélio agiu sozinho e a conclusão do inquérito é essa", disse o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, em entrevista nessa terça-feira (11).

Após novas solicitações do Ministério Público Federal (MPF), a PF concluiu as investigações e enviou o relatório final para avaliação da Justiça. Como parte das diligências, foi deflagrada uma operação na manhã dessa terça-feira, em Minas Gerais.

Segundo o diretor-geral, a PF recebeu uma denúncia de que os advogados de Adélio Bispo seriam ligados ao crime organizado e a partidos de esquerda, que teriam a intenção de matar o ex-presidente. "A Polícia Federal se debruçou sobre esse tema, investigou com várias técnicas de investigação e hoje fez a operação. De fato, havia a ligação de um advogado com o crime organizado, mas nenhuma vinculação com o atentado", contou Rodrigues.

Ele afirmou ainda que a conclusão dos investigadores foi que o advogado não teve participação no planejamento do crime contra o ex-presidente e que a operação deflagrada teve como objetivo apurar outros crimes. O advogado não foi preso, foram cumpridos apenas mandados de busca e apreensão.

"Comprovamos, sim, a vinculação desse advogado com o crime organizado, mas nenhuma vinculação desse advogado com a tentativa de homicídio do ex-presidente", explicou Rodrigues.

Em maio 2020, ainda sob o governo Bolsonaro, a Polícia Federal já havia concluído que Adélio agiu sozinho, sem ordem de mandantes ou auxílio de comparsas, mas a conclusão foi rechaçada pelo ex-presidente e seus familiares. Na época, houve pressão para que o caso continuasse a ser investigado.

A Justiça também decidiu que Adélio tem transtorno mental e, por isso, era inimputável, isto é, uma pessoa que não conseguia compreender a gravidade do crime que cometeu e de responder por seus atos.

Congresso Senador Irajá afirma que Fazenda é um dos 'maiores entusiastas' da proposta; ele projeta que turismo irá dobrar com nova legislação

País pode arrecadar até R$ 40 bi com cassinos, diz relator

Caetano Tonet, Julia Lindner e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Relator do projeto de lei que libera a exploração de cassinos, bingos e o jogo do bicho no país, o senador Irajá (PSD-TO) afirmou ao **Valor** que o Ministério da Fazenda é "um dos maiores entusiastas" da matéria. O parlamentar projeta uma arrecadação de até R$ 40 bilhões com o regramento dos jogos de azar e acredita que o turismo brasileiro vai dobrar o número de visitantes em até oito anos com a vigência da nova legislação.

Irajá está confiante na aprovação da matéria, cuja votação está prevista para esta quarta-feira (12) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. A expectativa é que a deliberação em plenário ocorra antes do recesso parlamentar, em 18 de julho, para depois seguir à sanção presidencial. O texto já passou pela Câmara dos Deputados.

Em entrevista exclusiva ao **Valor**, Irajá relatou que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é favorável ao projeto. "Eles [do Ministério da Fazenda] são dos mais entusiastas. Eu vejo pelo lado social do projeto, e a Fazenda, como é o dever dela, olha pelo lado econômico. A arrecadação vai ser algo fabuloso para o país", declarou.

Embora a Fazenda não defenda o projeto publicamente, Irajá diz que, reservadamente, "Haddad diz ser favorável porque entende que é bom para o país".

O ministro do Turismo, Celso Sabino, por sua vez, é apontado pelo relator como "um dos grandes defensores" do texto.

"[O ministro do Turismo] está superanimado e confiante também na aprovação dessa matéria. Nós estamos apostando muito que o Brasil vai ter nos resorts integrados uma grande âncora do turismo mundial e pode conseguir dobrar o número de turistas no universo de cinco a oito anos", afirmou Irajá.

Ao **Valor**, Sabino confirmou que tem acompanhado a tramitação. Ele contou que tem recebido investidores internacionais interessados em fazer aportes no país para a construção de resorts com cassinos em diversas regiões.

Segundo o ministro, há acordo entre governo e lideranças do Legislativo para que o tema avance. "Há pleno ânimo e acordo entre o ministro do Turismo, Arthur [Lira], [Rodrigo] Pacheco, Davi [Alcolumbre] e os relatores para aprovar esse projeto", explicou Sabino.

"A liberação de resorts integrados no país vai permitir que o turismo nacional viva uma outra realidade, um novo momento, de muito mais turistas transitando pelo país, gerando milhares de novos empregos e bilhões de reais em investimentos", completou.

Apesar da resistência da bancada evangélica, que se articula para rejeitar o texto, Irajá acredita que o projeto irá avançar. O termômetro, na visão dele, foi a votação do projeto que liberou os jogos online, no final de 2023.

"Esse tema dos jogos de apostas não é unânime, nem de longe. Nós sabemos disso e nem esperamos que vá ter um placar elástico. Mas, em conversas com os partidos, com os colegas, eu acredito que teremos uma votação majoritária."

O senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, reforçou que a bancada seguirá contra o projeto. "Não há hipótese de sermos a favor dos jogos de azar. Isso só vai servir para lavar dinheiro. Entendemos que o dinheiro gerado a partir dessa regulamentação não compensa o prejuízo que isso traz para a sociedade", argumentou Viana.

Para o relator, o projeto é alvo de uma visão "preconceituosa" e ideológica por parte dos colegas.

> "Não há hipótese de sermos a favor dos jogos de azar" *Carlos Viana*

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

Irajá: "Eu vejo pelo lado social e a Fazenda, como é o dever dela, pelo lado econômico. A arrecadação vai ser algo fabuloso"

"Eu acho que existe um certo preconceito. Muitos argumentam a questão de evasão de divisa e de sonegação fiscal. Porque se tinha ideia de que as pessoas vão hoje no resort integrado, em um bingo, pegam lá uma mala de dinheiro e jogam. Isso não existe mais. Hoje todo o processo é eletrônico", ponderou.

"Com relação à questão do vício, hoje qualquer pessoa com celular joga. Se ele não vai jogar aqui no país para arrecadar os impostos para cá, ele vai jogar em outro lugar. Eu respeito as opiniões, mas os argumentos não se sustentam. Não conheço um país civilizado que tenha regulamentado os jogos e que tenha voltado atrás", acrescentou.

O relator fez apenas ajustes redacionais no texto aprovado na Câmara, não de mérito (o que faria a matéria voltar para a Câmara). Uma delas retira a previsão de que os resorts onde serão instalados os cassinos devam ser construídos do zero e prevê que basta as edificações serem "destinadas" a este tipo de atividade.

"Vamos promover um ajuste redacional trocando a palavra 'construídos' para 'destinados'. Aí pode ser um projeto do zero ou um projeto pré-existente. Não podemos eliminar a perspectiva de explorar os empreendimentos nacionais que já estão aí."

Questionado sobre o número de licenças para a exploração estar ligado a questão populacional dos estados e municípios, Irajá argumentou que a limitação foi uma maneira de fazer o projeto avançar. Pelo texto, cada estado terá direito a um cassino, tirando São Paulo, que poderá ter três, e Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas e Pará, que contarão com no máximo dois. Para o jogo do bicho, a previsão é de um ponto a cada 700 mil habitantes, e, para bingos, a regra é de um a cada 150 mil pessoas.

"Eu acho que o mercado é que deveria definir as quantidades. Porque são as empresas que vão fazer esses investimentos que vão dizer se é viável. Dito isso, como é uma coisa nova e a gente está dizendo tanta coisa de preconceito, de resistência, acabou se optando por um projeto mais conservador. Se der certo, a tendência é a gente ampliar essas licenças", afirmou.

Irajá vê como positiva a regulamentação do jogo do bicho e não teme que a nova regra possa interferir em eventuais disputas entre os atuais exploradores da modalidade. "Essa disputa sempre aconteceu e não estamos aqui pra arbitrar isso. Vamos organizar isso trazendo para a legalidade o que hoje é ilegal. O que não pode é fazer de conta que não existe", declarou.

O relator explicou ainda que, caso o jogo do bicho seja regulamentado, a exploração ilegal da modalidade não será mais enquadrada como contravenção, passando a configurar crime.

Irajá afirmou que a regulamentação do Sistema Nacional de Jogos e Apostas (Sinaj) ficará a cargo do Poder Executivo.

"Existe uma discussão se o Ministério do Turismo poderá apontar o local de licenciamento ou se será o Ministério da Fazenda", declarou o relator.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou.

Pergunte aos dados

César Felício

Lula, Bolsonaro e a direita na Europa

Duas pesquisas relativamente recentes realizadas em países membros da União Europeia, uma da Ipsos em abril deste ano e outra do Eurobarômetro, realizada em dezembro de 2023, jogam um pouco de luz sobre o crescimento eleitoral da extrema direita no continente, que energiza e se interconecta com a extrema direita brasileira.

A Ipsos analisou as preocupações do eleitorado de 29 países, Brasil incluído. Do bloco europeu são 9: Alemanha, Itália, França, Espanha, Polônia, Holanda, Hungria, Bélgica e Suécia. Os respondentes foram apresentados a uma lista de problemas e pinçaram três como os principais. A preocupação com a imigração, previsivelmente, é maior entre europeus. Dos 10 que mais se preocupam, estão Alemanha (38%), Holanda (35%), Bélgica (25%) e França (23%), além do Reino Unido (32%), que saiu da União Europeia. O Brasil é o menos preocupado, com o tema citado por 1%.

Mas onde os europeus mais se destacam é no medo de guerra, o que mostra como o conflito da Ucrânia está presente no cotidiano. Dos 10 mais preocupados com o tema, 6 são da União Europeia. Possivelmente o medo da expansão da guerra explica o fato de a direita tradicional ter mantido uma maioria relativa a favor da manutenção do bloco. Em países fisicamente próximos do conflito, como Polônia, Romênia e Hungria, por exemplo, a votação da extrema direita, sem posição clara contra a Rússia, decresceu.

A saúde foi apontada como a principal preocupação dos brasileiros (42%) e também o é para os europeus. Cinco dos dez que mais citaram o problema são do bloco. Por motivos diferentes, o europeu e o brasileiro se sentem vulneráveis. A demografia europeia tem população maior de idosos. Cerca de 21% da população do bloco tem mais de 65 anos, percentual que no Brasil é de 11%. No caso do Brasil a queixa é falta de estrutura de atendimento. Mantidas as nossas carências o envelhecimento brasileiro já apontado nos últimos censos deve agravar ainda mais a percepção da saúde como um drama.

> Saúde é a principal preocupação dos brasileiros e também dos europeus

O levantamento do Eurobarômetro de dezembro de 2023 desce a uma camada mais fina. A instituição fez uma pesquisa com todos os países do bloco sobre intolerância, preconceito e racismo, com resultados inquietadores.

Na Alemanha — um dos países mais tolerantes da Europa — 10% dos pesquisados foram contra ensinar sobre o Holocausto no sistema escolar. Outros 9% se disseram desconfortáveis com a perspectiva de verem filhos se relacionarem com judeus. O desconforto sobe para 24% em relação a muçulmanos. 16% dos alemães são contra direitos iguais para homossexuais, bissexuais, transgêneros ou não binários. 9% desconfiam das autoridades eleitorais. 11% reclamam da democracia. 19% são contra orientação sexual nas escolas. Se uma pesquisa semelhante fosse feita no Brasil, em dezembro do ano passado, qual seria o resultado? O partido AfD, de extrema direita, conseguiu 15,9% dos votos no domingo.

Na Holanda, onde 26% do eleitorado assume ter discriminado alguém nos 12 meses anteriores, o PVV, de extrema direita, passou de 4% para 19% entre 2019 e 2024. Na Áustria, onde 32% disseram que se sentiriam muito desconfortáveis caso tivessem um colega de trabalho negro, o FPO, de extrema direita, ficou em primeiro com 26%. Para que não haja ruído: em um país como a Áustria racismo indica discriminação contra imigrantes, o que evidentemente não é o caso do racismo em países de maioria negra como o Brasil ou de maiorias negras em algumas regiões, como os Estados Unidos. A discriminação contra imigrantes existe no Brasil também, mas no nosso caso falta bússola para medi-la.

A intolerância ajuda a entender a resiliência de minorias radicais, mas é insuficiente para explicar uma guinada da maior parte do eleitorado. No caso da França, outros indicadores mostram insatisfação generalizada com o governo Macron. Segundo pesquisas do Ifop, desde que assumiu seu primeiro mandato, a aprovação de Macron nunca passou de 43% desde março de 2020, o mês do início de pandemia de covid-19. Estava em 31% em maio, cinco pontos percentuais a mais do que em maio de 2023. A extrema direita cresceu bastante, com a Reunião Nacional indo de 23% para 31%, mas o Partido Socialista ressuscitou, pulando de 6% para 14%, e a extrema esquerda evoluiu de 6% para 9%. Todas as oposições a Macron cresceram.

> Na Holanda, 26% assumem ter discriminado alguém nos 12 meses anteriores

A direita no Brasil comemora o resultado da votação da União Europeia, mas as aves que ali gorjeiam, não gorjeiam como cá. É importante notar que as lideranças com mais conexão com os radicais do Brasil tiveram desempenho discreto. Foi o caso do Vox na Espanha, do Chega! em Portugal, ou mesmo de Viktor Orbán, o governante da Hungria festejado no governo Bolsonaro. Na Itália, o contato dos brasileiros é mais intenso com Matteo Salvini, da Liga Norte, que recentemente recebeu o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes. O partido de Salvini teve um péssimo resultado. Está sendo engolido pelo da premier Giorgia Meloni, que desde que assumiu segue o protocolo e evita batalhas culturais no Brasil. O resultado realmente ansiado pelo bolsonarismo é o de novembro, nos Estados Unidos.

No caso dos aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que aliás estará na Europa no dia 13, a eleição europeia traça um cenário sombrio. A vitória de Lula em 2022, até o momento, foi a última vez em que a direita cedeu o poder à esquerda no cenário mundial. De lá para cá, ou o pêndulo ficou no mesmo lugar, ou bateu à direita.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília.
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

PDT oferece nome de Martha Rocha para vice de Paes

Camila Zarur
Do Rio

Lançada pelo PDT como opção de vice para o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), a deputada estadual Martha Rocha já teve embates com o pré-candidato à reeleição. A parlamentar, porém, acredita que é necessário mirar o futuro para fazer política.

"Eu tenho um profundo respeito pelo prefeito Eduardo Paes. Tivemos batalhas duras no passado, mas politica não se faz olhando pelo retrovisor. Tudo é um aprendizado", disse Rocha, ao **Valor**.

O PDT colocou a deputada à disposição após uma reunião do partido na segunda-feira (10). A sigla trabalhista havia anunciado apoio à reeleição de Paes em março, mas só agora reivindicou a vice na chapa. O posto também é cobiçado pelo PT, que indicou duas opções: André Ceciliano, ex-secretário do Ministério das Relações Institucionais, e Adilson Pires, ex-secretário de Assistência Social.

Segundo Rocha, os dois partidos tentam uma costura para estar na chapa ao lado de Paes: "Existe um compromisso do PDT e do PT sobre a vaga de vice no Rio, mas isso está sendo construído nacionalmente. O meu papel é estar pronta para o que o meu partido decidir."

"Eu digo que não trabalho para ser vice-prefeita, trabalho como deputada estadual e amo o que faço. Mas, acima de tudo, tenho um compromisso com o PDT", afirma.

Se escolhida, a deputada estará do lado oposto ao do último pleito municipal, em 2020. Naquele ano, Rocha concorreu contra Paes, disputando principalmente o eleitor mais ao centro. A parlamentar, que é ex-chefe da Polícia Civil, afirma que pode contribuir na corrida eleitoral como especialista em um dos temas mais caros à população: "Entendo que a figura de uma mulher especialista em segurança pública é fundamental para o cenário que o Rio vive hoje."

A vaga na chapa de Paes é alvo de desejo pelos partidos devido à expectativa de o prefeito se lançar candidato ao governo estadual em 2026. Se for reeleito, ele deverá deixar a cadeira seis meses antes do próximo pleito ao Executivo do Estado. Nesse cenário, quem assume a prefeitura é o vice, se mantendo no cargo até 2028.

Igualdade de gênero global levará 134 anos, diz estudo

Luiza Palermo
De São Paulo

O mundo levará mais de 134 anos, o equivalente a cinco gerações, para chegar à igualdade total de gênero, à medida que o ritmo de progresso na lacuna de desigualdade permanece lento, diminuindo 0,1 ponto percentual desde o ano passado, aponta o relatório anual de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial.

Em um ano com mais de 60 eleições nacionais pelo mundo, aponta o documento, a redução na melhora na participação política das mulheres se torna mais perceptível — com cargos de alto nível permanecendo inacessíveis para elas.

Assim como na política, o número de mulheres em cargos de alto nível no mercado de trabalho também está diminuindo. Utilizando dados do Linkedin, o documento mostra a contratação de mulheres para cargos de liderança se reduzindo, passando de 37,5% para 36,9% em 2023. A taxa continuou caindo no início de 2024 para 36,4%, abaixo do nível de 2021.

"O progresso lento que havia sido feito na contratação de mulheres para cargos de liderança agora está começando a se erodir desde um pico visto em 2022. "As mulheres foram desproporcionalmente afetadas pela desaceleração da economia global, reforçando os problemas sistêmicos que impedem as mulheres no local de trabalho", disse Sue Duke, vice-presidente de Política Pública Global e Gráfico Econômico do Linkedin.

Mulheres na liderança
Taxa se reverteu desde 2023 - em %

Ano	%
2016	33,5
2017	33,7
2018	34,5
2019	35,3
2020	35,4
2021	37,1
2022	37,5
2023	36,9
2024	36,4

Fonte: Linkedin Economic Graph

"Estamos alcançando um momento decisivo à medida que a IA [inteligência artificial] generativa começa a impactar o mercado de trabalho. Os empregadores devem garantir que aplicam uma perspectiva de gênero à abordagem na capacitação para estabelecer o local de trabalho do futuro de forma justa e equitativa", completa.

As diferenças de gênero retardam o progresso econômico para as mulheres. O Banco Mundial estima que o fechamento dessa lacuna de gênero no emprego e no empreendedorismo poderia aumentar o PIB global em mais de 20%.

Segundo o documento, a ligeira melhora da defasagem global de gênero em 2024 é impulsionada por mudanças positivas na participação e oportunidade econômica.

Por outro lado, o relatório também destaca alguns progressos notáveis, como a diminuição de 68,5% na lacuna de gênero, assim como a recuperação da igualdade nas taxas de participação na força de trabalho para 65,7%, em relação a uma mínima de 62,3% após a pandemia.

"Apesar de alguns pontos positivos, os ganhos lentos e incrementais destacados no relatório deste ano sublinham a necessidade urgente de um compromisso renovado para alcançar a paridade de gênero, particularmente nas esferas econômica e política", disse Saadia Zahidi, diretora-geral do Fórum Econômico Mundial. "Não podemos esperar até 2158."

No ranking global que destaque a igualdade de gênero pelas regiões, a América Latina e o Caribe registaram progressos significativos desde 2006, com uma melhora geral de 8,3 pontos de paridade de gênero, a maior melhora de todas as regiões.

Já a Europa continua liderando o ranking, com uma pontuação de 75%, além de possuir os países com os melhores índices de igualdade — a Islândia, que permanece como o mais igualitário, seguida pela Finlândia, Noruega, Suécia, Alemanha e Irlanda. A pontuação geral de paridade da Europa melhorou 6,2 pontos desde 2006.

Banco Mundial Peso crescente da dívida externa joga uma sombra sobre as perspectivas econômicas mundiais, aponta relatório

Países em desenvolvimento terão de pagar US$ 150 bi só de juros

Juntaro Arai
Nikkei, de Tóquio

Os países em desenvolvimento devem pagar um recorde de mais de US$ 150 bilhões em juros sobre sua dívida externa este ano, igual valor estimado em 2023, estima o Banco Mundial, o que provoca temores sobre o possível efeito disso na economia global.

Esses valores equivalem a cerca de um terço dos mais de US$ 480 bilhões que esses países precisam pagar serviço das dívidas em 2024.

A dívida externa total dos países em desenvolvimento, que englobam países de renda média-alta, como a Tailândia, e países de renda média-baixa, como Índia e Bangladesh, caiu 3%, para US$ 8,97 trilhões em 2022. Porém, as taxas de juros elevadas em todo o mundo aumentaram o peso da dívida.

Os 75 países de baixa renda são os mais duramente atingidos: em 2022, pagaram um recorde de US$ 88,9 bilhões em custos do serviço da dívida, dos quais US$ 23,6 bilhões de juros. A previsão é de que seus custos com o serviço da dívida tenham crescido cerca de 50% em 2023, para US$ 137,7 bilhões, e continuem elevados em 2024, em torno de US$ 122,9 bilhões.

Os países emergentes e em desenvolvimento devem crescer 3,9% em 2024, mais de um ponto porcentual abaixo da média dos últimos 10 anos. A inflação e o juro elevados têm prejudicado a atividade econômica, diz o banco.

Isto também representa um risco para a economia mundial como um todo. O Fundo Monetário Internacional (FMI), avaliou, em seu relatório Perspectivas Econômicas Mundiais de abril, que a leve aceleração entre as economias avançadas "será neutralizada por uma desaceleração modesta nos mercados dos emergentes e nas economias em desenvolvimento, de 4,3% em 2023 para 4,2% em 2024 e 2025".

Akihiko Nishio, vice-presidente do Banco Mundial para financiamento do desenvolvimento, observa que uma maior transparência é fundamental para lidar com a dívida dos países em desenvolvimento. É difícil negociar rolagem e outros tipos de reestruturação sem ter clareza dos bancos envolvidos e as condições.

Por exemplo, após o calote de 2020, a Zâmbia demorou três anos para chegar a um acordo de reestruturação. Uma dificuldade eram seus laços com a China, uma vez que Pequim não torna públicos os termos de seus empréstimos para países em desenvolvimento.

A China também é um grande credor do Sri Lanka. Enquanto outros credores, como Japão, França e Índia, negociam um alívio da dívida do Sri Lanka, a China participa apenas como observadora. Nishio destacou a importância de dar continuidade ao diálogo e disse que Pequim está "prestando mais atenção aos riscos de um calote".

Crescimento global
Variação anual do PIB, em %

Ano	2023	2024*
Mundo	2,6	2,6
Economias ricas	1,5	1,5
EUA	2,5	2,5
Zona do euro	0,5	0,7
Japão	1,9	0,7
Países emergentes e em desenvolvimento	4,2	4,0
China	5,2	4,8
Rússia	3,6	2,9
Brasil	**2,9**	**2,0**
México	3,2	2,3
Argentina	-1,6	-3,5
Índia	8,2	6,6

Fonte: Banco Mundial *Previsão

Economia global. No relatório Perspectivas Econômicas Globais divulgado ontem, o Banco Mundial elevou sua previsão para o crescimento da economia global em 2024 em função da forte expansão nos EUA, embora tenha alertado para o impacto que as mudanças climáticas, guerras e o alto endividamento terão nos países mais pobres, onde vive a maioria da população.

Agora, o Banco Mundial projeta crescimento de 2,6%, acima dos 2,4% da previsão feita em janeiro. A maior parte dessa melhora é atribuída à revisão para cima da estimativa de crescimento dos EUA para 2,5%. Antes previa 1,6%. Por outro lado, países da África Subsaariana, Oriente Médio e Norte da África tiveram a estimativas revisadas para baixo.

"A boa notícia é que a economia mundial está se estabilizando, e fazendo isso mais rápido do que esperávamos em janeiro, e, em grande parte, isso se deve à força inesperada da economia dos EUA", disse Indermit Gill, economista-chefe do Banco Mundial. Mas o ritmo do crescimento atual é inferior à de antes da pandemia da covid-19, e "para as economias menores e mais pobres, as coisas não estão boas nem em termos de estabilidade nem de crescimento", disse Gill.

O Banco Mundial também destacou os riscos diante da fraqueza do comércio exterior. "As perspectivas do comércio exterior permanecem desanimadoras, em parte refletindo a proliferação de medidas de restrição ao comércio e a alta incerteza da política comercial." ***(Com Bloomberg)***

A última melhor esperança contra o populismo é expô-lo ao governo

Análise

Janan Ganesh
Financial Times

No romance de Stendhal que chamamos de a vida de Emmanuel Macron, o protagonista fica cada vez mais ousado à medida que ascende na França. Ele se casa com a mulher que ama, entra para o Rothschild apesar da crise bancária. Cria um partido, com as suas próprias iniciais, e obtém o maior cargo eleito diretamente na Europa.

Sua decisão mais recente — dar à extrema direita uma chance antecipada de chegar ao poder — será apresentada como mais um desses atos obstinados. Mas não é nada disso. É um trabalho de lógica fria.

A última melhor esperança contra o populismo na Europa e expô-lo ao governo. A pressão do poder poderá forçar os partidos anti-establishment a moderar o tom, como Georgia Meloni fez de certa forma na Itália. Ou poderá revelar a sua incompetência e torpeza, como aconteceu com Boris Johnson no Reino Unido. É claro que às vezes isso não acontece: o poder não domestica e nem envergonha (ver Viktor Orbán). Mas mesmo assim, esses partidos deveriam pelo menos ficar sujeitos ao pêndulo da política. O tempo gasto no governo é o tempo gasto alienando os eleitores com decisões tangíveis.

Neste momento, em grande parte da Europa, os populistas têm um sucesso adequado: o suficiente para poluir a atmosfera, espalhar a ideia de que existem respostas simples para grandes problemas se os governos as implementassem, mas não o suficiente para terem de provar isso no cargo. O establishment tem um histórico, e todos os registos são falhos. Seus inimigos podem viajar mais levemente. O confronto entre os dois lados é assimétrico.

Preste atenção em quantos dos membros da extrema direita com desempenhos relativamente fracos nas eleições para o Parlamento Europeu são titulares nacionais (o partido Fidesz de Orbán) ou apoiadores de governos (os democratas suecos). Esta é a força gravitacional que arrasta os políticos tradicionais para baixo. O governo traz atenção 24 horas por dia, e não apenas para as rodadas de transmissão organizadas, nas quais Nigel Farage se destaca. Acima de tudo, traz o ônus de tomar decisões que custam dinheiro aos eleitores.

Eu poderia citar aqui aumentos de impostos para financiar promessas generosas. Ou taxas de juros mais altas devido a empréstimos excessivos. Mas poucas coisas prejudicam mais a causa populista do que ter de gerir a imigração. A sua alternativa aparentemente plausível à mão de obra estrangeira em setores de baixos salários — pagar mais aos trabalhadores nacionais — seria testada à luz de sensibilidade do público aos preços. Mesmo se os eleitores não reclamarem do aumento dos custos sociais ou dos preços no varejo, o compromisso se tornaria aparente, afinal. Nunca tendo sido testadas, as ideias populistas têm uma credibilidade espúria. Só um período no governo mudaria isso.

O que pode ser dito contra tudo isso? "Donald Trump", talvez. O cargo máximo não moderou o 45º presidente dos EUA, mostrou aos eleitores o seu pior e ainda assim ele é o favorito para ser o 47º presidente. Tudo verdade. Mas a Europa ainda é diferente. A maioria das suas democracias não são tão divididas ou tribais como os EUA. Um desgoverno grosseiro ainda desacreditaria um líder na maior parte do continente.

Um argumento melhor é que, uma vez no poder, os populistas poderiam perverter o sistema para lá permanecerem, ou fazer algo tão prejudicial que supere o benefício de os tornar posteriormente inelegíveis. (Como abandonar o maior mercado comum do mundo) Daí o cordão sanitário da corrente dominante da Alemanha contra a extrema direita.

É um argumento a ser considerado. Num mundo ideal, aproximar-se do poder seria suficiente para que os populistas perdessem eleitores. Macron quer que a França contemple a possibilidade imediata de um premiê da Reunião Nacional e recue. Ele não convocaria uma eleição se não visse nada construtivo em uma vitória da RN. Em algum momento, os eleitores terão de conviver com as consequências de seus desejos.

Pode não haver uma forma segura de administrar uma dose controlada aos eleitores. Mas o status quo, em que os populistas estão na televisão, mas sem correr muitos riscos, não é sustentável. A eleição de Macron será vista como mais uma aposta escandalosa de um "homme du destin". Na verdade, poderá ser a coisa mais prudente que ele poderia ter feito.

Filho de Biden é condenado por mentir sobre drogas

Agências internacionais

Hunter Biden — filho do presidente dos EUA, Joe Biden — foi declarado ontem culpado por ter mentido em um formulário oficial para a compra de um revólver, em 2018. No questionário pré-compra, que é um documento federal, ele mentiu ao responder negativamente sobre se consumia drogas ilícitas.

Pelo crime, Hunter Biden, de 54 anos, pode pegar até 25 anos de prisão, embora uma sentença nesse caso — em que a arma não foi usada em nenhum outro crime — provavelmente corresponderá a uma fração da pena máxima. A promulgação da sentença deve sair em quatro meses, segundo a juíza que presidiu o julgamento, Maryellen Noreika.

O presidente Biden — que disputa a reeleição e enfrentará em 5 de novembro o candidato republicano, Donald Trump — disse que não concederá um perdão presidencial para o filho. Mas emitiu um comunicado dizendo que estava "muito orgulhoso do homem" que Hunter Biden se tornou.

O líder democrata acrescentou que "aceita o resultado deste caso e continuará a respeitar o processo judicial enquanto Hunter considera um recurso".

Os problemas de Hunter Biden com o consumo de drogas são notórios e ele chegou a escrever um livro no qual relata sua luta para livrar-se do vício. A defesa do filho do presidente no julgamento — em sua cidade natal, Wilmington, em Delaware — argumentou que, no momento da compra da arma, ele estava em recuperação e não era viciado e não usava drogas ativamente.

Com a decisão do júri, Hunter Biden se converteu no primeiro filho de um presidente em exercício a ser condenado por acusações criminais.

Após o julgamento de Delaware, ele deverá enfrentar outro julgamento por acusações fiscais em Los Angeles em setembro, que poderá apresentar detalhes ainda mais prejudiciais sobre seus gastos luxuosos e estilo de vida. Os problemas jurídicos do filho devem dar aos republicanos a oportunidade de retratar a família Biden como corrupta — em um momento em que Trump também enfrenta uma condenação criminal por 34 crimes relacionados à tentativa de esconder um caso que teve com uma atriz pornô antes da eleição de 2016.

Trump classificou o julgamento sobre o caso envolvendo armas de fogo de Hunter Biden como "uma distração dos crimes reais" da família do presidente. Políticos republicanos concentram-se nas negociações comerciais de Hunter Biden, especialmente com empresas estrangeiras. Mas não encontraram provas de que Joe Biden estivesse envolvido ou tenha beneficiado delas.

MANUEL BALCE CENETA/AP

Joe Biden (no centro) com o filho Hunter (à dir.) na base aérea de Delaware, origem da família presidencial

Eleições legislativas não afetam seu cargo, diz Macron

Agências internacionais

Desmentindo rumores de que poderia renunciar, o presidente francês, Emmanuel Macron, disse que sua posição no cargo "não será afetada" pelas eleições legislativas antecipadas para 30 de junho e 7 de julho — nas quais o partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, é favorito.

"Não é o RN que escreve a Constituição, nem o espírito dela. As instituições são claras, e assim é o lugar do presidente, qualquer que seja o resultado", disse o presidente à "Figaro Magazine".

A decisão de Macron de antecipar as eleições, porém, é considerada arriscada e gerou críticas de seu próprio partido. O líder de Os Republicanos, Éric Ciotti, de centro-direita, propôs uma aliança eleitoral com o RN. Isso aumentaria as chances de o RN ter maioria para indicar o primeiro-ministro.

Valor ECONÔMICO

Balança comercial continua com boas perspectivas

No ano até maio, a balança comercial não tem seguido as projeções para 2024, de uma queda do saldo comercial. Nos cinco primeiros meses do ano, o saldo acumulado atingiu o recorde de US$ 35,9 bilhões. Em 2023, houve o recorde anual de US$ 94,4 bilhões. Para 2024, o Banco Central reduziu suas expectativas de US$ 73 bilhões (o cálculo da autoridade monetária é diferente) para US$ 59 bilhões, e o Ministério da Indústria e Comércio estimou resultado positivo de US$ 73,5 bilhões. Entre as consultorias, os números estão melhores, variando o superávit de US$ 85 bilhões a US$ 90 bilhões.

Além disso, o forte acúmulo de divisas com as vendas externas está ajudando a impedir uma desvalorização mais forte do real. Até maio, apesar de a saída pelo câmbio financeiro ter sido o dobro da do mesmo período do ano passado (US$ 27,6 bilhões ante US$ 13 bilhões), o saldo do câmbio comercial, de US$ 33,7 bilhões, foi mais que suficiente para garantir um fluxo de divisas no início do ano.

As exportações somaram US$ 138,8 bilhões, 2,3% a mais do que em relação ao mesmo período do ano passado; e as importações totalizaram US$ 102,9 bilhões, com alta de 1,8% na mesma base de comparação. O aumento do volume transacionado, de 7,4% das exportações e de 11,5% das importações, garantiu o desempenho, compensando a queda dos preços, de 4,5% e 9,2%, respectivamente.

Mas um novo recorde é ainda incerto. Os resultados mensais oscilaram bastante. Nos dois primeiros meses, houve crescimento de 9% e 9,9%. Em março o resultado caiu mais de 30%, para US$ 7,3 bilhões. Retomou o ritmo em abril e, em maio, caiu 22,3%, para US$ 8,5 bilhões. O principal produto da pauta de exportação brasileira, a soja, mantém a liderança com 15,7% dos embarques, o equivalente a US$ 21,8 bilhões, mas recuou em comparação com os 19,6% do início de 2023, em consequência da redução da safra.

Ganharam espaço os produtos da indústria extrativa, principalmente o petróleo bruto e o minério de ferro, com 14,9% e 9,3%, respectivamente, das exportações. Juntos, os dois somaram 24,2% da pauta exportadora de janeiro a maio, acima dos 19,9% de iguais meses de 2023. O petróleo bruto domina, com 57,7% da exportação do grupo extrativo.

Apesar dos números exuberantes, o setor externo teve contribuição negativa para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, informou o IBGE, diferentemente do que ocorreu em 2023. Ele contribuiu para a redução de 1 ponto percentual do PIB no primeiro trimestre, em consequência de aumento das importações superior ao das vendas externas. Se o PIB agregado cresceu 0,8% no primeiro trimestre, na comparação com os três meses anteriores, com ajuste sazonal, as exportações cresceram 0,2%, e as importações, 6,5%, de acordo com o IBGE.

Pode-se dizer que isso ocorreu por um bom motivo. Parcela importante do aumento das importações se deve à recuperação dos investimentos, além do aumento do consumo. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) aponta que a decomposição da Formação Bruta de Capital Fixo feita pelo Ipea mostra alta de 19,4% em máquinas e equipamentos importados no primeiro bimestre do ano contra igual período de 2023.

O padrão se repetiu nos dados da balança comercial nos cinco meses. Bens de capital e bens de consumo puxaram as importações com crescimento de 13,4% e 23,4%, respectivamente, na comparação com igual período de 2023. Um destaque foi a importação de veículos, que saltou 59,4% e somou US$ 2,98 bilhões de janeiro a maio, 40% dos quais provenientes da China.

Do lado positivo, há a expansão da produção de petróleo, que cada vez se torna mais importante na pauta de exportações. As receitas com petróleo no acumulado do ano cresceram 31,2%. Os volumes saltaram 32,5%. Entre as incertezas, surpreende a variação de preços do minério de ferro em consequência da redução da demanda chinesa, que enfrenta barreiras para o aço que produz em vários mercados. Como reflexo disso, o minério de ferro exportado pelo Brasil apresentou queda de 11% no preço e de 6,3% em volume embarcado em maio.

A tragédia das enchentes no Rio Grande do Sul deverá afetar a balança comercial, pois é o sexto Estado do país que mais exporta e que mais importa. Contribui com 9,4% das exportações de produtos industrializados. Tem uma pauta exportadora composta por soja, calçados, polímeros plásticos e máquinas agrícolas, além de tabaco e carne bovina.

Além disso, um importante mercado, a Argentina, encolheu depois das mudanças econômicas decretadas pelo novo presidente, Javier Milei. De janeiro a maio as exportações caíram 33% e a fatia de vendas para os argentinos é a menor desde 1997 (3,6% do total).

As perspectivas para a balança comercial continuam boas, assim como segue importante sua contribuição para o equilíbrio dos fluxos financeiros, que tem pressionado a favor da valorização do dólar. No front externo, pelo menos, a situação brasileira continua muito confortável.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Grandes plataformas digitais assumiram papel central na economia contemporânea. Por **Gabriel Domingues**

A reforma tributária e as plataformas digitais

GERD ALTMANN/PIXABAY

A reforma da tributação sobre o consumo no Brasil, iniciada pela EC 132/2023, ganhou um novo capítulo com a proposta de Lei Geral do IBS e da CBS. Dentre os diversos temas importantes, assume relevo o tratamento tributário dispensado às plataformas digitais. Mas o que são essas plataformas?

O termo plataforma compreende uma série de significados. Desde as plataformas físicas, que se destinam a agregar indivíduos para a realização de uma atividade de comum (e.g. embarque de passageiros); as plataformas político-ideológicas, que buscam unir as pessoas para a promoção de certas missões coletivas (e.g. manter o aquecimento global em 2º C até 2030); até as plataformas técnicas, que visam atrair os agentes econômicos para o aprimoramento de um mesmo produto ou serviço (e.g. iPhone). Em comum, todos os significados do termo apontam para estruturas com um certo grau de abertura, para a interligação de indivíduos ou entidades, e para a persecução de objetivos compartilhados.

Em sentido jurídico, as plataformas de comércio eletrônico podem ser definidas como infraestruturas digitais controladas por pessoas jurídicas que têm como objeto principal a intermediação, em sentido amplo, da produção e comercialização de bens e serviços, inclusive financeiros. Estas plataformas podem ser ainda classificadas como: (i) transacionais; ou (ii) não-transacionais.

Plataformas não-transacionais são aquelas que simplesmente aproximam fornecedores e adquirentes (e.g. serviços de busca de fornecedores, comparação de preços, simples classificados ou ainda da publicidade), mas não detêm qualquer controle sobre as operações concluídas pelas partes totalmente fora do seu ambiente digital — isto é, sem que haja qualquer participação da plataforma sobre as receitas ou lucros auferidos nessas transações.

Plataformas transacionais, a seu turno, são aquelas que, além de aproximar fornecedores e adquirentes, controlam um ou mais aspectos relevantes atinentes às operações concluídas dentro do seu ambiente digital, tais como: (i) o preço final; (ii) a forma e condições de pagamento (mesmo que a cobrança ou liquidação financeira sejam efetuados por terceiros); ou (iii) os termos ou modalidades de transporte (mesmo que a entrega seja realiza por terceiros). Nesse último caso, a plataforma tem controle direto sobre a realização das operações e pode, por meio de seus termos de uso e regras de governança, impor condicionalidades e outros requisitos, inclusive de conformidade tributária.

Com o fenômeno da digitalização da economia, acelerado pela pandemia da covid-19, essas grandes plataformas digitais assumiram um papel central na economia contemporânea, a ponto de alguns já se referirem a uma nova etapa do desenvolvimento econômico, denominada de economia de plataformas.

No modelo anterior de pipeline business, típico do capitalismo industrial, cada setor organizava-se sob cadeias produtivas lineares, cujos elos tradicionais eram o produtor, o atacadista, o varejista e o consumidor final. Já no modelo de platform business, a despeito da manutenção dos agentes das cadeias produtivas existentes, surge um novo elo central a essas estruturas empresariais: a grande plataforma digital.

Nesse novo modelo, característico da economia de plataformas, as grandes plataformas digitais assumem posição privilegiada em termos de processamento de dados e retenção de lucros. Ao controlar o cruzamento da oferta e da demanda de diversos agentes econômicos, assim como exercer a governança sobre as suas operações em seus ecossistemas digitais, essas grandes plataformas se tornam verdadeiros "orquestradores" da atividade econômica em cada cadeia produtiva. Isso se traduz na onisciência sobre os dados transitados e na enorme concentração de poderes, figurando, ao mesmo tempo, como administrador de fluxos, legislador de regras e juiz de condutas em seus domínios.

Nesse contexto, andou bem o PLP 68/2024 da Lei Geral do IBS e da CBS ao prever, no art. 23, a atribuição de responsabilidade tributária às plataformas transacionais. De acordo com a proposta, a responsabilidade será atribuída a essas plataformas: (i) por substituição, quando o fornecedor estiver situado do exterior; ou (ii) solidariamente com o fornecedor nacional, caso este não tenha inscrição no cadastro do IBS/CBS ou não realize a emissão de documento fiscal eletrônico.

Considera-se que tal modelo de responsabilidade no IBS/CBS seja compatível com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988), especialmente com os princípios da capacidade contributiva e da cooperação (art. 145, §§ 1º e 3º, CF/1988), na medida em que recairá exclusivamente sobre as plataformas de natureza transacional, ou seja, aqueles agentes econômicos: (i) vinculados à operação que constitui o fato gerador; (ii) em posição de se ressarcir de forma direta e imediata junto aos contribuintes desses tributos; e (iii) que detêm efetivo controle sobre a conclusão das transações e amplo acesso às informações necessárias para realizar o monitoramento das obrigações acessórias de inscrição no cadastro do IBS/CBS e de emissão de documento fiscal.

Além disso, ao buscar a concretização da igualdade no cumprimento das obrigações tributárias, tanto de fornecedores estrangeiros quanto de nacionais, o PLP também promove os direitos fundamentais econômicos, especialmente da livre concorrência, da dignidade do trabalho e do pleno emprego (art. 170, CF/1988), considerando ainda ser o próprio mercado interno um patrimônio nacional a ser protegido, em favor do desenvolvimento do país (art. 219, CF/1988).

Em conclusão, as plataformas transacionais, em função da posição de superioridade que atualmente ocupam nas cadeias produtivas e da sua capacidade de impor padrões de conduta a todos os participantes dos seus ambientes digitais, estão juridicamente habilitadas a desempenhar os papéis descritos no PLP da Lei Geral do IBS/CBS.

Gabriel Demetrio Domingues é advogado do BNDES, mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ e doutorando em Direito Econômico pela USP. As opiniões emitidas neste artigo refletem a visão autor, e não, necessariamente, a visão do Sistema BNDES sobre o assunto.

IPCA caiu mesmo com menor desemprego

Nilson Teixeira

As condições do mercado de trabalho têm melhorado desde 2021. A força de trabalho era de 109 milhões de pessoas em abril de 2024 — aumento de 1,8% frente ao mesmo mês de 2023, com a população ocupada de 100,8 milhões de pessoas — crescimento de 2,8 milhões de pessoas em um ano. A taxa de desocupação diminuiu de 14,8% (15,2 milhões de pessoas) em abril de 2021 para 7,5% (8,2 milhões de pessoas) em abril de 2024, um recuo de 9,7% frente ao mesmo mês de 2023. Ao mesmo tempo, o rendimento médio mensal real alcançou R$ 3.151 em abril de 2024, alta de 4,7% frente ao mesmo período de 2023, com a massa salarial real expandindo 7,9%.

Os comportamentos recentes do mercado de trabalho e da economia são marcantes, pois não são acompanhados pela alta da inflação IPCA. Não apenas o aperto monetário não deteve a melhoria das condições do mercado de trabalho, como a sua reversão desde agosto de 2023 não impediu a continuação da desaceleração da inflação geral, apesar da maior pressão inflacionária advinda do maior emprego. A contribuição do mercado de trabalho para a inflação é capturada por diversas métricas que estimam o seu impacto, como núcleos da inflação de serviços com itens mais relacionados ao trabalho e índices com ponderação de todos os componentes do IPCA de acordo com os custos salariais do seu setor como proporção das despesas de produção.

O bom momento do emprego tem estimulado argumentos a favor da redução do ritmo ou mesmo interrupção do afrouxamento monetário para evitar um recrudescimento inflacionário. Não vejo, porém, essa dinâmica como razão preponderante para as próximas decisões sobre a taxa Selic, pois, apesar de todos essas métricas indicarem altas de preços maiores do que no índice geral desde meados de 2022, muitos desses indicadores mostram recuo na inflação há vários meses mesmo com o suposto maior aperto no mercado de trabalho.

Além disso, há outras razões para não considerar a atual dinâmica do mercado de trabalho na definição da resposta monetária no curto prazo. Primeiramente, a literatura demonstra a dificuldade de obtenção de uma projeção acurada para a taxa natural de desemprego. Essa taxa pode ser, por exemplo, significativamente inferior aos 9% citados por especialistas. A própria estimativa da taxa no passado recente também não é simples, pois sua variação está sujeita a mudanças estruturais na economia e no mercado de trabalho. A dificuldade é ampliada pela transição no perfil de empregos em função da maior automação na economia e de novos padrões de consumo. Nesse sentido, é frágil a hipótese de que a atual taxa de desemprego é forte indício do fechamento do hiato do produto.

Dinâmica do emprego não deve ser uma razão preponderante para as próximas decisões sobre a taxa Selic

Desconsiderando efeitos de alterações dos tributos sobre combustíveis, o recuo da inflação acumulada em 12 meses desde meados de 2022 com melhoria das condições do mercado de trabalho contraria, em tese, os ditames da Curva de Phillips. Essa dinâmica pode estar associada à hipótese de que a relação entre essas variáveis é mais frágil na atual região — possível não linearidade da Curva de Phillips, a uma possível taxa natural de desemprego mais baixa ou à maior defasagem de transmissão do efeito do maior emprego sobre a inflação.

A reação de política monetária mais adequada nesse contexto é a de replicar a política de atuação do banco central americano. O suposto recuo da taxa natural de desemprego, a possível baixa sensibilidade da inflação à redução do desemprego — Curva de Phillips horizontal — e as expectativas de inflação bem ancoradas estimulam o Fed a não reagir aos sinais de aperto nas condições do mercado de trabalho. A estratégia estabelece que o Fed não eleva os juros apenas por conta de suposições de que o recuo da taxa de desemprego pressionará a inflação. A orientação do Fed é de não reagir automaticamente às condições do mercado de trabalho sem sinais claros de aceleração inflacionária ou outra firme evidência.

Respostas prematuras de política monetária e fiscal à melhoria das condições do mercado de trabalho poderiam ser mais facilmente evitadas caso as expectativas de inflação estivessem ancoradas. Todavia, esse não é o caso no momento. A redução desse risco justifica um esforço adicional de convergência da inflação para sua meta no prazo mais curto possível, bem como um maior empenho dos formuladores de política econômica em prol da ancoragem à meta de 3% das expectativas de inflação para prazos mais longos. Desvios prolongados dessas expectativas precisam ser combatidos pelas políticas monetária e fiscal, pois não há estabilização econômica sustentável sem coordenação nessas duas frentes.

Embora a melhoria no mercado de trabalho não seja uma boa justificativa, isso não significa que a interrupção do ciclo monetário na próxima reunião do Copom não seja a resposta monetária correta. A dificuldade de continuação da convergência da inflação para a meta por conta da deterioração das expectativas de inflação para os próximos anos e a elevação das dúvidas sobre o compromisso com o equilíbrio fiscal e a solvência da dívida pública são razões suficientes, conforme indicação do Copom, para uma pausa no corte dos juros.

Os compromissos do governo com a solvência fiscal e do Banco Central com o cumprimento de suas metas precisam de maior consolidação, até para evitar que reações prematuras e equivocadas terminem por apenas elevar a volatilidade na economia. Esse empenho não requer, necessariamente, superávit primário imediato. O que importa é gerar uma forte confiança de que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário tomarão todas as medidas exigidas em termos de corte de gastos e de aumento de receitas para garantir o equilíbrio das contas públicas e a solvência da dívida pública. No momento, o comportamento dos preços dos ativos indica que essa convicção é baixa, com atitudes repetidas de integrantes dos poderes sugerindo uma percepção de que os cofres públicos são quase ilimitados e capazes, inclusive, de prover questionáveis benefícios e privilégios para seus integrantes.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

Frase do dia

"Vossa excelência acabou encontrando uma solução que tem o aplauso do presidente da República".

Do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), sobre a decisão de Rodrigo Pacheco de devolver a MP do PIS/Cofins

Cartas de Leitores

Leilão de arroz

Lula, mal informado, em dissonância com a solidariedade brasileira e com a nossa combalida economia, fez gol contra os nossos irmãos gaúchos e nos causou despesas. Antes das enchentes, 80% da safra de arroz nos pampas estava colhida e a área cultivada, seriamente prejudicada, exigirá tempo e vultosos recursos na reparação. Com o mercado interno quase 100% abastecido, era desnecessária e perniciosa aos rizicultores brasileiros a importação de arroz. Ainda bem que temos Endrick para fazer gols a favor e nos alegrar.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

•

Ao importar o arroz alegando desabastecimento, o governo perde a sua credibilidade, se desentende com o agro e expõe a sua fúria política. Propaganda do governo, num momento em que as pessoas choram as perdas de familiares, de suas casas, de seus empregos, suas colheitas. Esse governo faz um leilão em que um pseudoempresário em Macapá arremata a maior quantidade de arroz, tendo uma pequena empresa de queijo, que no dia do leilão alterou seu capital social? O que os deputados estão esperando para abrir uma CPI? Estamos vendo passar sob nossos olhos essa manobra, cujo governo se aproveita para posar de bonzinho. Ora essa, vamos começar perguntando, fosse o governador do RS um petista, Lula teria mandado Pimenta? Pois é, já diz o ditado de "boas intenções o inferno está cheio".

Tudo que as vítimas da tragédia precisam é de respeito e compaixão.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Eleições europeias

O presidente francês, Emmanuel Macron, se surpreendeu com o avanço da extrema direita, evidenciado pelos resultados das eleições para o parlamento continental. A inquietação do referido mandatário levou-o à repentina decisão de dissolver o Congresso doméstico e convocar novas eleições, com o primeiro turno ainda no fim de junho. Atitudes como esta ocorrem normalmente em meio a ocasiões de crise, semelhante em intensidade à atual, gerada pelo presente desfecho eleitoral, qualificado por ele próprio como "desastre".

Trata-se, portanto, de ação que envolve certo risco, podendo ter efeito inverso ao inicialmente buscado que aparentemente seria de esvaziar o espaço da extrema direita no país. É a tensão em marcha no velho continente, nascida de políticas equivocadas e populistas praticadas ao longo das últimas décadas, ligadas, entre outros aspectos, à imigração desenfreada, e turbinada mais recentemente pela desconfortável proximidade da guerra entre Rússia e Ucrânia cujo final ainda está longe de ser vislumbrado.

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Tarifas são uma má política comercial, mas uma boa medida eleitoral. Por **Martin Wolf**

Um mundo mais protecionista

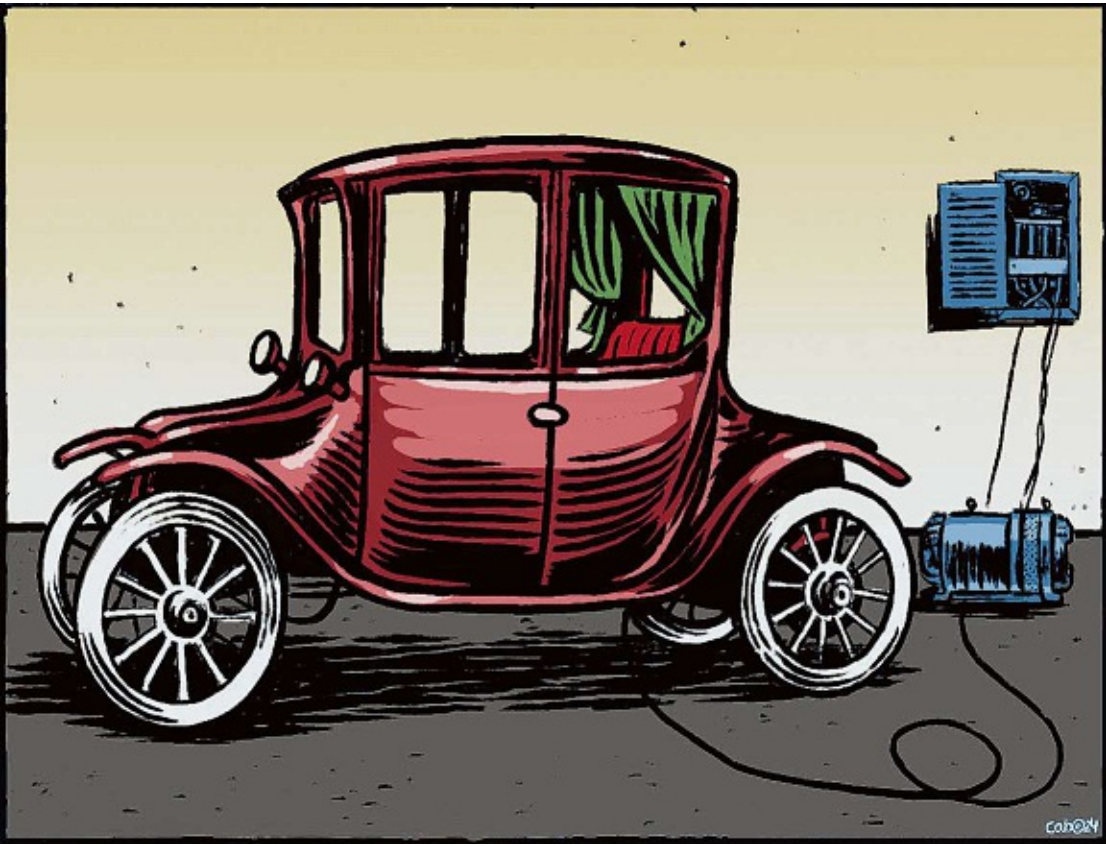
Estamos caminhando para um mundo protecionista, liderado pelos Estados Unidos, assim como no início da década de 30. Donald Trump é, obviamente, um protecionista empenhado — um verdadeiro sucessor do senador Smoot e do deputado Hawley, que instigaram a infame tarifa Smoot-Hawley em 1930.

Mas, exceto pelos padrões de Trump, Joe Biden também não é desleixado quando se trata de proteção, mais recentemente, com suas tarifas sobre US$ 18 bilhões em importações chinesas. A tarifa dos EUA sobre os veículos elétricos, em particular, será quadruplicada para 100%. "Onde você esteve por três anos e meio? Eles deveriam ter feito isso há muito tempo", respondeu Trump.

O ex-presidente propõe tarifas de 10% sobre todas as importações, com exceção das provenientes da China, sobre as quais ele espera impor tarifas de 60%. Essas novas tarifas, espera ele, também compensariam parcialmente a perda de receitas resultante da sua altamente dispendiosa Lei do Emprego e Redução dos Impostos de 2017.

Politicamente, essas medidas são atraentes. O impacto das tarifas sobre aqueles que são prejudicados é relativamente invisível; as vítimas geralmente são impotentes; e — aleluia! — as tarifas podem ser justificadas como uma maneira de corrigir os erros cometidos por estrangeiros detestáveis. No entanto, ainda são políticas ruins.

Para compreender isso, é necessário fazer uma distinção introduzida na economia no começo dos anos 1960 e justificada empiricamente em algumas análises clássicas sobre o papel das políticas comerciais no enorme sucesso do desenvolvimento orientado para as exportações de Taiwan, Coreia do Sul e, posteriormente, a China.

A questão é simples. Sim, há excelentes motivos pelos quais podemos querer intervir na economia. Podemos querer reduzir a desigualdade e a insegurança, promover indústrias nascentes, limitar a instabilidade macroeconômica e minimizar vulnerabilidades estratégicas. Mas a política comercial, especialmente a proteção, raramente será a melhor maneira de alcançar o objetivo. O argumento a favor do comércio liberal não é um argumento a favor do laissez faire.

As tarifas são impostos sobre os consumidores cujas receitas vão para o governo e em grande parte para os produtores. Existem argumentos sólidos a favor da intervenção nos mercados, mas regressar às políticas comerciais da década de 30 é uma loucura

É um argumento a favor do uso de instrumentos que não as barreiras comerciais sempre que possível.

Para entender por que as tarifas raramente são o melhor instrumento de política, é preciso entender o que elas fazem. As tarifas são impostos sobre os consumidores cujas receitas vão em parte para o governo, mas em grande parte para os produtores. Portanto, são exemplos de "imposto e gasto", mas a tributação está oculta no preço elevado do produto e o gasto está oculto nas elevadas recompensas aos produtores.

Essas políticas não são bem orientadas para nada, a não ser esses objetivos. Como qualquer outro imposto, as tarifas pioram a situação das pessoas que compram o bem, sejam elas consumidores ou produtores. Mas elas também têm efeitos mais amplos sobre a economia. Acima de tudo, elas impõem um "viés de mercado interno". Em termos gerais, um imposto sobre as importações é também um imposto sobre as exportações.

Como isso funciona? Bem, tome por exemplo a tarifa de 10% sobre todas as importações proposta por Trump. Isso pode ser considerado inicialmente uma desvalorização, mas apenas para os substitutos das importações. As importações desses produtos cairão — afinal, esse é o objetivo. Mas não há razão para que isso afete diretamente o balanço em conta corrente, a menos que também altere a renda agregada e os gastos na economia. Assim, com a menor demanda por importações, a necessidade de comprar moeda estrangeira diminuirá. Isso vai fortalecer o dólar, tornando as exportações menos competitivas. Elas, então, encolherão. Os exportadores são os produtores mais competitivos do país. Proteger os produtores de substitutos importados não competitivos à custa deles não parece sensato.

Isso não é teoria. Aqueles de nós que trabalharam em países com políticas altamente protecionistas viram esse resultado. Trabalhei na China no Banco Mundial na década de 70. A política comercial protecionista não tornou o país autossuficiente. Ela esmagou as exportações, tornando o país muito mais vulnerável.

Isso está longe de ser tudo. Também há efeitos distributivos adversos. Um excelente estudo recente, "Why Trump Tariff Proposals Would Harm Working Americans" ("Porque as propostas de tarifas de Trump prejudicariam os trabalhadores americanos"), de Kimberly Clausing e Mary Lovely, para o Peterson Institute for International Economics, analisa as evidências de que a agenda de Trump para outro mandato "equivale a cortes de impostos regressivos, apenas parcialmente compensados por aumentos de impostos regressivos. Uma estimativa mínima dos custos para os consumidores indica que as tarifas reduziriam os rendimentos líquidos em cerca de 3,5% para aqueles na metade inferior da distribuição de renda".

Da mesma forma, um estudo publicado pelo National Bureau of Economic Research (NBER) em janeiro de 2024 concluiu que a guerra comercial de 2018-2019 iniciada por Trump "não forneceu até agora ajuda econômica ao coração dos EUA: as tarifas de importação aos produtos estrangeiros não aumentaram nem reduziram o emprego nos EUA em setores recentemente protegidos; as tarifas retaliatórias tiveram claros impactos negativos sobre o emprego, principalmente na agricultura; e esses danos foram apenas parcialmente mitigados por subsídios agrícolas compensatórios dos EUA". No geral, uma má política comercial e uma boa política eleitoral.

Será que o apoio mais direcionado de Biden à produção de veículos elétricos se sairá melhor? Isso é improvável por uma simples razão. A política não protegerá os produtores no mercado americano, mas o mercado americano é pequeno demais para tornar os produtores nacionais globalmente competitivos. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), em 2023 o mercado americano de veículos elétricos a bateria e híbridos "plug-in" representou 17% do mercado da China. Os consumidores americanos não dominam mais o consumo mundial. Este é um grande obstáculo a uma política industrial orientada para o mercado interno.

Será necessário algo muito mais sutil e esse algo são os subsídios. Biden teve toda razão em usá-los. A réplica será que os impostos necessários para financiar os subsídios são um anátema. Mas tarifas são impostos mais altos. Sim, existem argumentos perfeitamente sólidos a favor da intervenção nos mercados. Mas regressar às políticas comerciais da década de 30 é uma loucura. *(Tradução de Mário Zamarian)*

Martin Wolf é editor e principal comentarista econômico do Financial Times.

INÊS 249

Especial

Comportamento Evento da liga dos EUA em São Paulo expõe demanda elevada por consumo de experiências

Brasileiro paga R$ 300 para ver jogo de basquete da NBA em telões

Gabriel Martins: "A sensação que estou sentindo é como se estivesse em uma arena com torcidas a favor e contra"

Rafael Vazquez
De São Paulo

O bancário Gabriel Martins, de 25 anos, saiu de São Caetano, na Grande São Paulo, e percorreu aproximadamente 25 km até o Parque Villa Lobos, na capital paulista, para assistir a final da NBA entre Boston Celtics e Dallas Mavericks. Além do percurso de mais de uma hora, pagou pelo ingresso que não custa menos de R$ 300 para quem não é estudante ou idoso e por isso tem direito a meia-entrada. O ingresso mais caro pode beirar R$ 700. Todo o esforço, físico e financeiro, foi para ver o jogo por um telão, a mesma transmissão que poderia acompanhar de casa ou em um bar com amigos, sem a necessidade de pagar entrada.

"É difícil que eu me arrependa. A sensação que estou sentindo é como se eu estivesse em uma arena com as torcidas a favor e contra. É uma 'vibe' muito maneira", conta Gabriel, que diz ser torcedor de verdade do Boston Celtics desde que jogava NBA pelo videogame no PlayStation 2. "Gosto de boxe, surf, skate e todo esporte que começo a acompanhar eu me apaixono muito. Futebol foi o primeiro, obviamente, e basquete foi o segundo. Mas acho basquete muito melhor que futebol no fim das contas. É mais 'maneiro' de assistir."

Antes mesmo do jogo começar, Gabriel explica a razão pela qual pagar algumas centenas de reais para assistir o jogo por um telão não o incomoda. "É a oportunidade mais simples que eu tenho de assistir o jogo 'in loco'. Não tenho como pegar um voo e ir para Boston por questões financeiras e de calendário. Aqui me dá a nítida sensação de estar dentro de um estádio. É como assistir in loco mesmo. A 'vibe' é totalmente diferente do que assistir num bar ou em casa."

Embora a disposição de Gabriel e das outras 4 mil pessoas que estavam na NBA House no primeiro jogo da final de 2024 possa parecer pouco racional da perspectiva da teoria clássica de economia do consumidor, pois ele poderia consumir o mesmo serviço gastando nada ou muito menos em outros lugares, há fundamentos econômicos modernos que explicam o sucesso da iniciativa da forma como ela é montada no Brasil.

De acordo com a professora de economia comportamental da faculdade ESPM Paula Sauer, há pelo menos três aspectos sob a ótica das ciências comportamentais que ajudam a compreender o fenômeno. "O primeiro deles é o efeito manada. É uma coisa relativamente nova. E, como é nichado, aquele nicho de pessoas acaba se conhecendo e fazendo um boca a boca que incentiva outras a irem até mesmo sem entender direito pelo que estão pagando, já que todo mundo em volta está fazendo o mesmo."

O segundo aspecto, conforme observa Sauer, é o conceito conhecido como "Fomo" (Fear of Missing Out). "É o medo de ficar de fora, de perder o evento. As pessoas querem participar. Acabam indo para o evento mesmo pagando um preço alto para ter o que falar e dizer que participou. Tem uma questão de status", diz.

O último elemento da economia comportamental, campo das ciências econômicas que já rendeu um Prêmio Nobel ao professor da Universidade de Chicago Richard Thaler em 2017, é o efeito "framing". "Os mesmos jogos são transmitidos pela televisão, mas na hora que coloca o NBA House conseguem dar uma embalagem bonita para um evento que a pessoa poderia assistir pagando muito menos. E aí vem de novo a questão do status, do pertencimento, do participar. Poder dizer 'eu fui, eu conheço'", analisa Sauer. "As pessoas pagam mais caro pela embalagem. É 'instagramável'. Não é só assistir um jogo pela televisão. Tem todo um glamour de pertencer àquele grupo de poucos e bons."

Em uma linguagem mais empresarial e menos científica, é o que o próprio head da NBA Brasil, Rodrigo Vicentini, explica quando questionado sobre o êxito da NBA House, que já está na sua sexta edição no Brasil e é observado como um case pela matriz da liga americana.

"O Lebron James não está aqui dentro nem o [Michael] Jordan. As estrelas estão jogando em uma arena bem longe, mas a gente oferece muito mais do que assistir um jogo", diz. "É uma experiência extremamente imersiva para que os fãs se conectem com a marca." O executivo destaca que, no Brasil, 53 milhões de pessoas se declaram fãs da NBA. "É uma proporção comparável com as grandes torcidas de futebol do país."

Segundo Vicentini, o que está em jogo na NBA House é inserir o visitante na cultura em torno da marca. "É um evento muito atrelado ao entretenimento. Sim, temos os jogos das finais do melhor basquete do mundo, mas, ao mesmo tempo que você pode vir para vibrar por um time ou outro, também consegue passar horas aqui e ter uma experiência incrível fazendo parte das conversas e da comunidade. Consumir a moda, a cultura, a arte e, obviamente, o esporte. O diferencial é ser inserido nessa comunidade".

O head da NBA Brasil tem a expectativa que mais de 45 mil pessoas passem pela NBA House neste ano entre os dia 6 e 23 de junho — nos fins de semana desse período o local está acessível durante as tardes pelo preço de R$ 44. "Queremos que as pessoas levem a NBA pra casa e continuem consumindo a gente", diz Vicentini.

Ao andar pela estrutura de 5 mil metros quadrados da NBA House montada este ano no Parque Villa Lobos — no passado era um espaço menor, no estacionamento do Shopping Eldorado —, o espectador esbarra com mais de 20 atrações que vão desde máquinas típicas de fliperama com a temática do basquete até shows antes da partida e apresentações de "enterradas" de equipes oficiais da NBA.

No primeiro jogo da final entre Celtics e Mavericks neste ano, até o mascote original do Miami Heat — Burnie, a representação antropomórfica de uma bola em chamas — fez uma performance no local. Além disso, os fãs podem comprar produtos oficiais — as camisas de times que chegam a custar mais de R$ 3 mil — e ganhar brindes ao participar das ativações das empresas parceiras da NBA no Brasil.

"É experiência pura", diz Vicentini. A primeira vez que o nome NBA House apareceu foi nas Olimpíadas de Londres, em 2012, e depois nos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, mas o formato era diferente e mais parecido a uma "fun fest". O modelo atual é classificado como "experiência imersiva".

"Passamos algum tempo falando com as operações da NBA em Nova York e em outros lugares do mundo para explicar esse fenômeno. É realmente um case a ser estudado ver como as pessoas estão se mobilizando no Brasil para acompanhar as finais do basquete americano", celebra Vicentini.

Rodrigo Vicentini: "É uma experiência extremamente imersiva para que os fãs se conectem com a marca"

> "As pessoas pagam mais caro pela embalagem. É 'instagramável'. Tem todo um glamour de pertencer àquele grupo de poucos e bons"
> *Paula Sauer*

Estilo de vida

Entre as nove marcas de empresas presentes no evento, a parceira mais recente da NBA Brasil é a XP Investimentos, gestora financeira que está apostando em esportes para furar a bolha da Faria Lima, segundo Lisandro Lopez, chefe de marketing da empresa.

"A XP decidiu como marca se aproximar dos esportes. É uma forma legal de transcender um pouco a Faria Lima, o mercado financeiro, e conectar com nossos clientes ou possíveis clientes de uma maneira diferente", comenta Lopez, revelando que negociava um contrato de parceria com a NBA Brasil há mais de um ano. "É uma marca muito penetrada no mercado brasileiro e que transcende o próprio esporte em si. Está no estilo de vida e no dia a dia das pessoas."

A empresa se beneficiou da parceria com a NBA Brasil ao obter descontos e exclusividades do evento para clientes com o cartão de crédito da marca, o mesmo que fez nesta semana com o jogo da NFL (liga de futebol americano dos EUA), que realizará uma partida oficial da temporada em São Paulo, no estádio do Corinthians, em 6 de setembro.

A XP ainda montou um espaço próprio em que os visitantes simulam enterradas em uma cesta de basquete e levam fotos customizadas com o momento. "Eu tento encaixar a minha marca no contexto, e não o contrário. Imagina, as pessoas estão vendo o jogo pelo telão se comportando como se estivessem no estádio", brinca Lopez, acrescentando que o plano é usufruir do engajamento dos fãs para estimular um novo tipo de conexão com os clientes.

O mesmo conceito é seguido pela Hellmann's, que é parceira da NBA no Brasil há um ano e meio. Entre várias ativações no período, a maionese tem lançado embalagens com logo da liga de basquete e de times que, de acordo com Rodrigo Visentini [homônimo do head da NBA Brasil], líder de nutrição da Unilever no Brasil, tem contribuído para o crescimento das vendas da marca no país.

"Nos últimos três anos, a Hellmann's dobrou de tamanho no Brasil, e a NBA é muito parte disso", afirma, sem abrir números de faturamento. "A marca da liga americana de basquete nos trouxe uma jovialidade importante. É algo que estávamos buscando", revela. "Não é só o basquete. Tem todo um estilo de vida. Música, cultura, camiseta. Agrega uma cultura pop que abraça coisas além do esporte. Também queremos estar nessa cultura", complementa.

Assim como a Hellmann's, a Sadia buscou parceria com a NBA no Brasil estimulada pela base de 53 milhões de brasileiros que acompanham a liga e consomem 'snacks' e molhos. O foco principal também é o público mais jovem. "A Sadia é uma marca de 80 anos muito forte no Brasil todo e conectada com as pessoas que preparam a comida, mas ao longo dos anos também estamos desenvolvendo portfólio cada vez mais alinhado com esse público mais jovem que compra para ocasiões de 'snacking' [beliscar aperitivos]", diz o vice-presidente de marketing da BRF, Marcel Sacco.

O executivo comenta que a parceria já tem quatro anos e quando a NBA chega na fase dos playoffs (jogos mata-mata), período em que mais fãs brasileiros se engajam, a Sadia lança oito produtos como pizzas e empanados congelados com os logotipos da liga e dos times que mais têm torcedores brasileiros declarados.

"Para nós, além da reputação, tem um componente de vendas importante. O portfólio de produtos NBA ajuda a vender mais", afirma. "Temos uma liderança nesse segmento de produtos de conveniência, mas a parceria me ajuda a sustentar a liderança em pizza congelada, por exemplo. Nossa participação de mercado aumenta 0,5 ponto percentual no período em que colocamos os produtos com embalagens atreladas à NBA nas gôndolas", revela.

A contrapartida exigida pela NBA, segundo o head da liga no Brasil, é abastecer o público com benefícios, experiências e produtos atraentes. "Nossos fãs são engajados, mas também são exigentes. Por isso nenhuma marca está aqui só na NBA House. São parcerias de longo prazo", conclui Vicentini, destacando que o evento neste ano foi incluído no calendário estratégico da cidade pela São Paulo Turismo (SP Turis), empresa oficial de eventos e turismo da prefeitura paulistana.

Finanças
Banco Central trabalha para desenvolver pagamento via Pix por aproximação C3

Fruticultura Suemi Koshiyama, dono da Special Fruit, aposta no plantio de açaí na Caatinga B9

Consumo Multinacionais ampliam disputa no setor de higiene pessoal e limpeza para casa B2

Tecnologia Milei quer transformar a Argentina no "quarto centro mundial de IA" B8

Agronegócio Exportações de café em maio bateram recorde, somando US$ 1,017 bi B10

História de Negócios Pressionados, controladores das aéreas tiveram de deixar diferenças de lado

Gol e Avianca se unem contra ofensiva de credores

Cristian Favaro
De São Paulo

O futuro da Gol não depende apenas do sucesso da sua reestruturação nos Estados Unidos (Chapter 11). Desentendimentos recentes entre os principais acionistas que controlam a companhia sobre os rumos da aérea em crise provocaram uma dança de cadeiras de executivos. Nessa queda de braço, a família Constantino (fundadora da Gol) teve de fazer um aceno a Roberto Kriete, da Avianca, e aos fundos de investimento que vieram do grupo colombiano para acomodar parte dos conflitos.

No meio dessa turbulência, contudo, a família Constantino e Kriete, que formam a holding Abra (controladora da Avianca e Gol), vão ter de deixar parte das diferenças de lado se não quiserem ter de ceder às pesadas ofensivas por parte dos credores, que podem mudar a composição acionária da companhia aérea em recuperação judicial.

A holding ganhou um fôlego de 60 dias para negociar com os credores. Os detentores de dívidas emitidas no mercado externo ("bondholders"), que vencem em 2028, estão pressionando a Abra para ter maior retorno aos seus papéis. Em jogo, estão as ações da Avianca e as marcas da Gol, dadas como garantia. E é neste imbróglio que os planos de consolidação da Azul se conectam, ao representar um parceiro à Abra em um momento de forte tensão.

Idealizada por Richard Lark, braço direito dos Constantino e ex-diretor financeiro da Gol, a Abra começou a ser concebida após a Avianca Colômbia entrar em recuperação judicial em 2020.

Com a criação da Abra, a então controladora da Gol, a família Constantino, passou a ter cerca de 35% da holding. Outros acionistas são Kriete, South Lake One e Elliott (cerca de 15% cada). Os 20% restantes estão nas mãos de outros investidores. A barreira cultural, segundo fontes, foi uma questão em meio a investidores de curto e longo prazo e de diversas nacionalidades. "O desafio era criar uma parceria pegando o melhor dessas várias culturas", disse uma fonte.

Com a reestruturação da Gol, os desentendimentos começaram a ganhar corpo. "Eles [investidores da Avianca] se sentiram enganados. Eles tinham 100% da Avianca e agora eles têm metade da companhia colombiana e metade de uma empresa, a Gol, que perdeu valor", disse outra fonte que acompanha o tema de perto.

O distanciamento piorou após a Gol começar a encolher, no fim de 2023, frustrando o plano de negócio dos investidores. Com isso, Lark foi pressionado, mas sem o aval dos acionistas para liberar recursos, não conseguiu avançar com medidas para retomar voos.

"Foi uma incompatibilidade de estilo de gestão, onde a falta de informação foi levando a um certo grau de desconfiança [por parte dos fundos]", disse outra fonte que acompanha o assunto. Lark e Constantino Jr. não concordavam, por exemplo, sobre a decisão de recorrer ao Chapter 11 da Gol já em janeiro deste ano.

Contudo, Constantino Jr. optou por um caminho mais apaziguador e cedeu espaço aos investidores da Avianca, o que levou à saída de Lark no fim de 2023 e à ascensão de Adrian Neuhauser, que virou CEO da Abra. Constantino Jr. foi para a presidência do conselho de administração.

Os atritos, entretanto, deram uma trégua, segundo fontes, diante de uma meta comum: a saída da Gol do Chapter 11 e a manutenção do controle da aérea por parte da Abra em meio à pressão de credores.

A amarra com os bondholders surgiu no início de 2023, quando eles bancaram uma reestruturação de US$ 1,4 bilhão, sendo US$ 450 milhões de dinheiro novo à Gol (conversível em ações da Abra após o IPO). O negócio veio diante da incapacidade da Gol de levantar recursos a um preço competitivo, com seus bonds bastante desvalorizados.

Para convencer os investidores, a Abra deu como garantia marcas da Gol, assim como ações da Avianca. Acontece que esses detentores de dívida ganharam ainda mais poder ao bancar outros US$ 1 bilhão de um novo empréstimo na modalidade "DIP", fornecido dentro do processo de reestruturação à Gol neste ano.

As conversas com parte dos credores e a Abra têm sido apertadas. A entrada em Chapter 11 da Gol ativou uma cláusula de calote ("default") em que a dívida com vencimento em 2028 poderia ser antecipada, levando à perda das marcas da brasileira e das ações da Avianca.

No sábado à noite (8), a Abra divulgou um comunicado, ao qual o **Valor** teve acesso, apontando que as duas partes vão negociar por mais 60 dias as condições de prêmio para os papéis. Entre os principais nomes deste grupo de credores estão VR Global Partners, Glendon Capital, Redwood Capital e Amundi.

Mas a Abra tem formas de se defender por meio de um "make-whole" (instrumento de compensação de detentores de títulos ante resgate antecipado) com a Gol. O instrumento aparece nas letras miúdas da apresentação da Gol com seu plano de financiamento, mas sem detalhes. Caso a Abra seja forçada pelos credores a pagar os bonds, ela pode buscar compensação com a Gol.

US$ 2,4 bilhões é o total financiado por credores à Abra

É neste contexto que a holding iniciou conversas com a Azul, na direção de convencer investidores a não jogar água na reestruturação e levar a Abra a morrer na praia antes do seu IPO.

A Gol divulgou ao mercado, no início de junho, seu plano financeiro para sair da reestruturação e que prevê um equity de US$ 1,5 bilhão. O desafio da Abra é costurar um acordo com grupos para bancar esse valor e manter o controle da Gol. A aérea é fundamental no plano da holding para seu IPO — que tem como um dos prováveis caminhos o fechamento de capital da Gol no Brasil.

"A Abra é mais bonita [de se vender] com a Azul. A Azul pode ser uma muleta para a Abra conseguir trazer alguém, um investidor de referência, para ancorar uma dominância da Abra no 'exit finance' [captação de saída do Chapter 11 da Gol]", disse uma fonte próxima às conversas. Para além de David Neeleman, fundador e controlador, a Azul tem a United como acionista.

De um lado, a entrada da Azul se conecta ao racional da Abra, de se criar um grupo forte na América do Sul. Mas do lado da Azul, as conversas também são vistas como favoráveis.

Uma reestruturação de US$ 800 milhões fechada pela Azul com arrendadores prevê parte dos pagamentos com emissão de ações a R$ 36 [pagamentos já a partir do terceiro trimestre deste ano], mas hoje o papel está em R$ 10. "Se ela pagar a dívida em R$ 36, vai diluir cerca de 20% do capital. Com a ação valendo menos de um terço, a diluição seria de mais de 50%. Eles não vão querer trazer essa diluição aos seus acionistas", disse uma fonte.

A visão é a de que o momento é favorável para a Azul conversar. Aguardar a conclusão do Chapter 11 levaria a Gol a uma posição mais favorável. "A Abra ter discussões agora não quer dizer que um acordo tem de sair até o mês que vem. Qualquer discussão vai envolver o Cade. E Cade não é rápido", disse outra fonte.

O tema consolidação entre Gol e Azul ganhou ainda mais corpo após o anúncio de um acordo de compartilhamento de voos (codeshare) entre as aéreas. No passado, a Azul tentou fazer um codeshare com a Latam, que foi desfeito pela chilena diante do que seria uma resistência à consolidação, disse a Azul na época.

A ideia de uma aquisição da Gol pela Azul chegou a ser ventilada inicialmente, mas a união de forças por meio de troca de ações tem ganhado mais corpo nas negociações.

À mesa, uma das propostas é criar uma "corporation" (com o controle pulverizado). "É uma história melhor para se dizer ao mercado. A Gol tem um histórico conflituoso com acionistas e isso barra a ação da empresa de ser negociada no seu potencial máximo", disse uma pessoa a par do assunto.

Procuradas, Gol, Avianca, Richard Lark, Abra e Azul não se manifestaram. A reportagem procurou um integrante da família Constantino, que não retornou aos pedidos de entrevista.

LEO PINHEIRO/VALOR

Holding que controla as aéreas ganhou fôlego de 60 dias para negociar com credores e tem em jogo ações da Avianca e marcas da Gol, dadas como garantia

INÊS 249

Consumo Segmentos já são robustos e têm potencial para continuar crescendo no país

Multinacionais ampliam aposta em higiene pessoal e limpeza de casa

DIVULGAÇÃO

Marcelo Costa, da Unilever, afirma que no Brasil o faturamento dos produtos de limpeza ficam muito acima da receita dos demais negócios da companhia

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

Multinacionais que atuam no mercado brasileiro têm ampliado investimentos no portfólio de higiene pessoal e de limpeza para casa, além de segmentar as demais linhas de negócio. É o caso da Unilever, que fez a cisão mundial da divisão de sorvetes, e da Kimberly-Clark, que busca se firmar como empresa de cuidados pessoais após vender seu portfólio de papel higiênico (tissue) para a Suzano.

Para analistas, os mercados brasileiros de higiene e limpeza ainda apresentam espaço para crescimento, mesmo com o tamanho já robusto. Com o preço sendo fator central na decisão de compra, as estratégia das companhias incluem aumentar a percepção de valor dos produtos com formulações mais nobres, independente do tíquete médio, e disputar diferentes faixas de preço.

"A tendência para 2024 é o consumidor caçador de valor, que busca o quanto tem de benefício em relação ao que foi pago pelo produto. Ele quer o máximo de benefício pelo menor preço possível, o que não é necessariamente o mais barato", explica Mariana Teixeira, analista da Euromonitor para beleza e cuidados pessoais.

O diretor da divisão de cuidados com as roupas e com a casa da Unilever, Marcelo Costa, diz que o Brasil é um mercado estratégico para a companhia. De acordo com o executivo, a receita da empresa a nível global é composta de forma similar por suas quatro divisões de negócio. Os resultados operacionais e financeiros do primeiro trimestre deste ano apontam que as divisões de cuidados pessoais e de nutrição faturaram € 3,4 bilhões cada, seguidos pelo setor de cuidados com a casa, cuja receita trimestral foi de € 3,2 bilhões. A menor fatia foi a de sorvetes que faturou € 1,8 bilhão. A Unilever pretende se desfazer da operação global de sorvetes até o fim de 2025.

Já no Brasil, segundo Costa, o faturamento de produtos de limpeza é "muito superior" aos demais negócios, o que explica o foco estratégico do país. A empresa não abre números da receita regional.

Relatório do Jefferies, publicado em março, destacou que a Unilever opera preços acima do mercado na Europa. A diferença de preço, na avaliação dos analistas, deve abrir espaço para que a companhia perca participação de mercado ante os concorrentes. O cenário brasileiro, no entanto, indica para um consumidor mais atento a custo-benefício do que preços indiscutivelmente baixos, segundo Costa.

Esse comportamento, segundo ele, sustenta as vendas de marcas como da Omo, líder de vendas por 31 anos consecutivos. Já para os períodos com maior inflação e perda do poder de compra, a companhia trabalha a estratégia de marcas mais acessíveis do portfólio, como Ala e Surf. O executivo relembra que o período da pandemia de covid-19 foi marcado por uma escalada de custos de ingredientes e do diesel na cadeia logística, o que acirrou ainda mais o debate sobre preços no setor.

31 anos
é a liderança da marca Omo no país

Os reveses econômicos que acompanharam o auge da pandemia, segundo a analista da Euromonitor para higiene pessoal e beleza, Mariana Teixeira, também levaram a Unilever a brigar mais pela preferência do consumidor no segmento de cuidados básicos. A analista aponta que a estratégia da companhia, similar aos produtos de home care, também foi buscar uma maior percepção de valor em seus produtos. "Durante a pandemia houve um choque negativo, com as pessoas querendo gastar menos em cuidados pessoais. A resposta da Unilever veio com essa ramificação da atuação e ao trazer novos ingredientes e formulações", afirma.

Na avaliação de Amanda Caridad, analista sênior da consultoria Mintel, movimentações do tipo sinalizam o potencial estratégico do país para os mercados de higiene e beleza. "O Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais no mundo, e apesar do contexto macroeconômico desafiador, ele tem mostrado um forte crescimento em receita", observa.

Mariana Teixeira, da Euromonitor, diz ainda que a segmentação de negócios que a Unilever fez com a cisão de sorvetes é uma tendência de mercado. A especialista cita, como exemplo, a criação da Kenvue a partir da cisão do portfólio de cuidados pessoais da Johnson & Johnson. "A diversificação foi uma estratégia importante para que as companhias se mantivessem relevantes no mercado como um todo, mas diversificar colocando tudo dentro de um mesmo bojo não se mostrou a decisão mais eficiente."

Além das duas multinacionais, a concorrente Kimberly-Clark reviu o portfólio e se desfez em dezembro dos ativos de tissue no Brasil, como papel higiênico e papel toalha. Após vender as marcas à Suzano, a companhia pretende se firmar nas categorias de higiene pessoal para bebês e cuidado íntimo. "A gente busca ter produtos com tecnologias patenteadas. Teremos muitas novidades em termos de relançamentos e reposicionamentos", afirmou ao **Valor** em janeiro o presidente das operações brasileiras, Cláudio Vilardo.

Com a revisão de portfólio, segundo o executivo, cerca de 40% dos negócios da companhia estão atualmente no canal de farmácias.

O analista da Euromonitor para higiene e tissue, Michel Piroutek, aponta que o Brasil tem faturamento relevante em segmentos como fraldas e cuidados menstruais, o que tem sido uma das apostas da Kimberly-Clark. "O Brasil está crescendo em faturamento nessa categoria a nível global, está em quinto lugar e tem perspectiva de alcançar a quarta posição. Também há uma via importante de investimentos em produtos para incontinência urinária. O que as empresas como a Kimberly-Clark têm feito é conscientizar o consumidor e diminuir o estigma desses produtos", afirma.

A companhia havia anunciado, em janeiro, um aporte de US$ 100 milhões que inclua a ampliação de 40% da capacidade de produção de sua fábrica em Camaçari (BA), responsável pelo portfólio de absorventes e fraldas.

Varejo deve atingir receita de R$ 1,5 trilhão neste ano

Helena Benfica e Adriana Mattos
De São Paulo

O varejo brasileiro movimentou R$ 1,4 trilhão em vendas brutas em 2023, alta nominal de quase 8% sobre o ano anterior, segundo a NielsenIQ, e acima da inflação do período — algo sustentado mais por aumentos de preços do que por volume vendido.

É algo que não deve mudar muito neste ano, com crescimento ancorado em inflação, e também no perfil dos produtos vendidos (lançamentos e novas versões de produtos, por exemplo, tendem a ter preços mais elevados).

Para 2024, a empresa de pesquisas prevê avanço de 9,2% nas vendas, acima, portanto, do ritmo de expansão do ano passado. Se atingir essa expansão, as vendas irão alcançar cerca de R$ 1,5 trilhão. Ocorre que mais de 70% dessa alta ainda deve vir das estratégias de preços e do mix vendidos nas lojas.

Para 2024, a projeção é de alta de 2,2% no volume vendido, abaixo do avanço de 2,6% em 2023. E não se trata de efeito de uma base forte de comparação em 2023, já que o ano passado teve um desempenho geral modesto considerando o real potencial do consumo no Brasil.

Os dados fazem parte do levantamento "Da Crise à Trend" da NielsenIQ, publicado ontem, e que aborda a evolução no consumo brasileiro desde o Plano Real, e as fases que esse mercado enfrentou durante esses 30 anos.

Trata-se do faturamento dos canais de venda de produtos alimentares, medicamentos e eletrônicos nas lojas e sites.

"Nós vemos o ano de 2024 muito parecido com 2023 em alguns aspectos. O ano começou bem até os primeiros meses, e depois já desacelerou de novo", diz o diretor-geral da NIQ no Brasil, Alfredo Costa.

Apesar da queda nos níveis de desemprego e na inflação, o nível ainda elevado de endividamento da população e a falta de confiança do consumidor na economia são apontados como os principais responsáveis por esse cenário.

No que diz respeito aos canais, o levantamento mostrou que, em 2023, o atacarejo alcançou o maior nível de penetração da história, atingindo uma presença de 72,3% dos lares brasileiros, impulsionado principalmente pela abertura de novas lojas.

Isso, apesar da perda de ritmo de expansão de algumas companhias líderes, por conta da forte concorrência entre as lojas, que afetou resultados. Neste ano, após abril, o atacarejo voltou a recuperar crescimento.

A venda on-line segue em expansão e se consolidou como um canal importante de compra para categorias de consumo massivo, com destaque para alimentos e bebidas e cosméticos e perfumaria. Mas os dados não consideram o avanço das plataformas asiáticas, e como o crescimento de Shein, Shopee e AliExpress impactou o mercado.

"Apesar dessa força [das estrangeiras], estimamos que o peso delas nesse R$ 1,4 trilhão de faturamento anual é pequeno", afirmou Costa.

Para o executivo, há um processo acelerado de mudanças de hábitos de consumidores, em ritmo mais forte do que se via no início do Plano Real, ou no início dos anos 2000, e isso afeta o ambiente de concorrência das empresas. Se no passado as marcas concorriam entre si, hoje elas competem entre diferentes categorias de produtos.

"Atualmente, vivemos o ambiente da concorrência total. O consumidor abre a mão da compra de um produto de um segmento, para economizar e comprar uma mercadoria de outro segmento", disse ele.

Nesse cenário de disputa mais pesada, as companhias buscam ganhar mercado, em parte, com táticas pontuais, nas redes sociais, criando ações com produtos que gerem ganhos de vendas maiores em curto espaço de tempo. Ele cita, sem mencionar as marcas, um produto labial e um ovo de Páscoa, ambos lançados neste ano, e que tiveram um forte pico de vendas.

O **Valor** apurou que o hidratante é da Carmed e o ovo, da Garoto, da marca Caribe, que chegou a ser anunciado por mais de R$ 400 em sites on-line, após polêmica daqueles que "amam ou odeiam" o bombom da Garoto.

"As companhias viralizam com as marcas em redes sociais, chega a faltar produto nas lojas, e depois isso volta à normalidade. Então vivemos muito mais esses altos e baixos do que no passado por conta dessas estratégias", afirma.

> "Vemos 2024 muito parecido com 2023 em alguns aspectos"
> *Alfredo Costa*

Diga quem são seus mentores e te direi quem és

Gestão

Flávia Camanho

Minha carreira executiva foi uma jornada profissional muito bem-sucedida para o que eu considero sucesso.

Eu ocupei as cadeiras que almejei, sentei-me em posições de liderança, tive bons resultados em projetos relevantes. Calma, esse artigo não será uma "egotrip".

Quero dizer também que não foi um caminho sereno. Tive desafios, decisões difíceis e momentos de muita incerteza. E nesse contexto posso garantir que os mentores que escolhi pelo caminho representaram um diferencial significativo para minha vida.

Para clarificar a quem não tem certeza sobre o que estou falando, mentores são indivíduos experientes, com repertório sólido em um ou mais assuntos, que oferecem orientação, apoio e conselhos valiosos, ajudando na tomada de decisão, na melhor leitura de contexto e que se tornam figuras "norteadoras" para sua construção de carreira.

Uma vez tive a oportunidade de ouvir Sara Blakely, que foi a mulher mais jovem do mundo a conquistar US$ 1 bilhão do zero, produzindo roupas íntimas modeladoras de sua marca Spanx. Ela contou que montou um "conselho" de mentores para sua vida, definiu cinco pessoas que iriam ajudá-la a refletir sobre suas decisões. Só para esclarecer: não era um conselho de administração para o seu negócio, era um conselho de mentores para sua vida.

Então, vou aqui ajudá-los a fazer o mesmo, escolher mentores para sua vida.

O primeiro passo é entender onde poderia contar com mentores identificando suas necessidades: quais são seus objetivos e necessidades profissionais.

Que tipo de orientação precisa: exemplo, carreira, habilidades técnicas, liderança?

Das pessoas mais relevantes na área, quais delas você já possui contato e pode chamar para um primeiro café? Quem teria a abertura para uma troca?

Tendo identificado um potencial mentor, a avaliação é: "tenho o contato com essa pessoa suficientemente estabelecido para uma troca?"

Aqui um ponto importante, a escolha de um mentor requer um vínculo de confiança e uma aproximação transparente e com significado para ambas as partes.

Dedique tempo na construção de uma relação com figuras que você admira. Esse vínculo deve ser construído com trocas consistentes, levando em conta que deverá se sentir confortável de expor suas vulnerabilidades.

Um mentor relevante não é apenas uma pessoa com o melhor conhecimento técnico. Isso nunca será suficiente. Precisa ser alguém que tem convergência de valores. Que não precisa pensar como você, mas que possa compreender o que é valor para sua história.

É uma escolha bem construída, mas que pode trazer muitos frutos. Aliás, um dos frutos de um mentor é poder recorrer e expandir significativamente a sua rede de contatos.

Geralmente, mentores possuem conexões valiosas em suas indústrias e uma rede ampliada que pode abrir portas para novas oportunidades de emprego, parcerias e colaborações que de outra forma poderiam não estar acessíveis.

Hoje posso dizer que possuo um "petit comité" de mentores que acesso nos momentos críticos de decisão estratégica de vida e carreira. Mas, também, recorro às pessoas que considero referência em sua área de atuação para trocas pontuais.

Escolher ter mentores é um passo fundamental para não se tornar uma pessoa autorreferente e "ensimesmado". Ter uma rede bem construída que você pode acessar, buscar trocas e orientações demonstra que entendeu que o conhecimento está distribuído generosamente no mundo ao alcance de uma intenção.

Flávia Camanho é conselheira, mentora e especialista em desenvolvimento humano
E-mail flavia@fux-institute.com

Empresas

História de Negócios Acerto entre os herdeiros foi feito após acordo entre as partes, segundo fontes

Acordo da Caoa com filhas do fundador leva sócios ao controle de 100% do grupo

Adriana Mattos
De São Paulo

A família do segundo casamento do fundador do grupo Caoa, Carlos Alberto de Oliveira Andrade, morto em 2021, e as filhas do empresário de relacionamentos anteriores fecharam acordo, após desentendimentos que foram parar na Justiça paulista.

Com o acerto entre as partes, a companhia passa a ter 100% do seu controle nas mãos da viúva do fundador, Izabela de Oliveira Andrade, e de seus filhos Carlos Philippe e Carlos Alberto Filho.

Advogados de direito familiar acreditam que o inventário dos ativos do empresário seja o segundo maior do país, pela fortuna estimada entre R$ 10 bilhões e R$ 15 bilhões. O site do **Valor** antecipou o caso na sexta-feira (7), antes do fechamento das tratativas.

Os desentendimentos já tinham levado duas filhas, nascidas do primeiro casamento do fundador, a solicitarem na Justiça dados sobre um recente acordo assinado entre os coreanos da Hyundai e os controladores da Caoa no Brasil.

Pelo acertado agora, as duas filhas do fundador, Emanuelle Carmesette do Ó Andrade e Pauline Carmesette do Ó Andrade, saem da sociedade no país de forma definitiva.

Outra transação envolveu Danielly Loureiro, filha de um relacionamento do empresário no fim dos anos 1960.

Neste caso, a negociação abrange a parcela do patrimônio que Danielly tinha direito após a morte do pai, num contrato de compra dos direitos hereditários.

Segundo uma fonte ouvida, os acordos com as três filhas somaram cerca de R$ 900 milhões. Uma segunda pessoa a par do caso informa que o valor é inferior a esse. Advogados da Caoa e das filhas não comentam esse assunto.

Cada uma das duas filhas vendeu 5% de participação no grupo Caoa, apurou o **Valor**, e essa posição considera a fatia de Emanuelle e Pauline na Caoa Family Participações, a holding da família.

Nesta empresa, cada filha era dona de 24,75% das ações, e os dois filhos Carlos Alberto, Carlos Philippe, outros 24,75% cada. Izabela somava 1% na holding.

Na sexta-feira passada (7), houve uma reunião entre advogados de Emanuelle e de Izabela, que alinhou pontos centrais do contrato. Em janeiro houve os primeiros contatos para se buscar um entendimento, sem avanços na época.

Antes disso, já vinha em andamento conversas para colocar um ponto final nas divergências entre Danielly e Izabela, que começaram após a morte do empresário, ocorrida em agosto de 2021.

O fechamento do acordo entre as partes já foi comunicado aos juízes das ações que tramitam no Tribunal de Justiça de São Paulo. Com isso, a expectativa é que saia a homologação e os processos devem ser arquivados, sem julgamento.

Izabela, a Caoa a Hyundai não chegaram a se posicionar sobre os questionamentos das filhas nos autos porque a Caoa fechou o acerto de forma extrajudicial antes que a questão avançasse.

São diferentes as alegações levantadas nos autos por Emanuelle e Danielly, contra Izabela e a Caoa.

Em maio, duas ações foram protocoladas pelos representantes de Emanuelle contra a viúva do fundador e a Caoa Family Participações, a holding que reúne o patrimônio da família. E há um terceiro processo em andamento que, além da esposa dele, tem como parte a Hyundai Motor Brasil, operação dos coreanos no país.

A primeira ação está na vara empresarial de São Paulo desde 16 de abril, e nela, as requerentes dizem que descobriram a realização de uma assembleia geral extraordinária da Caoa Family, em outubro de 2022, em que Izabela e seu filho, Carlos Alberto, foram eleitos diretores da empresa.

A assembleia ratificou, de maneira genérica, os atos anteriores da direção.

Em cópia da ata anexada na ação é relatado que 100% dos acionistas estavam presentes na assembleia, conforme assinaturas no livro de presença. Emanuelle e Pauline afirmam, contudo, que não compareceram, e logo, nunca assinaram o livro.

Na terça-feira passada (4), o juiz do caso, Eduardo Pellegrinelli, pediu para expedir carta de citação à Caoa Family para que fossem apresentados os documentos no prazo de 15 dias. Até a sexta-feira passada, quando o acordo foi fechado, não havia sido protocolado nada na ação.

Menos de uma semana depois da entrada desse primeira processo, os advogados de Emanuelle protocolaram outra ação civil levantando questionamentos sobre supostas alterações na participação acionária da Caoa Motor do Brasil.

Os documentos citam um aumento de capital em 2013 por parte de Izabela que, segundo eles, teria diluído a posição de Emanuelle e Pauline no negócio.

A capitalização planejada seria de R$ 500 mil, um valor baixo frente ao "valuation" do grupo projetado pelo mercado automobilístico. A questão é que, com isso, a Caoa Motor passaria a ter capital total de R$ 600 mil em 2013, o que levaria à diluição das filhas.

Foi solicitado no processo a apresentação de documentos que comprovassem a anuência de Emanuelle ao aumento de capital.

Numa terceira ação, que tramita há 15 dias na 7ª Vara Civil do Foro Central de São Paulo, Emanuelle faz outras alegações, sobre o novo acordo de importação e produção com a Hyundai, fechado em fevereiro. A herdeira afirma que as informações foram ocultadas dela e de Pauline.

Segundo o anunciado quatro meses atrás, a Hyundai Motor Brasil assumiu o controle sobre a importação e a distribuição dos carros da marca no Brasil. A Caoa ficou com uma participação financeira nas importações e montará produtos da marca que a matriz determinar.

Na tese dos representantes de Emanuelle, o grupo coreano entra em cena nessa discussão jurídica porque os acionistas da holding têm direito de analisar os documentos do novo contrato com a marca.

E, dada a existência das ações públicas na Justiça envolvendo o caso, a Hyundai não poderia alegar desconhecimento do caso no futuro.

Ainda haveria uma quarta ação das filhas, em segredo de Justiça, na vara empresarial de São Paulo que buscava destituir Izabela do cargo, e que também será arquivada, apurou o **Valor**.

"Para a Caoa, era importante que isso fosse resolvido para a empresa continuar seu plano de crescimento", diz Roberto Quiroga Mosquera, um dos sócios fundadores do escritório de advocacia Mattos Filho, que representa a companhia no caso.

Pelo lado de Emanuelle, estava a equipe do Albuquerque & Alvarenga Advogados. Em nota, o sócio Anderson Albuquerque diz que o acordo é o melhor caminho, principalmente se o caso envolve "grande patrimônio e litigiosidade". E sobre os detalhes do acerto, diz que não pode se manifestar uma vez que a questão segue sob sigilo.

Já o envolvimento de Danielly em todo esse imbróglio é mais antigo, e tem relação com o inventário do empresário.

Em 2021, houve um pedido na Justiça por parte de Danielly para que fosse designado um inventariante judicial para o caso, e com isso Izabela não assumiria a função, de forma a resguardar os interesses de Danielly, frente ao "indiscutível conflito entre herdeiros", dizia ela nos autos.

Advogados de Izabela nesse caso questionaram o pedido, alegando que a viúva de Carlos Alberto já era muito atuante na empresa e nos negócios do empresário, e com isso, ela seguia como inventariante até dias atrás, apurou o **Valor**.

Izabela casou-se com o fundador em 1998 e teve dois filhos com o empresário. Cinco dias após a morte do marido, em agosto de 2021, ela tornou-se a presidente do conselho de administração da Caoa. Menos de um ano e meio depois, o CEO contratado deixou a função e o filho do casal, Carlos Alberto Filho, assumiu a cadeira.

> Com o acerto, a Caoa passa a ter 100% do controle nas mãos da viúva do fundador e os dois filhos

> **5%** foi a fatia que cada uma das filhas vendeu

GERALD HERBERT/FILE/AP

Com menos disponibilidade de embarcações de águas profundas, as taxas diárias subiram para US$ 450 mil

Escassez de sondas para exploração de petróleo alimenta consolidação

Commodity

Financial Times

Trabalhar em plataformas de petróleo no mar, a quilômetros de qualquer lugar, pode ser um negócio solitário. Executivos em terra das empresas especializadas nessas perfurações também podem já ter sofrido bastante sozinhos. Quando os orçamentos de exploração caíram, as grandes petrolíferas deixaram de precisar tanto das sondas de águas profundas. A demanda pelos maiores navios-sonda mal mudou nos últimos dez anos, enquanto a oferta desses equipamentos caiu até 40%.

Daí o interesse do setor em se consolidar. Nesta semana, a Noble Corporation anunciou que comprará a rival americana Diamond Offshore, um negócio em dinheiro e ações de cerca de US$ 1,6 bilhão. A Diamond Offshore voltou a ser negociada em bolsa em 2022, após sair de uma recuperação judicial com endividamento menor. Em termos pro-forma, a Noble dominará o setor com cerca de 35% da oferta mundial combinada desses equipamentos, ao lado da principal operadora de sondas em águas profundas Transocean.

O negócio é bom para ambas as partes e coloca em evidência o quanto há de valor disponível nesse mercado. A Noble Corporation pagará o equivalente a US$ 350 milhões por sonda da Diamond Offshore, segundo Bård Rosef, do banco de investimento Pareto. Precisaria pagar quase o dobro disso por um navio-sonda de águas profundas novo. A previsão da Noble Corporation de que conseguirá cortar os custos anuais em US$ 100 milhões, antes dos impostos, cobrirá facilmente o pequeno prêmio de 11% pago sobre a cotação de fechamento de sexta-feira.

A Noble até prometeu um aumento de 25% em seus dividendos, em função da expectativa de ter mais fluxo de caixa livre quando o acordo for concluído. Os acionistas da Diamond Offshore devem receber um preço próximo ao patamar máximo alcançado desde que a empresa voltou a ter registro em bolsa. As ações tanto da compradora quanto da vendedora subiram no dia do anúncio.

O otimismo é justificado. Com menos disponibilidade de embarcações de águas profundas, as taxas diárias (aluguel) subiram para US$ 450 mil, segundo dados do Pareto. Descontadas as despesas operacionais, as sondas podem render cerca de US$ 300 mil por dia. Se uma petrolífera precisar de uma sonda em águas profundas no Golfo do México, no Brasil ou nas novas e cobiçadas áreas de exploração na Namíbia, precisará lidar com esses custos mais altos.

Não é surpresa que a empresa francesa de petróleo TotalEnergies tenha recentemente decidido se proteger desses custos cada vez maiores. Em fevereiro, comprou 75% do navio-sonda Tungsten Explorer, que era da Vantage Drilling, por US$ 199 milhões. Em geral, a preferência habitual das petrolíferas é alugar, em vez de ter a propriedade de sondas. Há outras operadoras de sondas que podem atrair a atenção de compradores ou sair às compras. Entre as empresas com frotas apropriadas estão a quarta maior perfuradora em águas profundas, a americana Seadrill, e a norueguesa Eldorado.

Os negócios podem ter melhorado para essas perfuradoras em águas profundas, mas só após muitos anos de aperto. À medida que a sorte do setor começa a melhorar, as empresas descobririam que é mais barato comprar capacidade de exploração extra do que investir para construí-la.

> Noble Corporation chegou a um acordo para comprar a rival Diamond Offshore

> **11%** é o tamanho do prêmio a ser pago

INÊS 249

Varejo Com queda das vendas do canal on-line, empresa divulgou redução da receita

Americanas publica dados selecionados para mostrar rumo certo

Adriana Mattos
De São Paulo

Em processo de retomada da confiança pelo mercado, a Americanas divulgou, na manhã de ontem, um compilado cirúrgico de dados gerenciais não auditados de 2023 e do primeiro trimestre de 2024. No material, é dado destaque aos aspectos positivos, algo que, na percepção do mercado, é uma forma de reforçar a visão de que a empresa está em processo de retomada, algo fundamental nessa busca de virada de página pelo comando.

A publicação menciona um Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado que exclui efeitos com peso relevante nos números, como despesas com a recuperação judicial e todas as baixas de ativos após a crise no grupo.

Numa conta de outro Ebitda ajustado (ex-IFRS 16) a empresa exclui também despesas com aluguéis — a Americanas arrenda a ampla maioria de seus pontos.

Os números selecionados se resumem ao valor de receita líquida, lucro bruto e dois tipos de Ebitda (ajustado e um ajustado antes de aluguéis) em 2023 e de janeiro a março deste ano. A companhia não cita eventual prejuízo líquido, o resultado financeiro, que trata relação entre despesas e receitas financeiras, ou fluxo de caixa da operação.

A publicação das demonstrações de resultados auditados desses períodos ainda está atrasada por conta do trabalho de auditoria de um comitê independente, algo em andamento há quase um ano e meio. A varejista diz que pretende publicar o balanço contábil até 31 de julho.

> Corte nas linhas de créditos da empresa em recuperação judicial afetou as lojas da rede

DOMINGOS PEIXOTO/AGÊNCIA GLOBO

A rede varejista, que está em recuperação judicial desde o ano passado, informou que pretende publicar balanço contábil auditado até o dia 31 de julho

Também não é possível saber como esses dados publicados evoluíram em relação a 2023 porque não foi publicada a variação.

Cabe questionar se a empresa poderia apresentar mais números e fazer a ressalva das possíveis limitações na comparação, que o mercado sabe que existem e hoje já dá um desconto por isso. Como os modelos econômicos que analistas elaboravam quando acompanhavam a empresa até a crise já não valem mais nada, os números ajudariam, pelo menos, a dar uma ideia da velocidade da recuperação.

A empresa menciona, no fato relevante de ontem, uma queda de receita, porque reduziu muito a sua venda no canal on-line de itens próprios. E diz que a operação da Lojas Americanas teve melhora gradual pois houve uma normalização do fornecimento da rede.

O corte na linha de crédito da empresa afetou as lojas, apesar do esforço em tentar protegê-las desse baque que afetou o negócio desde que foram descobertas fraudes contábeis na companhia.

O maior detalhamento no material cabe mesmo à margem bruta, que a empresa diz que melhorou, sem informar a taxa — a demanda de Páscoa e a reversão de uma provisão ajudaram no indicador.

A ideia da Americanas, com o fato relevante, é mostrar uma progressão operacional, o foco central da linha de frente agora, passada a aprovação do plano de recuperação, em dezembro. A divulgação também busca apresentar os avanços na implementação do plano de recuperação judicial, em execução há cinco meses.

O aspecto crucial é a execução das medidas de retomada pela direção, após os R$ 12 bilhões da capitalização dos seus maiores sócios entrando no caixa no segundo trimestre, para ajudar a pagar as dívidas concursais. Os três principais acionistas são Beto Sicupira, Jorge Paulo Lemann e Marcel Telles, da 3G Capital.

Os recursos aportados não vão para o negócio, por isso, a varejista tem a tarefa de gerar caixa próprio. A publicação do fato relevante ocorre dentro desse contexto. A Americanas hoje é um terço menor do que ela era dois anos atrás. Em 2022, vendeu R$ 22,5 bilhões e ano passado, foram R$ 15 bilhões.

Oficialmente, a varejista já havia dito, em maio, que iria divulgar novo fato relevante com indicadores financeiros gerenciais, após o

> **R$ 12 bi**
> **foi a capitalização feita pelos 3 sócios**

atraso na publicação do ano fechado de 2023, sem especificar os números que decidiria apresentar.

Sobre o tema, a empresa não se manifestou, para além do divulgado no material.

O texto ainda atualiza pontos do plano de recuperação. Diz que reunião do conselho de administração para a homologação do aumento de capital deve ocorrer em 11 de julho. Na mesma data, será divulgado aviso aos acionistas com o resultado da transação e a nova composição acionária.

Operadoras de satélite disputam acesso Wi-Fi em aviões

Telecomunicação

Rodrigo Carro
De São Paulo

Num cenário de competição crescente, com a entrada em operação de novas constelações de satélites e subsídios à expansão das redes de fibra óptica, a americana Viasat redireciona seus esforços para os segmentos de comunicação aérea e marítima. Longe de ser uma tendência isolada, outras companhias de comunicação via satélite — como a Hughes e a Starlink — também buscam clientes no ar e no mar.

A Viasat contabilizava mais de 3.500 aeronaves comerciais atendidas por seus satélites ao fim de 2023. No Brasil, a empresa entrou nesse mercado em 2021 por meio de um acordo para fornecer acesso à internet em aviões da Azul. A aérea disponibilizou o serviço de Wi-Fi — via satélite — em 48 aeronaves.

Já em terra, pelo menos no segmento de banda larga fixa residencial via satélite, as perspectivas são menos favoráveis. "Não competimos apenas umas com as outras", argumenta Evan Dixon, presidente global da Viasat para a área de banda larga fixa voltada ao consumidor final, referindo-se às outras empresas do ramo. "Estamos também competindo com subsídios do governo para a banda larga terrestre", acrescenta.

O executivo cita como exemplo o programa da administração do presidente americano Joe Biden que destina US$ 42,4 bilhões para subsidiar a expansão de redes de fibra óptica. A expectativa de Dixon é que o programa reduza à metade o mercado potencial — estimado em 12 milhões a 15 milhões de lares americanos — para as empresas que prestam o serviço de banda larga fixa residencial via satélite, como a Viasat.

Nos Estados Unidos, maior mercado da companhia, a Viasat tinha 596 mil assinantes no quarto trimestre do ano fiscal de 2021, terminado em 31 de março. Em divulgações de resultados subsequentes, a empresa passou a não informar mais este número. Já no Brasil a Viasat tinha em dezembro do ano passado 29,4 mil contratos residenciais e mais 28,2 mil pontos de acesso operados pela Telebras, como parte de um contrato firmado em 2018 para atender hospitais, escolas e postos de saúde.

"A Viasat acaba de fazer uma mudança muito grande de estratégia em direção aos mercados de aviação e marítimo. Isso ficou mais evidente a partir da aquisição da Inmarsat", explica Dixon, referindo-se à compra da rival, concluída em 2023, após aprovações regulatórias. Depois da aquisição, as maiores áreas de negócio da Viasat são a de mobilidade e a de governo e defesa. "O negócio de banda larga fixa responde, hoje, por cerca de 12% das nossas receitas", conta Dixon.

> **412,3**
> **mil são as conexões de banda larga no país**

No Brasil, dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) indicam que em abril havia no país 412,3 mil conexões de banda larga via satélite ativas. Esse total corresponde a menos de 1% dos acessos de banda larga à internet. Ainda assim, o mercado de comunicação via satélite passa por um momento de ebulição em termos globais, principalmente devido à entrada em operação de satélites de baixa órbita.

Esse tipo de satélite pode estar situado a apenas algumas centenas de quilômetros da superfície da Terra, enquanto os geoestacionários ficam em órbita a 36 mil quilômetros de distância. A maior proximidade torna o tempo de resposta dos satélites de baixa órbita menor. Em março, a Anatel contabilizava mais de 10 mil autorizações para satélites não geoestacionários de diferentes constelações.

Com satélites já autorizados pelo regulador brasileiro, o Projeto Kuiper, da Amazon, começa a implantar sua constelação de satélites de baixa órbita este ano. O lançamento do serviço comercial está previsto para 2025 e vai concorrer diretamente com a Starlink, do bilionário Elon Musk.

No país desde 2022, a Starlink conseguiu em pouco mais de dois anos assumir a vice-liderança no mercado de banda larga fixa via satélite, com 162,5 mil acessos em abril deste ano. A empresa de Musk também avança sobre o segmento de mobilidade.

Na versão em português do site da Starlink, constam ofertas de serviços de acesso à internet via satélite tanto para jatinhos executivos como para aviões de rotas comerciais. Há também a possibilidade de contratar o serviço em navios de carga, barcos pesqueiros e de pesquisa, e em veículos terrestres, segundo informações disponíveis no site.

> "Nos EUA, há neste momento pedidos para mais de 50 mil novos satélites"
> *Evan Dixon*

No fim de maio, a Qatar Airways anunciou que em dois anos todas as suas aeronaves vão dispor de acesso à internet gratuito, graças a um acordo com a Starlink. Em fevereiro, a companhia aérea Hawaiian Airlines já havia anunciado o lançamento do serviço de Wi-Fi em alguns de seus voos utilizando a constelação de satélites de baixa órbita da empresa de Musk.

Outra companhia americana do ramo, a Hughes, anunciou em junho do ano passado parceria com a OneWeb, que utiliza satélites de baixa órbita, para oferecer conexão à internet no mercado de aviação. O serviço está disponível no Brasil.

Dixon, da Viasat, acredita que a concorrência entre as operadoras de satélites vai aumentar: "Nos Estados Unidos, a FCC [Comissão Federal de Comunicações, agência reguladora americana] tem neste momento pedidos [de autorização] para mais de 50 mil novos satélites. E esses satélites não são apenas para atender os Estados Unidos, mas também muitos países ao redor do mundo".

Curtas

Alupar cresce no Peru

A Alupar arrematou, por meio da Alupar Peru, dois projetos em leilão de reatribuição de empreendimentos de transmissão realizado no país andino. Os projetos somam investimentos estimados em US$ 19,6 milhões, com receita anual permitida (RAP) de US$ 3,2 milhões, o que equivale a uma relação RAP/Investimento média de 16,3%. O prazo das concessões é de 30 anos. A Alupar já atua no Peru por meio da usina hidrelétrica La Virgen e também está implementando um projeto de transmissão arrematado em 2023. Com esse último leilão, o plano de expansão geográfica da Alupar alcança um investimento total estimado de US$ 289,7 milhões até 2027, no Chile, Peru e Colômbia, com RAP total contratada de US$ 38,9 milhões.

GM reduz elétricos

A General Motors (GM) reduziu a meta de produção de veículos elétricos pela segunda vez em um ano. A empresa espera agora produzir de 200 mil a 250 mil veículos elétricos este ano, abaixo da previsão anterior de 200 mil a 300 mil, disse o diretor financeiro, Paul Jacobson, durante conferência global do setor automotivo do Deutsche Bank. A GM retirou em outubro a previsão de produzir 400 mil veículos elétricos até meados deste ano e, na ocasião, não divulgou nova meta. A duas alterações nas projeções foram parcialmente atribuídas à desaceleração do crescimento no mercado de veículos elétricos. Na conferência, o diretor disse ainda que a GM está financiando a empresa de direção autônoma Cruise com parcelas menores de dinheiro.

Móveis Companhia da família Seibel aposta na perenidade do trabalho dos marceneiros e no desejo por mobiliário sob medida

Leo Madeiras prevê faturar R$ 1,7 bi com lojas próprias

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

A distribuidora de painéis de madeira e produtos para marcenaria Leo Madeiras completou 80 anos em 2023 e almeja faturamento de R$ 1,7 bilhão neste ano, apenas com suas lojas próprias. Ao contabilizar também as franquias, a estimativa é chegar a R$ 3,5 bilhões. No ano passado, o faturamento dos negócios próprios foi de R$ 1,5 bilhão e, da rede toda, de R$ 3,2 bilhões.

A empresa pertence à família Seibel, uma das mais ricas do país, e é comandada desde 2013 por Andrea Seibel, que assumiu a presidência deixada por seu tio, Hélio, após uma tentativa de profissionalização que não deu certo. "Ele é o grande empreendedor", afirma. "Foi quem, ao longo de 40 anos, levou a Leo de uma distribuidora de madeira para o mercado da marcenaria".

Além da Leo Madeiras, do family office e de investimentos em private equity, os Seibel dividem com a Itaúsa o controle da Dexco, antiga Duratex, fabricante de painéis de madeira e materiais de construção, listada na bolsa. A família tem 20,4% das ações, enquanto o bloco Itaúsa possui 40,8%.

Com cerca de 20% de participação no mercado de distribuição de madeira no país, chegando a 25% na cidade de São Paulo, a Leo compra material da Dexco, mas também de outros produtores, ressalta Seibel, citando Arauco, Guararapes e Eucatex entre os maiores fornecedores. "A negociação é muito forte, é um produto 'semi-commoditizado'", diz.

A família ainda foi sócia do grupo francês Adeo, dono da Leroy Merlin, e participou da chegada do home center ao Brasil, há 27 anos. Ficou na sociedade por 20 anos, mas já vendeu sua participação. Outra incursão no varejo de materiais para o consumidor final não é cogitada, afirma Seibel. A Leo é B2B ("business to business").

A experiência com Dexco e Leroy ajudou a executiva a conhecer e comparar os funcionamentos de negócios de capital aberto e fechado. Ela vê o controle familiar da Leo como positivo, por dar mais autonomia. Mesmo assim, a empresa também investe em governança. A companhia tem conselho de administração com maioria independente e é auditada. "Ser empresária é um privilégio, mas antes é uma responsabilidade, porque é um legado."

Uma abertura de capital não é descartada, mas só se forem necessários recursos externos para crescer. "Se um dia for a hora, quero abrir e nem sentir a mudança", diz.

Além da distribuição de madeira, usada em móveis sob medida, a companhia tem uma fintech, para atender marceneiros, uma escola de marcenaria e investe em um modelo diferente de produto.

Seibel conta que a Leo Sob Medida foi criada a partir de uma provocação sua sobre a dificuldade dos marceneiros para acumular dinheiro. Para ela, há muito desperdício de madeira no sistema tradicional de trabalho desses profissionais. A empresa começou, então, a oferecer a fabricação própria dos móveis, a partir do projeto criado pelos marceneiros, que depois montam o produto na casa do cliente. O profissional paga a Leo pela fabricação das peças, mas não precisa ter espaço e equipamentos dedicados a isso, nem contratar mais mão de obra.

Ainda uma parte pequena do negócio, Seibel vê a Leo Sob Medida respondendo por um terço das receitas da empresa no futuro. "Mas não temos pressa", ressalta. Há um showroom na avenida Rebouças, na capital paulista, e outro em Alphaville, e serão inaugurados novos pontos no bairro paulistano Anália Franco e em Santos (SP). Uma segunda fase de expansão deve incluir o Rio.

Há 20 anos, havia dúvida na empresa sobre a continuidade da profissão do marceneiro. "Se ele morrer, morremos junto, então começamos a desenvolver serviços industriais", diz a executiva.

O receio, no entanto, foi embora. Para Seibel, o móvel sob medida segue desejado, e é ainda mais relevante para os imóveis pequenos, a maioria dos lançamentos atuais, por permitir um melhor uso do espaço.

A companhia tem hoje 130 lojas, em todos os Estados do país. Destas, 30 são próprias — também trabalha com o modelo de franquias. Neste ano, deve abrir outras 16, sendo 10 próprias.

GABRIEL REIS/VALOR
Para a presidente Andrea Seibel, ser empresária é uma "responsabilidade"

Startups de venda de material anunciam fusão

De São Paulo

As startups de venda de material de construção para lojistas Sooper e Tul anunciam hoje (12) uma fusão dos negócios.

A Sooper foi fundada em 2021 por Rafaela Khouri, ex-diretora de B2B do QuintoAndar, e recebeu aportes de Monashees, Kaszek e Canary. A Tul, que é colombiana, nasceu em 2020 e chegou ao Brasil em meados de 2022. Também com investimento do Monashees, entre outros fundos, a empresa opera ainda no México.

Enrique Villamarin, cofundador e CEO da Tul, afirma que hoje 25% da receita da empresa vem do Brasil, enquanto a Colômbia fica com 50%. Após a fusão, tanto Brasil quanto o país natal do negócio terão 40% de participação.

As empresas não abrem os valores da negociação. Villamarin segue como CEO, agora também comandando a Sooper, com Khouri como country manager do Brasil.

A aproximação entre os negócios já vinha acontecendo desde antes da chegada da Tul ao Brasil.

As empresas foram criadas em um momento de expansão das startups, com fartos recursos de venture capital. Nos últimos anos o cenário tem sido diferente. Villamarin reconhece que o dinheiro para startups secou, mas diz que a empresa não corre riscos no momento. Para Khouri, a fusão não tem relação com uma dificuldade em conseguir investimentos, mas tem entre seus objetivos criar uma empresa "financeiramente sustentável, que consegue andar com as próprias pernas". É uma forma de ficar mais forte para enfrentar o mercado de materiais de construção, que ainda é muito analógico e descentralizado, afirma.

As empresas já tinham um funcionamento parecido, fazendo a ligação entre indústrias e lojistas, que vão de atacadistas a pequenos comércios de bairro. O valor está em oferecer estoque de forma rápida, via pedidos pela internet. A Sooper já tinha um centro de distribuição no Brás, região central de São Paulo, que facilita a logística de "última milha" dos pedidos.

As companhias começam agora um período de adaptação que deve durar cerca de 90 dias, até a fusão estar completa. Enquanto isso, os dois nomes serão mantidos. Khouri afirma que, provavelmente, só um será usado no futuro. "Ainda não sabemos qual."

Somadas, Sooper e Tul atendem 10 mil clientes, mas querem dobrar esse volume ainda neste ano.

O segmento de material de construção não tem apresentado grande crescimento. Houve queda de 2,1% no faturamento do setor em 2023, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), e alta de 2% entre janeiro e abril de 2024. Khouri afirma que, por serem empresas novas, com muito mercado a conquistar, os negócios são menos afetados por flutuações setoriais.

No mercado nacional, a Juntos Somos Mais, joint venture de Votorantim Cimentos, Gerdau e Tigre, também atua como marketplace e atende cerca de 15 mil lojistas ao mês. Para Khouri, a competição é positiva. *(ALT)*

INÊS 249

ANA FONTES
FUNDADORA E CEO DA REDE MULHER EMPREENDEDORA
E ASSINANTE DO VALOR
ECONÔMICO
Valor

INÊS 249

Estratégia Em meio a uma grave crise econômica, Javier Milei tenta atrair ao país 'big techs' e startups

Argentina acena aos EUA com poucas regras à IA

Ciara Nugent
Financial Times, de Buenos Aires

Javier Milei quer transformar a Argentina no "quarto centro mundial de IA", segundo afirma um assessor do presidente libertário, prometendo uma regulamentação mínima para atrair os presidentes de companhias americanas de tecnologia para o problemático país sul-americano.

Demian Reidel, presidente do conselho de assessores econômicos de Milei e organizador das reuniões de alto nível do presidente com a OpenAI, Google, Apple e Meta no mês passado, disse ao "Financial Times" que investir na Argentina proporcionará às empresas uma "proteção" contra os crescentes riscos regulatórios nos Estados Unidos e Europa.

"A Argentina tem um presidente que realmente está apresentando as ideias de liberdade, baixa regulamentação, livre iniciativa, e ele capturou a imaginação do mundo da tecnologia", afirmou ele em uma entrevista. "Todos os astros se alinharam para que talvez sejamos o quarto centro de IA do mundo."

Os planos de Milei para a Argentina surgem em meio a uma grave crise econômica que levou a inflação anual para 289%. Há seis meses na presidência, seu governo minoritário ainda não conseguiu aprovar nenhuma lei no Congresso para desregulamentar a economia e atrair investimentos.

Mas suas críticas inflamadas aos líderes ocidentais, que ele acusou de terem sido "cooptados" pelo socialismo em um discurso feito em Davos em janeiro, rendeu-lhe fãs no setor de tecnologia, que vem sendo cada vez mais alvo de regulamentação por parte das autoridades europeias e americanas.

Em maio, Milei e Reidel tiveram encontros privados na Califórnia com Sam Altman e Tim Cook, presidentes-executivos da OpenAI e da Apple, respectivamente, e organizaram uma cúpula com investidores e pensadores da área de IA, que incluiu o capitalista de risco Marc Andreessen e o sociólogo Larry Diamond. O presidente argentino encontrou-se também duas vezes com o presidente-executivo da Tesla, Elon Musk.

"As pessoas não percebem que se todas essas pessoas querem se encontrar conosco, não é para uma oportunidade de foto", disse Reidel. "É um interesse mútuo, em termos de investimento e do que daremos a elas em termos de regulamentação e um ambiente de negócios amigável para operar."

Reidel acrescentou que há meses conversa com empresas sobre a regulamentação e as vantagens competitivas da Argentina, que incluem uma população bem instruída e uma grande oferta de terrenos para centros de dados.

Ele disse que as reuniões foram "muito amigáveis" e que Milei teve uma "afinidade especial" com Andreessen, autor do livro "The Techno-Optimist Manifesto".

Outros governos latino-americanos também competem para se tornar o "Vale do Silício" da região e analistas afirmam que as empresas que chegarem à Argentina terão que investir forte em infraestrutura, como servidores, e estar preparadas para enfrentar grandes riscos políticos e econômicos.

> "Sabe de uma coisa? Vamos recebê-los com belos bifes e Malbec"
> *Demian Reidel*

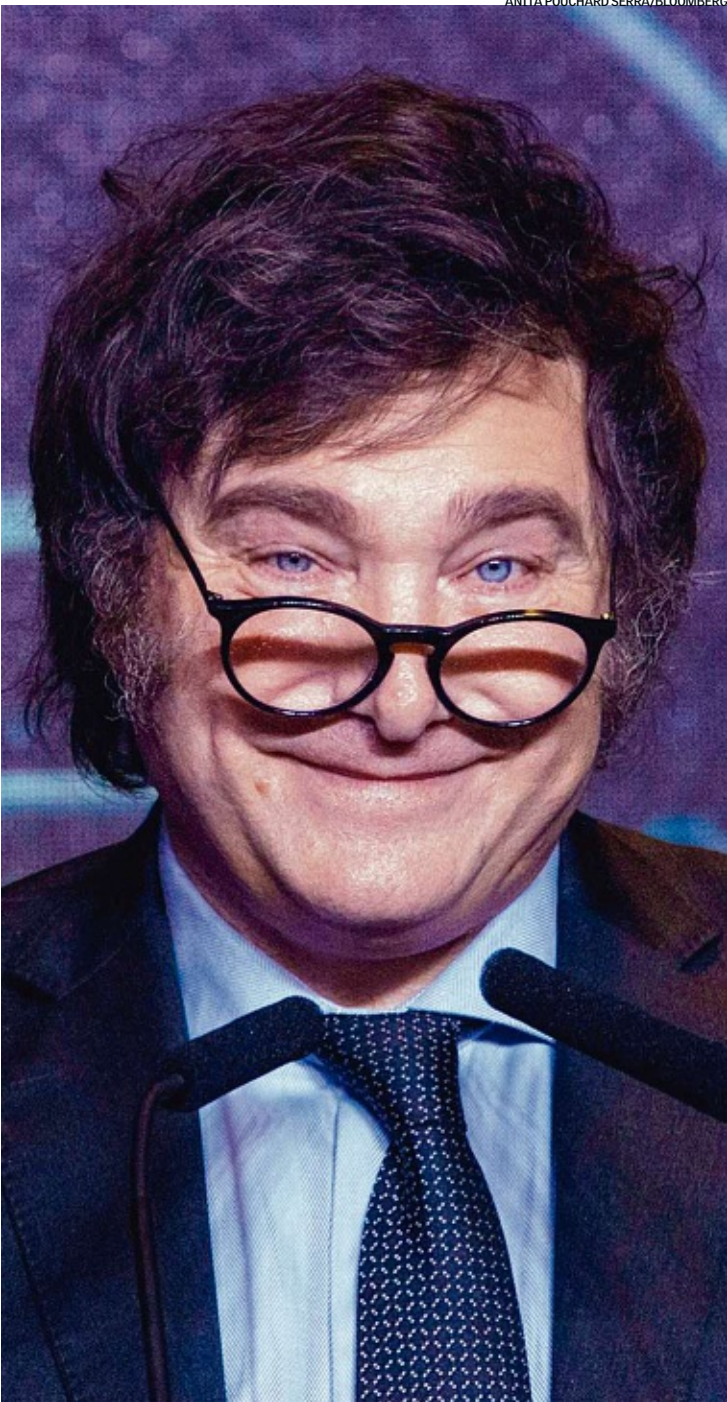
"Elas precisariam ver a Argentina se livrar de seus rígidos controles de capital e aprovar reformas econômicas de longo prazo, antes de investir seu dinheiro", diz Ignacio Labaqui, um analista sênior da consultoria de risco Medley Global Advisors, de Buenos Aires. "Esse processo está apenas começando e eu seria cauteloso."

Um projeto de lei destinado a incentivar os investimentos será votado nesta quarta-feira (12) no Senado, onde Milei controla apenas 10% das cadeiras. O presidente também precisa do apoio do Congresso para aprovar a regulamentação de IA "pró-inovação".

Reidel disse que as pressões reguladoras em outros países levarão as empresas a procurar novos locais para investir. Regras "extremamente restritivas mataram a IA na Europa", disse ele. Destacou que as discussões nos EUA, onde os legisladores da Califórnia estão considerando novas regras de segurança para a IA, sugerem que o país "poderá acabar do mesmo jeito". Ele disse esperar que as empresas comecem a "tirar capital humano da Europa" e acrescentou: "Sabe de uma coisa? Vamos recebê-los com belos bifes e Malbec".

"Não podemos fazer tudo imediatamente, mas estamos nos concentrando nas coisas que podemos fazer. Após as reuniões, ajustamos nossos planos e apresentamos propostas bastante concretas para investimentos", acrescentou.

(Tradução de Mario Zamarian)

ANITA POUCHARD SERRA/BLOOMBERG

Javier Milei: encontros privados com os CEOs da OpenAI, Apple e Elon Musk

No Brasil, comissão do Senado vota PL

Valor
De São Paulo

Em sessão de debates temáticos no plenário do Senado Federal em Brasília, nesta terça-feira (11), parlamentares e especialistas discutiram a regulamentação do desenvolvimento e uso da inteligência artificial. A votação do projeto de lei 2.338/2023 na Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial está marcada para esta quarta-feira (12), às 14h.

Na próxima semana, a matéria proposta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, poderá ser levada ao Plenário da Casa.

O relator PL 2.338/2023 é o senador Eduardo Gomes (PL-TO), que apresentou um substitutivo ao projeto de Pacheco. Durante a sessão da terça-feira, ele afirmou que regulamentação da IA não deve ser confundida com outros temas, como "o combate às 'fake news' e a polarização política".

"É uma tecnologia que vai estar presente em tudo o que estamos fazendo. A gente vai ter que ter paciência e exercício democrático do debate para achar a solução", disse, segundo a agência Senado.

Para Dora Kaufman, professora da PUC-SP e especialista em IA, o projeto "não está maduro para ser votado". Ela defende, por exemplo, regras mais claras para assegurar "a implementação, a fiscalização e a obediência da lei".

No Cannes Lions, a mídia impressa inova e se reinventa

Festival

Daniela Braun
De São Paulo

A criatividade em anúncios impressos vem se reinventando a cada edição do festival de criatividade de Cannes Lions, evento que será realizado na França, de 17 a 21 de junho. Ideias que extrapolem as páginas de jornais, revistas e livros estão na mira dos jurados da categoria "Print & Publishing" na edição do Cannes Lions 2024, o "Oscar" da publicidade global.

"O 'Print' vem evoluindo bem. Com recursos de tecnologia como QR codes e inteligência artificial (IA) temos conseguido extrapolar a página", afirma Vinicius Stanzione, vice-presidente-executivo de criação da agência Leo Burnett, e jurado na categoria "Print & Publishing" do festival, este ano. Ele se refere à extensão do anúncio impresso para outras mídias digitais. "A tecnologia traz novas leituras e um novo jeito de contar histórias pelo impresso. Com isso, o 'Print' se fortalece e ganha relevância."

Stanzione destaca o jornal "AnNahar", do Líbano, vencedor de dois Grand Prix seguidos em Cannes, em 2022 e 2023, como um exemplo de inovação em uma categoria considerada clássica no festival. "Como todo clássico, o 'Print' precisa se reinventar, trazer frescor e algo novo a cada ano", observa.

Em 2023, uma edição do "AnNahar" resgatou sete jornais que foram fechados devido à perseguição do governo à imprensa e aos jornalistas no Líbano. A campanha "Newspaper inside the newspaper edition" ("Jornal dentro da edição do jornal", na tradução livre do inglês), feita pela agência Impact BBDO, de Dubai, levou a premiação máxima da categoria ao defender a liberdade de expressão e de imprensa.

No festival de 2022, o jornal libanês levou o Grand Prix após ter deixado de circular para doar o papel em que seria impresso à produção de cédulas de votação no Líbano.

"Buscamos a história que o anúncio está contando além do que está impresso", nota Stanzione. Desde maio, o vice-presidente-executivo de Criação da Leo Burnett avaliou 280 trabalhos candidatos a um leão em Cannes.

Em 28 anos de carreira, Stanzione já ganhou 11 leões, entre troféus de ouro, prata e bronze, no Cannes Lions. O executivo considera o festival uma referência em seu trabalho e diz que a avaliação dos candidatos é um sinalizador de tendências. "Uma das coisas que estou buscando é como o mundo estará olhando o impresso nos próximos anos. Para mim, é uma honra fazer parte desse júri".

Até alcançar um leão, os trabalhos também são avaliados sob diferentes pontos de vista culturais. "É super difícil de ganhar um leão e você tem que passar por júris de diversas origens culturais", afirma Stanzione.

Ao lado do publicitário brasileiro, no júri de "Print & Publishing" estão profissionais da Colômbia, Índia, Noruega, África, Irlanda, Canadá, Vietnã, Nigéria e países do Oriente Médio. "Tivemos uma aula sobre como eliminar o viés cultural e julgar a criatividade", conta o executivo.

O uso de IA não foi evidente entre os trabalhos impressos, observa Stanzione. Esta foi a primeira edição do festival a pedir detalhes sobre o uso de ferramentas de IA nos trabalhos candidatos a um leão. "Se a IA contribui com a ideia, é muito bem-vinda, mas é só uma ferramenta", afirma.

A volta do humor à propagandas, após o auge da pandemia da covid-19, é outra tendência destacada pelo jurado. "A leveza estava fazendo falta à propaganda. A publicidade também tem esse poder, que não pode deixar de ser usado."

Marketing impulsiona crescimento do Sicredi

Cooperativismo

Cláudia Penteado
Para o Valor, de São Paulo

O cooperativismo de crédito cresce no mundo e já chega a cerca de 400 milhões de associados, em quase 90 mil cooperativas, em 118 países, segundo o mais recente relatório estatístico do World Council of Credit Unions (WOCCU), elaborado a partir de dados fornecidos pelas cooperativas de crédito membros e afiliadas. No Brasil, a taxa de penetração é de 11,4%, ainda modesta se comparada à de países do Hemisfério Norte, da África e Ásia.

É justamente essa margem, que mostra um potencial de crescimento no mercado brasileiro, e as características próprias desse tipo de negócio que levaram Cris Duclos a assumir a diretoria executiva de marketing e experiência no Sicredi. Trata-se da maior cooperativa de crédito do Brasil, com o total de R$ 324,5 bilhões em ativos no ano passado, um crescimento de 23,2% em relação ao ano anterior.

Nesse cenário, o marketing passa a desempenhar um papel essencial: ajudar o Sicredi a chegar a 10 milhões de associados até 2025. Hoje, são 7,5 milhões. Para Duclos, o marketing pode ajudar a ampliar o conhecimento da marca e o papel das cooperativas de maneira geral, que ela considera ainda pouco difundido.

"Se você considerar que o segundo maior banco da França é uma cooperativa (Credit Agricole), que nos Estados Unidos a participação de cooperativas é de mais de 60%, fica claro o potencial de crescimento em um país como o Brasil. Há muito desconhecimento a respeito desse mundo das cooperativas, especialmente nos grandes centros", afirma Duclos.

A executiva se refere ao propósito e papel social de negócios baseados no cooperativismo. Essencialmente, o que diferencia uma operação como o Sicredi de uma operação tradicional de crédito é que os clientes são, ao mesmo tempo, proprietários ou membros, e seu principal objetivo é atender às necessidades financeiras desses membros, não maximizar os lucros, como em outras instituições comerciais controladas por acionistas.

DIVULGAÇÃO

> "Talvez o nosso maior competidor seja o desconhecimento, por isso temos investido bastante"
> *Cris Duclos*

Além disso, na cooperativa a governança é democrática, os sócios têm voz ativa na gestão e podem votar nas assembleias, influenciando diretamente as decisões e os rumos do negócio.

Duclos conta que o Sicredi tem aberto uma agência a cada dois dias, dentro do plano de elevar a base de clientes. Hoje, são 104 cooperativas, coordenadas por cinco centrais, com uma diretoria executiva focada em estratégia. Ao todo, são 45 mil colaboradores, 300 deles na área de marketing. Os mercados onde a marca tem maior penetração com mais de 300 serviços financeiros são no Sul, São Paulo e região central do país.

"Agência física é um ativo importante, pois o nosso negócio é muito baseado em relacionamento. Já estamos em 2 mil cidades no país, temos uma capilaridade muito grande, que outras instituições não têm", observa, ao destacar também o papel do serviço digital.

Em créditos fornecidos, o Sicredi atende hoje em proporções razoavelmente equilibradas pessoas físicas, jurídicas (especialmente micro e pequenas empresas) e clientes do agronegócio. Mas em volume de clientes, 75% da carteira é de pessoas físicas. Por isso, o principal foco é conquistar mais pequenas e médias empresas.

Em 2023, o resultado líquido do Sicredi foi de R$ 6,9 bilhões (um aumento de 16,5% em relação a 2022), dos quais R$ 2,9 bilhões foram direcionados para os associados em conta corrente, poupança ou capital social, distribuição que é um dos diferenciais do modelo de negócio. A destinação é votada em assembleia, em cada cooperativa, e cada associado recebe uma quantia compatível à sua geração de receita ao longo do ano com uso de produtos e serviços do portfólio do Sicredi.

Além disso, R$ 344,7 milhões foram direcionados ao Fundo Social Sicredi, que investe em projetos para desenvolvimento social e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, de apoio aos associados, colaboradores e a comunidade em geral. Como as cooperativas de crédito não visam o lucro, o restante do resultado é direcionado a outras obrigações.

"Enxergo no Sicredi o mesmo que vi em outras empresas em que trabalhei ao longo dos últimos 20 anos, do ponto de vista tecnológico e de inovação. Mas, com uma pegada social muito forte", diz Duclos.

Os concorrentes do Sicredi são todas as empresas que fornece algum serviço financeiro. Mas Duclos destaca que "a briga não é pela fatia do bolo, e sim por aumentar o bolo, para bancarizar e incluir mais pessoas e poder prover serviços para mais gente".

"Talvez o nosso maior competidor seja o desconhecimento, por isso temos investido bastante, desde outubro do ano passado, em campanhas publicitárias com veiculação em TV nacional, o que nunca havia sido feito, usando muito o digital e influenciadores. Foi o primeiro investimento concentrado que o Sicredi fez", conta.

A diretora se refere à campanha "Não é só dinheiro, é ter com quem contar", que recorreu à música do cantor Tim Maia: "Não Quero Dinheiro (Só Quero Amar)", interpretada pelos artistas Leo Santana e Ana Castela. A campanha prosseguirá no segundo semestre com histórias reais dos associados da cooperativa.

Curtas

Recorde em ação da Apple

As ações da Apple fecharam com alta de 7,3% nesta terça-feira (11), cotadas a US$ 207,15 cada, valor de fechamento recorde para os papéis da dona do iPhone. O recorde anterior ocorreu em 14 de dezembro de 2023, quando os papéis fecharam a US$ 197,59. Além disso, com o avanço na sessão, o valor de mercado da companhia atinge a marca recorde de US$ 3,17 trilhões, se consolidando como a segunda maior companhia do Estados Unidos em valor de mercado, atrás apenas da Microsoft, avaliada em US$ 3,21 trilhões. O desempenho acompanha o lançamento da inteligência artificial generativa da Apple, informou a Dow Jones Newswires.

OpenAI nomeia diretora

A OpenAI nomeou a veterana do Vale do Silício Sarah Friar como sua nova diretora financeira. A contratação vai alimentar as especulações sobre uma possível oferta de ações da desenvolvedora do ChatGPT mesmo que a companhia negue a operação. Recentemente, Friar era a diretora-presidente da rede social NextDoor, onde ela sucedeu o fundador da plataforma, Nirav Tolia, no comando da companhia. Anteriormente, a executiva foi diretora financeira da gestora Block e vice-presidente de finanças da Salesforce. "Quero contribuir para a inteligência artificial continuar a transformar a humanidade", escreveu Friar, no X.

Fruticultura Special Fruit, grande exportadora de manga, iniciou plantio-piloto do fruto amazônico

Açaí vira aposta de produtor na Caatinga

Cleyton Vilarino
De Juazeiro (BA)

Originário do bioma amazônico, onde ocorre naturalmente em regiões de várzea, o açaí está despertando a atenção de produtores de frutas do Vale do São Francisco. A Special Fruit, empresa produtora da região, iniciará neste ano um plantio-piloto de 10 hectares irrigados da fruta em plena Caatinga, cujo clima é oposto ao da Amazônia.

"Nós sempre buscamos uma cultura que tenha o apelo de saúde. Açaí é uma cultura que tem muito esse apelo e seu consumo está crescendo no mundo todo", diz Suemi Koshiyama, fundador da companhia. Nascido no Japão, ele chegou no Brasil criança e há 40 anos mudou-se de São Paulo para Juazeiro (BA), começando com 2 hectares de melão e tomate.

Com o tempo, a Special Fruit tornou-se uma referência regional na fruticultura. No ano passado, a companhia faturou R$ 300 milhões e foi responsável pela exportação de 24 mil toneladas das 350 mil toneladas de frutas exportadas pelo Vale do São Francisco, além de ter se consolidado como uma das cinco maiores exportadoras de manga do país. Agora, ele vê no açaí um futuro promissor. "Aposto que não vai ter açaí para atender todo o consumidor. É por isso que nós estamos começando esse trabalho", afirma.

Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil exportou 68,8 toneladas de polpa de açaí em 2023, o que representou um crescimento de 41,5% em relação ao ano anterior. Em receita, esse aumento foi de 64,6%, para US$ 314,74 mil.

O valor é mil vezes menor do que o registrado pelas exportações de manga do país, mas é no mercado interno que o fruto amazônico tem mais sucesso. Mais de 80% de toda a produção é consumida nacionalmente, segundo a Embrapa.

Segundo dados do IBGE, o Brasil colheu 1,7 milhão de toneladas de açaí em 2022 (dado mais recente). No Pará, que concentra 95% da produção nacional, o comércio de açaí movimenta ao ano R$ 5 bilhões, estima João Tomé de Farias Neto, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental.

"O maior problema da cadeia do açaí no Pará é a alta sazonalidade, com muito açaí num período e pouco no outro. O cultivo irrigado em terra firme visa atender essa demanda de entressafra", pontua Neto. A produção hoje é comercializada entre agosto a dezembro, quando ocorre a maior parte da colheita. Segundo o pesquisador, o preço é três vezes mais alto na entressafra, o que ajuda a fechar a conta da irrigação, que pode custar R$ 200 mil o hectare.

"Este ano, por conta da seca mais severa no segundo semestre do ano passado, o litro do açaí tipo médio chegou a R$ 40 [para o consumidor], o que gera um problema de insegurança alimentar muito grande na região", destaca Neto. Em comparação com anos de colheita normal, o valor ficou quatro vezes mais alto. Ele calcula que uma família paraense de cinco pessoas consuma, em média, cerca de dois litros de açaí por dia.

> "Com irrigação, nós conseguimos aumentar a produção com aplicação de nutrientes"
> *Suemi Koshiyama*

Além da Caatinga, o açaí também está se expandido para o Cerrado, onde a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) mantém um projeto de 3 mil hectares irrigados da fruta em municípios de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal. Do plano, 300 hectares já estão implantados. A região e o Vale do São Francisco aparecem dentre as áreas com condições propícias para a fruta no zoneamento agrícola de risco climático publicado pela estatal este ano.

"O fator limitante para a expansão do açaí fora da Amazônia é a temperatura. Se tiver baixa temperatura, ele aborta. Fora isso, com boa adubação e irrigação, é possível obter produtividade no Nordeste até maior que a do Pará devido à maior luminosidade", explica o pesquisador da Embrapa.

No Vale do São Francisco, temperatura e disponibilidade de água não são problemas para Koshiyama. Ele não revela quanto está investindo na cultura. A demanda por água para irrigação chega a 48 mil litros por hectare. "Quando o açaí é irrigado, nós conseguimos aumentar a produção com a aplicação controlada de nutrientes. Essa maior produtividade cobre os custos de irrigação, assim como ocorre na cana, na manga e na uva", afirma.

Se houver sucesso nessa primeira fase de testes, a Special Fruit quer expandir o cultivo para 100 hectares nos próximos anos, com a possibilidade de consorciar na mesma área o plantio de cacau – outro fruto amazônico de alto valor agregado. "Inicialmente, são poucas mudas para nos ambientarmos com a planta, mas já temos estudos realizados e tudo indica que vai ser bom", garante Koshiyama.

RAFAEL VIEIRA/CNA

Suemi Koshiyama, da Special Fruit, em plantação de uva: 'Aposto que não vai ter açaí para atender todo o mercado'

Comércio de produtos agrícolas floresce em 'limbo' em rodovia do Paraná

THEO MARQUES

Produtos à venda às margens da BR-373, em Guarapuava (PR): comerciantes ocupam mais de uma dezena de barracas

Diário de Bordo

Carolina Mainardes
Para o Valor, de Guarapuava (PR)

A venda de produtos da agricultura familiar toma conta das margens da rodovia BR-373, na altura de Guará, distrito de Guarapuava, no Paraná. O movimento de consumidores é intenso no local, segundo a vendedora Indina, que circulava entre itens típicos desta época do ano na região.

Batata, abóbora, poncã, mel e vinho de colono estavam entre as opções. Mas o pinhão, a semente da araucária, é o item da vez. É possível encontrar o produto cru, em pacotes de 2 kg e 5 kg ou em sua forção original, na pinha, e também na versão já cozida. Os vendedores fervem o pinhão no próprio local, em caldeirões e fogareiros improvisados à beira da estrada.

Os comerciantes ocupam mais de uma dezena de barracas feitas de estacas de madeira e cobertura de telhas onduladas, distribuídas ao longo da rodovia. Segundo a prefeitura de Guarapuava, "trata-se de um espaço irregular de comércio de produtos".

Apesar de o distrito fazer parte do município, a administração disse à reportagem que o ponto em que as barracas estão é considerado área de domínio da estrada. Assim, ele seria de responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), já que se trata de uma rodovia federal. Até o fechamento desta edição, o Dnit não havia dado retorno ao contato da reportagem.

O Ministério da Agricultura, por sua vez, afirma que, "de acordo com a Lei 7.889 [art. 4º], de 23 de novembro de 1989, a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, nos casos de comércio municipal — que é o caso das vendas 'beira de estrada' —, compete às secretarias ou departamentos de Agricultura dos municípios. Ao ministério, cabe a fiscalização nos casos de comércio interestadual ou internacional".

> "Sempre teve esse comércio aqui na estrada"
> *Sandro Pardin*

Diante da informação, a prefeitura de Guarapuava reforçou que "não compete ao município a fiscalização desses comércios" e informou que, segundo Decreto Estadual n. 140, de 13/1/2015, e Instruções Normativas, que dispõem sobre a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, também "é de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER-PR) a fiscalização da faixa de domínio das rodovias". O DER não respondeu ao contato.

O motorista Sandro Pardin, de 52 anos, morador de Ponta Grossa (PR), trafega há mais de 20 anos pelo trecho. "Sempre teve esse comércio no local", comenta. Ele destaca que a oferta dos produtos varia conforme a estação.

Em outras épocas do ano, diz, é possível encontrar frutas como pêssego e melancia. "Eu já parei aqui várias vezes para comprar frutas. Como um pouco na hora e levo o restante para casa", conta.

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Alessandra Oliveira Andrade Cuidados Domésticos, Nome Fantasia Cuidade Conceição -** CNPJ: 38.598.378/0001-01 - Endereço: Rua Tamoios, 42, Bairro Conceição, Diadema/sp - Requerente: Alessandra Oliveira Andrade Cuidados Domésticos - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Requerido: **Chame o Técnico Manutenção Industrial Eireli ME -** CNPJ: 25.014.990/0001-48 - Endereço: Rua Salvo Veloso, 75, Bairro Jardim Mutinga - Requerente: Banco Fibra S/A - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 1 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.271.021/0001-87 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Bairro Bela Vista - Requerente: Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 1 Spe Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 2 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.271.577/0001-73 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 38, Bairro Bela Vista - Requerente: Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 2 Spe Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 3 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.405.305/0001-19 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 39, Bairro Bela Vista - Requerente: Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 3 Spe Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 4 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.616.119/0001-29 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 40, Bairro Bela Vista - Requerente: Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 4 Spe Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 5 Spe Ltda. -** CNPJ: 39.417.250/0001-67 - Endereço: Av. Paulista, 1705, 12º Andar, Cjto. 121, Sala 41, Bairro Bela Vista - Requerente: Usina Fotovoltáica Belo Horizonte 5 Spe Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Valente Produções Ltda. -** CNPJ: 41.768.583/0001-82 - Endereço: Rua Sousa Caldas, 116, Bairro do Brás - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Comercial e Confecção de Vestuário Ducam Ltda. -** CNPJ: 32.649.860/0001-47 - Endereço: Rua Professor Jon Teodoresco, 61, Galpão 01, Balneário São João Batista - Requerente: Excim Importação e Exportação Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Hidral Mac Industrial Ltda. -** CNPJ: 71.902.415/0001-07 - Requerente: Tiago Moco de Oliveira - Vara/Comarca: 3a Vara de Araraquara/SP - Observação: Face à ausência das condições da ação.

Requerido: **Stm Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. -** CNPJ: 31.489.507/0001-84 - Endereço: Av. Analice Sakatauskas, 326, Sala 35, Bairro Bela Vista, Osasco/sp - Requerente: Draft Instalações e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Studio Bela Vista Spe Ltda. -** CNPJ: 24.987.360/0001-97 - Requerente: Draft Instalações e Serviços Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Desistência homologada.

Requerido: **Upix Networks Telecomunicações Ltda. -** CNPJ: 03.564.916/0001-62 - Endereço: Rua Gertrudes da Conceição Cabral, 142, 3º Andar, Bairro Vila Nancy - Requerente: Etelmaster Telecomunicações e Energia Ltda. - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **2f Serviços Administrativos Ltda. -** CNPJ: 29.649.030/0001-05 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Administrador Judicial: Cbaj Companhia Brasileira de Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Obladen Aguiar - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Complexo Educacional Agora Eu Passo Plenarium / Agora Eu Passo Eireli, Nome Fantasia Aepcon Concursos Públicos -** CNPJ: 14.420.692/0001-31 - Endereço: Av. Dom Luís, 500, Shopping Aldeota, Sala S 614, Bairro Aldeota, Fortaleza/ce - Administrador Judicial: D. R. P. Pessali & Associados, Representada Pelo Sr. Darci Luiz Pessali - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **Diampi Telecomunicações e Informática Ltda. ME -** CNPJ: 10.637.708/0001-01 - Endereço: Estrada Velha, S/nº, Lotes 83, 83 a e 83 B, Zona Rural - Administrador Judicial: Sr. Erik Rodrigues de Oliveira - Vara/Comarca: Vara Cível de Marialva/PR

Empresa: **Jafar Participações Ltda. -** CNPJ: 40.120.082/0001-22 - Endereço: Rua Paraná, 3193, Centro - Administrador Judicial: D. R. P. Pessali & Associados, Representada Pelo Sr. Darci Luiz Pessali - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **Jafar Sistema de Ensino e Cursos Livres S/A -** CNPJ: 15.794.426/0001-31 - Endereço: Rua Paraná, 2277, Centro - Administrador Judicial: D. R. P. Pessali & Associados, Representada Pelo Sr. Darci Luiz Pessali - Vara/Comarca: 5a Vara de Cascavel/PR

Empresa: **Personalite Securitizadora S/A -** CNPJ: 11.460.444/0001-26 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Administrador Judicial: Cbaj Companhia Brasileira de Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Obladen Aguiar - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Rw Comércio e Distribuição de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 19.416.301/0001-29 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Administrador Judicial: Kpmg Corporate Finance Ltda., Representada Pela Dra. Osana Maria da Rocha Mendonça - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Srfb Participações S/A -** CNPJ: 31.021.606/0001-37 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Administrador Judicial: Kpmg Corporate Finance Ltda., Representada Pela Dra. Osana Maria da Rocha Mendonça - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Transbertunes Transportes Ltda., Nome Fantasia Bertunes Transportes -** CNPJ: 22.383.057/0001-50 - Endereço: Rua C, Nº 45, Sala 01, Bairro Jardim Maria Vetorasso - Administrador Judicial: Dr. Rodrigo Kurz Roggia Júnior - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Valoren Administradora de Bens Ltda. -** CNPJ: 23.474.742/0001-54 - Endereço: Rua Acyr Guimarães, 436, 1º Andar, Sala 101, Condomínio Portland Offices, Bairro Água Verde - Administrador Judicial: Cbaj Companhia Brasileira de Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Maurício Obladen Aguiar - Vara/Comarca: 26a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **W Pesquisa, Tecnologia e Indústria de Alimentos Ltda. -** CNPJ: 17.385.999/0001-37 - Endereço: Rua Tremembé, 67, Bairro de Sumaré - Administrador Judicial: Kpmg Corporate Finance Ltda., Representada Pela Dra. Osana Maria da Rocha Mendonça - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Políticas Frustrada operação da Conab custou o cargo do Secretário de Política Agrícola

Governo anula leilão de arroz e fica sem Geller às vésperas de novo Plano Safra

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO

Edegar Pretto, presidente da Conab (esq.) e Carlos Fávaro, ministro da Agricultura: planos para um novo certame

Rafael Walendorff, Renan Truffi, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Lucas Ferraz
De São Paulo e Brasília

O governo federal anunciou ontem a decisão de anular o leilão que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) realizou na semana passada para a compra de arroz importado, depois que empresas alheias ao mercado do cereal venceram o certame. Contestada pelos produtores de arroz, a operação atraiu uma nova onda de críticas de representantes do setor produtivo e de parlamentares da oposição após a revelação de que alguns dos vencedores do leilão têm ligações com Neri Geller, agora ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura. Geller, que foi ministro da pasta no governo Dilma Rousseff, deixou ontem o governo.

O anúncio sobre a anulação do leilão ocorreu no Palácio do Planalto, em coletiva de imprensa da qual participaram os ministros da Agricultura, Carlos Fávaro, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, além do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto. Eles disseram que o governo pretende realizar um novo leilão, com a participação de órgãos como Controladoria-Geral da União e (CGU) e Advocacia-Geral da União (AGU). O novo certame ainda não tem data marcada.

"A partir da revelação de quais foram as empresas que mostraram interesse no leilão de arroz, começou o questionamento técnico [sobre a capacidade de elas] honrarem os compromissos, e decidimos anular o leilão", afirmou Pretto. "Pretendemos fazer novo leilão de arroz, quem sabe em outros modelos, para se ter garantias de que contrataremos empresas com capacidade técnica e financeira".

Como informou o **Valor** ontem, a avaliação do governo é de que houve conflito de interesses. Com isso, os ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário passaram a trabalhar para evitar que o caso se tornasse um "escândalo" — o episódio alimenta pedidos de investigação e até de instalação de uma CPI no Congresso Nacional. Ontem, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou uma solução para o caso.

> "Pretendemos fazer um novo leilão de arroz, quem sabe em outros modelos"
> *Edegar Pretto*

Segundo Paulo Teixeira, a decisão de anular o certame deveu-se ao fato de que a "maioria das empresas" que participaram do leilão demonstrou fragilidade financeira. Apesar de toda a polêmica, o ministro do Desenvolvimento Agrário reafirmou que o governo pretende, sim, insistir num novo leilão para a compra do produto.

O ministro Carlos Fávaro declarou que a relação entre a produção do cereal e o volume disponível para consumo está apertada no país. "Temos volume justo entre produção e consumo, mas não é que não tem arroz no Brasil", afirmou. Segundo ele, o governo quer "construir mecanismos" para analisar previamente as empresas que participarão do novo leilão.

Fávaro disse na coletiva que Neri Geller pediu demissão do governo. A interlocutores, o ex-secretário de Política Agrícola deu outra versão sobre a sua saída. Geller "soube pela imprensa" sobre seu desligamento, disse ao **Valor** uma pessoa próxima a ele. De acordo com a fonte, Geller estaria "desolado" com seu afastamento, mas reconheceu que não havia clima para ele seguir no cargo.

Antes de deixar o cargo, em conversa com interlocutores, Neri Geller atribuiu a anulação do leilão a dois fatores: politização da compra do produto e incompetência do governo.

O leilão de arroz foi uma das medidas que se seguiram às enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul em maio. Como o Estado responde por cerca de 70% da produção do cereal no país, o governo federal decidiu organizar o certame como forma de limitar a especulação de preços do produto e conter eventuais impactos inflacionários.

A meta da Conab era acertar a compra de 263 mil toneladas de arroz. Desse volume, 116 mil toneladas, ao custo de R$ 580 milhões, foram comercializadas por corretoras ligadas ao presidente da Bolsa de Mercadorias de Mato Grosso (BMT), Robson França, que foi assessor de Geller na Câmara dos Deputados entre 2019 e 2020.

França é sócio de Marcelo Piccini Geller, filho de Neri Geller, em uma empresa aberta em agosto de 2023, depois da criação e da qualificação da BMT para participar dos leilões da Conab. Todos negam qualquer tipo de direcionamento no certame.

Neri Geller participou da campanha eleitoral do presidente Lula e atuou como interlocutor entre a candidatura petista e segmentos do agronegócio de grande porte, que apoiavam o ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele trabalhou informalmente no Ministério da Agricultura até dezembro de 2023, quando saiu sua nomeação para comandar — pela terceira vez — a Secretaria de Política Agrícola.

A secretaria é responsável, por exemplo, pela formulação e condução do Plano Safra. Agora, a duas semanas do lançamento do Plano Safra 2024/25, o Ministério da Agricultura está sem titular em um dos principais cargos da Pasta. Wilson Vaz de Araújo, servidor de carreira que já foi secretário e diretor de financiamento durante vários anos, é um dos cotados para assumir o posto.

StoneX estreia na comercialização de café

GABRIEL REIS/VALOR

Fábio Solferini, CEO da StoneX: avanço em mercado que deve se consolidar

Estratégia

Fernanda Pressinott e Paulo Santos
De São Paulo

A StoneX, conhecida no agronegócio por serviços de consultoria e estruturações financeiras, estreou, no início deste ano, na comercialização de café por meio da CDI, trading com sede na Suíça que a companhia comprou em 2022.

A empresa projeta que as negociações de café que ela intermediar poderão movimentar US$ 100 milhões em 2025. A atividade com café ampliará a atuação da CDI, que já opera no comércio de algodão e que fatura atualmente US$ 500 milhões. No mundo, a Stonex faturou US$ 2,9 bilhões no ano passado, ou 38% mais que em 2022.

Ao **Valor**, Fabio Solferini, CEO da StoneX, disse que a entrada da companhia no mercado físico de café foi um negócio de ocasião, como ocorreu em sua entrada no trading de algodão. A diferença é que, desta vez, não houve desembolso. "Com o algodão, começamos porque um cliente queria se desfazer do seu negócio e nós o compramos. Desta vez, usarmos o mesmo backoffice e contratamos traders de café para ampliar as operações", explicou.

Mas Solferini não descarta aquisições. "Assim que a CDI entrou no negócio do café, apareceu um monte empresas de porte menor querendo ser vendidas para nós. Isso me leva a crer que esse mercado é muito fragmentado, mas que em algum momento no futuro terá uma consolidação", observou.

O CEO da StoneX também vê mais vantagem em operar com café do que com grãos, por exemplo. "Se você é um player que vai negociar soja, mercado em que os volumes geralmente são brutais e as margens, muito pequenas, é preciso ter toda uma estrutura por trás, como silos. No café, já não há essa preocupação, além de ter uma questão logística muito menos complicada do que a da soja".

A CDI já fechou um contrato de serviço com a trading Ithaka, que irá originar o produto na África. A StoneX também pretende comprar café do Brasil e da América Central para atender a Europa.

"Reforçamos a equipe na Suíça, com traders que sabem 'circular' bem entre os compradores europeus, pois grande parte da torrefação do mundo está concentrada lá. Vamos mostrar ao cliente um leque completo de diversas origens de café para que ele possa adquirir o pacote mais completo", disse Solferini.

No Brasil, que deve responder por 70% da originação de café da CDI, a empresa conta com escritório nas cidades de Varginha (MG) e Patrocínio (MG), e ainda uma unidade em Linhares (ES).

Receita com exportação do grão bateu recorde em maio

Comércio

Isadora Camargo
De São Paulo

As exportações de café de maio resultaram na maior receita cambial já registrada em qualquer mês da história, de US$ 1,017 bilhão, de acordo com dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). O valor foi 85,9% maior do que o do mesmo mês de 2023.

O volume embarcado aumentou 79,6%, para 4,4 milhões de sacas de 60 quilos. De acordo com o conselho, o comportamento dos embarques do mês reflete "a excelente performance dos cafés canéforas", que abrangem as espécies robusta e conilon. Só em maio, foram exportadas 868,3 mil sacas dessas espécies.

Os embarques de café no acumulado da safra, iniciada em julho de 2023, até maio, atingiram a marca de 43,7 milhões de sacas. Com isso, o país caminha para quebrar o recorde das exportações, destacou Márcio Ferreira, presidente do Cecafé, em nota.

Segundo o dirigente, o volume registrado até agora está apenas 2 milhões de sacas abaixo do maior volume histórico embarcado em toda uma safra, alcançado no ciclo 2020/21, quando o país exportou 45,7 milhões de sacas.

"Esse novo volume máximo é bem plausível de ser alcançado, já que, desde outubro do ano passado, temos embarcado uma média superior a 4 milhões de sacas ao mês", projetou Ferreira.

> **R$ 1 bi**
> foi o valor da receita com os embarques de café em maio

O aumento pelo interesse dos cafés canéforas brasileiros acontece em meio a problemas de oferta dos principais produtores do mundo, Vietnã e Indonésia, além de desafios climáticos enfrentados por outras origens produtoras, como México e Colômbia.

Entre janeiro e maio deste ano, os principais importadores do café brasileiro foram Estados Unidos, Alemanha e Bélgica. Esses países responderam conjuntamente pela compra de quase 9 milhões de sacas de café, de um total de 20,7 milhões de toneladas exportadas pelo Brasil no período.

Inclusive algumas origens produtoras de café estão aumentando a compra do grão brasileiro. O México, por exemplo, aumentou em mais de dez vezes o volume importado de café brasileiro entre janeiro e maio de 2024 em relação ao mesmo período do ano passado.

O Vietnã, maior exportador de café robusta do mundo, ampliou em mais de três vezes o volume de café importado do Brasil no acumulado do ano, saindo de 39,6 mil sacas nos cinco primeiros meses de 2023 para 144,7 mil sacas no intervalo deste ano.

De janeiro ao fim de maio, o Brasil exportou 15,65 milhões de sacas de café arábica, uma alta de 36,3% na comparação anual. O volume representou 75,7% do total dos embarques de café, enquanto os grãos conilon e robusta respondendo por 16,6% do total.

valor.com.br
Leia mais sobre as exportações brasileiras de café em
valor.com.br/agro

valor.com.br

Insumos
Melhora a relação de troca por fertilizante
O Índice de Poder de Compra de Fertilizantes (IPCF), calculado pela Mosaic, caiu 2% em maio em relação a abril, para 0,97. A variação indica que o momento é favorável para comprar adubo.

valor.com.br/agro

Sustentabilidade
Governo da Bahia lança plano estadual
O governo da Bahia lançou ontem o Plano ABC+Bahia para estimular práticas no Estado que emitem menos carbono. O plano integra o Plano Agricultura de Baixo Carbono da União.

valor.com.br/agro

Fruticultura
Produtor de frutas do Vale do São Francisco começa a testar plantio de açaí irrigado
B9

Investimentos CVM ajusta regra da 175 que segundo Rudge, da Anbima, trazia impacto à indústria C6

Política monetária Investidores esperam hoje nova sinalização sobre corte de juros pelo Fed C2

Pagamentos Banco Central trabalha para implementar o Pix por aproximação C6

Mercados Agentes precificam que o espaço remanescente para reduções na Selic desapareceu

Estresse no juro de mercado intensifica nível de aperto monetário

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O mau humor recente nos mercados financeiros domésticos, que teve início em abril e se intensificou nas últimas semanas, ajudou a impor um aperto adicional nas condições monetárias no Brasil.

Os juros de mercado deram um salto nos últimos dias, o que se sobrepôs ao aumento da desancoragem das expectativas de inflação. Com isso, a postura da política monetária, que teve um período de alívio e atingiu a mínima de dois anos em março, voltou a ficar mais apertada.

O mercado precifica que o espaço remanescente para reduções na Selic desapareceu neste momento. Mais do que isso, o risco é que seja necessária uma política monetária ainda mais restritiva à frente, ou seja, que a taxa básica tenha de voltar a subir.

A postura monetária do Brasil — obtida pela diferença entre a taxa de juros real (que desconta a inflação) e a de equilíbrio, que não estimula nem contrai a economia — tem se mantido em níveis contracionistas. Portanto, desacelera a atividade. Isso ocorre tecnicamente porque a taxa de juros real segue acima do patamar neutro de juros, que o BC estima, atualmente, em 4,5%.

No entanto, se em 2022 o nível de aperto da política monetária chegou a ser de mais de 4 pontos percentuais, isto é, com um juro real mais de 4 pontos acima do nível neutro, entre fevereiro e março a postura da política monetária foi bem menos restritiva, e ficou em torno de 1,5 ponto. Só que o nível de restrição voltou a aumentar, especialmente nas últimas semanas.

O movimento acompanha a piora no humor dos agentes. Como o juro real "ex-ante" é obtido pela diferença entre o swap de juro de 360 dias e as expectativas de inflação de 12 meses, é natural que a taxa real sofra oscilações a depender do comportamento do mercado financeiro. E, como desde abril a piora na percepção de risco local tem aumentado, isso se refletiu na dinâmica dos juros de mercado e, consequentemente, no grau de aperto da política monetária.

Assim, o juro real tem subido com força nas últimas semanas, apesar da alta das expectativas de inflação de médio prazo. O mercado tem colocado no preço que a economia precisará de uma taxa de juros mais alta à frente para domar as pressões inflacionárias contratadas.

"A política fiscal está muito expansionista. Os dados de previdência e do BPC [Benefício de Prestação Continuada] estão todos voando. E ainda teve a ajuda [do pagamento] dos precatórios[...] Tudo isso está mantendo a economia aquecida e não há reação do governo em olhar para esse cenário como um problema", diz o economista-chefe da Truxt Investimentos, Arthur Carvalho. "O governo parece acreditar que gastar mais pode ser a solução. E, nesse sentido, a decisão dividida do último Copom só adiciona a esses temores que o mercado já tem de insustentabilidade de um país onde os gastos têm crescido muito", afirma, referindo-se à reunião do Comitê de Política Monetária em maio, quando o corte de 0,25 ponto na Selic não foi consenso.

GABRIEL REIS/VALOR

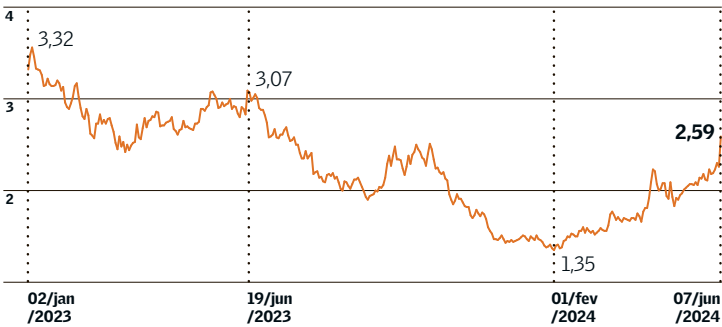
Henrique Danyi, economista do Santander, nota que modelos têm apontado para 'tendência preocupante' de aumento do juro neutro desde meados de 2021

Vale notar, porém, que boa parte do mercado tem trabalhado, em seus modelos, com uma taxa de juros de equilíbrio mais alta. Nos cálculos do Valor Data, o juro neutro utilizado foi o de 4,5% em termos reais, como apontado pelo Banco Central. No entanto, é possível que até mesmo a estimativa de juro neutro da autoridade monetária sofra alguma revisão, como tem sido sinalizado pelos próprios diretores do BC.

Nos últimos questionários pré-Copom, a mediana das estimativas dos respondentes tem apontado para uma taxa de juros de equilíbrio de 5% em termos reais, mas há, no mercado, analistas que trabalham com números mais altos e que chegam a até mesmo 6%.

Ao atualizar as projeções para a taxa de juros de equilíbrio, o Santander elevou a estimativa de 4,6% no quarto trimestre de 2023 para 4,7% nos primeiro três meses deste ano. O banco compila dez modelos diferentes para fazer a estimativa, o que abarca desde alguns mais econométricos até os mais baseados em preços de ativos financeiros. "Vemos, com essas estimativas, uma tendência preocupante de aumento do juro natural desde meados de 2021", diz o economista Henrique Danyi, do banco.

> "A política fiscal está muito expansionista. Os dados de previdência e do BPC estão voando"
> *Arthur Carvalho*

Em nível contracionista
Postura monetária* continua em território restritivo

Fonte: Valor Data, Banco Central. Elaboração: Valor. *obtida pelo swap de juro de 360 dias, expectativas de inflação de 12 meses à frente do Focus e juro neutro do BCB

O principal motivo, de acordo com Danyi, para o aumento do juro neutro tem sido a deterioração na percepção de risco dos agentes, em um ambiente de aumento da incerteza do cenário econômico. "E existem tanto fatores locais qaunto globais. Até por isso, vemos que a incerteza sobre o juro natural não é um caso específico do Brasil, com as estimativas dos EUA também mostrando aumentando. Parece algo generalizado."

Nesse sentido, e embora veja um aumento do juro neutro doméstico, Danyi nota que houve uma redução do nível de restrição da política monetária ao se observar desde 2022, mas enfatiza que a postura ainda é "bastante contracionista". "Desde o ano passado vimos uma queda da Selic, que foi o principal motivo para o alívio, mas, mais recentemente, temos visto outros fatores, como a deterioração das expectativas de inflação e o aumento da taxa de juros natural."

Na visão do economista, a redução no nível de aperto da economia pode ter um agravante mais imediato para a condução da política monetária, sendo que o próprio Banco Central já endureceu o tom, especialmente diante de expectativas de inflação desancoradas. "E as vimos desancorar ainda mais. É uma sinalização difícil e que pode afetar a continuidade do ciclo de cortes nos juros", diz. Ele observa que os preços dos ativos já antecipam que o ciclo de flexibilização monetária chegou ao fim.

O foco do mercado, assim, se volta para a reunião do Copom na próxima semana. O estresse recente aumentado as apostas de que a Selic deve permanecer parada em 10,5% para não agravar a desancoragem das expectativas inflacionárias. "O ideal seria que houvesse unanimidade na decisão de parar o ciclo de cortes. Se não acontecer, vai pressionar as expectativas novamente", afirma o economista-chefe da JGP, Fernando Rocha.

Para ele, após a interrupção dos cortes, a Selic deve permanecer parada até o fim do ano. Em 2025, o economista vê mais chance de os movimentos na taxa serem para cima do que para baixo. "Temos uma projeção de inflação bem pressionada. Por ora, as expectativas estão em 3,8%. Caso ultrapassem a barreira dos 4% e a inflação corrente piore, conforme esperamos, seria um gatilho para a retomada da alta dos juros", afirma. Nas projeções da JGP, o IPCA deve encerrar este ano em 4,4% e ficar em 4,2% no fim de 2025.

Os modelos de curto prazo da JGP apontam um juro neutro na casa dos 6% em termos reais. "Mais 4,5% de inflação projetada, seria um juro nominal neutro de 10,5%. Se esse patamar fosse restritivo, estaríamos vendo alguma criação de ociosidade na economia. Mas o desemprego está caindo e a ociosidade está diminuindo. Claro que há ruídos no curto prazo e é preciso dar alguns descontos, mas, no curto prazo, o juro neutro está por volta de 6% e isso é quase uma constatação factual", diz.

Empresas voltam a analisar alternativa de IPO nos EUA

Fernanda Guimarães
De São Paulo

Empresas brasileiras voltaram a analisar a alternativa de abertura de capital (IPO na sigla em inglês) nas bolsas americanas, frente a um momento em que o mercado local está próximo de completar três anos de entressafra de estreias. Segundo banqueiros de investimento, algumas companhias já colocaram no radar essa possibilidade para o início do segundo semestre, visto que as bolsas dos Estados Unidos estão abertas para novas operações, mesmo que em volumes menos robustos, incluindo de empresas de países emergentes.

No caso das companhias brasileiras, a leitura é de que poderá haver espaço para companhias dos setores de commodities, fintechs ou de tecnologia.

Esse momento, contudo, não tem relação com aquele vivido na pandemia, em que a grande liquidez global levou um conjunto de empresas para se listarem fora do Brasil em busca de múltiplos mais atraentes. Um tempo depois, no entanto, muitas delas foram deixadas de lado pelos investidores.

Recentemente, por exemplo, a empresa de educação Vitru, que se listou nos Estados Unidos na pandemia, migrou suas ações para a B3, movimento que é esperado para ser seguido por outras empresas que ficaram esquecidas e sem liquidez nas bolsas americanas.

Dentre as listagem mais recentes nos Estados Unidos estão as do Nubank e do Inter, ambos com negócios de visão global.

"Estamos começando a notar empresas de grande porte voltando a analisar IPOs lá fora, querendo explorar essa possibilidade. A falta de visibilidade sobre a retomada de janelas no Brasil tem incomodado", afirma o responsável pelo banco de investimento do Morgan Stanley no Brasil, Fabio Medeiros.

> "A falta de visibilidade sobre a retomada de janelas no Brasil tem incomodado"
> *Fabio Medeiros*

O executivo frisa, por outro lado, que a máxima de liquidez é prioritária e que, dessa forma, encontrarão espaço ofertas de grande porte — ou seja, de ao menos US$ 500 milhões. A liquidez do mercado permite, em momentos de mais volatilidade, entrada e saídas rápidas de posições.

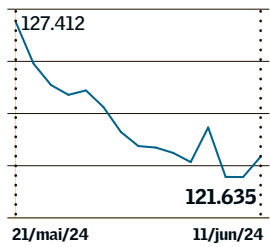
O chefe do banco de investimento do Citi no Brasil, Eduardo Miras, confirma a movimentação, mas ressalta que os casos são bastante específicos. Segundo o executivo, essa pode ser uma alternativa para grandes empresas de tecnologia ou companhia que têm pares comparáveis nas bolsas estrangeiras. "O movimento não decorre apenas do fato da B3 estar ainda fechada para ofertas iniciais."

Ter exposição internacional também pode definir as candidatas aptas a analisarem o mercado no exterior, afirma o responsável pelo banco de investimento do Santander, Leonardo Cabral. "Vemos um movimento puxado por empresas mais globais, não como foi há alguns anos".

Dada a atual conjuntura, a leitura de Fábio Federici, que comanda a área de renda variável do Goldman Sachs no Brasil, é que a retomada dos IPOs de empresas brasileiras poderá ocorrer no mercado americano. "Acredito que poderemos ver uma retomada de IPOs de empresas brasileiras lá [nos Estados Unidos]. A questão é que o mercado americano está aberto. Não vai ser para toda empresa, mas para empresas internacionalizadas — como de commodities, tecnologia e fintechs — e com tamanho, porque é preciso liquidez", segundo Federici. "Os emissores têm a flexibilidade de listar em bolsas diferentes para aproveitarem eventuais condições mais satisfatórias em outros mercados", complementa.

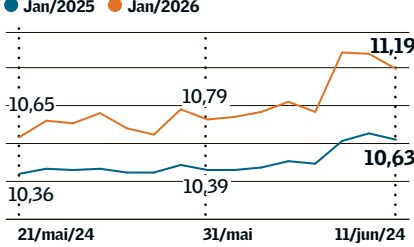
O executivo do Goldman Sachs destaca também que há fundos de private equity (que compram participação em empresas) que atuam no Brasil voltando a colocar na mesa a possibilidade de saída de suas investidas nos EUA. A razão por trás, segundo Federici, é o fato de que a bolsa brasileira ainda está fechada para estreias por conta do "atual nível de volatilidade e um ambiente em constante mudança".

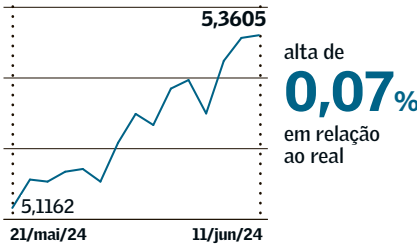
Ibovespa
Em pontos

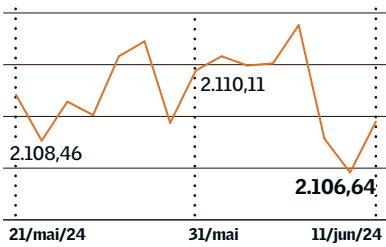
Alta de **0,73%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 11/jun/24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,31
S&P 500	0,27
Euronext 100	-1,14
DAX	-0,68
CAC-40	-1,33
Nikkei-225	0,25
SSE Composite	-0,76

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

alta de **0,07%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
DI-Over futuro - em % ao ano

2.110,11
2.108,46
2.106,64
21/mai/24
31/mai
11/jun/24

Mercados Trégua nos rendimentos dos Treasuries deu espaço para correção técnica nos ativos locais após forte aversão a risco nas últimas sessões

Juros futuros recuam e Ibovespa sobe com ajuda do exterior

Arthur Cagliari, Gabriel Roca e Matheus Prado
De São Paulo

Após forte movimento de aversão a risco registrado nas últimas sessões e diante de recuo nos rendimentos dos Treasuries, os juros futuros e o Ibovespa encontraram espaço para uma correção técnica ontem, ainda que a leitura do IPCA de maio não tenha agradado e que agentes sigam pouco otimistas em relação aos mercados locais.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 cedeu de 11,31% para 11,20%, enquanto a do DI para janeiro de 2027 caiu de 11,62% para 11,52%. O Ibovespa subiu 0,73%, aos 121.635 pontos. O dólar avançou 0,07% ante o real, a R$ 5,3605.

O IPCA de maio avançou mais do que as estimativas do mercado e a composição do indicador também não foi favorável, com o avanço dos núcleos de inflação e dos componentes mais sensíveis à política monetária no índice. Assim, o mercado segue sem ver espaço para um novo corte da Selic na reunião do Comitê de Política Econômica (Copom) na próxima semana.

Segundo o mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de manutenção da taxa é de 92,8%, contra 5% de um corte de 0,25 ponto e 2% de uma alta de 0,25 ponto na reunião.

Ainda assim, os juros futuros fecharam o dia em queda e as ações sensíveis às taxas impulsionaram o Ibovespa. O movimento foi facilitado pelo recuo nos rendimentos dos Treasuries nos Estados Unidos, após um leilão de títulos de dez anos com demanda acima da média. Participantes do mercado também apontam um ajuste de posições após a piora expressiva dos ativos nos últimos dias.

R$ 5,36
foi a taxa do dólar no fechamento, alta de 0,07% ante o real

A falta de um direcionamento do mercado de câmbio, por outro lado, indica, segundo analistas, que o investidor está em modo de espera, já que hoje será divulgado o dado de inflação ao consumidor (CPI) dos Estados Unidos de maio e a decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed), com suas projeções sobre as Fed funds.

O ambiente externo continua exercendo papel preponderante para a mudança no rumo do câmbio, diz o economista-chefe da Neo Investimentos, Luciano Sobral, mas o cenário local ganhou relevância. "O fator local ganhou peso por conta da história fiscal. Como não vejo tanto motivo para essa piora na percepção de risco local, entendo que há chances de vermos isso se dissipar até o fim do ano."

Sobral diz continuar com projeção de dólar a R$ 5 no fim do ano. Para isso, ele estima que haja uma convergência de cenários mais promissores no Brasil e no exterior. "Consideramos menos ruídos locais e possível corte pelo Federal Reserve em setembro", diz.

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Sobral: fator local ganhou peso pelo fiscal, mas influência pode se dissipar

Em relação à reunião do Copom, na semana que vem, a Neo Investimentos projeta uma Selic inalterada, a 10,50%. "Se havia chances de corte, ela foi dizimada após o IPCA. Já tínhamos barulho externo, com dados fortes de emprego nos EUA e ruídos vindos de emergentes, após as eleições do México e da África do Sul. Isso, por si só, já tirou o apetite do BC de tomar risco."

"E o IPCA enterrou de vez a chance de cortes", observa, acrescentando que, mesmo com juros altos por mais tempo, o câmbio não deve se beneficiar da leitura do estreitamento mais lento do diferencial de juros. "Até porque o que temos precificado na curva é um nível acima disso."

Os economistas Maurício Une e Renan Alves, do Rabobank, apontam, em nota, que o real ainda está sujeito a movimentos de volatilidade enquanto se mantiver a incerteza fiscal local, em um contexto em que o Fed não está próximo de começar um ciclo de cortes de juros. "Porém, uma vez iniciado, o ciclo de cortes pelo Fed ainda nos faz ver o dólar voltando a ser negociado a R$ 5,05 até o fim do ano."

Investidor espera nova sinalização do Fed

Gabriel Caldeira
De São Paulo

Com sinais conflitantes da inflação, da atividade e do mercado de trabalho dos Estados Unidos, os investidores esperam indicações mais claras do Federal Reserve (Fed) para a condução da política monetária americana na decisão de juros desta quarta-feira. Com a manutenção da taxa básica no patamar de 5,25% a 5,5% dada como certa, o foco ficará por conta do tom presente no comunicado e na coletiva do presidente do Fed, Jerome Powell, e nas projeções atualizadas do comitê do banco central.

Para André Diniz, economista da Kinea Investimentos, a comunicação do Fed pode manter o tom mais acomodatício da última reunião ao descartar novas altas de juros e indicar a manutenção de uma política monetária restritiva até que haja sinais claros de arrefecimento da inflação ou da atividade e do mercado de trabalho.

O Sumário de Projeções Econômicas (SEP, na sigla em inglês) do Fed trará as novas expectativas para o crescimento da economia e a evolução da inflação e do mercado de trabalho dos Estados Unidos, além do caminho esperado para os juros. Após a mediana do banco central projetar três cortes de 0,25 ponto percentual em março, é esperado que as novas projeções indiquem, no máximo, duas reduções em 2024.

"Hoje, o mercado precifica entre um e dois cortes do Fed. Se o próprio Fed antecipar só um corte, a tendência é que a curva de mercado reprecifique mais próxima desse um corte", diz Diniz. Caso o Fed faça um ajuste "marginal" para duas reduções de juros em 2024, então o impacto nos mercados deve ser menor, acrescenta o economista.

Os estrategistas de renda fixa Ian Lyngen e Vail Hartman, da BMO Capital Markets, pontuam que a decisão de hoje do Fed é particularmente importante porque será acompanhada da leitura de maio do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos, que sairá às 9h30, poucas horas antes da divulgação do comunicado do banco central.

"Não apenas o mercado terá informações atualizadas sobre o ritmo da inflação, mas também o Fed, o que torna o tom do comunicado e da coletiva o mais 'em tempo real' possível", afirmam Lyngen e Hartman.

Rendimentos de Treasuries têm dia de alívio

De São Paulo

Os Treasuries, títulos do Tesouro americano, tiveram bom desempenho ontem e os rendimentos caíram em ritmo firme ao longo de toda a curva de vencimentos após um leilão de papéis de dez anos que atraiu demanda forte de investidores institucionais.

Ainda que distantes dos menores níveis deste mês, os rendimentos ficaram em patamares menos pressionados antes dos dois principais eventos desta semana: a leitura de maio do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos e a próxima decisão de juros do Federal Reserve (Fed), ambos marcados para esta quarta-feira.

A taxa da T-note de 2 anos terminou a sessão a 4,838%, com queda em relação aos 4,889% do fechamento anterior. Na mesma comparação, o retorno da T-note de 10 anos caiu de 4,466% a 4,406% e o do T-bond de 30 anos cedeu de 4,599% a 4,537%.

Um leilão de US$ 39 bilhões em T-notes de 10 anos realizado pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos saiu com rendimento máximo de 4,438%, abaixo da taxa de 4,469% negociada no minuto anterior à oferta. Além do baixo retorno máximo, a taxa "bid-to-cover", um indicativo de demanda, ficou em 2,67 vezes, e portanto acima da média recente, sinalizando forte procura do mercado.

"Após um sólido início de sessão, a posição [dos investidores] nos Treasuries foi marginalmente ampliada, com o mercado aguardando a série de desenvolvimentos macroeconômicos especialmente relevantes de quarta-feira. Os fortes resultados do leilão de 10 anos acabaram reforçando a posição nas taxas dos EUA", afirmaram os estrategistas de renda fixa Ian Lyngen e Vail Hartman, do BMO Capital Markets.

A distensão dos Treasuries na sessão de ontem apoiou as bolsas de Nova York. Ainda que os índices não tenham firmado direção única, o S&P 500 e o Nasdaq bateram recordes pelo segundo pregão consecutivo, impulsionados pelo salto de 7,26% das ações da Apple, que fecharam em seu maior patamar histórico, cotadas a US$ 207,15.

> Ações da Apple fecharam em Nova York no maior patamar histórico, de US$ 207,15, após baixa no dia anterior

O S&P 500 subiu 0,27%, a 5.375,32 pontos, e o Nasdaq avançou, a 17.343,55 pontos, ambos em seus maiores patamares históricos. O índice Dow Jones, por outro lado, caiu 0,31%, a 38.747,42 pontos.

Já o índice DXY, que mede o dólar ante seis moedas pares, encerrou a tarde em alta de 0,11%, a 105,266 pontos. A moeda americana operou próxima à estabilidade em relação à maioria de outras divisas fortes, com exceção do euro, que recuou 0,2% ante o dólar em meio à turbulência provocada pelo avanço da extrema direita nas eleições ao Parlamento Europeu, em especial de partidos de Alemanha e França.

As bolsas europeias também estenderam a tendência negativa do começo da semana e fecharam em forte queda diante das incertezas políticas geradas pelas eleições e a dissolução do Parlamento da França pelo presidente do país, Emmanuel Macron, que ainda antecipou o pleito local para o período de 30 de junho a 7 de julho.

O índice Stoxx 600, que compila ações de 17 mercados do velho continente, fechou em queda de 0,93%, a 517,29 pontos. Já o CAC 40, da bolsa de Paris, repetiu o recuo de 1,3% da sessão anterior e encerrou o pregão com 7.789,21 pontos. *(GC)*

Após 20 anos, Justiça libera dinheiro de consorciados de MG

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

Um grupo de mais de 13 mil consorciados das empresas Liderauto e Uniauto, de Belo Horizonte, vai receber indenizações por danos financeiros duas décadas após a falência dos grupos.

Em uma decisão da Câmara Especializada Empresarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o desembargador José Eustáquio Lucas Pereira determinou a liberação de R$ 33,8 milhões, depositados em conta judicial, para ressarcir os antigos consorciados.

Caso o valor seja insuficiente para pagar os credores, será feita a venda de bens até atingir o valor total para pagamento das dívidas da massa falida. A expectativa é que o valor seja depositado aos consorciados em até 60 dias.

Sérgio Mourão, síndico da massa falida dos consórcios da Liderauto e Uniauto, disse que também está previsto o pagamento de mais R$ 48 milhões de um acordo celebrado pela massa falida, além da venda de alguns bens em nome das empresas.

"Atualmente, o valor que temos no registro do quadro geral de consorciados é de R$ 100 milhões a serem pagos. A expectativa é que todos sejam totalmente ressarcidos", afirmou Mourão.

O síndico da massa falida estima que o valor liberado seja suficiente para pagar cerca de metade dos consorciados.

Para receber os valores, os consorciados que estão na lista geral de credores devem apresentar dados bancários atualizados, confirmar os poderes dados aos advogados no processo e declararem que não cederam sua cota a terceiros.

Após o pagamento dos consorciados, a massa falida vai saldar as dívidas trabalhistas e fiscais, já que esse processo de falência é de 2004 e segue a legislação antiga. "Os valores mais significativos são dos consorciados. A dívida com a União também é da ordem de R$ 100 milhões. Os demais valores são baixos", disse. A negociação com a União para pagamento da dívida está em discussão.

Em 1996, o Banco Central (BC) identificou operações fraudulentas e proibiu o Consórcio Uniauto de formar novos grupos de associados. Para driblar a proibição, os donos da Uniauto assumiram a gestão do Consórcio Nacional Liderauto.

As duas empresas tinham 100 mil consorciados em carteira e deixaram um rombo de R$ 20 milhões na época. O consórcio Liderauto desviou R$ 14,83 milhões em cheques sacados de recursos dos consorciados e desviados para contas próprias. Entre os saques, o Liderauto repassou R$ 2,3 milhões para o Uniauto.

De acordo com informações do processo, a direção do Liderauto desviava dinheiro dos consorciados para contas e empresas próprias. O consórcio ainda atraiu milhares de novos consorciados, dos quais os donos continuavam extraviando os valores investidos, mesmo após o Banco Central ter descoberto a fraude, apoiados por uma liminar de 1999 que permitia ao consórcio operar mesmo estando sob restrições do BC.

Em 2002, após a constatação de novas práticas ilícitas, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial das empresas. Em 2004, os consórcios tiveram as falências decretadas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Antes da fiscalização do Banco Central, o Liderauto tinha patrimônio de R$ 2,76 milhões. Após o desvio, ficou com patrimônio negativo de R$ 13,47 milhões.

Como os bens dos consórcios eram insuficientes para pagar os credores, o síndico da massa falida ajuizou uma ação de "incidentes de extensão da falência" contra as pessoas envolvidas na fraude. Em outras palavras, pediu à Justiça para estender a falência para várias pessoas envolvidas no desvio de bens da massa falida.

Essas pessoas tiveram o patrimônio bloqueado, chegando a R$ 147,5 milhões, a maior parte em imóveis. O aluguel desses imóveis ao longo dos anos foi depositado em juízo, chegando aos R$ 33,8 milhões.

"Esse valor só poderia ser pago após o fim do processo, mas o desembargador decidiu de forma liminar o pagamento aos consorciados", observou Mourão. Os donos dos consórcios afirmaram em juízo que não vão recorrer da decisão.

Balanço Acordo do Porto Maravilha deve trazer até R$ 4 bilhões e ampliar a rentabilidade no período

Lucro do FGTS pode chegar a R$ 18 bi em 2023

Edna Simão e Guilherme Pimenta
De Brasília

O lucro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) pode ser aumentado em mais de R$ 4 bilhões devido à incorporação de impacto do acordo referente ao Porto Maravilha feito entre União e município do Rio de Janeiro no ano passado.

A Caixa está, no momento, recebendo e consolidando os resultados de todos os fundos de investimentos dos quais o FGTS é cotista. A partir daí, haverá uma análise mais clara de quanto do resultado positivo do acordo poderá ser incorporado ao lucro preliminar de 2023 que, segundo balanço provisório de dezembro, correspondia a R$ 14,4 bilhões.

"Há expectativa de um lucro contábil não recorrente, excepcionalmente no resultado de 2023, que poderá gerar uma remuneração adicional ao trabalhador quando da distribuição de parte do resultado", explicou um técnico do governo ao **Valor**.

A incorporação de novos recursos no lucro do fundo terá efeito direto na rentabilidade dos trabalhadores cotistas do FGTS. Nos últimos anos, esta divisão do lucro tem garantido um retorno acima da inflação aos cotistas. Em 2023, quando foi distribuído o resultado de 2022, o repasse foi de 99% dos ganhos.

R$ 5 bi
foi o investimento no fundo imobiliário do Porto Maravilha

A tendência é que este percentual se mantenha acima dos 90%, conforme mostrou o **Valor** na última sexta-feira. Até julho o conselho curador do FGTS deve aprovar o balanço do fundo, quando também será definido o percentual a ser distribuído aos trabalhadores. O crédito nas contas vinculadas acontece até 31 de agosto.

Em 2011, o FGTS investiu R$ 5 bilhões no fundo de investimento imobiliário Porto Maravilha (FII PM), do projeto Porto Maravilha, que tem por objetivo revitalizar a região do porto do Rio de Janeiro. No decorrer dos anos, no entanto, disputas judiciais envolvendo o FII PM e o município do Rio de Janeiro geraram passivos judiciais que levaram à desvalorização do patrimônio líquido do fundo e, por consequência, teve impacto no FGTS.

Para resolver o imbróglio, a Caixa fechou um acordo no município do Rio de Janeiro considerado fundamental para a recuperação do investimento e a continuidade da promoção de melhorias na região da Operação Urbana Consorciada, resultando ainda no encerramento das disputas negociais.

"A operação/carteira do Porto Maravilha estava, contabilmente, dando prejuízo. Foram aportados R$ 5 bilhões e ela estava valendo menos de R$ 1 bilhão", explicou um segundo técnico do governo ao **Valor**. "O acordo entre o município, que cedeu mais áreas para fazer parte do projeto, reequilibrando-o, terá um efeito contábil com o ingresso destes novos ativos e irá refletir no resultado, talvez uns R$ 3 bilhões a R$ 4 bilhões a maior", complementou o técnico.

BC trabalha em Pix por aproximação

Ricardo Bomfim e Gabriel Shinohara
De São Paulo e Brasília

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que o BC está fazendo uma associação com carteiras digitais para viabilizar o pagamento com Pix por aproximação. Ele citou Google Pay e Apple Pay como exemplos de ferramentas nas quais a nova tecnologia poderia funcionar.

Segundo Campos Neto, às vezes as pessoas usam cartão de crédito no lugar de Pix apenas pela possibilidade de pagar por aproximação. A ideia é implementar a mesma funcionalidade no sistema de pagamentos instantâneos, fazendo conexão direta da carteira com o banco. "Estamos trabalhando agora com Google Pay para fazer isso."

Durante evento promovido pelo Valor Capital Group, o presidente do BC disse que a ideia surgiu na semana passada. Segundo ele, as pessoas poderão usar o Pix dessa forma em breve.

2025
é o ano previsto para lançamento do Drex

Campos Neto também lembrou que o BC está atualmente trabalhando no Pix Automático, que deve possibilitar pagamentos recorrentes via Pix, como contas de serviços de streaming, água e luz. A previsão atual é que a novidade seja lançada em outubro deste ano.

Ainda sobre o sistema de pagamentos instantâneos, o presidente do BC destacou que há uma demanda grande das pessoas por um Pix que funcione de maneira transfronteiriça. Ele lembrou que a solução tem a possibilidade de se conectar com ferramentas similares no exterior, e isso deve acontecer em algum momento. "Devemos ter muitos países conectados em sistemas de pagamentos instantâneos", afirmou.

O presidente do BC mencionou países da América Latina e afirmou que o setor privado já está encontrando maneiras de levar o Pix para seus territórios mesmo sem um apoio governamental. Campos Neto citou também o projeto Nexus, do "hub" de inovação do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), que está em desenvolvimento e tem o objetivo de conectar os sistemas de pagamento dos países.

Já em relação ao Drex, a iniciativa de tokenizar a moeda soberana brasileira, o real, Campos Neto defendeu seu desenvolvimento como moeda digital de atacado baseada em depósitos bancários. Para ele, o modelo escolhido para a moeda digital de banco central (CBDC) conhecida como real digital ajuda a impulsionar a tecnologia de registro distribuído nas instituições financeiras. "Você insere o conceito de tokenização no balanço dos bancos", disse.

O presidente do BC voltou a falar das dificuldades que o projeto tem para avançar, particularmente, segurança, escalabilidade e descentralização, questões comuns às criptomoedas.

Campos Neto ressaltou que a criação de uma CBDC com as particularidades do Drex como o BC está fazendo no Brasil é diferente do visto em outros lugares, algo que torna o processo ainda mais desafiador. "Estamos na fronteira disso e há outro banco central que também está usando o conceito de tokenização, o da Coreia do Sul, com o qual estamos trabalhando", afirmou. O país asiático também está desenvolvendo um projeto piloto de uma CBDC.

O Drex foi adiado para o início de 2025 para a introdução de novas fases de testes com casos de uso para a tecnologia e também por conta das dificuldades em se resolver o problema da privacidade nas transações realizadas dentro de uma rede de registro distribuído (DLT), similar a um blockchain.

Apesar dos problemas, o presidente do BC manifestou confiança na crescente importância que a tokenização terá nas finanças. "A tokenização é mais eficiente e barata, e a programabilidade pode crescer com o tempo."

Campos Neto também falou sobre o custo da inovação no Brasil e disse que o país precisa reduzir o custo de fracassar. "O custo de fazer certo é mais ou menos o mesmo para todo mundo, mas o custo de fracassar é muito maior do que em muitos outros países", disse.

Segundo ele, para inovação em tecnologia, o empreendedor só chega a um ponto de maturidade e experiência quando já falhou várias vezes. "A melhor coisa que podemos fazer não é dar dinheiro, é ter certeza de que o dinheiro que existe é alocado eficientemente e com custo mais baixo de falhar", afirmou.

RAPHAEL RIBEIRO/BCB

"Tokenização é mais eficiente e barata, e a programabilidade pode crescer"
Roberto Campos Neto

Duas instituições têm vazamento de chaves e dados cadastrais

De Brasília

O Banco Central (BC) informou ontem que houve exposição de dados cadastrais vinculados a chaves Pix de duas instituições financeiras, a Iugu e a PagCerto. No primeiro caso foram dados de 19.849 chaves Pix e, no segundo, de 2.197 chaves.

De acordo com o BC, houve falhas pontuais nos sistemas das instituições e dados sensíveis, como senhas e saldos financeiros, não foram expostos. "As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras", afirmou o BC em nota.

O Banco Central destacou que as pessoas que tiveram os dados cadastrais expostos serão notificadas apenas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição de relacionamento — Iugu ou Pagcerto. Em nenhum dos casos, haverá comunicação de nenhuma instituição ou do próprio Banco Central por outros meios, como aplicativos de mensagem e e-mails, afastando o risco de mensagens falsas.

No caso da Iugu, o período do incidente foi entre os dias 21 e 27 de maio. Em nota, a instituição informou que foi detectado um ataque para engenharia social em seu aplicativo móvel no dia 27 de maio, "questão que foi resolvida em menos de 24 horas". Segundo a instituição, 24 contas foram criadas para consultar dados de contas bancárias via Pix. "Não houve vazamento de informações sensíveis, como CPF, movimentações, saldos financeiros em contas transacionais ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário", disse a Iugu.

A Iugu ainda destacou o compromisso "com a segurança e privacidade de dados dos usuários como prioridade em todas as operações" e que continua direcionando esforços "para ofertar um ambiente seguro e confiável" para clientes e usuários.

Na Pagcerto, o período do incidente foi nos dias 23 e 24 de abril. O **Valor** procurou a empresa, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Com esses dois casos, o número de incidentes com dados pessoais vinculados a chaves Pix chegou a dez desde o lançamento do sistema, em novembro de 2020. Em todos os casos até agora, a exposição foi apenas de informações cadastrais, sem vazamento de dados sensíveis ou sob sigilo bancário. *(GS)*

Número de incidentes com dados pessoais vinculados a chaves Pix chegou a dez desde o lançamento, em 2020

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 11/06/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	15.819,4560290	0,07	0,18	4,04
IRF-M	1+**	20.051,8908870	0,24	-0,38	0,55
IRF-M	Total	18.229,7728580	0,19	-0,21	1,60
IMA-B	5***	9.237,4711280	0,07	-0,01	2,90
IMA-B	5+****	11.123,0768160	-0,22	-1,34	-4,15
IMA-B	Total	9.825,3975920	-0,08	-0,69	-0,82
IMA-S	Total	6.695,3380370	0,04	0,28	4,77
IMA-Geral	Total	8.129,4354890	0,04	-0,11	2,26

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	25/05	24/05	Há 1 semana	No fim de abril	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,27	32,72	37,01	32,64	33,75	34,28
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,58	25,65	25,63	24,32	26,47	26,12
Conta garantida pré - a.a.	54,39	52,54	41,88	40,86	42,18	45,95
Desconto de duplicata pré - a.a.	23,14	21,86	23,20	24,12	22,29	29,22
Vendor pré - a.a.	16,12	15,98	15,11	15,47	15,14	20,74
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,94	17,82	17,26	18,21	18,42	21,11
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	18,18	18,22	18,16	17,70	17,38	18,50
Conta garantida pós - a.a.	24,32	24,13	24,90	26,56	25,75	27,98
ACC pós - a.a.	8,54	8,61	8,40	7,89	8,83	8,86
Factoring - a.m.	3,32	3,34	3,29	3,35	3,37	3,60

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	11/06/24	10/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3200	5,3300	5,3400	5,3100	5,0500
1 mês	-	5,3323	5,3283	5,3243	5,3237	5,0670
3 meses	-	5,3524	5,3510	5,3496	5,3478	4,9051
6 meses	-	5,3887	5,3883	5,3886	5,3898	4,6828
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,9120	3,9110	3,8920	3,9060	3,1470
1 mês	-	3,9131	3,9123	3,9122	3,9129	3,1443
3 meses	-	3,9263	3,9256	3,9257	3,9257	2,9199
6 meses	-	3,9443	3,9436	3,9437	3,9429	2,4724
1 ano	-	3,8619	3,8473	3,9419	3,7968	1,3772
Euribor ***						
1 mês	-	3,654	3,666	3,717	3,856	3,290
3 meses	-	3,743	3,772	3,785	3,818	3,469
6 meses	-	3,748	3,756	3,745	3,789	3,762
1 ano	-	3,725	3,715	3,711	3,629	3,928
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,25
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,25
T-Bill (1 mês)	5,34	5,36	5,37	5,37	5,37	5,09
T-Bill (3 meses)	5,38	5,37	5,39	5,39	5,39	5,25
T-Bill (6 meses)	5,37	5,37	5,36	5,37	5,37	5,38
T-Note (2 anos)	4,84	4,88	4,77	4,87	4,87	4,60
T-Note (5 anos)	4,43	4,48	4,35	4,51	4,51	3,91
T-Note (10 anos)	4,41	4,47	4,33	4,50	4,50	3,75
T-Bond (30 anos)	4,54	4,60	4,48	4,65	4,64	3,89

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jun/24*	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,28	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,68	11,99
CDI	0,28	0,83	0,89	0,83	0,80	0,97	4,68	11,99
CDB (1)	0,71	0,73	0,73	0,75	0,75	0,78	4,53	10,37
Poupança (2)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
Poupança (3)	0,54	0,59	0,60	0,53	0,51	0,59	3,40	7,49
IRF-M	-0,21	0,66	-0,52	0,54	0,46	0,67	1,60	10,51
IMA-B	-0,69	1,33	-1,61	0,08	0,55	-0,45	-0,82	6,56
IMA-S	0,28	0,83	0,90	0,86	0,82	0,99	4,77	12,21
Renda Variável								
Ibovespa	-0,38	-3,04	-1,70	-0,71	0,99	-4,79	-9,35	12,70
Índice Small Cap	-1,04	-3,38	-7,76	2,15	0,47	-6,55	-15,41	-4,39
IBrX 50	-0,53	-3,11	-0,62	-0,81	0,91	-4,15	-8,11	14,94
ISE	0,21	-3,61	-6,02	1,21	1,99	-4,96	-10,94	1,45
IMOB	0,64	-0,73	-11,56	1,10	1,27	-8,46	-17,19	-0,55
IDIV	-0,51	-0,99	-0,56	-1,20	0,91	-3,51	-5,78	19,55
IFIX	-1,40	0,02	-0,77	1,43	0,79	0,67	0,71	12,24
Dólar Ptax (BC)	2,11	1,35	3,51	0,26	0,60	2,32	10,56	2,86
Dólar Comercial (mercado)	2,12	1,09	3,54	0,86	0,71	1,75	10,47	3,47
Euro (BC) (4)	1,06	2,89	2,37	0,07	0,25	0,54	7,37	4,73
Euro Comercial (mercado) (4)	1,08	2,79	2,43	0,71	0,38	-0,34	7,22	5,03
Ouro (BC)	1,28	2,87	7,18	8,62	0,27	1,71	23,70	21,74
Inflação								
IPCA	-	0,46	0,38	0,16	0,83	0,42	2,27	3,93
IGP-M	-	0,89	0,31	-0,47	-0,52	0,74	0,28	-0,34

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 11/jun/24. ** Até mai/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 06/06/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.438.029,64					-5.849,32	-14.646,08	158.215,73	185.011,32
RF Indexados (2)	152.771,41	0,13	0,09	2,26	8,31	-289,71	-214,22	-1.383,70	-9.515,25
RF Duração Baixa Soberano (2)	663.442,02	0,04	0,15	4,21	11,07	-4.080,67	-5.519,08	28.892,68	36.584,24
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	816.041,94	0,04	0,16	4,80	12,61	513,02	275,18	25.587,68	35.239,34
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	171.537,24	0,04	0,05	4,81	12,61	489,73	1.071,73	66.573,30	73.711,09
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	167.343,34	0,06	0,13	3,77	8,82	28,45	-34,66	-3.993,12	-6.135,47
RF Duração Livre Soberano (2)	209.478,66	0,06	0,14	3,76	10,25	354,42	-550,07	-16.463,27	-24.072,07
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	646.997,68	0,04	0,13	4,17	11,07	-2.800,29	-5.743,64	-22.395,35	-33.767,97
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	339.541,86	0,09	0,14	4,11	12,09	-17,13	-554,64	57.770,14	114.188,65
Ações	601.456,30					32,40	-101,67	-3.816,80	31.927,03
Ações Indexados (2)	10.042,07	1,21	0,66	-8,38	6,94	0,13	-62,98	430,96	-1.154,32
Ações Índice Ativo (2)	31.263,40	1,33	0,93	-8,55	5,48	-5,82	-32,91	-3.700,74	-4.948,68
Ações Livre	214.593,48	1,00	0,79	-6,00	7,81	-84,97	-238,83	-3.049,15	-10.284,03
Fechados de Ações	126.045,24	0,40	0,80	-3,53	-1,23	16,43	86,91	-492,79	29.884,55
Multimercados	1.646.171,92					-818,27	-4.036,33	-58.602,01	-189.075,20
Multimercados Macro	153.298,02	0,08	0,14	0,34	6,20	-362,01	-1.315,29	-22.386,15	-48.236,88
Multimercados Livre	623.095,91	0,10	0,22	2,20	8,70	-380,66	-2.276,14	5.535,94	-45.032,68
Multimercados Juros e Moedas	52.514,83	0,08	0,18	3,96	11,33	-64,69	-284,98	-4.802,15	-14.232,68
Multimercados Invest. no Exterior (2)	736.067,10	-0,13	0,25	3,03	10,60	-39,96	-113,44	-38.336,76	-76.612,47
Cambial	6.515,58	-1,00	0,06	10,77	13,33	-6,96	318,72	-25,12	-1.063,12
Previdência	1.424.312,47					14,56	105,28	16.830,76	41.518,87
ETF	43.459,76					-89,12	103,06	-2.298,97	-1.990,40
Demais Tipos	1.995.896,13					103,11	-3.171,75	44.840,15	53.766,66
Total Fundos de Investimentos	**7.159.945,67**					**-6.716,72**	**-18.257,03**	**110.303,58**	**66.328,50**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.617.328,50**					**789,15**	**2.893,44**	**33.819,21**	**107.631,14**
Total Fundos Off Shore (4)	**47.530,46**					-	-	-	-
Total Geral	**8.824.804,63**					**-5.927,56**	**-15.363,59**	**144.122,79**	**173.959,65**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de abril de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	11/06/24	10/06/24	Há 1 semana	No fim de maio	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,75
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
Selic - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,65
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,5236
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,46	10,46	13,65
CDI - taxa efetiva ao mês	0,7883	0,7883	0,7883	0,8324	0,8324	1,0720
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,53
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9132
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,68
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	1,0001
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,45	10,47	10,36	10,38	10,32	13,52
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	10,59	10,63	10,40	10,43	10,31	13,15
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,42	10,43	10,38	10,39	10,39	13,63
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,43	10,45	10,36	10,37	10,36	13,60
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,46	10,48	10,36	10,36	10,32	13,52
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,50	10,53	10,37	10,36	10,31	13,43
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,63	10,40	10,39	10,31	13,14
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	10,91	11,00	10,60	10,56	10,35	12,08

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 11/06/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	99.451,29	10,411	317.315	10,408	10,430	10,414
Vencimento em ago/24	98.554,93	10,422	5.431	10,420	10,428	10,422
Vencimento em set/24	97.700,64	10,446	19.004	10,440	10,464	10,446
Vencimento em out/24	96.885,03	10,482	437.771	10,460	10,545	10,490
Vencimento em nov/24	95.991,58	10,527	4.725	10,500	10,540	10,520
Vencimento em dez/24	95.250,31	10,574	20.979	10,545	10,600	10,580
Vencimento em jan/25	94.428,67	10,630	1.172.876	10,590	10,720	10,640
Vencimento em fev/25	93.565,76	10,691	770	10,680	10,695	10,695
Vencimento em mar/25	92.768,39	10,766	1.893	10,735	10,775	10,775
Vencimento em abr/25	92.029,06	10,806	215.844	10,775	10,920	10,800
Vencimento em mai/25	91.247,51	10,854	9.718	10,820	10,915	10,845

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.370,00	0,09	234.275	5.346,00	5.382,50	5.380,00
Vencimento em ago/24	5.388,31	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.405,11	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	5.421,22	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	5.439,58	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jul/24	5.774,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em ago/24	5.802,68	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em set/24	5.829,01	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jun/24	121.720	0,69	87.755	120.310	121.870	121.710
Vencimento em ago/24	123.709	0,68	50.875	122.350	123.850	123.770
Vencimento em out/24	125.623	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 11/06/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,3519	5,3524	-0,26	2,11	10,56	9,41
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,3599	5,3605	0,07	2,12	10,47	9,93
Dólar Turismo (R$/US$)	5,3881	5,5681	0,06	2,10	10,31	10,94
Euro (BC) - (R$/€)	5,7431	5,7458	-0,42	1,06	7,37	9,25
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,7566	5,7572	-0,13	1,08	7,22	9,87
Euro Turismo (R$/€)	5,8112	5,9912	-0,18	0,98	6,85	9,81
Euro (BC) - (US$/€)	1,0731	1,0735	-0,16	-1,03	-2,89	-0,14
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	397,6152	397,6523	-0,12	1,28	23,70	28,83
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.316,21	0,27	-0,41	12,15	18,18
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.302,50	0,21	-1,72	11,64	17,26

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	11/06/24	10/06/24	No fim de mai/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	152.516,24	150.882,73	152.338,81	173.997,89	1,08	0,12	-12,35
Valor-Coppead Mínima Variância	94.160,31	93.667,90	93.649,60	93.533,91	0,53	0,55	0,67

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
Raízen (1)	mar/24	mar/34	120	1.000	6,45	-	-
Raízen (1)	mar/24	mar/54	360	500	6,95	-	-
Banco do Brasil (1)	mar/24	mar/31	84	750	6,3	-	-
Votorantim Cimentos (2)	02/04/24	02/04/34	120	500	5,75	5,896	-
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 11/06/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Títulos sustentáveis (green bonds). (2) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond)

ADR - Índices

Em 11/06/24

Índice	11/06/24	10/06/24	Em 31/05/24	Em 29/12/23	Em 11/06/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	183,43	185,58	183,18	165,54	153,31	-1,16	0,13	10,81	19,65
S&P BNY Emergentes	350,18	353,95	341,77	312,75	297,24	-1,07	2,46	11,97	17,81
S&P BNY América Latina	193,61	194,20	204,45	225,28	204,45	-0,31	-5,30	-14,06	-5,31
S&P BNY Brasil	190,25	189,91	197,69	232,95	205,50	0,18	-3,76	-18,33	-7,42
S&P BNY México	299,57	302,10	329,09	331,67	327,71	-0,84	-8,97	-9,68	-8,59
S&P BNY Argentina	232,21	238,90	262,91	178,27	138,29	-2,80	-11,68	30,26	67,92
S&P BNY Chile	144,12	145,54	148,41	162,12	172,24	-0,97	-2,89	-11,10	-16,33
S&P BNY Índia	2.811,80	2.822,98	2.747,17	2.923,01	2.728,97	-0,40	2,35	-3,80	3,03
S&P BNY Ásia	216,23	219,16	212,76	189,60	176,72	-1,34	1,63	14,04	22,35
S&P BNY China	324,59	329,49	329,83	336,11	323,89	-1,49	-1,59	-3,43	0,22
S&P BNY África do Sul	197,60	198,64	206,33	199,87	235,70	-0,52	-4,23	-1,14	-16,17
S&P BNY Turquia	32,94	34,03	34,31	22,45	17,86	-3,21	-3,99	46,69	84,39

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418	0,5418	0,7319
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685	0,5685	0,7687
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952	0,5952	0,8054
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914	0,5914	0,8015
29/05 a 29/06	0,0892	0,5367	0,5367	0,7998
30/05 a 30/06	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
31/05 a 01/07	0,0631	0,5367	0,5367	0,7635
01/06 a 01/07	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268
02/06 a 02/07	0,0626	0,5629	0,5629	0,7630
03/06 a 03/07	0,0887	0,5891	0,5891	0,7993
04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	0,5861	0,7963
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	0,5853	0,7955
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	0,6139	0,7941
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	0,5606	0,7607
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	0,5393	0,7294
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	0,5658	0,7660
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	0,5925	0,8027

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 11/06/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	121.635	0,73	-0,38	-9,35	3,94
IBrX	51.372	0,72	-0,46	-9,00	4,39
IBrX 50	20.415	0,64	-0,53	-8,11	5,72
IEE	87.978	0,75	0,76	-7,35	0,70
SMLL	1.990	1,53	-1,04	-15,41	-11,14
ISE	3.352	1,22	0,21	-10,94	-5,32
IMOB	837	0,82	0,64	-17,19	-5,16
IDIV	8.549	0,88	-0,51	-5,78	11,02
IFIX	3.335	-0,31	-1,40	0,71	9,45
Variação % em dólares					
Ibovespa	22.725	0,99	-2,44	-18,01	-4,99
IBrX	9.598	0,99	-2,52	-17,69	-4,59
IBrX 50	3.814	0,91	-2,59	-16,89	-3,37
IEE	16.437	1,02	-1,32	-16,20	-7,96
SMLL	372	1,80	-3,08	-23,48	-18,78
ISE	626	1,49	-1,87	-19,45	-13,46
IMOB	156	1,09	-1,44	-25,10	-13,32
IDIV	1.597	1,15	-2,57	-14,78	1,48
IFIX	623	-0,04	-3,44	-8,91	0,04

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 11/06/24	Spread 10/06/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	385	380	5,0	15,0	40,0
África do Sul	348	349	-1,0	-10,0	22,0
Argentina	1.525	1.488	37,0	184,0	-382,0
Brasil	225	216	9,0	12,0	30,0
Colômbia	305	300	5,0	2,0	40,0
Filipinas	77	72	5,0	-1,0	19,0
México	188	184	4,0	22,0	21,0
Peru	111	106	5,0	6,0	9,0
Turquia	253	245	8,0	10,0	-23,0
Venezuela	17.593	17.442	151,0	1.129,0	-6.499,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
out/23	340.247	29/05/24	354.406
nov/23	348.406	31/05/24	355.560
dez/23	355.034	03/06/24	356.576
jan/24	353.563	04/06/24	357.069
fev/24	352.705	05/06/24	357.497
mar/24	355.008	06/06/24	357.843
abr/24	351.599	07/06/24	356.291
mai/24	355.560	10/06/24	355.917

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	11/06/24	10/06/24	07/06/24	06/06/24	05/06/24	04/06/24
Índice	2.106,64	2.103,21	2.105,49	2.113,18	2.110,59	2.110,44
Var. no dia	0,16%	-0,11%	-0,36%	0,12%	0,01%	-0,03%
Var. no mês	-0,16%	-0,33%	-0,22%	0,15%	0,02%	0,02%
Var. no ano	2,01%	1,84%	1,95%	2,32%	2,20%	2,19%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 11/06/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	36,7600	36,7800	0,14550	0,14560
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,3519	5,3524
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,3589	36,4500	0,1468000	0,1472000
Boliviano (Bolívia)	6,8700	6,9900	0,7657	0,7791
Colon (Costa Rica)	529,8500	531,0000	0,010080	0,010100
Coroa (Dinamarca)	6,9491	6,9497	0,7701	0,7702
Coroa (Islândia)	139,1500	139,4400	0,03838	0,03847
Coroa (Noruega)	10,7267	10,7294	0,4988	0,4990
Coroa (Rep. Tcheca)	23,0400	23,0500	0,2322	0,2323
Coroa (Suécia)	10,5096	10,5117	0,5091	0,5093
Dinar (Argélia)	134,5872	135,1772	0,03959	0,03977
Dinar (Kuwait)	0,3065	0,3070	17,4329	17,4630
Dinar (Líbia)	4,8441	4,8664	1,0998	1,1049
Direitos Especiais de Saque ***	1,3194	1,3194	7,0613	7,0620
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6734	1,4569	1,4574
Dirham (Marrocos)	9,9498	9,9548	0,5376	0,5379
Dólar (Austrália)***	0,6596	0,6598	3,5301	3,5315
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,3519	5,3524
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,6323	2,6786
Dólar (Canadá)	1,3764	1,3768	3,8872	3,8887
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,4095	6,4878
Dólar (Cingapura)	1,3537	1,3542	3,9521	3,9539
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,3519	5,3524
Dólar (Hong Kong)	7,8116	7,8119	0,6851	0,6852
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6130	0,6134	3,2807	3,2832
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7516	6,8260	0,7840	0,7928
Euro (Comunidade Européia)***	1,0731	1,0735	5,7431	5,7458
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,9406	2,9994
Franco (Suíça)	0,8985	0,8989	5,9538	5,9570
Guarani (Paraguai)	7496,5000	7529,4200	0,0007108	0,0007140
Hryvnia (Ucrânia)	40,4600	40,5600	0,1320	0,1323
Iene (Japão)	157,3100	157,3400	0,03401	0,03402
Lev (Bulgária)	1,8238	1,8245	2,9334	2,9348
Libra (Egito)	47,5100	47,6100	0,1124	0,1127
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000060	0,000060
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00041	0,00041
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2720	1,2724	6,8076	6,8104
Naira (Nigéria)	1480,0000	1570,0000	0,00341	0,00362
Lira (Turquia)	32,3361	32,3534	0,1654	0,1655
Novo Dólar (Taiwan)	32,3880	32,4180	0,16510	0,16530
Novo Sol (Peru)	3,7822	3,7832	1,4146	1,4152
Peso (Argentina)	902,0000	902,5000	0,00593	0,00593
Peso (Chile)	924,2000	924,7000	0,005788	0,005791
Peso (Colômbia)	3958,8300	3961,3700	0,001351	0,001352
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2230	0,2230
Peso (Filipinas)	58,6900	58,7100	0,09116	0,09120
Peso (México)	18,4341	18,4446	0,2902	0,2904
Peso (Rep. Dominicana)	59,2500	59,7500	0,08957	0,09034
Peso (Uruguai)	39,1800	39,2200	0,13650	0,13660
Rande (África do Sul)	18,6441	18,6476	0,2870	0,2871
Rial (Arábia Saudita)	3,7503	3,7505	1,4270	1,4272
Rial (Irã)	42025,0000	42105,0000	0,0001271	0,0001274
Ringgit (Malásia)	4,7170	4,7220	1,1334	1,1347
Rublo (Rússia)	88,9830	89,5160	0,05979	0,06015
Rúpia (Índia)	83,5950	83,6500	0,06398	0,06403
Rúpia (Indonésia)	16285,0000	16295,0000	0,0003284	0,0003287
Rúpia (Paquistão)	278,3000	278,9000	0,01919	0,01923
Shekel (Israel)	3,7000	3,7034	1,4451	1,4466
Won (Coréia do Sul)	1380,4600	1380,9100	0,003876	0,003877
Yuan Renminbi (China)	7,2544	7,2545	0,7377	0,7378
Zloty (Polônia)	4,0444	4,0456	1,3229	1,3234

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2310,19	0,01346	397,6152	397,6523

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	11/06/24	10/06/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	38.747,42	38.868,04	-0,31	0,16	2,81	14,38	32.417,59	40.003,59
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.210,19	19.074,68	0,71	3,63	14,17	32,23	14.109,57	19.210,19
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.343,55	17.192,53	0,88	3,64	15,54	30,80	12.595,61	17.343,55
EUA	Nova York	S&P 500	5.375,32	5.360,79	0,27	1,85	12,69	25,04	4.117,37	5.375,32
Canadá	Toronto	S&P/TSX	21.887,34	22.069,76	-0,83	-1,71	4,43	10,03	18.737,39	22.468,16
México	Cidade do México	IPC	53.134,06	53.122,58	0,02	-3,71	-7,41	-2,53	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.388,12	Feriado	-1,69	-0,84	16,14	17,24	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	72.026,69	73.241,88	-1,66	4,07	24,54	102,89	32.850,05	73.241,88
Chile	Santiago	IPSA	6.541,45	6.622,04	-1,22	-1,38	5,55	14,94	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	29.372,51	29.538,35	-0,56	-2,81	13,15	33,50	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.544.869,31	1.576.628,34	-2,01	-6,45	66,17	304,67	378.695,36	1.659.247,63
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.514,29	1.531,79	-1,14	-1,07	8,51	12,52	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.369,94	18.494,89	-0,68	-0,69	9,66	15,17	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.789,21	7.893,98	-1,33	-2,55	3,26	7,99	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.874,48	34.542,01	-1,93	-1,79	11,61	24,71	27.162,02	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.857,98	3.890,79	-0,84	-1,53	4,05	6,01	3.290,68	4.029,25
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.871,50	2.892,90	-0,74	3,69	25,75	40,99	1.962,58	2.892,90
Espanha	Madri	IBEX-35	11.175,50	11.357,20	-1,60	-1,29	10,63	20,04	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.448,75	1.458,84	-0,69	1,18	12,03	14,83	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	921,25	924,70	-0,37	1,95	17,09	21,33	714,05	924,70
Hungria	Budapeste	BUX	69.782,02	70.248,97	-0,66	2,76	15,11	41,49	49.320,70	70.248,97
Polônia	Varsóvia	WIG	83.878,09	84.845,86	-1,14	-2,82	6,91	26,07	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.634,71	6.729,42	-1,41	-3,44	3,72	11,20	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	1.119,51	1.130,91	-1,01	-0,55	3,33	8,45	969,33	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.586,96	2.600,72	-0,53	-0,66	7,87	12,38	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.072,92	12.137,74	-0,53	0,60	8,40	7,27	10.323,71	12.254,76
Turquia	Istambul	BIST 100	10.051,37	9.997,91	0,53	-3,36	34,55	78,64	5.186,83	10.899,28
Israel	Tel Aviv	TA-125	Feriado	1.959,17	-	-1,72	4,45	8,78	1.608,42	2.040,82
África do Sul	Joanesburgo	All Share	76.077,31	76.188,19	-0,15	-0,82	-1,06	-1,12	69.451,97	80.073,00
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	39.134,79	39.038,16	0,25	1,68	16,95	21,29	30.526,88	40.888,43
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.005,90	Feriado	-1,32	0,44	2,25	9,49	6.960,20	8.153,70
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.684,15	Feriado	0,29	-2,63	-8,36	-16,06	1.433,10	2.083,36
China	Xangai	SSE Composite	3.028,05	Feriado	-0,76	-1,90	1,79	-6,29	2.702,19	3.291,04
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.705,32	2.701,17	0,15	2,61	1,88	2,43	2.277,99	2.757,09
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	18.176,34	Feriado	-1,04	0,54	6,62	-6,26	14.961,18	20.078,94
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	76.456,59	76.490,08	-0,04	3,37	5,84	22,09	62.625,63	76.693,36
Indonésia	Jacarta	JCI	6.855,69	6.921,55	-0,95	-1,65	-5,74	2,42	6.639,73	7.433,32
Tailândia	Bangcoc	SET	1.316,10	1.318,57	-0,19	-2,20	-7,05	-15,37	1.316,10	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	21.792,12	Feriado	-0,30	2,92	21,53	29,05	16.001,27	21.902,70

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 635/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90635/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.005.093-9 OBJETO: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição do Grupo XI – sucos reconstituídos e água de coco que compreende: suco reconstituído de goiaba com maçã, suco reconstituído de manga com maçã, suco reconstituído de morango com maçã, suco reconstituído de uva com maçã, suco reconstituído de laranja com maçã, suco reconstituído de maracujá com maçã e água de coco, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 7 lotes). **VALOR MÁXIMO:** $ 130.767.000,00 (cento e trinta milhões e setecentos e sessenta e sete mil reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA: 01 de julho de 2024, às 08:30** (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO:** por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS:** O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES:** (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA:** 11/06/2024. Comissão de Contratação.

enel

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93 - NIRE 35.300.050.274

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 10 de abril de 2024, às 14:30 horas, na sede da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), na Avenida das Nações Unidas, nº 14401, 17º ao 23º andar, conj. 1 ao 4, Torre B1 Aroeira, Vila Gertrudes, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04794-000. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos do §1º do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração, conforme se verifica pelas assinaturas ao final desta ata. **3. Mesa:** Presidente: Guilherme Gomes Lencastre; e Secretária: Maria Eduarda Fischer Alcure. **4. Ordem do Dia:** Substituição de 1 (um) membro da Diretoria Executiva da Companhia. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições: **5.1.** Quanto ao único item da Ordem do Dia, em cumprimento ao artigo 11, "iv", do Estatuto Social da Companhia, eleger o Sr. **Damian Popolo**, italiano, casado, administrador, portador do RNE nº V652321-K, expedido pela Polícia Federal, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.551.418-85, com domicílio profissional na Avenida das Nações Unidas, 14401, Conjunto 1 ao 4, Torre B1, 17º ao 23º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP: 04794-000, para o cargo de Diretor de Comunicação da Companhia em substituição a Sra. Janaina Savino Vilella Carro, que deixou o referido cargo em 8 de abril de 2024. **5.1.1.** O Diretor ora eleito tomará posse de acordo com o art. 149 da Lei 6.404/76 e terá mandato coincidente com os demais membros da Diretoria, ou seja, até 24 de fevereiro de 2025. O Diretor ora eleito declara, desde já, não está incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a atividade empresária. **5.1.2.** Consignar que, nos termos da legislação aplicável, foi recebida a declaração mencionada no artigo 147, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.1.3.** Os Conselheiros manifestaram os votos de agradecimento pela contribuição da Sra. Janaína Savino Vilella Carro durante o seu mandato como Diretora de Comunicação. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes. **Assinaturas**: **Mesa**: Guilherme Gomes Lencastre, Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure, Secretária; **Conselheiros de Administração**: Guilherme Gomes Lencastre, Britaldo Pedrosa Soares, Marcia Sandra Roque Vieira Silva, Mario Fernando de Melo Santos, Gino Celentano, Ana Claudia Gonçalves Rebello, Marcia Massotti de Carvalho e Alexandre Meduneckas. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 10 de abril de 2024. **Mesa**: Guilherme Gomes Lencastre - Presidente; Maria Eduarda Fischer Alcure - Secretária. **JUCESP** nº 198.081/24-8 em 08/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ nº 43.616.501/0001-00 - **CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS -** Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024. Prezado(a) Cotista, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de instituição administradora do **INSUMOS MILENIO TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ sob o nº 43.616.501/0001-00 ("Administradora" e "Fundo", respectivamente), vem, por meio desta, convidá-lo(a) para participar de Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas ("AGE"), a realizar-se em formato eletrônico, sendo admitida a manifestação de voto por escrito pelos Cotistas, em modelo disponibilizado pela Administradora, em primeira convocação, em **24 de junho de 2024, às 17:00 horas**, e, em segunda convocação, em **01 de julho de 2024, às 17:00 horas**, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (I)** Aprovação das Demonstrações Financeiras do Fundo, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **(II)** A inclusão do conceito de Amortização Extraordinária das Cotas de Alavancagem, previsto no Capítulo 1 do Regulamento, que poderá ocorrer na forma prevista pela inclusão do item 13.8.6 ao Regulamento; ***(II.i)** os ajustes necessários no Regulamento do Fundo, no Capítulo 1, nos itens 10.2, inciso "o", 13.8.1, 14.1.1, para refletir a inclusão do conceito de Amortização Extraordinária das Cotas de Alavancagem;* **(III)** A inclusão da definição de Cotas de Alavancagem, previsto no Capítulo 1 do Regulamento; **(IV)** A exclusão da definição de Despesas do Fundo, previsto no Capítulo 1 do Regulamento; **(V)** A substituição do termo definido Índice de Perda por Índice de Inadimplência Over180, conforme previsto no Capítulo 1 do Regulamento; ***(V.i)** os ajustes necessários no Regulamento para refletir tal substituição, precisamente nos itens 10.2, inciso "e" e 18.1, inciso XI;* **(VI)** Os ajustes nos termos definidos previstos no Capítulo 1 do Regulamento: (a) de Índice de Devolução; (b) de Índice de Recompra; e (c) de Índice de Repasse; **(VII)** O ajuste no termo definido previsto no Capítulo 1 do Regulamento de Insumos; **(VIII)** Ajuste no parâmetro do Índice de Repasse, de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento); **(IX)** Ajuste no item 3.8.2 do Regulamento relativo à alteração dos critérios para aquisição dos Ativos Financeiros previstos no item 3.8.(iv); **(X)** Ajuste no item 13.1.1 do Regulamento, relativo à valoração das Cotas Subordinadas Júnior que passará a ter os valores de fechamento de cada Dia Útil; **(XI)** Ajuste no item 13.8.4 do Regulamento, relativo à ordem de resgate das Cotas respeitando o critério da subordinação entre as classes existentes no Fundo; **(XII)** A inclusão do conceito de Pré-Pagamento, previsto no item 13.8.5 do Regulamento; **(XIII)** Ajuste no item 15.1 do Regulamento, relativo à Reserva de Despesas e Encargos; **(XIV)** Ajuste no item 21.3.3, relativo ao quórum de aprovação para segunda convocação das Assembleias Gerais de Cotistas; **(XV)** Ajuste na Política de Investimento em Derivativos, prevista no Anexo VI do Regulamento do Fundo; **(XVI)** Autorização à Administradora e à Gestora para que pratiquem todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas. Sendo certa a facultatividade da participação via videoconferência, considerando a manifestação de voto supramencionada, disponibiliza-se acesso à Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas, nos *links* que seguem abaixo: **TERRAMAGNA - AGC - 1ª Convocação (24.06.24) ou 2ª Convocação (01.07.24) -** Segunda-feira, 24 de junho - 5:00 até 6:00pm - Link da videochamada: https://meet.google.com/aih-qxpk-ibk - Ou disque: (BR) +55 11 4935-1225 - PIN: 877 736 991# - Outros números de telefone: https://tel.meet/aih-qxpk-ibk?pin=9279347330454. Na data da realização da AGE, será lavrada a respectiva ata, com a descrição da ordem do dia e os resultados das deliberações tomadas pelos Cotistas. Conforme o exposto acima, os Cotistas poderão expressar seu voto na AGE por escrito, conforme modelo a ser disponibilizado pela Administradora, anteriormente ou durante a realização da AGE, por correio eletrônico ou por qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Cotista, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à AGE, de modo que seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida AGE. Exceto quando especificamente definidos neste Edital de Convocação, os termos aqui utilizados iniciados em letras maiúsculas terão o significado a eles atribuído no Regulamento. Atenciosamente, **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. -** Administradora.

BANCO VOLKSWAGEN S.A.
CNPJ/MF Nº 59.109.165/0001-49 - NIRE 35300060091
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 17 dias do mês de maio de 2024, às 9h30min, na sede social do Banco Volkswagen S.A. ("Banco Volkswagen"), localizada na Rua Volkswagen, nº 291, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionista representando a totalidade do capital social do Banco Volkswagen, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. MESA:** Presidida pelo Sr. Luis Fabiano Alves Penteado e secretariada pelo Sr. Luciano Soldera. **4. ORDEM DO DIA: (i)** deliberar sobre os termos e condições para realização da 13ª (décima terceira) emissão de letras financeiras do Banco Volkswagen, perfazendo o montante total de até R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada ("Lei nº 12.249"), e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") n.º 5.007, de 24 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.007", "Emissão" e "Letras Financeiras", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública não sujeita a registro, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta") por meio da celebração do "Instrumento de Emissão e Documento de Informações Essenciais da 13ª (Décima Terceira) Emissão de Letras Financeiras para Distribuição Pública, Não Sujeita a Registro, do Banco Volkswagen S.A.", a ser celebrado entre o Banco Volkswagen e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instrumento de Emissão"); **(ii)** autorizar a Diretoria do Banco Volkswagen para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria do Banco Volkswagen, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada validamente a assembleia, examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **(i)** Realizar a Emissão e a Oferta, observados os seguintes termos e condições: **(a) Número da Emissão:** As Letras Financeiras representam a 13ª (décima terceira) emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen; **(b) Destinação dos Recursos:** Os recursos da Emissão serão utilizados pelo Banco Volkswagen para fins corporativos gerais, em particular para financiar a carteira de crédito do Banco Volkswagen e/ou para suportar o fluxo de caixa do Banco Volkswagen; **(c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de até R$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), observado o montante mínimo de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Montante Mínimo"); **(d) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será aquela prevista no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); **(e) Quantidade de Letras Financeiras e Procedimento de Bookbuilding:** Serão emitidas até 20.000 (vinte mil) Letras Financeiras, sendo que a quantidade de Letras Financeiras será apurada após o procedimento de coleta de intenções de investimento que será realizado pelos Coordenadores (conforme definido abaixo), para definição: **(i)** do valor total da Emissão, observado o Montante Mínimo; **(ii)** da quantidade de Letras Financeiras; **(iii)** do número de séries a ser emitida e do número de Letras Financeiras em cada série; e **(iv)** da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras para cada série, sujeita ao limite estabelecido no Instrumento de Emissão ("Procedimento de Bookbuilding"); **(f) Número de Séries:** A emissão será realizada em até 3 (três) séries ("Letras Financeiras da Primeira Série", "Letras Financeiras da Segunda Série" e "Letras Financeiras da Terceira Série", respectivamente, e em conjunto, "Séries"), sendo que a quantidade de Letras Financeiras a ser alocada em cada série será definida, a exclusivo critério do Banco Volkswagen, após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding, observado que a colocação das Letras Financeiras ocorrerá no sistema de vasos comunicantes, em que a quantidade de Letras Financeiras da Primeira Série, de Letras Financeiras da Segunda Série e de Letras Financeiras da Terceira Série será deduzida da quantidade total de Letras Financeiras, sendo que eventual saldo de Letras Financeiras que não forem colocadas no âmbito da Oferta será cancelado pelo Banco Volkswagen; **(g) Escrituração**: A escrituração das Letras Financeiras será executada pelo próprio Banco Volkswagen, que poderá: **(i)** a seu exclusivo critério, contratar prestador de serviços de escrituração, devidamente autorizado nos termos da Resolução CVM nº 33, de 19 de maio de 2021, conforme alterada ("Escriturador"); e **(ii)** ser obrigada a contratar o Escriturador, se assim for determinado por qualquer norma jurídica e/ou ordem de Entidades Governamentais Relevantes (conforme definido no Instrumento de Emissão), dentro do prazo a ele estipulado; **(h) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Letras Financeiras será de R$50.000,00 (cinquenta mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão; **(i) Forma, Espécie e Conversibilidade**: As Letras Financeiras serão emitidas exclusivamente sob a forma escritural em sistema de liquidação e registro autorizado pelo Banco Central do Brasil. As Letras Financeiras serão da espécie quirografária, sem cláusula de subordinação e não conversíveis em ações de emissão do Banco Volkswagen; **(j) Comprovação de Titularidade**: Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Letras Financeiras será comprovada por meio de extrato emitido pela B3 em nome dos titulares das Letras Financeiras. Para fins específicos, a titularidade das Letras Financeiras deverá ser evidenciada por certidão de inteiro teor, de acordo com os termos do artigo 38, parágrafo 1º, da Lei nº 12.249. Adicionalmente, a titularidade das Letras Financeiras será evidenciada por meio de extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Volkswagen, ou, se contratado, pelo Escriturador, com base nas informações geradas pela B3; **(k) Prazo e Data de Vencimento**: As Letras Financeiras da Primeira Série terão prazo de 24 (vinte e quatro) meses, as Letras Financeiras da Segunda Série terão prazo de 36 (trinta e seis) meses e as Letras Financeiras da Terceira Série terão prazo de 48 (quarenta e oito) meses, em todos os casos a contar da Data de Emissão; **(l) Amortização**: O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras será amortizado em parcela única, nas respectivas Datas de Vencimento; **(m) Colocação**: As Letras Financeiras serão objeto de oferta pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, com base nos termos da Resolução CVM 8, observados os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, de Letras Financeiras sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, da 13ª (Décima Terceira) Emissão para Distribuição Pública, Não Sujeita a Registro, do Banco Volkswagen S.A.", a ser celebrado entre o Banco Volkswagen e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas para a coordenação da Oferta ("Contrato de Distribuição" e "Coordenadores", respectivamente). As Letras Financeiras serão ofertadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"). A Oferta poderá ser concluída mediante colocação do Montante Mínimo, sendo dispensada a colocação do volume total das Letras Financeiras. As Letras Financeiras que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pelo Banco Volkswagen. Uma vez atingido o Montante Mínimo, o Banco Volkswagen, poderá decidir por encerrar a Oferta e cancelar as Letras Financeiras não subscritas pelos Investidores Profissionais; **(n) Depósito para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**: As Letras Financeiras serão registradas para distribuição no mercado primário e mercado secundário exclusivamente por meio do CETIP 21 – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Letras Financeiras custodiadas eletronicamente na B3; **(o) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Letras Financeiras serão integralizadas à vista, no ato de subscrição, em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, pelo Valor Nominal Unitário, observados os procedimentos definidos pela B3. Se ao final de até 05 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Emissão, as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas: **(a)** os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que, observado o Montante Mínimo: **(i)** o Banco Volkswagen deverá cancelar este saldo, não havendo reservas antecipadas; e **(ii)** o agente das Letras Financeiras e o Banco Volkswagen aditarão o Instrumento de Emissão para refletir a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas; ou **(b)** devido à questões operacionais (não atribuíveis ao Banco Volkswagen), ou por ausência de integralização por investidor que tenha submetido ordem de investimento, os Coordenadores não se responsabilizarão pelo saldo não integralizado, caso em que, observado o Montante Mínimo, o agente das Letras Financeiras e o Banco Volkswagen poderão realizar, se assim aprovado pelos Coordenadores, aditamento ao Instrumento de Emissão, independentemente de uma assembleia geral dos titulares de Letras Financeiras, para refletir a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma única data, com as mesmas características da Letra Financeira cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário; **(p) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente. **(q) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definido no Instrumento de Emissão), calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa de até 0,70% (setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Primeira Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"). Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida exponencialmente de sobretaxa de até 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Segunda Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Segunda Série"). Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da Terceira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI acrescida exponencialmente de sobretaxa de até 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Terceira Série" e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Terceira Série". A Remuneração da Primeira Série, a Remuneração da Segunda Série e a Remuneração da Terceira Série, quando referidas indistinta ou conjuntamente, "Remuneração"). A sobretaxa final de cada série será definida de acordo com o resultado obtido no Procedimento de Bookbuilding; **(r) Pagamento da Remuneração**: A Remuneração da respectiva série será paga integralmente em uma única data, exclusivamente nas respectivas Datas de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de, se assim permitido nos termos do Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no Instrumento de Emissão), vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras; **(s) Recompra Facultativa**: O Banco Volkswagen poderá, a qualquer tempo, recomprar Letras Financeiras no mercado secundário, desde que por meio de mercado de balcão organizado em que as Letras Financeiras forem admitidas a negociação, para manutenção em tesouraria, em montante de até 5% (cinco por cento) do valor contábil das letras financeiras emitidas pelo do Banco Volkswagen, nos termos do artigo 10 da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras emitidas pelo Banco Volkswagen e adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial do Banco Volkswagen, nos termos da Resolução CMN 4.950, de 30 de setembro de 2021, devem ser computadas na contagem dos limites previstos neste item, nos termos do artigo 10 da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras adquiridas pelo Banco Volkswagen permanecerão em tesouraria ou serão recolocadas no mercado. As Letras Financeiras, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às Letras Financeiras em Circulação (conforme definido no Instrumento de Emissão) da respectiva série; **(t) Repactuação Programada**: Não haverá repactuação programada das Letras Financeiras; **(u) Resgate Antecipado ou Amortização Antecipada**: As Letras Financeiras não poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente. Tal proibição não se aplicará caso o Banco Volkswagen resgate antecipadamente as Letras Financeiras, com a finalidade de troca imediata por outra letra financeira de sua emissão, observado o artigo 5º, §1º da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras não serão objeto de amortização antecipada; **(v) Garantias:** As Letras Financeiras não contarão qualquer garantia (real ou fidejussória); **(w) Eventos de Crédito e Vencimento Antecipado:** Após a verificação da Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado a ser prevista no Instrumento de Emissão, em caso de ocorrência de quaisquer dos eventos de crédito a serem descritos no Instrumento de Emissão, as obrigações vencidas, podendo os seus titulares exigir o pagamento, pelo Banco Volkswagen, dos valores devidos nos termos do Instrumento de Emissão, conforme procedimentos a serem previstos no Instrumento de Emissão; e **(x) Demais características da Emissão:** As demais características da Emissão e das Letras Financeiras serão aquelas especificadas no Instrumento de Emissão. **(ii)** Autorizar a Diretoria do Banco Volkswagen para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a: **(a)** discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão, da Oferta e/ou das Letras Financeiras (especialmente a qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (thresholds), especificações, ressalvas e/ou exceções referentes aos eventos de vencimento antecipado das Letras Financeiras), bem como à celebração do Instrumento de Emissão, do Contrato de Distribuição e seus respectivos eventuais aditamentos (em especial, o aditamento ao Instrumento de Emissão a ser celebrado para a ratificação do resultado do Procedimento de Bookbuilding), ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta; **(b)** contratar os Coordenadores para serem responsáveis pela estruturação e coordenação da Oferta, o agente das Letras Financeiras, os assessores legais e outros prestadores de serviço inerentes à realização da Emissão e da Oferta, conforme o caso; **(c)** contratar e manter contratado os sistemas de distribuição e negociação das Letras Financeiras, nos mercados primário e secundário; e **(d)** independentemente de nova deliberação pelos acionistas do Banco Volkswagen ou de qualquer reunião de Diretoria, em decorrência do resultado do Procedimento de Bookbuilding, fixar a quantidade de Letras Financeiras objeto da Emissão a ser alocada em cada série, o valor total da emissão, a Sobretaxa de cada série e cancelar eventual saldo de Letras Financeiras não distribuído no âmbito da Oferta; e **(iii)** Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria do Banco Volkswagen, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta, nos termos das deliberações aqui previstas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 17 de maio de 2024. Luis Fabiano Alves Penteado - **Presidente da Mesa** e Luciano Soldera **- Secretário da Mesa. ACIONISTA: VOLKSWAGEN PARTICIPAÇÕES LTDA.** p.p. Luis Fabiano Alves Penteado e Luciano Soldera. JUCESP nº 216.414/24-6 em 05.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

INÊS 249

Investimentos Taxa global de remuneração poderá ser mantida se o gestor informar acordos com distribuidores e administrador

CVM ajusta regra de fundos sobre transparência em custos

Adriana Cotias
De São Paulo

Num ofício divulgado na semana passada, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) trouxe, na prática, novas regras que tratam da transparência das taxas de remuneração dos prestadores de serviços dos fundos de investimentos. Esse era um dos temas que vinham travando a adaptação do setor à Resolução 175, que consolida diversas normas debaixo de um só arcabouço, mas que já sofreu alterações antes de entrar em vigor. A pedido da Anbima, que representa o mercado de capitais e de investimentos, o novo marco regulatório começará a valer em junho de 2025.

Em linhas gerais, o regulador determinou que os fundos poderão manter uma taxa global de remuneração no regulamento, desde que as gestoras de recursos disponibilizem no seu site uma tabela que dê transparência aos investidores de todos os acordos comerciais estabelecidos com os distribuidores e o administrador. Na 175, a previsão era que a abertura das taxas da cadeia — gestão, administração e distribuição — seria segregada na documentação oficial dos portfólios.

O ofício passou a prever ainda o pagamento de rebate — a comissão paga pela gestão que remunera a distribuição — sobre a taxa de performance para os fundos de varejo, algo que a 175 tinha proibido. Pelo comunicado da CVM, o incentivo será liberado desde que haja uma ferramenta que permita aos potenciais investidores fazerem simulações para diferentes cenários de rentabilidade.

A CVM acabou atendendo demandas que vieram dos fóruns de discussão da Anbima, que poderiam impactar tanto o lado operacional quanto as relações comerciais das gestoras com as plataformas de distribuição de investimentos, com impactos econômicos para os negócios.

À medida que a regulação proibia que a distribuição recebesse percentual da taxa de performance, isso começou a trazer efeitos, com as plataformas pedindo aumento da comissão pela distribuição para "morder" um percentual maior, diz Pedro Rudge, diretor da Anbima. "O impacto potencial é que os gestores pareciam menos propensos a criar fundos para o varejo", afirma. "Se preciso abrir mão da minha taxa de administração, uma receita recorrente, por que a taxa de performance não posso dividir com o distribuidor? É um risco, que não sabe se vai cobrar ou não, poderia levar aos gestores a ter incentivo para só lançar fundo para qualificado, em que poderia dividir performance."

LEO PINHEIRO/VALOR

Rudge: gestores pareciam menos propensos a criar fundos para o varejo

O ponto da transparência e da segregação das taxas, de alguma maneira, estava diminuindo a velocidade de migração dos fundos existentes para o arcabouço da 175, continua Rudge. Se o gestor não sabe como vai ficar a relação comercial, a tendência é postergar a tomada de decisão, segundo ele.

Os esclarecimentos da CVM vão no sentido de "oferecer a mesma transparência que o cliente iria ter, ou até maior e com simplificação, numa tabela, sumário ou planilha, em que, eu, gestor, elenco quanto o fiduciário recebe, quanto eu recebo e quanto cada distribuidor recebe", diz Rudge. "Passa a ser uma transparência informacional em vez de operacional."

Segundo o representante da entidade e sócio da Leblon Equities, a indústria vinha quebrando a cabeça para se adaptar para manter os contratos comerciais que tem hoje. A conclusão a que se chegou foi que se um fundo tem mais de um distribuidor, XP, BTG Pactual e Itaú, por exemplo, e paga diferentes percentuais para cada um deles pelo serviço de distribuição, a gestora não poderia ter os três veículos numa mesma subclasse — a estrutura que a 175 passou a prever.

"Se tenho uma única cota divulgada hoje, ela se multiplicaria por 20 ou 30", cita Rudge. "E essas cotas precisam ser calculadas e divulgadas, tem todo um operacional envolvido. Talvez a administração fiduciária chegasse à conclusão que teria mais trabalho do que tem hoje, os custos poderiam ser aumentados."

Segundo Rudge, as inúmeras subclasses de uma mesma estratégia também dificultariam a portabilidade de fundos de um distribuidor para outro, um ponto sensível para o investidor. Só que, com a multiplicação de fundos espelho nos anos mais frutíferos para o setor, a transferência de uma carteira de uma instituição para outra não era exatamente sem fricção.

Rudge diz que a CVM deixou claro que a existência de portfólios que replicam um fundo só para ter um CNPJ proprietário, barrando a mobilidade do investidor, só será admitida por razões muito específicas. Pela 175, os espelhos se transformariam em subclasses. O diretor da Anbima estima que, em um ano, essas estruturas minguem pela complexidade do gerenciamento.

Até aqui, a regulação exigia a divulgação de uma taxa máxima de administração e ela comportava os custos de administração e de distribuição, sem distinção. Se uma gestora decidisse estimular a venda de um fundo em uma determinada plataforma, o custo saía da sua fatia de remuneração, diz Guilherme Cooke, sócio do Lobo de Rizzo Advogados.

"As taxas dos prestadores de serviços essenciais (administrador e gestor) e do distribuidor eram deduzidas de uma taxa de administração 'global' descrita no regulamento do fundo, os usuais 2%", diz Cooke. Na instrução 555, arcabouço que a 175 vai substituir, a CVM usava o termo taxa de administração para incluir diversos serviços, inclusive os do gestor. "A taxa global não dava transparência ao rateio da remuneração entre administrador, gestor e distribuidores, e as negociações entre eles estavam sempre limitadas à taxa global."

Assim, se um gestor negociasse rebates diferentes com duas plataformas, pagando mais para uma do que para outra, "a diferença de remuneração saía do rateio do gestor, e o custo do cotista seria sempre o mesmo", prossegue Cooke.

O texto original da 175 passou a exigir que os fundos segregassem as taxas de cada prestador de serviço, sem comunicação entre elas, abandonando a lógica e a limitação da taxa global, explica Cooke.

Naquela lógica, além da transparência, outra mudança significativa seria que as três taxas seriam pagas separadamente pelo fundo, sem comunicação ou dedução entre si, fazendo com que as negociações de rebates com os distribuidores passassem a impactar no custo total dos cotistas, e não na remuneração do gestor.

Em um fundo que cobrasse 0,10% de taxa de administração e 1% de gestão, o custo total do cotista que investisse por meio de uma plataforma que cobrasse 0,70% seria menor do que o daquele que investisse em outra que cobrasse 1,50%, pagando um total de 1,80% no primeiro caso e 2,60% no segundo. Mas o ofício da CVM volta atrás e permite que os fundos continuem a usar a taxa global, "com comunicação entre as taxas", diz o especialista. "Adota uma linha de segregação de taxas apenas para efeito de transparência no site, não no regulamento, mas volta a permitir que as negociações entre gestores e distribuidores impactem apenas a remuneração deles próprios, sem impactar no custo final do cotista — para o bem ou para o mal."

> "Ofício adota linha de segregação de taxas apenas para efeito de transparência no site, não no regulamento"
> *Guilherme Cooke*

FiServ, parceria da Caixa em adquirência, prevê dobrar receita em 3 anos

Álvaro Campos
De São Paulo

Apesar de ser pouco conhecida do grande público no Brasil, a FiServ é uma gigante americana com receita trimestral de quase US$ 5 bilhões. A empresa de tecnologia de pagamentos atua fora dos holofotes, fornecendo infraestrutura para transações com cartão, e também como adquirente. O CEO para Brasil, Jorge Valdivia, diz que tem planos de dobrar a receita no país em três anos, com interesse em novas aquisições, após ter feito duas compras recentemente.

A companhia tem diversas frentes de atuação, mas uma das principais apostas no mercado brasileiro é a operação de adquirência no balcão da Caixa.

A FiServ tem basicamente duas verticais de negócio, a linha em que presta serviços para instituições financeiras e a adquirência. Globalmente, a primeira vertical responde por cerca de 40% da receita, enquanto a adquirência fica com os outros 60%. No Brasil, até mesmo por causa acordo com a Caixa, anunciado em 2021, o credenciamento tem uma fatia maior, em torno de 90%.

O balcão do banco estatal representa quase 20% da receita da FiServ no Brasil, e a Caixa sinalizou recentemente que tem metas ambiciosas, de chegar a uma fatia de 10% no mercado de adquirência em cinco anos. A América Latina contribui com 6% do faturamento global do grupo.

"A Caixa é uma oportunidade fantástica. Ela viu na FiServ flexibilidade e 'time to market' [agilidade em lançar o produto]. Colocamos a operação no ar em todo o país em 90 dias e continuamos inovando com eles desde então. Os volumes estão crescendo e temos certeza que os investimentos vão dar frutos", diz Valdivia.

Além de dar treinamento para os gerentes da Caixa, a FiServ tem um time de executivos espalhados no Brasil para ajudar nas vendas. "Foi uma grata surpresa trabalhar com a Caixa, eles têm uma equipe fantástica, uma cultura de execução", acrescenta.

O CEO diz que no ano passado a companhia investiu US$ 70 milhões em tecnologia no Brasil e neste ano pretende investir 15% a mais. Isso inclui aportes em sistemas proprietários e possíveis aquisições. Em outubro, comprou a startup brasileira Skytef, que distribui softwares de transferência eletrônicas de fundos. Depois disso, adquiriu a fintech curitibana Sled, que oferece serviços de troco digital e deve ser incluída na plataforma de Pix do grupo. "Sem dúvidas teremos mais aquisições, temos um apetite importante e temos conversas ativas em diferentes segmentos. Estamos sempre buscando oportunidades no mercado, que nos tragam sinergia, integração de plataformas e agreguem valor aos nossos clientes", diz.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Volumes com Caixa estão crescendo e temos certeza que vão dar frutos"
> *Jorge Valdivia*

A FiServ deve lançar em breve no Brasil o Clover, terminal de pagamentos (POS) com plataforma de gerenciamento de negócios e ponto de venda. Os dispositivos, muito populares nos Estados Unidos, vêm com uma série de ferramentas de gestão. "A adquirência hoje é uma commodity, o que acaba gerando uma guerra de preços. O nome do jogo é diferenciação, e o Clover tem um papel importante nisso. Ele não é só um dispositivo, é um ecossistema que permite gerenciar as contas". Também lançou recentemente a nova versão do seu First Vision, voltado a qualquer instituição de pagamento que tenha interesse em fazer emissão de cartão. Segundo a empresa, é o primeiro processamento de cartões na nuvem.

A FiServ também tem no Brasil uma licença de sociedade de crédito direto (SCD), por meio da qual faz as operações de antecipação de recebíveis da sua adquirente. Entretanto, Valdivia diz que não há intenção de virar banco, mesmo em meio às integrações que têm sido vistas no mercado, com Bradesco e Banco do Brasil fechando o capital da Cielo, assim como Santander já tinha feito com Getnet e Itaú com Rede, sem falar na PagSeguro, que nasceu como adquirente e depois criou um banco digital. "Não temos planos de virar um banco e competir com nossos clientes. Somos provedores de serviços tecnológicos para instituições financeiras. Nosso objetivo é sempre aceitar o maior número possível de meios de pagamento existentes no mercado", afirma.

Interoperabilidade: quebrar monopólios ou manter status quo?

Palavra do gestor

Edivar Queiroz

O Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou o Brasil no posto de 9º maior economia do mundo, podendo chegar ao 8º lugar em pouco tempo. Isso mostra um crescimento importante da economia brasileira trazendo novas oportunidades. Mas se quisermos ampliar ainda mais as possibilidades de crescimento do país, temos que olhar com seriedade para o mercado financeiro nacional.

As cinco maiores bolsas de valores do mundo concentram 60% do mercado global, o que torna o Brasil ainda menor em comparação com o restante do mundo. Mas por que um mercado tão atrativo, promissor e seguro ainda é tão pequeno? Acredite, ele já foi bem menor. E, apesar de ter crescido nos últimos anos, tem potencial de crescer ainda mais.

O número de investidores está aumentando, mas o brasileiro ainda investe pouco. Em 2022, segundo dados da Anbima, 4% da população possuía algum fundo de investimento, outros 4% apostavam nos títulos privados, 3% em moedas digitais, 2% na bolsa de valores e outros 2% em previdência privada; assim, 16% da população possuía algum produto bancário ou financeiro. E o percentual de brasileiros que não investem de nenhuma forma era de 64%. Para se ter uma ideia, segundo a empresa de pesquisa Gallup, 58% da população americana é investidora.

Esse dado nos mostra que quanto mais investidores, maior a força do mercado financeiro. Mas, para se ter mais investidores, temos que ter um mercado mais democrático.

Por aqui, quem investe o faz pelo celular e pelo computador, e isso só é possível graças a acordos de interoperabilidade entre sistemas de estrutura financeira e bancários, que ainda precisam ser ampliados para o mercado de ações.

Você provavelmente utilizou algum arranjo de interoperabilidade nos últimos 30 minutos e nem se deu conta. Se fez uma ligação usando um telefone fixo ou um celular para uma operadora diferente da sua, você compartilhou um serviço, ou seja, a rede da outra operadora. Imagine como seria se os telefones se interligassem apenas dentro da própria rede?

Neste momento, no segmento financeiro estão sendo discutidos vários arranjos de interoperabilidade importantes. Alguns não funcionaram muito bem, como arranjo de pagamentos (cartões) e estão sendo ajustados; outros estão atrasados, como a duplicata escritural; alguns usavam uma tecnologia muito cara e desnecessária, e agora estão sendo revisitados, como é o caso da duplicata mercantil; ações e outros valores mobiliários estão em discussão.

A interoperabilidade, então, pressupõe que mais de um player faça parte desse jogo. Mas, enquanto tivermos as informações centralizadas em uma única infraestrutura, todo o mercado perde. O que melhora a qualidade ou preço de um produto, além do comprometimento das empresas, é o fato de ter um concorrente que mostre ser possível oferecer um serviço melhor por um valor mais justo.

Quando falamos nesse monopólio nos referimos a uma reserva de mercado e uma barreira para a entrada de novos concorrentes, que impede que transações de compra e venda de ações, que exigem segurança e interoperabilidade, sejam concretizadas. O crescimento do mercado financeiro nacional, que seria a grande consequência dessa abertura, é o bem maior para o qual se deve trabalhar. A concorrência sempre tornará a dinâmica mais interessante para o investidor.

Com a diversificação dos players e a interoperabilidade, também evitamos correr os riscos descritos no relatório da Financial Stability Board (FSB), de abril de 2017, que indicou a possibilidade de um grave problema sistêmico ao manter todas as operações de compra e venda em apenas uma única infraestrutura de mercado. Se aquela empresa falha ou paralisa, ainda que por pouco tempo, pode gerar um estresse sistêmico no mercado global.

O que todos os debates de interoperabilidade têm em comum? Assim como no caso da telefonia, o interesse econômico liderou a discussão em detrimento da infraestrutura. Para evitar que essa situação se repita, a sociedade deve participar ativamente das discussões para fazer prevalecer o caráter de bem público da interoperabilidade e da descentralização do mercado. De outro modo, serão os entes reguladores, bem como seus representantes, que definirão os modelos.

Agora o Brasil tem dois caminhos: quebrar o monopólio e permitir a livre concorrência, melhorando e ampliando o mercado, ou manter o status quo correndo riscos e tornando os investimentos no exterior ainda mais atrativos. Eu recomendo quebrar o monopólio.

Edivar Queiroz é CEO da CSD BR, empresa de infraestrutura de mercado financeiro
E-mail contato@csdbr.com

TJSP
Vítima de invasão hacker será indenizada por Facebook
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O que artistas nos ensinam sobre Direito Antitruste
E2

TJPB
Justiça decide manter festas juninas
valor.globo.com/legislacao

Tributário 1ª Turma impede devolução de PIS/Cofins-Importação em operação por conta e ordem

STJ nega possibilidade de importador pedir ao Fisco devolução de valores pagos a maior

Beatriz Olivon
De Brasília

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) impediu que o pedido de devolução de valores pagos a maior de PIS/Cofins-Importação seja feito pelo importador por conta e ordem de terceiro. Nessa modalidade, muito comum no comércio exterior, a empresa é contratada para importar mercadoria adquirida no exterior como mandatário. A decisão foi unânime.

O entendimento é importante porque essa foi a primeira vez que a 1ª Turma do STJ julgou o assunto. Como a 2ª Turma já havia negado um outro pedido similar, na prática, a questão pode ser considerada pacificada na Corte.

Na importação direta, o importador assume total responsabilidade pela operação. Já na indireta, há participação de intermediário e ela pode ser feita em duas modalidades: por encomenda ou por conta e ordem de terceiro, como no caso concreto.

A Receita Federal considera que na modalidade de importação por conta e ordem, embora a atuação da empresa importadora possa abranger desde a execução do despacho de importação até a intermediação da negociação no exterior, o importador de fato é a adquirente, mandante da importação. A importadora por conta e ordem é considerada uma mandatária da adquirente.

Para o Fisco, mesmo que a importadora por conta e ordem efetue os pagamentos ao fornecedor estrangeiro, não se caracteriza uma operação por sua conta própria, mas, sim, entre o exportador estrangeiro e a adquirente, pois é dela que se originam os recursos financeiros.

"A legislação esclarece que é o adquirente quem tem direito ao crédito de PIS-Importação e Cofins-Importação nesses casos", afirmou o relator no STJ, ministro Paulo Sérgio Domingues.

DIVULGAÇÃO

Ministro Paulo Sérgio Domingues: legislação esclarece que é o adquirente quem tem direito ao crédito de PIS-Importação e Cofins-Importação nesses casos

Os valores pleiteados na ação eram relativos à inclusão de ICMS e das próprias contribuições na base de cálculo do PIS/Cofins-Importação, nas operações em que atuou como importadora por ordem de terceiros. A Brasil Mundi Importação e Exportação tentava reaver valores que ampliaram a base de cálculo dos tributos.

Para o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o direito à restituição (repetição de indébito) estaria restrito às operações de importação por conta própria. Isso porque, nas operações por conta e ordem de terceiros, a empresa não teria legitimidade para pedir a devolução.

Inconformada, a empresa recorreu ao STJ. Alegou que a existência de solidariedade entre importador e adquirente não impede a restituição pelo importador do PIS/Cofins-Importação pagos indevidamente (REsp 1552605). O advogado da companhia, José Antônio Valduga, afirmou na sustentação oral que se o importador não puder pedir a repetição de indébito, não haverá nenhum legitimado a fazer esse pedido, o que resultaria em enriquecimento ilícito da União.

O relator, ministro Paulo Domingues, destacou que não há legitimidade para o importador por conta e ordem de terceiros usar créditos de PIS/Cofins-Importação porque não é ele quem arca com o custo financeiro da importação. O ministro considerou também que a 2ª Turma tem precedente no mesmo sentido (Resp 1573681).

Ainda segundo Domingues, nesse modelo de importação, há uma espécie de mandato que acaba se extinguindo com a realização da operação. "Precisaria de outro [mandato] para fazer algum tipo de restituição ou algo que o valha na importação por conta e ordem de terceiros."

A ministra Regina Helena Costa destacou que essa é a primeira decisão da 1ª Turma sobre o assunto e também acompanhou o relator, como os demais integrantes do colegiado.

Em decisão unânime, em 2016, a 2ª Turma do STJ havia definido que o artigo 18 da Lei nº 10.865/04 estabelece que os créditos de PIS/Cofins-Importação serão aproveitados pelo encomendante. Para a turma, não seria possível ao importador por conta e ordem de terceiro repetir o indébito do tributo pago a maior, até porque os créditos já podem ter sido usados pelo encomendante. Assim, os valores pagos não poderiam ser restituídos ao importador sob pena de dupla repetição.

Após recurso, o precedente da 2ª Turma chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes destacou que o caso trazia apenas argumentos infraconstitucionais e que eventual julgamento exigiria análise de fatos e provas, o que não é feito no Supremo. Assim, na prática, o pedido foi negado.

Segundo Maria Andréia dos Santos, sócia do Machado Associados, o tema é relevante para muitos agentes econômicos porque essas operações são extremamente comuns nas operações de comércio exterior. A advogada destaca que a importadora é considerada contribuinte para todos os fins de direito, e, inclusive, nas autuações ligadas à operação é a importadora que será autuada. Porém, quando se trata da repetição de indébito, diz ela, esse direito não lhe é assegurado por se entender que há uma ilegitimidade de parte.

"Para se evitar realmente o enriquecimento ilícito por parte do Estado, este direito deve ser assegurado às importadoras no caso das empresas adquirentes sujeitas ao lucro presumido", afirmou. A advogada reforça que, como há precedentes das duas turmas, fica mais difícil haver uma análise do tema pela Seção, que poderia consolidar definitivamente o entendimento sobre o assunto em recurso repetitivo — que seria seguido pelas instâncias inferiores do Poder Judiciário.

Quanto à possibilidade de exame da questão pelo STF, a advogada considera as chances remotas por se tratar de matéria infraconstitucional.

> "Essas operações são extremamente comuns no comércio exterior"
> *Maria A. dos Santos*

Destaques

Ócio forçado
Um montador de produção de automóveis da Volkswagen do Brasil, de São Bernardo do Campo (SP), deverá receber indenização de R$ 15 mil por ter sido mantido em ociosidade forçada durante cinco meses. A decisão unânime é da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O montador disse na ação que havia sido colocado, com outros colegas, em uma sala confinada, com a porta fechada e ventilação precária, e que passava o dia "olhando para as paredes" ou assistindo a filmes sobre processo produtivo. Na saída, eles eram chamados de "volume morto" e "pé de frango", que significa "que ninguém quer". Segundo o empregado, no período, a empresa não tomou nenhuma providência para a sua realocação. Já a empresa disse que o empregado estava inserido num programa de qualificação profissional. Na segunda instância, negaram o pedido de indenização. No TST, para o ministro Mauricio Godinho Delgado, relator, a situação atentou contra a dignidade, integridade psíquica e bem-estar individual do empregado (processo nº 1001657-79.2016.5.02.0466).

Pensão alimentícia
A ex-esposa de um falecido segurado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebia pensão de alimentos sobre os proventos de aposentadoria por invalidez ajuizou ação contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e contra a atual companheira objetivando a inclusão da autora como dependente da pensão por morte, na condição de ex-esposa com percepção de alimentos. O pedido dela foi julgado procedente, e a atual pensionista (na condição de companheira) apelou alegando ser indevida o reconhecimento da autora como dependente, em face da sua capacidade laboral devidamente comprovada e ausência de dependência financeira com o instituidor da pensão. Ao analisar a questão, o relator, desembargador federal Morais da Rocha, sustentou que, "a despeito das considerações da companheira acerca de dependência econômica da ex-esposa em relação ao instituidor da pensão, o fato é que, tratando-se de ex-esposa com direitos à pensão alimentícia, é devida a pensão por morte, posto que comprovada a condição de dependente" (processo nº 1000176-14.2021.4.01.3313).

STF retoma julgamento sobre FGTS

Flávia Maia
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o julgamento que discute a taxa a ser aplicada para a correção monetária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Uma definição sobre o tema é aguardada por trabalhadores, governo federal, bancos e empresas da construção civil. Nos bastidores do STF, o cenário desenhado é de um colegiado dividido sobre qual forma de remuneração do fundo será aplicada pelos ministros. O único consenso é o de que os efeitos da decisão não serão retroativos e devem começar a valer a partir do fim do julgamento ou do ano de 2025 — o que representa uma vitória para o governo, pelo menos em parte.

Entre as propostas que estão na mesa está a do relator, ministro Luís Roberto Barroso, de que o FGTS deve ter rendimentos similares aos da caderneta de poupança e não apenas a Taxa Referencial (TR) + 3%, conforme a legislação atual. Por essa proposta, a nova remuneração do fundo deve ocorrer a partir de 2025. O ministro tem afirmado a interlocutores que não fará alterações no voto e manterá sua posição. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques já acompanharam o relator.

O governo tem feito grande esforço para minimizar o impacto da decisão do Supremo sobre o FGTS, principalmente com argumentos mais "consequencialistas". Em último memorial enviado aos gabinetes dos ministros, a Advocacia-Geral da União (AGU) estima impacto de R$ 19,9 bilhões em seis anos, se a remuneração do FGTS passar a ser pela poupança.

Por isso, o próprio governo fez a sua proposta em coordenação com algumas centrais sindicais. A ideia é manter a correção das contas do FGTS como está, mas incluindo a observação que a correção será em valor que garanta, no mínimo, a reposição da inflação medida pelo IPCA. Nos anos em que a remuneração não alcançar o IPCA, caberá ao Conselho Curador do Fundo determinar a forma de compensação.

Nem mesmo o governo está confiante se a proposta apresentada em conjunto com as centrais sindicais terá a adesão da maioria dos ministros e conta com um placar apertado em caso de vitória. Nas mãos, o governo tem apenas a modulação dos efeitos, ou seja, que a nova forma de correção ocorrerá a partir do julgamento e não será retroativa. O governo está contando com o voto de cinco a seis ministros pela proposta de uma correção vinculada à inflação. A ala seria formada por ministros mais ligados ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao PT e à pauta da governabilidade.

A última interrupção do julgamento — já foram duas desde o início, em abril de 2023 — foi feita por Cristiano Zanin e até então o placar estava 3 a 0 pela tese do relator. Pela proposta de Barroso, o FGTS deve ter rendimentos similares aos da caderneta de poupança e não apenas a TR + 3%, conforme a legislação atual. Além disso, os efeitos da decisão não seriam retroativos e valerão a partir da publicação da ata de julgamento.

O voto de Zanin pode ser um elemento a mais a favor do governo, assim como ocorreu na Revisão da Vida Toda, e pode nortear os votos dos outros ministros. Zanin tem se mostrado preocupado com as consequências práticas do julgamento do FGTS e deve expor essa preocupação. Inclusive, pediu novas contas ao governo.

O julgamento sobre a remuneração do FGTS começou em abril de 2023 e a última paralisação foi feita por um pedido de vista de Zanin. A ação foi proposta pelo Solidariedade, que defende que a forma de cálculo atual traz prejuízos aos trabalhadores.

Os cálculos trazidos nos autos pelo partido indicam que as perdas seriam de cerca de R$ 27 bilhões apenas em 2013 e de R$ 6,8 bilhões só nos dois primeiros meses de 2014. Além disso, o Solidariedade argumenta que a Corte adotou em outros casos o entendimento de que a TR não reflete o processo inflacionário brasileiro, principalmente em temas relacionados a débitos trabalhistas.

Já a AGU chegou a indicar que a União poderia ter que aportar R$ 543 bilhões no FGTS se o STF mudasse o índice de correção sem nenhum tipo de modulação, porém, depois do voto do Barroso e do caminho pela modulação, esses cálculos foram escanteados.

Artistas e o Direito Antitruste

Opinião Jurídica

Juliana Oliveira Domingues

Recentemente, a mídia americana deu destaque à Taylor Swift por um motivo pouco usual: a cantora motivou o Departamento de Justiça dos EUA - DOJ (e trinta procuradores-gerais estaduais e distritais) a iniciar uma investigação antitruste. Em resumo, a cantora se incomodou com as críticas relacionadas aos elevados preços e com as poucas alternativas dadas aos consumidores nas vendas de ingressos para a sua turnê.

A acusação tem no polo passivo um grupo do qual faz parte a empresa responsável por criação, distribuição e vendas de ingressos para espetáculos musicais, teatrais e desportivos. O tema da investigação gira em torno da concorrência (ou, no caso, dos efeitos decorrentes da ausência dela), uma vez que a empresa tem acordos de exclusividade com grandes arenas que representam, aproximadamente, 70% do mercado norte-americano.

A atenção em torno do caso de Swift decorre de novos posicionamentos da autoridade antitruste americana, acendendo um sinal amarelo às empresas que detêm posição dominante no mercado.

Contudo, nos EUA, não é a primeira vez que um(a) grande artista provoca uma investigação antitruste. No auge do movimento grunge, em 1994, a banda Pearl Jam apresentou uma denúncia ao DOJ alegando que, diante do monopólio na distribuição de ingressos, uma empresa abusava da sua posição dominante no mercado. Quem conhece Direito Antitruste sabe que não há ilícito per se em deter qualquer tipo de monopólio ou posição dominante. O direito concorrencial combate o abuso de posição dominante no mercado, não a sua existência que pode ter sido conquistada legitimamente.

Na ocasião, a banda não conseguiu realizar uma turnê com preços que considerava "adequados" aos consumidores. Assim, o Pearl Jam realizou uma espécie de boicote, recusando-se a tocar nos locais onde a empresa de vendas tinha contratos, ou passou a usar a estratégia de organizar eventos de caridade: em tais circunstâncias, os contratos tinham uma cláusula que permitia às bandas a venda de seus próprios ingressos. Apesar de motivar uma investigação sobre possíveis práticas anticompetitivas, a banda não obteve os resultados que esperava.

Em 2018, em outro caso, Ozzy Osbourne provocou a autoridade antitruste americana diante de uma cláusula contratual que reputava anticoncorrencial. A cláusula obrigava os artistas a performar em arenas de cidades diferentes, ainda que estes desejassem apenas uma delas (uma prática conhecida como bundling).

Em nosso país, temas semelhantes atraem o olhar dos "potenciais" lesados para os órgãos de proteção e defesa do consumidor, ainda que as empresas tenham posição dominante no mercado. Poucos se socorrem do direito antitruste, em grande parte, porque simplesmente não conhecem a Lei 12.529/2011 ou as competências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autoridade nacional de defesa da concorrência.

Como tornar o Direito Antitruste (também chamado de direito concorrencial, mas não se confundindo com a concorrência desleal da Lei de Propriedade Industrial) popular e conhecido, no Brasil, tal como é o direito do consumidor?

O ensino jurídico, em nosso país, é marcado pelo distanciamento dos temas que unem direito e economia. Meus alunos correspondem a uma "ilha", dentro de um grande arquipélago formado por aproximadamente 1500 faculdades de direito no Brasil, uma vez que representam menos de 5% dos acadêmicos que "de alguma forma" são apresentados ao direito antitruste na graduação.

Diferentemente dos EUA, onde o Direito Antitruste é conhecido — e onde não há um CDC —, no Brasil, até o poder judiciário tem pouca afinidade com o tema. Foi revelador chefiar a procuradoria do CADE e conhecer a realidade dos cerca de 500 processos administrativos judicializados (e milhares de ações, espalhadas em diferentes instâncias e tribunais). Apesar de seus anos de existência e dos esforços do CADE para disseminar a cultura concorrencial, os fundamentos do Direito Antitruste permanecem, em grande parte, incompreendidos pelo nosso sistema de justiça.

O sinal de alerta motivou uma agenda de aproximação com as escolas da magistratura e com o CNJ (preocupado com a judicialização, uma celeuma brasileira), onde conseguimos a inédita Recomendação nº 135/2022. Neste documento, o CNJ recomenda aos magistrados a oitiva do órgão de defesa da concorrência, em especial a sua Procuradoria Federal Especializada, diante de tutelas de urgência relacionadas a processos administrativos em tramitação no Cade, minimizando danos decorrentes de eventual abuso do direito de demanda. O mérito imediato da Recomendação foi relembrar a existência do Cade para a magistratura.

Em adição, esforços foram empreendidos com a Advocacia Geral da União. O último produto, um importante curso de capacitação em parceria com a Diretoria da Escola da AGU, lançado em abril, volta-se à capacitação dos profissionais para a identificação e o combate aos cartéis em licitação. São sementes plantadas que fomentam outras iniciativas conectadas às atividades da autoridade antitruste.

Enquanto o aculturamento concorrencial não acontece da forma desejável, no Brasil, as ações de Taylor Swift, Pearl Jam e Ozzy Osborne ensinam que o direito antitruste deve ser lembrado como um importante instrumento para a defesa da coletividade e da concorrência.

Juliana Oliveira Domingues é professora de Direito da USP e foi Procuradora-Chefe do Cade até abril deste ano.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.419.923/0001-88 - NIRE 35.300.483.103

Assembleia Geral Ordinária de 20 de Junho de 2024 - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da Companhia para Assembleia Geral Ordinária, que seria realizada inicialmente no dia 29/05/2024, e posteriormente no dia 11/06/2024, e por razões de ordem organizacionais, fica adiada, sendo reconvocada para o dia 20/06/2024, às 10:00 horas, via videoconferência, na forma dos artigos 121, parágrafo único e 124 caput e § 2º-A da Lei nº 6.404/76, através do link: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19:meeting_YjUxNjRhMGUtMzg4ZC00YzZkLTgwNzctMGYwNzNjN2E0ZGUy@thread.v2/0?context=%7B%22Tid%22:%22b451a433-348f-4e40-9168-a595d002317a%22,%22Oid%22:%22b05440a1-d98b-4afc-98ee-0293c22e1913%22%7D A referida Assembleia Geral Ordinária será realizada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia relativo ao exercício social da Companhia findo em 31/12/2022; (ii) apreciação da proposta de destinação do lucro líquido do exercício social e distribuição de dividendos; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes para o exercício 2024/2025; (iv) a aprovação da remuneração mensal dos membros do Conselho Fiscal; (v) deliberar sobre a proposta da diretoria quanto a remuneração anual global dos administradores da Companhia e (vi) a publicação da AGO sob a forma de sumário. **Informações Gerais**: (i) Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("LSA"), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no dia 28 de maio de 2024 no Jornal "O Valor Econômico", e encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico juridico@circuitosp.com.br.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

Circuito de compras - Diretor Presidente

ESTADO DE MATO GROSSO

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE INCLUSÃO DE 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024/SEPLAG
PROCESSO Nº 07568/2023 (SEPLAG-PRO-2023/07568)

A Superintendência de Licitações e Registro de Preços/SEPLAG vem a público informar que foi feita a INCLUSÃO do 1º Termo de Retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 010/2024/SEPLAG, marcado para ser realizado no dia 20/06/2024 às 09h00m (Horário de Cuiabá – MT), cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de suprimentos de informática para atender as demandas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso.**

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. (65) 99214-5804 ou 99281-4313.

Cuiabá-MT, 11 de junho de 2024.
PAULO ROBERTO TAVARES DE MENEZES
Secretário Adjunto de Aquisições Governamentais em substituição
SAAG/SEPLAG
(Original assinado nos autos)

Solví Essencis Ambiental S.A. - CNPJ/MF 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 24 de Maio de 2024

Data, Hora, Local. 24.05.2024, às 10h, na sede social, na Avenida Gonçalo Madeira 400, galpão fundos, São Paulo/SP. **Presença.** Totalidade dos membros do Conselho. Participaram ainda como convidados o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Frederico Guimarães e a Milena Melissa Gomes Saraiva como Secretária. **Mesa.** Carlos Leal Villa: Presidente; Milena Melissa Gomes Saraiva: Secretária. **Deliberações Aprovadas.** a COMPRA do imóvel descrito na CRI nº 33.711, do 16º Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo de propriedade da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA, com sede em São Paulo- SP à Avenida Marechal Mário Guedes, 221, Jaguaré, São Paulo/SP, CNPJ 07.032.886/0001-02, pelo valor de R$ 28.205.702,90, a ser pago em até 30 dias a contar da formalização da respectiva Escritura de Compra e Venda, com garantia suportada por Nota Promissória a título *pro soluto*. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 24.04.2024. JUCESP nº 212.746/24-8 em 29.05.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 267ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 267ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 10:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 10:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

---

ESTADO DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO - INTERMAT

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2024/INTERMAT
PROCESSO Nº INTERMAT-PRO-2023/013177

Considerando publicação no diário oficial do estado de Mato Grosso do dia 07 de junho de 2024, Nº28.758 - Pág. 73, o presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso RESOLVE retificar o que segue:

Onde se lê: LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias 07/06/2024 a 20/06/2024, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia 20/06/2024 às 09h15min - Horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

Leia se: LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: entre os dias 12/06/2024 a 25/06/2024, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão, quando o horário máximo de aceitação será até às 09h00min - Horário local (Cuiabá/MT).
ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO: no dia 25/06/2024 às 09h15min - Horário local (Cuiabá/MT), através do endereço: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br**.

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.seplag.mt.gov.br** - dúvidas pelo sistema SIAG – tel. 0XX-65-99214.5804 ou 99281-4313.

Cuiabá – MT, 11 de junho de 2024.
FRANCISCO SERAFIM DE BARROS
Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT
(assinado eletronicamente)

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE - COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES FIDUCIANTES E CONTRATANTE MUTUÁRIA DAS DATAS DOS LEILÕES ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 24/JUNHO/2024, ÀS 11:00h | 2º PÚBLICO LEILÃO: 25/JUNHO/2024 ÀS 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBON SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP n.º 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **VELOCE CRED - EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO - EIRELI, inscrita no CNPJ/RFB sob nº 34.353.008/0001-53**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Contrato de Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária em Garantia, datado de 19 de novembro de 2019, na cidade de Campinas/SP o **IMÓVEL**: Prédio comercial com área construída de 252,92m2 (pavimento térreo com 130,97m2 e pavimento inferior com 121,95m2) e área de terreno de 253.00m2, situado na Rua dos Contabilistas, nº 321, Jardim Nova Cambuí, Campinas/SP, CEP: 13076-430. Matrícula Imobiliária nº 43.053 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. CCM: 3421.24.74.0042.01001. Consolidação da propriedade em 05/06/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 1.526.500,00. 2º LEILÃO: R$ 1.504.727,96.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está ocupado, ficando a desocupação a cargo do arrematante. A venda será feita em caráter a*d corpus*, imóvel entregue no estado em que se encontra. **Ficam os Fiduciantes, José Grossi Filho, CPF: 073.284.788-53 e Leda Maria Ricci Grossi, CPF: 150.364.408-11, a Contratante Mutuária, Rile Construções Elétricas Eireli, CNPJ: 53.736.971/0001-60 e o Representante da Contratante Mutuária, Ricardo José Ricci Grossi, CPF: 178.916.688-84,** comunicados expressamente das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. A Credora Fiduciária e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

---

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

RERRATIFICAÇÃO AO EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 10ª EMISSÃO (IF CRA0190081C) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

A **Opea Securitizadora S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Emissora"), vem, por meio do presente, **rerratificar** o Edital de Convocação da Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão (IF CRA0190081C) da Emissora, que seria realizado em 1ª (primeira) convocação no dia 11 de junho de 2024, às 14:45 horas e em 2ª (segunda) convocação no dia 25 de junho de 2024, às 14:00 horas, sendo que o mesmo foi publicado no jornal "Valor Econômico", nas edições dos dias 17, 18, 19, 20 e 21 de maio de 2024, conforme divulgado em seu website (www.opeacapital.com), **para alterar a Ordem do Dia**, de forma que referido o Edital de Convocação passará a vigorar conforme abaixo:

"*.*

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 10ª Emissão (IF CRA0190081C) da Emissora da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de novembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **01 de julho de 2024, às 11:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **11 de julho de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas **sem opinião modificada**, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA Série Única da 10ª Emissão – (IF CRA0190081C), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune Cargo: Diretora de Relações com Investidores

---

BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57 - NIRE 35.300.010.752

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 26 (vinte e seis) dias do mês de abril de 2024, às 10:00 horas, em formato digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* nos termos do artigo 124, § 2º-A da Lei nº 6.404/76 e Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14 de abril de 2020 e nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 79" e "IN DREI nº 81") e, para todos os fins legais, em sua sede social na cidade de São Bernardo do Campo, na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar, Paulicéia, CEP 09680-900. **PRESENÇA:** Acionista da sociedade representando a totalidade do capital social, conforme assinatura constante no "Livro de Presença de Acionistas". **PUBLICAÇÕES PRÉVIAS: (a)** Dispensada a publicação do Edital de Convocação na forma do § 4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404, com alterações posteriores; **(b)** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404/76, com alterações posteriores, na forma do seu parágrafo 4º; **(c)** Do relatório anual da Diretoria a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados nos jornais "Valor Econômico", páginas E19 a E24 e "Valor Econômico Digital", ambos em suas edições de 22/03/2024. **MESA:** Presidente: **Leonardo Luiz Piccinini** e Secretária: **Tatiana Yokayama e Silva. ORDEM DO DIA: (a)** Lavrar a ata na forma sumária; **(b)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; **(c)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023; **(d)** Eleger os membros da Diretoria; e **(e)** Definir o montante global a ser pago a título de remuneração aos Diretores. **QUÓRUM DAS DELIBERAÇÕES:** As deliberações foram tomadas por unanimidade de votos do acionista presente. **DELIBERAÇÕES:** Foram aprovadas: **(a)** A lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do § 1º, do artigo 130, da Lei nº 6.404, com alterações posteriores; **(b)** As contas dos administradores, o relatório anual da Diretoria a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(c)** A destinação do lucro líquido da Sociedade no valor de R$ 130.140.611,32 (cento e trinta milhões, cento e quarenta mil, seiscentos e onze reais e trinta e dois centavos) da seguinte forma: • R$ 6.507.030,56 (seis milhões, quinhentos e sete mil, trinta reais e cinquenta e seis centavos), destinados à Reserva Legal; • R$ 123.633.580,76 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e oitenta reais e setenta e seis centavos), destinados à Reserva Especial de Lucros para futura destinação; **(d)** A eleição dos membros da Diretoria, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, que examinar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício a se encerrar em 31/12/2024, a saber: Sr. **Leonardo Luiz Piccinini**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.795.640-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 205.404.728-75, para o cargo de Diretor Presidente; Sra. **Tatiana Yokayama e Silva**, brasileira, casada, economista, portadora de Cédula de Identidade RG nº 19.596.601-6 - SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 176.898.968-04, para o cargo de Diretora sem designação específica; Sr. **Marcello Larussa**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.287.088-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 214.857.358-66, para o cargo de Diretor sem designação específica; Sra. **Viviane Jacob**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.984.746-3 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 154.063.628-36, para o cargo de Diretora sem designação específica; e Sra. **Raquel Barbosa Assis dos Santos**, brasileira, casada, publicitária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.938.195-1 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 222.998.028-94, para o cargo de Diretora sem designação específica, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo (SP), com escritório na Avenida Alfred Jurzykowski, nº 562, Prédio 20, 2º andar, CEP 09680-900, Paulicéia, São Bernardo do Campo (SP). **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:** Os eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercerem a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da Companhia; **(e)** A remuneração dos Diretores no montante global anual de R$ 4.475.163,01 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais e um centavo). **LAVRATURA E LEITURA DA ATA:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pedisse, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. São Bernardo do Campo (SP), 26 de abril de 2024. **ASSINATURAS:** Presidente da Mesa: **Leonardo Luiz Piccinini** e Secretária da Mesa: **Tatiana Yokayama e Silva**; Acionista: Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., representada por seu Diretor Presidente, Sr. **Leonardo Luiz Piccini** e por sua Diretora, Sra. **Tatiana Yokayama e Silva.** Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Leonardo Luiz Piccinini -** Presidente da Mesa; **Tatiana Yokayama e Silva -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 215.402/24-8 em 03/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 184ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18G0687521) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 184ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 184ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 06 de julho de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 184ª Série da 1ª Emissão - (IF 18G0687521), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Universia Brasil, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Universia Brasil, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado
Em 31 de dezembro de 2023, apresenta Patrimônio Líquido no montante de R$2.206 mil (31/12/2022 - R$4.675 mil). O prejuízo apresentado no exercício de 2023 foi de R$2.444 mil (lucro líquido em 31/12/2022 - R$3.106 mil).

Ativos e Passivos
Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R$8.230 mil (31/12/2022 - R$8.682 mil). Desse montante, R$246 mil, (31/12/2022 - R$1.716 mil) são representados por Caixa e Equivalentes de Caixa, R$1.429 mil (31/12/2022 - R$1.586 mil) por Ativos Fiscais Correntes e R$4.451 mil (31/12/2022 - R$2.951 mil) por Ativos Fiscais Diferidos. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos totais atingiram R$6.024 mil (31/12/2022 - R$4.007 mil). Desse montante, o saldo de Fornecedores é de R$924 mil (31/12/2022 - R$837 mil) e o saldo de Outros Passivos é de R$3.511 mil (31/12/2022 - R$1.478 mil).

Outras Informações
A política de atuação da Universia Brasil S.A. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Ademais, a Universia Brasil S.A. confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 04 de junho de 2024

A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo Circulante		**7.230**	**7.949**
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&16.e	246	1.716
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado			
Contas a Receber	4.a	702	914
Outros Ativos	4	248	460
Adiantamento a Funcionários	4	47	250
Plano de Benefícios a Funcionários	4&7	107	72
Ativos Fiscais Correntes	15.b	1.429	1.586
Ativos Fiscais Diferidos	15.c	4.451	2.951
Ativo não Circulante		**1.000**	**733**
Outros Ativos	4	352	-
Depósitos Judiciais	4	29	113
Ativo Tangível	5	3	4
Ativo Intangível	6	616	616
Total do Ativo		**8.230**	**8.682**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante		**5.174**	**3.340**
Salários a Pagar	4	552	453
Passivos Fiscais Correntes	15.d	147	654
Fornecedores	4	924	837
Empréstimos	4.b	473	-
Outros Passivos	9	3.078	1.396
Passivo não Circulante		**850**	**667**
Provisões	8.a	417	585
Outros Passivos	9	433	82
Patrimônio Líquido			
Capital Social	10.a	53.363	53.363
Ajustes de Avaliação Patrimonial		58	35
Prejuízos Acumulados		(51.215)	(48.723)
Total do Patrimônio Líquido		**2.206**	**4.675**
Total do Passivo		**6.024**	**4.007**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**8.230**	**8.682**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	9.324	10.244
Custo dos Serviços Prestados	12	(9.198)	(5.162)
Resultado Bruto		**126**	**5.082**
Despesas Administrativas	13	(4.387)	(3.890)
Despesas de Depreciação	5	(1)	(1)
Provisões (Líquidas)	8.a	168	(325)
Outras Receitas e Despesas		-	(339)
Resultado antes do Resultado Financeiro		**(4.095)**	**527**
Despesas Financeiras	14	(17)	(15)
Receitas Financeiras	14	149	24
Resultado antes da Tributação		**(3.963)**	**536**
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	15.a	1.519	2.570
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Exercício		**(2.444)**	**3.106**
Nº de Ações (Mil)	10.a	3.530.745.361	3.530.745.361
(Prejuízo) / Lucro Líquido Líquido por Lote de Mil Ações (em R$)		(0,00069)	0,00088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Exercício	(2.444)	3.106
Outras Receitas (Despesas) Reconhecidas	**23**	**5**
Planos de Benefícios a Funcionários	42	15
Impostos	(19)	(10)
Resultado Abrangente do Exercício	**(2.421)**	**3.111**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**53.363**	**30**	**(51.829)**	**1.564**
Plano de Benefícios a Funcionários	7	-	5	-	5
Lucro Líquido do Exercício		-	-	3.106	3.106
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**53.363**	**35**	**(48.723)**	**4.675**
Plano de Benefícios a Funcionários	7	-	23	-	23
Ajuste de Exercícios Anteriores				(48)	(48)
Prejuízo Líquido do Exercício		-	-	(2.444)	(2.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**53.363**	**58**	**(51.215)**	**2.206**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais			
(Prejuízo) / Lucro Líquido do Exercício		**(2.444)**	**3.106**
Ajustes		**(1.715)**	**(2.625)**
Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Administrativos e Outras Provisões	8.a	(168)	325
Depreciação	5	1	1
Outros Ajustes		(29)	-
Imposto Diferido		(1.519)	(2.951)
Variações em Ativos e Passivos		**2.216**	**55**
Redução (Aumento) em Contas a Receber		212	590
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais		84	(37)
Redução (Aumento) em Adiantamento a Funcionários		202	(189)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		(140)	(455)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais - Correntes		157	(393)
Redução (Aumento) em Plano de Benefícios a Funcionários		(11)	(14)
Aumento (Redução) em Salários a Pagar		99	37
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar		(297)	658
Aumento (Redução) em Fornecedores		87	(722)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		2.033	880
Impostos e Contribuições Pagos		(210)	(300)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		**(1.943)**	**536**
Empréstimos	4.b	473	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento		**473**	**-**
Aquisição de Ativo Intangível	6	-	(333)
Baixa de Ativo Tangível	5	-	5
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento		**-**	**(328)**
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.470)**	**208**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3&16.e	**1.716**	**1.508**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3&16.e	**246**	**1.716**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional
A Universia Brasil, S.A. (Universia Brasil) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - 21º andar - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e tem por objeto social:
(I) a prestação de serviços globais para as universidades, particulares e/ou para corporações, visando disponibilizar objetos de formação e informação, cursos com ou sem certificação, todos os meios da informática, comunicações, telecomunicações, serviços de Internet, rodovias da informação, inclusive como provedora de acesso à internet, comércio eletrônico, serviços virtuais, qualquer transação virtual e quantos meios forem necessários para o adequado desenvolvimento do acima citado, além da administração gerencial, fornecimento de meios físicos e processos de produção e armazenamento, tanto elétrico quanto virtual e presencial;
(II) a participação na contratação eletrônica ou telemática como entidade certificadora autorizada;
(III) a intermediação, comercialização, distribuição e assessoramento nessa área de qualquer tipo de produtos e serviços destinados às universidades e aos particulares, por meio de suporte físico, eletrônico, informático e virtual;
(IV) a intermediação e mediação de qualquer atividade de distribuição, importação e armazenamento realizadas no mercado informático, eletrônico, virtual, internet, qualquer rodovia de informação ou qualquer uma de suas variantes já estabelecidas ou a serem estabelecidas no futuro, bem como serviços de publicidade, promoção, venda e distribuição em qualquer tipo de suporte eletrônico informático ou virtual; e
(V) a geração de receitas financeiras por meio da prestação de serviços de recrutamento e seleção de candidatos oriundos da comunidade universitária, através de plataforma WEB, desenvolvimento de software aplicativos e sistemas integrados de software, prestação de serviços de consultoria, comercialização de cursos de capacitação e realização de eventos presenciais e virtuais envolvendo atividades acadêmicas, desportivas, musicais e culturais, todos para empresas do mercado corporativo.
Parte substancial dos serviços prestados pela Universia Brasil tem sido oferecida gratuitamente ao seu público-alvo acima mencionado, sendo a continuidade normal de suas atividades operacionais mantida principalmente através de contribuições regulares de aumento de capital de seu acionista controlador, em complemento às receitas de prestação de serviços.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras da Universia Brasil, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC - PME) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.
O resultado e a posição financeira da Universia Brasil estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.
O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 na reunião realizada em 04 de junho de 2024.

c) Estimativas Utilizadas
A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as
principais, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, administrativos e obrigações legais, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

d) Continuidade Operacional
Com uma nova estrutura operacional para alcançar o melhor desempenho possível e com foco no aumento de receita, foi elaborado um orçamento para identificar e gerenciar riscos financeiros, permitindo que a empresa se prepare para os próximos anos, onde a Universia deverá começar a apresentar lucro nos anos seguintes.

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos

I. Definições
Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a entidade, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade.

II. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração
Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.

III. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação
Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:
- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Contas a receber";
- "Depósitos judiciais"; e
- "Outros ativos financeiros": inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não inclusos nas demais rubricas.

IV. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração
São classificados como: Passivos financeiros ao custo amortizado: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

V. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação
Os passivos financeiros são classificados por natureza na seguinte rubrica do balanço patrimonial:
- "Fornecedores".
- "Salários a Pagar".

VI. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros
Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

c) Outros Ativos
Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível
A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso - 10%.
A Universia Brasil avalia, ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda.
Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. Adicionalmente, o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

e) Ativo Intangível
É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.
Outros ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo dessa vida útil (prazos de utilidade da despesa), pelo prazo máximo de 10 anos.
A Universia Brasil avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.
A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades.

f) Outros Passivos
Outros passivos incluem o saldo das despesas provisionadas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

g) Reconhecimento de Receitas e Despesas
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
Prestação de Serviços
- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

h) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
A Universia Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.
As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.
As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 8.c) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.
Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Universia Brasil, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

i) Plano de Benefícios a Funcionários
Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Universia Brasil de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida
Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a Universia Brasil como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no exercício corrente e em exercícios anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido
Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 7. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.
Desde janeiro de 2013, a Universia Brasil aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições
- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.
Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.
Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
As alíquotas dos impostos incidentes sobre a receita são: PIS (1,65%) a COFINS (7,60%) para as receitas calculadas pelo regime não-cumulativo e PIS (0,65%) e COFINS (3,00%) para as receitas pelo regime cumulativo.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.
De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.
O ativo fiscal corrente refere-se, basicamente, ao saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar.

l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários (Nota 16.e).

Composição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Banco Conta Movimento	246	1.716	1.508
Total	**246**	**1.716**	**1.508**

Os saldos demonstrados referentes ao ano de 2021 estão sendo divulgados para validação com a DFC.

4. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Avaliação
Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, outros ativos financeiros e fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda por redução do valor recuperável.
O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Universia Brasil se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Instrumentos Financeiros
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos financeiros estavam classificados na categoria de ativos e passivos financeiros avaliados ao custo amortizado, através do método de juros efetivos, assim resumidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Contas a Receber	702	914
Depósitos Judiciais	29	113
Outros Ativos	600	460
Plano de Benefícios a Funcionários	107	72
Adiantamento a Funcionários	47	250
Total	**1.485**	**1.809**
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Fornecedores	924	837
Salários a Pagar	552	453
Empréstimos	473	-
Total	**1.949**	**1.290**

a) Contas a Receber

	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	502	402
Banco Santander (Brasil) S.A.	106	416
S3 Caceis Brasil DTVM S.A.	-	2
Devedores Diversos - País	94	94
Total	**702**	**914**

As contas a receber são representadas por créditos decorrentes da sua atividade operacional, oriundos substancialmente de contratos de curto prazo pós-pagos de pessoas jurídicas, mesmo constituindo uma carteira de clientes a receber, a empresa optou por não criar uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), pois entende que não tem um histórico de inadimplência e na previsão de perdas futuras.

b) Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimo Santander - Cédula Nº 000160051623	473	-
Total	**473**	**-**

Empréstimo realizado no Santander - Conta Garantia, com início em 17 de outubro de 2023, e com vencimento em 12 de maio de 2025, com a taxa contratada de CDI + 1,02% a.a.

5. Ativo Tangível

	31/12/2023			31/12/2022		
Composição:	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	36	(33)	3	36	(32)	4
Total	**36**	**(33)**	**3**	**36**	**(32)**	**4**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável do ativo tangível.

	31/12/2023			31/12/2022		
Variações:	Custo	Depreciação Acumulada	Total	Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	**36**	**(32)**	**4**	**164**	**(154)**	**10**
Depreciação	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Baixa	-	-	-	(128)	123	(5)
Saldo no Final do Exercício	**36**	**(33)**	**3**	**36**	**(32)**	**4**

6. Ativo Intangível

	31/12/2023			31/12/2022		
Composição:	Custo	Amortização Acumulada	Total	Custo	Amortização Acumulada	Total
Softwares	616	-	616	616	-	616
Total	**616**	**-**	**616**	**616**	**-**	**616**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não foi identificada nenhuma perda do valor recuperável dos ativos intangíveis.
Para o próximo exercício serão reavaliados os ativos intangíveis para iniciar a amortização dos bens, assim identificados.

	31/12/2023			31/12/2022		
Variações:	Custo	Amortização Acumulada	Total	Custo	Amortização Acumulada	Total
Saldo no Início do Exercício	**616**	**-**	**616**	**283**	**-**	**283**
Softwares	-	-	-	333	-	333
Saldo no Final do Exercício	**616**	**-**	**616**	**616**	**-**	**616**

7. Plano de Benefícios a Funcionários

Benefícios Pós-Emprego

Plano de Aposentadoria Complementar
A Universia Brasil patrocina, juntamente com o Banco Santander, o plano de benefício da Santander Associação de Previdência (Sanprev), com a finalidade de conceder coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio natalidade, conforme definido no regulamento básico do plano.

I) Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)
Sanprev Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010. A Universia Brasil passou a compor o grupo de patrocinadoras do plano devido a movimentação de participantes de outras patrocinadoras em 2018.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)
Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, 2 na modalidade de Benefício Definido e 1 na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2018. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Sanprev II 31/12/2023	Sanprev II 31/12/2022
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(50)	(40)
Valor Justo dos Ativos do Plano	169	120
Sendo:		
Superávit	119	80
Valor não Reconhecido como Ativo	(12)	(8)
Ativo Atuarial Líquido	**107**	**72**
Receita (Despesas) Reconhecidas	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	107	72
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	12	8

Principais Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos
- Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial: 9,64% (2022 - 8,39%);
- Taxa para cálculo dos juros sobre os ativos, para exercício seguinte: 9,64% (2022 - 8,39%);
- Taxa estimada de inflação no longo prazo: 3% (2022 - 3%);
- Taxa estimada de aumento nominal dos salários: 3,77% (2022 - 3,77%); e
- Tábua biométrica de mortalidade geral: AT2000 (2022 - AT2000).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Sanprev II 31/12/2023	Sanprev II 31/12/2022
Experiência do Plano	7	(14)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	35	29
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	**42**	**15**
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	-	-
Mudança no Superávit irrecuperável	-	-
Impostos	**(19)**	**(10)**

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais:

	Duração (em anos) 31/12/2023	Duração (em anos) 31/12/2022
Sanprev II	12,51%	15,70%

8. Provisões

a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos, Compromissos e Outras Provisões

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo Inicial	**253**	**332**	**585**	**225**	**35**	**260**
Constituição (Encerramento)	(113)	(125)	(238)	-	292	292
Atualização Monetária	32	38	70	28	5	33
Saldo Final	**172**	**245**	**417**	**253**	**332**	**585**

b) Provisões para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Tributárias
São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.
As ações fiscais são processos da carteira tributária, referentes a ações movidas sobre impostos e contribuições sobre salários.
As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme a situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

c) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível
São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Não temos ações de natureza fiscal e de natureza trabalhista com classificação de perda possível.

9. Outros Passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de Publicações	76	76
Provisão de Participações nos Lucros	608	600
Provisão de Contas a Pagar	1.827	802
Adiantamento de Serviços (nota 16.e)	1.000	-
Total	**3.511**	**1.478**

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social integralizado é assim representado:

Em Milhares de Ações	31/12/2023 Ordinárias	31/12/2023 Preferenciais	31/12/2023 Total	31/12/2022 Ordinárias	31/12/2022 Preferenciais	31/12/2022 Total
De Domiciliados no Exterior	2.617.740.698	913.004.663	**3.530.745.361**	2.617.740.698	913.004.663	**3.530.745.361**

Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e no exercício:

	Em Milhares de Ações Ordinárias	Em Milhares de Ações Preferenciais	Total	Valor
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2022	2.617.740.698	913.004.663	3.530.745.361	53.363
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2023	2.617.740.698	913.004.663	3.530.745.361	53.363

Continua...

INÊS 249

...Continuação

unisersia
rede de universidades, rede de oportunidades

Universia Brasil, S.A.

CNPJ nº 04.127.332/0001-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Dividendos
Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não poderão ser convertidas em ações ordinárias, mas conferem prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Sociedade.
Para os exercícios de 2022 e 2023, não houve divulgação de dividendos.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços
Segue abaixo a conciliação entre receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receita Bruta	**10.734**	**11.479**
Serviços com Partes Relacionadas (nota 16.e)	7.832	8.269
Serviços de Terceiros	2.902	3.210
Menos:	**(1.410)**	**(1.235)**
Cofins	(757)	(621)
ISS	(489)	(479)
PIS	(164)	(135)
Receita Líquida	**9.324**	**10.244**

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesas com Serviços de Terceiros	2.443	126
Despesas com Pessoal	6.364	5.036
Total	**8.807**	**5.162**

13. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	3.753	2.400
Transporte e Viagens	69	178
Propaganda, Promoções e Publicidade	-	752
Publicações	-	42
Convênio Operacional - Banco Santander (nota 16.e)	226	235
Taxas	281	231
Outras	59	51
Total	**4.387**	**3.890**

14. Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicação CDB [1]	67	-
Descontos Obtidos	2	-
Juros Recebidos	1	1
Outras Receitas Financeiras	79	23
	149	**24**
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas	16	14
Descontos Concedidos	1	1
	17	**15**

[1] CDI - Liquidez diária, encerrado em 06/2023.

15. Ativos e Passivos Fiscais
a) Imposto de Renda e Contribuição Social
O total dos encargos do período pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado antes da Tributação	**(3.963)**	**536**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	**1.347**	**(158)**
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	-	204
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.347)	(438)
Crédito Fiscal Ativado	4.451	2.962
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.519**	**2.570**
Impostos Correntes	(2.932)	(392)
Impostos Diferidos	4.451	2.962
Impostos Pagos no Exercício	**210**	**300**
Imposto de Renda	152	192
Contribuição Social	58	108

b) Ativos Fiscais Correntes

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	7	23
COFINS	34	107
Imposto de Renda	1.090	1.022
Contribuição Social	298	434
Total	**1.429**	**1.586**

c) Ativos Fiscais Diferidos

Natureza e Origem:	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Contingências Trabalhistas	86	27	59
Provisão para Contingências Fiscais	113	29	84
Provisão para Despesa de Pessoal	222	(8)	230
Outras Provisões Temporárias	4	(427)	431
Prejuízo Fiscal a Compensar	2.526	(1.121)	3.647
Total	**2.951**	**(1.500)**	**4.451**

O ativo fiscal diferido possui expectativa de realização nos próximos anos, com base nos estudos realizados e nas projeções de resultado futuro.

d) Passivos Fiscais Correntes

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	15	35
COFINS	71	161
Imposto de Renda	-	282
Contribuição Social	-	110
ISS	35	48
Impostos Retidos	26	18
Total	**147**	**654**

16. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
Na AGE da Universia Brasil, realizada em 05 de maio de 2023, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o ano de 2023, no montante de até R$1.100 mil.
b) Benefícios de Curto Prazo
A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	529	333
Remuneração Variável	527	350
Outras	37	33
Total	**1.093**	**716**

Adicionalmente, no exercício de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R$102 mil (2022 - R$102 mil).
c) Rescisão do Contrato
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.
d) Participação Acionária
A Universia Brasil é controlada pela Universia Holding, S.L. (Universia Holding) com sede na Espanha, que possui participação acionária direta de 3.530.745.361 mil ações (2.617.740.698 mil ações ordinárias e 913.004.663 mil ações preferenciais), equivalentes a 99,99999% do capital social e o Banco Santander Brasil participa com 1 ação, equivalente a 0,00001% do capital social. A Universia Holding é controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha que é o controlador indireto da Universia Brasil.
e) Transações com Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.
As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3)	**246**	**1.716**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	246	1.716
Contas a Receber (Nota 4)	**106**	**418**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	106	416
S3 Caceis Brasil DTVM S.A. [1]	-	2
Passivo		
Outros Passivos (Nota 9)	**1.000**	**-**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	1.000	-

[1] Controlada do Banco Santander Espanha.

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Resultado		
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	**7.832**	**8.269**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	7.537	8.066
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	95	19
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. [1]	27	18
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	21	23
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [1]	76	73
Webmotors S.A.	10	11
Santander Tecnologia e Inovação Ltda. [1]	65	57
Santander Holding Imobiliária S.A. [1]	1	2
Despesas Administrativas (Nota 13)	**(226)**	**(235)**
Banco Santander (Brasil) S.A. [1]	(226)	(235)

[1] Controlada do Banco Santander Espanha.

17. Outras Informações
a) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 2.h).
b) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, não operamos com instrumentos financeiros derivativos.
c) Gerenciamento de Riscos
A gestão de riscos da Universia Brasil é realizada de acordo com a regulamentação vigente e as práticas do Grupo Santander, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução das operações do Grupo Santander, a gestão de riscos engloba as seguintes tipologias de riscos:
- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito tem como objetivo manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.
- Risco de compliance, definido pela associação dos riscos de compliance regulatório, risco de conduta e risco reputacional.
O risco de compliance regulatório consiste no risco do não cumprimento das normas ou expectativas de supervisão que resulte em penalidades legais ou regulatórias.
- Risco de conduta consiste no risco de ações de indivíduos que resultem em consequências adversas aos consumidores ou aos mercados em que atua.
- Risco reputacional, é o risco de dano ao modo como a entidade é vista pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada.
O Conglomerado Santander conta com uma equipe de Compliance que atua de forma independente, reportando-se diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração, dando apoio a toda a Organização para o gerenciamento desse Risco.

18. Eventos subsequentes
Durante o ano de 2023, não houve eventos subsequentes a serem incluídos ou considerados neste documento e em nossos controles.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Germanuela de Almeida Abreu
Conselheiros
Antonio Suárez-Pumariega Ayllón | Lucía Rábade Rodríguez | Rafael Hernandez Maestro | Marcio Giannico Rodrigues

DIRETORIA

Diretor Superintendente
Carolina Nogueira Learth Sermenho Carvalho
Diretores Executivos
Marcio Giannico Rodrigues
Contador
Renata Melloni - CRC Nº 1SP 284533/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Universia Brasil S.A
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Universia Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Universia Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de junho de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 319ª E 320ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 319ª e 320ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 15:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 15:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 371ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 193ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 16:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 16:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 294ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 294ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 14:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 14:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.
São Paulo, 10 de junho de 2024. **TRUE SECURITIZADORA S.A.** Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

PECINI LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - *ONLINE*
DATA: 1º Público Leilão 18/06/2024 às 14h45 | 2º Público Leilão 20/06/2024 às 14h45

ERBE INCORPORADORA

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **ERBE INCORPORADORA 019 S/A** - CNPJ nº 58.877.812/0001-08, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 122, 12º ANDAR**, "**TORRE Nº 04 – EDIFÍCIO COTOVIA**", **CONDOMÍNIO ILE ECO LIFE**, situado à Rua Francisco Marcondes Vieira, nº 3, esquina com a Rua Dr. Martins de Oliveira, no Jardim Londrina, 13º Subdistrito do Butantã, São Paulo/SP. Áreas: privativa coberta edificada de 94,730m²; comum coberta edificada de 69,134m², nela incluído o direito ao estacionamento de 02 veículos na garagem coletiva; total edificada de 163,864m²; comum descoberta de 39,722m²; total de 203,586m². FIT: 0,1868%. Matrícula nº 189.631 do 18º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal: 171.271.0438-6. Consolidação da Propriedade em 09/05/2024. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 696.632,83. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 532.642,84. Ônus do Arrematante: i)** Pagamento à vista do valor do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** Despesas e impostos para lavratura e registro da escritura; **iii)** Despesas a partir das datas dos leilões; **iv)** **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **v)** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **vi)** constam indisponibilidades (Av.8, Av.12, Av.13, Av.15 e Av.19), e penhoras (Av.14 e Av.16) gravadas na matrícula do imóvel, que não impedem a venda do bem em leilão, cujas baixas ficarão a cargo exclusivo do arrematante, tendo a propriedade sido consolidada em favor da Credora Fiduciária. Ficam os Fiduciantes, **BRASIL D'ALLESSANDRO DE CAMARGO** – CPF: 084.703.008-30 e **RENATA MARIA ZANINI DE CAMARGO** – CPF: 148.673.538-09, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão, obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação disponível no portal da Pecini Leilões. Informações: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 16ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 16ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRA ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRA ("Assembleia"), a ser realizada, em **primeira convocação em 04 de julho de 2024, às 16:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 23 de julho de 2024, às 16:00 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRa está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRA poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 10 de junho de 2024.
TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

WEBMOTORS S.A.

CNPJ nº 03.347.828/0001-09

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

...veículos automotores. Em agosto de 2021, a Webmotors fez a mais recente combinação de negócios ao adquirir 66,67% da empresa Car10 Tecnologia e Informação S.A. A Car10 atua como um marketplace que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e autocenters; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. O investimento possibilita a utilização de uma rede de oficinas mecânicas credenciadas espalhadas pelo Brasil. O interesse da Webmotors é expandir seu mercado para além da compra e venda de veículos, com isso ganhando mercado em outros serviços disponibilizados aos clientes. **Gestão de Pessoas:** A valorização do ser humano sempre se apresentou como um dos grandes diferenciais da Webmotors. A definição de políticas pela empresa, a partir do seu modelo de gestão, objetiva a conquista de resultados sustentáveis combinada com o fortalecimento da sua relação com integrantes, buscando contribuir ativamente no desenvolvimento pessoal e profissional deles. Estas ações contribuem para reforçar o compromisso de todos com a Empresa, fortalecendo o espírito de cumplicidade entre as partes. **Diversidade:** Acreditamos que ser justo é promover a equidade nos processos seletivos para que todos os candidatos tenham chance de sucesso. Para isso é possível que em algumas

...milhões (31/12/2022 - R$ 516 milhões). Desse montante, destacamos R$ 220 milhões (31/12/2022 - R$ 212 milhões) representados por ativo intangível, R$ 190 milhões (31/12/2022 - R$ 111 milhões) por empréstimos e recebíveis e R$ 157 milhões (31/12/2022 - R$ 107 milhões) por ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos totais da controladora atingiram R$ 129 milhões (31/12/2022 - R$ 85 milhões). Desse montante, destacamos, R$ 65 milhões (31/12/2022 - R$ 37 milhões) são representados por dividendos a pagar e R$ 22 milhões (31/12/2022 - R$ 16 milhões), por salários a pagar. Os passivos totais do consolidado atingiram R$ 329 milhões (31/12/2022 - R$ 214 milhões). Desse montante destacamos R$ 192 milhões (31/12/2022 - R$ 120 milhões) de outros passivos financeiros mensurados a custo amortizado e R$ 65 milhões (31/12/2022 - R$ 37 milhões) de dividendos a pagar.

São Paulo, 11 de junho de 2024
O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL CONTROLADORA E CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	4.285	2.755	11.697	4.649
Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	4				
Aplicações Financeiras.	4.1	2.592	2.293	5.066	9.376
Empréstimos e Recebíveis	4.2	79.023	53.686	190.490	111.307
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado					
Fundos de Investimentos	5	156.718	107.119	156.718	107.119
Outros Ativos Financeiros	6	491	444	6.627	994
Ativos Fiscais Correntes	7	10.746	9.394	11.066	9.618
Outros Ativos.	8	4.858	7.069	21.037	17.772
Total do Ativo Circulante		**258.713**	**182.760**	**402.701**	**260.835**
Não Circulante					
Outros Ativos Financeiros	6	3.541	3.085	3.849	3.279
Ativos Fiscais Diferidos	16.b1	12.040	7.122	37.776	22.093
Outros Ativos.	8	1.758	1.760	3.183	2.415
Investimento em Controlada	9	70.432	72.002	-	-
Ativo Tangível	10	3.615	3.527	12.383	15.092
Ativo Intangível	11	135.299	123.336	220.083	212.401
Total do Ativo Não Circulante		**226.685**	**210.832**	**277.274**	**255.280**
Total do Ativo		**485.398**	**393.592**	**679.975**	**516.115**

	Nota	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Contas a Pagar	13	8.182	14.218	11.476	18.408
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar	18.b&25.d	64.848	36.835	64.848	36.835
Outros Passivos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	14			-	-
Empréstimos e Financiamentos		-	-	103.924	82.309
Repasses a Clientes		-	-	52.029	31.217
Outros		4.381	4.210	4.381	4.210
Impostos a Pagar	15	10.925	6.733	12.045	7.479
Salários a Pagar		21.558	15.836	23.534	17.347
Provisões		12.947	3.412	13.038	4.754
Outros Passivos		3.256	192	3.256	192
Arrendamento Mercantil		-	-	2.088	5.496
Passivos Fiscais	16.b2	104	103	104	103
Total do Passivo Circulante		**126.201**	**81.539**	**290.723**	**208.350**
Não Circulante					
Outros Passivos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado	14	-	-		
Empréstimos e Financiamentos		-	-	31.953	2.050
Arrendamento Mercantil				2.753	
Passivos Fiscais	16.b2	421	526	421	526
Provisões para Contingências.	17	2.263	2.860	2.650	3.301
Total do Passivo Não Circulante		**2.684**	**3.386**	**37.777**	**5.877**
Patrimônio Líquido					
Capital Social		184.840	148.493	184.840	148.493
Reservas de Lucros		171.673	160.174	171.673	160.174
Participação de Não Controladores		-	-	(5.038)	(6.779)
Total do Patrimônio Líquido	18	**356.513**	**308.667**	**351.475**	**301.888**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**485.398**	**393.592**	**679.975**	**516.115**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - *Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado*

1. Contexto Operacional, Reestruturações Societárias, Apresentação das Demonstrações Financeiras e Outras Informações: a) Contexto Operacional: A Webmotors S.A. (“Webmotors”) é uma sociedade constituída sob a forma de sociedade anônima, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Conj. 71, Bloco A, Cond. W Torre JK, Vila Nova Conceição, São Paulo - SP. A Webmotors tem por objeto social, a elaboração, implementação e/ou disponibilização de catálogos eletrônicos, espaço, produto, serviços ou meios para a comercialização de produtos e/ou serviços correlacionados com a indústria automobilística, na Internet através do “website” www.webmotors.com.br (de propriedade da Webmotors) ou outros meios relacionados às atividades de comércio eletrônico e demais usos ou aplicações da Internet, bem como a participação no capital de outras sociedades e a administração de negócios e empreendimentos afins, dentre outras atividades complementares. É uma empresa integrante do Conglomerado Econômico - Financeiro Santander (Conglomerado Santander) e da Carsales.com Investments PTY LTD (Carsales), com participação correspondendo, respectivamente, a 30% e 70% das ações representativas do capital social da Webmotors, [illegible]

para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros. As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 17), e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. No caso de trânsitos em julgado favoráveis à Webmotors, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes à disponibilidades

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Banco Conta Movimento	4.285	2.755	11.697	4.649
Total	**4.285**	**2.755**	**11.697**	**4.649**

As informações relativas a 31 de dezembro de 2021 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais do Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4. Ativos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado: 4.1 Aplicações Financeiras

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDB [1]	2.592	2.293	5.066	9.376
Total	**2.592**	**2.293**	**5.066**	**9.376**

[1] Operações de alta liquidez, com vencimento entre fevereiro de 2023 e setembro de 2024.

4.2 Empréstimos e Recebíveis

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Títulos e Créditos a Receber [1]	81.420	55.260	193.838	113.545
Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.397)	(1.574)	(3.348)	(2.238)
Total	**79.023**	**53.686**	**190.490**	**111.307**

[1] São representados por créditos decorrentes da sua atividade operacional, oriundos substancialmente de contratos de curto prazo pós-pagos de pessoas jurídicas e recebimento através de cartão de crédito de pessoas físicas.

Movimentação da Provisão para perdas

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Saldos no Início do Exercício	**1.574**	**1.027**	**2.238**	**1.159**
Constituição	7.808	4.474	8.842	4.974
Baixas	(6.985)	(3.927)	(7.732)	(3.895)
Saldos no Fim do Exercício	**2.397**	**1.574**	**3.348**	**2.238**

5. Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Fundo de Investimentos Renda Fixa DI [1]	156.718	107.119	156.718	107.119
Total	**156.718**	**107.119**	**156.718**	**107.119**

(1) O Santander Fundo de Investimento Sbac Renda Fixa Referenciado DI (Fundo) tem por objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários - CDI. A carteira do fundo é composta por (i) Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais (70%) e (ii) Títulos Públicos Federais relacionados, direta ou indiretamente, à variação do CDI (30%). Não há prazo de carência para resgate de cotas do Fundo, podendo as cotas do Fundo serem resgatadas com rendimento a qualquer momento.

6. Outros Ativos Financeiros

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a Funcionários	349	362	592	685
Adiantamentos a Fornecedores	142	82	2.718	1.989
Depósitos Judiciais	3.541	3.085	3.849	3.279
Derivativos [1]	-	-	(817)	(1.680)
Adiantamentos para despesas	-	-	62	-
Adiantamento Valores a Repassar	-	-	4.072	-
Total	**4.032**	**3.529**	**10.476**	**4.273**

[1] SWAP com finalidade de hedge econômico (nota 12).

7. Ativos Fiscais Correntes

Composição	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
PIS	253	882	253	882
COFINS	1.640	3.966	1.640	3.966
Imposto de Renda	6.862	3.133	7.156	3.327
Contribuição Social	1.901	1.323	1.921	1.345
Outros	90	90	96	98
Total	**10.746**	**9.394**	**11.066**	**9.618**

Os impostos a recuperar registrados no ativo foram reconhecidos com base nas informações disponíveis até a 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as práticas contábeis vigentes. A administração regularmente avalia a recuperabilidade desses valores, considerando fatores como a probabilidade de recuperação junto às autoridades fiscais e a existência de disputas tributárias em curso, e realiza ajustes e reconciliações necessários para garantir a precisão dos registros contábeis. Além disso, a administração tem planos para utilizar esses créditos conforme se tornem disponíveis no futuro.

8. Outros Ativos

	Controladora 31/12/2023	31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Seguros	3	5	139	117
Despesas Antecipadas	4.855	7.064	18.681	15.526
Créditos Diversos	-	-	2.217	2.129
Total Circulante	**4.858**	**7.069**	**21.037**	**17.772**
Não Circulante				
Seguros	1.758	1.760	1.758	1.760
Créditos Diversos	-	-	1.425	655
Total Não Circulante	**1.758**	**1.760**	**3.183**	**2.415**
Total	**6.616**	**8.829**	**24.220**	**20.187**

[1] As despesas antecipadas aludem à amortização de licenças de software temporário para a empresa controladora, enquanto para as entidades controladas indicam o adiamento no registro das despesas associadas a veículos ainda não comercializados.

9. Investimento em Controlada

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2023	Lucro (Prejuízo) Líquido 31/12/2023	Total do Ágio 31/12/2023	Total do Investimento 31/12/2023	Resultado de Equivalência Patrimonial 31/12/2023	Percentual de Investimento 31/12/2023
LOOP Gestão de Pátios S.A.	(10.391)	(1.967)	12.799	(5.299)	(1.003)	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	151	8.023	62.831	101	5.349	66,67%
Total	**(10.240)**	**6.056**	**75.630**	**(5.198)**	**4.346**	

	Patrimônio Líquido Ajustado 31/12/2022	Lucro (Prejuízo) Líquido 31/12/2022	Total do Ágio 31/12/2022	Total do Investimento 31/12/2022	Resultado de Equivalência Patrimonial 31/12/2022	Percentual de Investimento 31/12/2022
LOOP Gestão de Pátios S.A.	(8.480)	(9.577)	13.624	(4.325)	(4.884)	51,00%
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	(7.872)	(10.632)	67.951	(5.248)	(7.091)	66,67%
Total	**(16.352)**	**(20.209)**	**81.575**	**(9.573)**	**(11.975)**	

10. Ativo Tangível

Composição:	Controladora 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total	Consolidado 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Veículos	426	(210)	216	3.842	(1.492)	2.349
Sistemas de Processamento de Dados	6.771	(3.372)	3.399	8.410	(4.303)	4.107
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	8.541	(6.646)	1.895
Arrendamento Mercantil	-	-	-	9.931	(5.901)	4.032
Total	**7.197**	**(3.582)**	**3.615**	**30.724**	**(18.342)**	**12.383**

Composição:	Controladora 31/12/2022 Custo	Depreciação Acumulada	Total	Consolidado 31/12/2022 Custo	Depreciação Acumulada	Total
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Veículos	422	(171)	251	5.635	(1.697)	3.938
Sistemas de Processamento de Dados	5.618	(2.342)	3.276	6.925	(3.050)	3.875
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	-	-	-	8.450	(5.965)	2.485
Arrendamento Mercantil	-	-	-	8.826	(4.032)	4.794
Total	**6.040**	**(2.513)**	**3.527**	**29.836**	**(14.744)**	**15.092**

Movimentação do Ativo Tangível	Controladora 01/01 a 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total	Consolidado 01/01 a 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldos no Início do Exercício	**6.040**	**(2.513)**	**3.527**	**29.836**	**(14.744)**	**15.092**
Adições	1.175	-	1.175	5.231	-	5.231
Depreciação	-	(1.066)	(1.066)	-	(4.610)	(4.610)
Baixas	(21)	-	(21)	(3.330)	-	(3.330)
Saldos no Fim do Exercício	**7.194**	**(3.579)**	**3.615**	**31.737**	**(19.354)**	**12.383**

	Controladora 01/01 a 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total	Consolidado 01/01 a 31/12/2023 Custo	Depreciação Acumulada	Total
Saldos no Início do Exercício	**3.666**	**(1.784)**	**1.882**	**26.393**	**(11.352)**	**15.041**
Adições	2.380	-	2.380	6.783	-	6.783
Depreciação	-	(733)	(733)	-	(3.812)	(3.812)
Baixas	(6)	4	(2)	(3.340)	420	(2.920)
Saldos no Fim do Exercício	**6.040**	**(2.513)**	**3.527**	**29.836**	**(14.744)**	**15.092**

11. Ativo Intangível

Composição:	Controladora 31/12/2023 Custo	Amortização Acumulada	Total	Consolidado 31/12/2023 Custo	Amortização Acumulada	Total
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	30.550	-	30.550	106.180	-	106.180
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	208.186	(107.810)	100.377	225.975	(116.455)	109.520
Marcas e Patentes	707	(707)	-	718	(707)	11
Contrato de Não Competição	708	(708)	-	708	(708)	-
Carteira de Clientes	11.191	(6.819)	4.372	11.191	(6.819)	4.372
Total	**251.342**	**(116.044)**	**135.299**	**344.772**	**(124.689)**	**220.083**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido Ajustado do Exercício Atribuído à Controladora		**118.772**	**77.033**	**118.772**	**77.033**
Nº de Ações (Mil)	18.a	607.324.041	607.324.041		
Lucro Líquido Ajustado por Lote de Mil Ações (em R$)		0,20	0,13		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Lucro Líquido Ajustado do Exercício	118.772	77.033	120.906	68.795
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**118.772**	**77.033**	**120.906**	**68.795**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total Patrimônio Líquido	Participações não Controladoras	Total Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**118.045**	**22.546**	**128.513**	**-**	**269.104**	**3.538**	**272.642**
Aumento de Capital	18.a	30.448	-	(30.448)	-	-	-	-
Reversão de Dividendos		-	-	640	-	640		640
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	77.033	77.033	(8.238)	68.795
Destinações:								
Reserva Legal	18.c	-	3.852	-	(3.852)	-	-	-
Reserva para Reforço de Capital	18.d	-	-	18.173	(18.173)	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	18.d	-	-	18.173	(18.173)	-	-	-
Dividendos	18.b	-	-	-	(36.835)	(36.835)	-	(36.835)
Resultados de Exercícios Anteriores		-	-	(1.275)	-	(1.275)	(2.079)	(3.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**148.493**	**26.398**	**133.776**	**-**	**308.667**	**(6.779)**	**301.888**
Aumento de Capital	18.a	36.347	-	(36.347)		-	-	-
Reversão de Dividendos		-		64	-	64		64
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	118.772	118.772	2.134	120.906
Destinações:								
Reserva Legal	18.c	-	5.937		(5.937)	-	-	-
Reserva para Reforço de Capital	18.d	-	-	22.307	(22.307)	-	-	-
Reserva para Equalização de Dividendos	18.d	-	-	22.306	(22.306)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	18.b	-	-	-	(68.222)	(68.222)	-	(68.222)
Resultados de Exercícios Anteriores		-	-	(2.768)	-	(2.768)	(393)	(3.161)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**184.840**	**32.335**	**139.338**	**-**	**356.513**	**(5.038)**	**351.475**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido do Exercício		**118.772**	**77.033**	**120.906**	**68.795**
Ajustes ao Lucro Líquido		**41.132**	**42.879**	**74.361**	**37.381**
Provisão para Perda sobre Créditos	4.2	7.808	4.474	8.842	4.974
Depreciação e Amortização	10&11	33.247	27.093	39.564	32.126
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(4.346)	11.975	-	-
Impairment	11	-	-	5.945	-
Juros s/ Empréstimos e Mútuo		-	-	7.859	2.054
Variação Cambial sobre Empréstimos no Exterior		-	-	(470)	(1.802)
Ajuste a Valor Justo de Derivativos		-	-	1.321	3.931
Constituiçao/Atualização Monetária de Contingências	17.a	(598)	(1.988)	(535)	(1.873)
Impostos Diferidos (IRPJ e CSLL)	16.a	5.021	1.325	14.998	1.325
Resultados de Exercícios Anteriores		-	-	(3.163)	(3.354)
Variações em Ativos e Passivos		**(76.241)**	**(53.211)**	**(152.419)**	**(61.211)**
Redução (Aumento) em Aplicações Financeiras		(299)	(252)	4.310	3.915
Redução (Aumento) em Fundos de Investimentos		(49.600)	(28.670)	(49.600)	(28.670)
Redução (Aumento) em Empréstimos e Recebíveis		(33.145)	(26.304)	(88.025)	(41.884)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		(47)	(29)	(5.634)	1.012
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais		(11.291)	(5.623)	(32.128)	(5.778)
Redução (Aumento) em Depósitos Judiciais		(456)	(16)	(571)	(23)
Redução (Aumento) em Outros Ativos		2.213	(1.744)	(5.356)	(10.641)
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(6.036)	8.017	(6.931)	10.212
Aumento (Redução) em Salários a Pagar		5.722	3.803	6.186	3.669
Aumento (Redução) em Outros Passivos Financeiros e Arrendamento Mercantil		171	(2.637)	10.185	5.927
Aumento (Redução) em Impostos a Pagar		56.923	37.978	57.297	38.195
Aumento (Redução) em Provisões		9.534	1.295	8.168	2.591
Aumento (Redução) em Outros Passivos		2.905	(479)	2.515	(1.186)
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais		(104)	(168)	(104)	(168)
Impostos e Contribuições Pagos	16.a	(52.731)	(38.382)	(52.731)	(38.382)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		**83.663**	**66.701**	**42.848**	**44.965**
Atividades de Investimento					
Caixa Inicial da Companhia Investida		-	-	-	-
Aquisição de Investimentos	9	-	-	-	-
Aquisições de Ativo Tangível	10	(1.153)	(2.378)	(1.901)	(3.863)
Aplicações no Ativo Intangível	11	(44.145)	(32.824)	(48.581)	(38.955)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		**(45.298)**	**(35.202)**	**(50.482)**	**(42.818)**
Atividades de Financiamento					
Empréstimos e Financiamentos	14	-	-	51.517	30.270
Dividendos	18.b	(36.835)	(30.448)	(36.835)	(30.448)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		**(36.835)**	**(30.448)**	**14.682**	**(178)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.530**	**1.051**	**7.048**	**1.969**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	3	**2.755**	**1.704**	**4.649**	**2.680**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	3	**4.285**	**2.755**	**11.697**	**4.649**

Composição:	Controladora 31/12/2022 Custo	Amortização Acumulada	Total	Consolidado 31/12/2022 Custo	Amortização Acumulada	Total
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	30.550	-	30.550	112.125	-	112.125
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	166.281	(76.920)	89.361	179.583	(82.732)	96.851
Marcas e Patentes	707	(707)	-	707	(707)	-
Contrato de Não Competição	708	(708)	-	708	(708)	-
Carteira de Clientes	8.755	(5.330)	3.425	8.755	(5.330)	3.425
Total	**207.001**	**(83.665)**	**123.336**	**301.878**	**(89.477)**	**212.401**

Composição dos principais intangíveis provenientes de aquisição:	31/12/2023 Ágio	Carteira de clientes	31/12/2022 Ágio	Carteira de clientes
Locanet [1]	9.490	792	9.490	978
Busca Carros [2]	9.340	1.419	9.340	1.561
VMotors [3]	8.383	656	8.383	721
Ideia [4]	3.337	165	3.337	165
LOOP [5]	12.799	-	13.624	-
CAR10 [6]	62.831	1.340	67.951	-
Total	**106.180**	**4.372**	**112.125**	**3.425**

[1] Em 2014, a Webmotors adquiriu 100% da empresa “KM Locanet” e a alocação do preço de compra (PPA) realizada por empresa especializada contratada ficou distribuído da seguinte forma: Carteira de clientes R$2.603, softwares R$69, contrato de não competição R$455, marcas e patentes R$300 e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$9.490. [2] Em 2016, a Webmotors adquiriu certos ativos sob a marca “Busca Carros” e a alocação do preço de compra (PPA) realizada por empresa especializada contratada ficou da seguinte forma: Tangível R$42 e intangível R$12.708. O intangível ficou assim distribuído: Carteira de clientes R$2.585, aquisição e desenvolvimento de logiciais R$459, contrato de não competição R$90, marcas e patentes R$244 e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$9.340. [3] Em 2014, a Webmotors adquiriu 100% da empresa “Vmotors” e a alocação do preço de compra (PPA) realizada por empresa especializada contratada ficou distribuído da seguinte forma: Carteira de clientes R$1.299, softwares R$546, contrato de não competição R$56, e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$7.822. Em 2019, foi reconstituído o passivo diferido, onde o ágio por expectativa de rentabilidade futura passou a ser R$8.383. [4] Em 2013, a Webmotors adquiriu 100% da empresa “Ideia” e a alocação do preço de compra (PPA) realizada por empresa especializada contratada ficou distribuído da seguinte forma: Carteira de clientes R$1.901, softwares R$40, contrato de não competição R$107, marcas e patentes R$163 e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$3.337. [5] Em 2018, a Webmotors adquiriu 51% da empresa “LOOP” pelo valor fixo de R$23.900, e ficou distribuído da seguinte forma: Aquisição de investimento de R$11.936 e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$13.624. Em 2023, foi realizada a análise de impairment e ajustado o valor do ágio para R$ 12.799. [6] Em 2021, a Webmotors adquiriu 66,67% da empresa “CAR10” pelo valor fixo de R$73.400, por meio do pagamento aos acionistas e do aumento de capital, e ficou distribuído da seguinte forma: Aquisição de investimento de R$ 6.746 e ágio por expectativa de rentabilidade futura R$67.951. Em 2023, foi realizada a análise de impairment e ajustado o valor do ágio para R$ 62.831.

Mapa de movimentação

	Controladora 01/01 a 31/12/2023 Custo	Amortização Acumulada	Total	Consolidado 01/01 a 31/12/2023 Custo	Amortização Acumulada	Total
Saldos no Início do Exercício	**207.001**	**(83.665)**	**123.336**	**301.878**	**(89.477)**	**212.401**
Alocação do Ágio	-	-	-	(5.945)	-	(5.945)
Adições	44.578	-	44.578	49.014	-	49.014
Amortização	-	(32.182)	(32.182)	-	(34.954)	(34.954)
Baixa	(433)	-	(433)	(433)	-	(433)
Saldos no Fim do Exercício	**251.146**	**(115.847)**	**135.299**	**344.514**	**(124.431)**	**220.083**

	Controladora 01/01 a 31/12/2022 Custo	Amortização Acumulada	Total	Consolidado 01/01 a 31/12/2022 Custo	Amortização Acumulada	Total
Saldos no Início do Exercício	**174.177**	**(57.305)**	**116.872**	**262.922**	**(61.162)**	**201.760**
Alocação do Ágio	-	-	-	2.123	-	2.123
Adições	32.824	-	32.824	36.833	-	36.833
Amortização	-	(26.360)	(26.360)	-	(28.315)	(28.315)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Saldos no Fim do Exercício	**207.001**	**(83.665)**	**123.336**	**301.878**	**(89.477)**	**212.401**

O ágio constitui o excedente entre o custo de aquisição e a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida. Em conformidade com a IFRS 3/CPC 15 Combinações de Negócios, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas testado anualmente para fins de redução ao valor de recuperação ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade anualmente. Baseado nas premissas descritas abaixo e laudos de avaliação, foi registrado uma perda do valor recuperável do ágio em 31 de dezembro de 2023 no valor de R$5.945. A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa é preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Principais Premissas:	31/12/2023
Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa [1]	5 Anos
Taxa de Crescimento Perpétuo	3,3%
Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) - LOOP	16,5%
Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) - Demais Aquisições	16,2%

[1] As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento dos negócios, taxa de juros e índices de inflação.

12. Instrumentos Financeiros: Avaliação: Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e recebíveis, depósitos judiciais, outros ativos financeiros, contas a pagar, dividendos a pagar e outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável. O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Webmotors se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos. **Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado:** O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam ao valor contábil, considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros. **Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Resultado:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. **Gerenciamento de Riscos:** A gestão de riscos da Webmotors é realizada em conjunto com o processo de gestão do Conglomerado Santander, de acordo com a regulamentação vigente, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, a Webmotors está exposta, principalmente, aos seguintes riscos: - Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado do cliente e da carteira. - Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. A administração dos riscos de mercado permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras. - Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos,

Continua

INÊS 249

Continuação

pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos; prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio. - Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui diretrizes, políticas, implementação de processos, monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios. - Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente desta opinião se basear em fatos verídicos ou meramente na percepção do público. **Instrumentos Financeiros por Categoria:** Os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

Hierarquia de Valor Justo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros Mensuráveis a Custo Amortizado	**81.615**	**55.979**	**195.556**	**120.683**
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.592	2.293	5.066	9.376
Empréstimos e Recebíveis	**79.023**	**53.686**	**190.490**	**111.307**
Créditos a vencer	72.344	45.177	184.019	102.492
Créditos vencidos até 30 dias	4.023	4.793	4.766	5.763
Créditos vencidos de 31 a 60 dias	1.266	1.796	1.266	1.796
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	1.236	1.171	1.236	1.171
Créditos vencidos de 91 a 120 dias	760	935	760	935
Créditos vencidos de 121 a 150 dias	598	558	598	558
Créditos vencidos de 151 a 180 dias	647	611	647	611
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	546	219	546	219
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.396)	(1.574)	(3.348)	(2.238)
Outros Ativos Financeiros	**4.032**	**3.529**	**10.476**	**4.273**
Depósitos Judiciais	3.541	3.085	3.849	3.279
Outros Ativos Financeiros - Adiantamentos Salariais	491	444	7.444	2.674
Outros Ativos Financeiros - Outros (Derivativos)	-	-	(817)	(1.680)
Ativos Financeiros Mensuráveis a Valor Justo no Resultado	**156.718**	**107.119**	**156.718**	**107.119**
Fundo de Investimentos Renda Fixa DI	156.718	107.119	156.718	107.119
Total - Ativos Financeiros	**242.365**	**166.627**	**362.750**	**232.075**
Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado				
Contas a Pagar	8.182	14.218	11.573	18.408
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Pagar				
Dividendos a Pagar	45.737	36.835	45.737	36.835
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	19.111	-	19.110	-
Outros Passivos Financeiros (Nota 14)	4.381	4.210	192.287	119.786
Total - Passivos Financeiros	**77.411**	**55.263**	**268.707**	**175.029**

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Webmotors mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos. Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras e os fundos de investimentos foram classificadas como Nível 2.

13. Contas a Pagar

Composição	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fornecedores Nacionais	8.040	14.018	11.431	18.408
Fornecedores Internacionais	121	-	121	-
Outros Valores a Pagar	21	200	21	-
Total	**8.182**	**14.218**	**11.573**	**18.408**

14. Outros Passivos Financeiros Mensurados a Custo Amortizado

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Repasses a Clientes [1]	-	-	52.029	31.217
Outros Passivos	4.381	4.210	4.381	4.210
Empréstimos e Financiamentos [2]	-	-	135.877	84.359
Total	**4.381**	**4.210**	**192.287**	**119.786**

[1] Valores a repassar-compra de recebíveis: referem-se a valores a repassar a oficinas pela aquisição de recebíveis, deduzida taxa de desconto cobrada de acordo com a quantidade de parcelas individualizadas por transação e oficina. No caso de operações de antecipação junto às oficinas, como o prazo de repasse é de D+0, os valores existentes no passivo correspondem a aproximadamente um dia de transações a serem repassadas em 2024. No caso de operações não antecipadas (repasse e parcelas na agenda), os valores existentes no passivo correspondem, em média, a 4 parcelas a serem repassadas até abril de 2024. [2] Vide tabela abaixo: (i) Os contratos de empréstimo em moedas estrangeiras, contratados pela Loop através do Banco ABC Brasil S.A, são vinculados a operações de swap para eliminar o risco de variação cambial. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía duas operações neste formato, sendo uma contratada em 04/02/2021 com saldo em 31/12/2023 no valor de EUR 154mil. e taxa de juros de 3,13% a.a, e a operação contratada 24/11/2021 no valor de USD 652mil com taxa de juros de 3,95%a.a. Nenhum dos contratos possui cláusulas restritivas ("Covenants"). As garantias oferecidas para tais operações foram os avais fiduciários dos acionistas diretos e seus controladores. Nas demonstrações de fluxo de caixa da Companhia os pagamentos de juros foram incluídos nas atividades de financiamentos.

	Tx. De Juros Efetiva (% a.a.)	Indexador	2023	2022
Circulante				
Empréstimo - Capital de Giro	3,13%	DI	841	4.320
Empréstimo - Capital de Giro (i)	3,95%	DI	3.179	6.839
Empréstimo - Capital de Giro BNDES	12,00%	DI	200	-
Empréstimo - Capital de Giro Daycoval	19,12%	DI	1.234	-
Empréstimo - Capital de Giro Itaú	21,44%	DI	-	486
Cartão de Crédito Companhia	Rotativo		309	-
Empréstimo - Capital de Giro Santander	16,39%	DI	-	2.003
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,03%	CDI	-	11.028
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,78%	CDI	-	7.704
Empréstimo - Banco ABC USD		CDI	7.138	7.217
Antecipação de recebíveis - Bradesco	11,40%		-	24.027
Antecipação de recebíveis - Banco Inter	11,40%		19.468	10.214
Antecipação de recebíveis - Santander	11,40%		29.787	5.415
Antecipação de recebíveis - Daycoval	11,40%		-	3.056
Antecipação de recebíveis - Banco ABC	11,40%		20.489	-
Antecipação de recebíveis - BTG	11,40%		21.279	-
Total Circulante			**103.924**	**82.309**
Não Circulante				
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,50%	CDI	3.098	-
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,96%	CDI	12.000	-
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,03%	CDI	9.822	-
Empréstimo - Capital de Giro Santander	3,50%	CDI	1.580	-
Empréstimo - Banco ABC USD	3,78%	CDI	2.800	-
Empréstimo - Capital de Giro BNDES	12,00%	DI	45	577
Empréstimo - Capital de Giro Daycoval	19,12%	DI	2.608	-
Empréstimo - Capital de Giro Santander	16,39%	DI	-	1.473
Total Não Circulante			**31.953**	**2.050**
Total Empréstimos e Financiamentos			**135.877**	**84.359**

15. Impostos a pagar

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
IRPJ e CSLL	-	1.199	65	1.245
PIS e COFINS	2.560	2.040	2.884	2.153
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	1.994	1.604	2.187	1.752
Impostos e Contribuições sobre Salários	2.718	1.470	3.212	1.885
Impostos Retidos na Fonte de Terceiros Tributados em Juros sobre Capital Próprio	3.436		3.436	
Outros Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	217	420	261	444
Total	**10.925**	**6.733**	**12.045**	**7.479**

16. Ativos e Passivos Fiscais: a) Imposto de Renda e Contribuição Social: O total dos encargos do período pode ser conciliado com o lucro contábil, como segue:

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Resultado antes da Tributação	**166.731**	**116.016**	**158.173**	**107.778**
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social Alíquotas de 25% e 9%, Respectivamente	**(56.689)**	**(39.446)**	**(53.779)**	**(36.646)**
Resultado de Participação em Controlada	1.478	(4.072)	-	-
Juros sobre capital próprio - JCP	7.644	-	7.644	-
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(2.141)	(849)	(2.141)	(849)
Outros Ajustes[1]	1.749	5.384	11.009	(1.488)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(47.959)**	**(38.983)**	**(37.267)**	**(38.983)**
Impostos Correntes	(52.980)	(40.308)	(52.265)	(40.308)
Impostos Diferidos	5.021	1.325	14.998	1.325
Impostos Pagos no Exercício	**52.731**	**38.382**	**52.731**	**38.382**
Imposto de Renda	37.589	27.329	37.589	27.329
Contribuição Social	15.142	11.053	15.142	11.053

[1] Em 2023 refere-se substancialmente a crédito tributário de prejuízo fiscal ativado na controlada Car10 e em 2022 refere-se substancialmente a créditos tributários não ativados da controlada Loop.

b) Impostos Diferidos: b.1) Créditos Tributários

Natureza e Origem:	Controladora Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	535	280	-	815	535	280	-	815
Provisão para Contingências Fiscais	94	-	(94)	-	94	-	(94)	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	255	-	275	530	255	-	275	530
Provisão para Contingências Cíveis	622	28	(643)	7	622	28	(643)	7
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	4.438	574	-	5.012	4.438	574	-	5.012
Outras Provisões Temporárias	1.178	4.498	-	5.676	1.178	4.498	-	5.676
Prejuízo Fiscal a Compensar [1]	-	-	-	-	14.971	10.765		25.736
Total	**7.122**	**5.380**	**(462)**	**12.040**	**22.093**	**16.145**	**(462)**	**37.776**

[1] Crédito fiscal proveniente da controlada LOOP Gestão de Pátios S.A e CAR10 Tecnologia e Informação S.A.

Natureza e Origem:	Controladora Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022	Consolidado Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	349	186	-	535	349	186	-	535
Provisão para Contingências Fiscais	71	277	(254)	94	71	277	(254)	94
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.234	-	(979)	255	1.234	-	(979)	255
Provisão para Contingências Cíveis	341	1.829	(1.548)	622	341	1.829	(1.548)	622
Provisão para Despesa de Pessoal - PLR	3.248	1.190	-	4.438	3.248	1.190	-	4.438
Outras Provisões Temporárias	722	456	-	1.178	722	456	-	1.178
Prejuízo Fiscal a Compensar [2]	-	-	-	-	14.832	139	-	14.971
Total	**5.965**	**3.938**	**(2.781)**	**7.122**	**20.797**	**4.077**	**(2.781)**	**22.093**

[2] Crédito fiscal proveniente da controlada LOOP Gestão de Pátios SA

b.2) Passivo Fiscal

Natureza e Origem:	Controladora Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2023	Consolidado Saldo em 31/12/2022	Constituição/ Realização	Saldo em 31/12/2023
Mais Valia dos Ativos Líquidos Adquiridos	629	(104)	525	629	(104)	525
Total	**629**	**(104)**	**525**	**629**	**(104)**	**525**

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

	Controladora 31/12/2023 Diferenças Temporárias			Consolidado 31/12/2023 Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais		
Ano	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
2024	6.227	2.241	8.468	16.447	5.770	22.217
2025	1.176	424	1.600	4.498	1.620	6.118
2026	1.176	424	1.600	5.740	2.067	7.807
2027	97	36	133	1.026	369	1.395
2028	176	63	239	176	63	239
Total	**8.852**	**3.188**	**12.040**	**27.887**	**9.889**	**37.776**

A administração avalia que os créditos tributários relacionados às diferenças temporárias e prejuízos fiscais têm expectativa de realização adequada tanto para a controladora quanto para o consolidado, considerando o histórico de recolhimento de impostos e os planos de negócio em curso. Essa expectativa é suportada pela análise das projeções futuras e das possibilidades de utilização dos prejuízos fiscais disponíveis.

d) Expectativa de Realização do Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2023 Diferenças Temporárias		
Ano	IRPJ	CSLL	Total
2024	76	27	103
2025	63	23	86
2026	63	23	86
2027	63	22	85
2028	24	9	33
2029	16	6	22
2030	16	6	22
2031	16	6	22
2032	16	6	22
2033	16	6	22
2034	16	6	22
Total	**385**	**140**	**525**

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

17. Movimentação das Provisões: a) Provisões para Contingências

	Controladora 01/01 a 31/12/2023					Consolidado 01/01 a 31/12/2023				
	Fiscais	Trabalhistas	Civeis	Success Fee	Total	Fiscais	Trabalhistas	Civeis	Success Fee	Total
Saldos no Início do Exercício	**276**	**756**	**1.828**	**-**	**2.860**	**276**	**1.143**	**1.882**	**-**	**3.301**
Constituição Líquida de Reversão	(304)	638	(1.865)	534	(997)	(266)	639	(1.742)	534	(835)
Atualização Monetária	28	165	60	147	400	28	66	59	31	184
Saldos no Fim do Exercício	**(0)**	**1.559**	**23**	**681**	**2.263**	**38**	**1.848**	**199**	**565**	**2.650**

	Controladora 01/01 a 31/12/2022				Consolidado 01/01 a 31/12/2022			
	Fiscais	Trabalhistas	Civeis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Civeis	Total
Saldos no Início do Exercício	**211**	**3.635**	**1.002**	**4.848**	**211**	**3.907**	**1.056**	**5.174**
Aquisição Car10	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição Líquida de Reversão	(10)	(3.220)	482	(2.748)	(10)	(3.105)	482	(2.633)
Realização/Pagamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização Monetária	75	341	344	760	75	341	344	760
Saldos no Fim do Exercício	**276**	**756**	**1.828**	**2.860**	**276**	**1.143**	**1.882**	**3.301**

b) Contingências Fiscais e Previdenciárias: São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. **c) Contingências Trabalhistas:** São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas conforme situação de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. **d) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** São processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Na Webmotors, as ações com classificação de perda possível, de natureza tributária, totalizaram R$1.875 (31/12/2022 - R$2.086) e trabalhistas R$57 (31/12/2022 - R$42).

18. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: Em 28 de abril de 2023, houve um aumento de capital social no valor de R$ 36.347, por meio de integralização de reservas conforme aprovado em ata de assembleia pelos acionistas.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022
Capital Social	184.840	148.493
Ações Ordinárias	607.324.041	607.324.041

b) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	118.772	77.033
Constituição da reserva legal (5%)	(5.937)	(3.852)
Base de cálculo dos dividendos	112.835	73.181
Dividendo mínimo obrigatório[1]	(45.739)	(36.835)
Dividendo adicional proposto a pagar	(22.483)	-
Reservas Estatutárias	(44.613)	(36.346)

(1) aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos* de 50%, no período de 01/01/2023 até 30/04/2023, e após alteração societária para Carsales.com como sócia majoritária, os dividendos mínimos são de 80%. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas. Em dezembro de 2023, foram destacados dividendos no montante de R$ 45.739 (R$0,0753 em reais por lote de mil ações e está previsto para pagamento em abril de 2023. Em dezembro de 2022, foram destacados dividendos no montante de R$36.835 (R$0,0606 em reais por lote de mil ações), imputados integralmente ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2022. Em Ata de reunião da diretoria, realizada em 21 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição a seus acionistas, de juros sobre capital próprio, em acordo com os termos do Artigo 34, item (a), do Estatuto Social. Os juros sobre capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no total de R$ 22.483 (R$0,03702 em reais por lote de mil ações), imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. **c) Reserva Legal:** Do lucro líquido do exercício foi destinado 5% para constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Reserva Estatutária:** Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Webmotors e a continuidade da distribuição de dividendos podendo ser utilizadas para futuros aumento de capital. Ambas as reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

19. Receitas de Prestação de Serviços (Líquidas)

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Receita Bruta	509.327	407.501	581.771	450.761
Custo Tributário:				
PIS	(5.547)	(4.362)	(6.221)	(4.688)
Cofins	(25.554)	(20.090)	(28.657)	(21.592)
ISS	(24.108)	(19.091)	(26.519)	(20.489)
Receita Líquida	**454.118**	**363.958**	**520.374**	**403.992**

20. Custo dos Serviços Prestados

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Serviços de Remoção, Inspeção e Insumos	-	-	15.376	11.839
Serviços de Tecnologia	25.099	24.601	26.194	24.901
Serviços de Marketing	11.848	25.007	11.848	25.007
Serviços Comerciais	72.227	44.665	77.995	52.283
Despesas com Pessoal	7.623	5.826	10.385	7.182
Outros	3.511	1.151	3.511	1.152
Total	**120.308**	**101.250**	**145.309**	**122.364**

21. Outras Receitas (Despesas)

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Outras Receitas	**1.939**	**1.488**	**3.101**	**1.531**
Receitas com Recuperação de Créditos Baixados	1.856	1.487	1.856	1.487
Receitas Diversas	83	1	1.245	44
Outras Despesas	**(3.271)**	**(2.654)**	**(2.045)**	**(3.995)**
Despesas com Bonificação	(39)	(165)	(39)	(165)
Despesas com Perdas Comerciais	(3.237)	(2.493)	(3.237)	(2.491)
Ganho ou Perda na Alienação do Imobilizado	5	4	1.233	686
Outras	-	-	(2)	(2.025)
Total	**(1.332)**	**(1.166)**	**1.056**	**(2.464)**

22. Despesas Administrativas

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	62.977	53.088	70.152	59.632
Licença de Software	12.074	13.920	12.613	14.368
Impostos e Taxas	3.029	3.147	3.652	3.537
Comunicações	227	201	371	319
Aluguéis	-	-	180	102
Viagens e Representações	2.702	1.802	2.733	1.814
Outras	4.825	3.545	6.458	4.782
Total	**85.834**	**75.703**	**96.159**	**84.554**

23. Despesas com Pessoal

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Salários e Remunerações	44.057	27.937	54.102	36.680
Encargos	10.250	6.613	12.101	8.197
Benefícios	7.659	4.420	10.203	5.861
Treinamento	567	537	566	538
Total	**62.533**	**39.507**	**76.972**	**51.276**

24. Resultado Financeiro

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Rendas com Ativos Financeiros ao Custo Amortizado				
Aplicações em Fundos de Investimentos	16.951	11.191	16.971	11.191
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	299	320	800	873
Outras Receitas / Despesas Financeiras				
Outras Receitas / Despesas Financeiras	1.079	(1.033)	(15.021)	(13.152)
Total	**18.329**	**10.478**	**2.750**	**(1.088)**

25. Partes Relacionadas: a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração: Na Assembleia Geral Ordinária da Webmotors, realizada em abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2023, foi fixado o valor máximo de R$8.000. A Webmotors é parte integrante do Conglomerado Santander e Carsales, e parte de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander e na Carsales. A Webmotors não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho para seu pessoal-chave da administração.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Diretoria	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração Fixa	5.474	3.216
Encargos Sociais	1.777	1.222
Outras Remunerações	372	431
Total	**7.623**	**4.869**

c) Benefícios de Longo Prazo: Alguns funcionários chave e/ou talentos da Webmotors participam do plano de incentivo de longo prazo, com duração de 3 anos. A previsão de pagamento do incentivo está baseada no atingimento das metas anuais de EBITDA. Anualmente revisitamos o pool de funcionários contemplados para eventual nova concessão. Novos funcionários foram eleitos ao benefício em 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. O indicador de sucesso da Companhia que implicará na aplicabilidade do Bônus Longo Prazo nos termos deste Plano ILP (Gatilho), será correspondente a 80% da meta (Target) de lucros antes de juros, tributos, depreciações e amortizações (EBITDA). O valor máximo a ser pago no montante de 150% do target pelo multiplicador X2,00 (Teto). O valor do benefício será ajustado ao longo de 3 anos através do CDI. Coube ao Conselho de Administração da Webmotors aprovar os funcionários participantes. Como o objetivo do plano é alinhar os interesses da Webmotors ao dos Participantes, perdem integralmente o direito ao incentivo de longo prazo os funcionários que solicitaram demissão voluntariamente ou são desligados por justa causa. **d) Transações com Partes Relacionadas:** As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. As principais transações e saldos são:

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.285**	**2.755**	**11.697**	**4.649**
Banco Santander (Brasil) S.A.[2]	4.285	2.755	11.697	4.649
Aplicações Financeiras	**159.310**	**109.412**	**161.784**	**116.495**
Banco Santander (Brasil) S.A. [2]	159.310	109.412	161.784	116.495
Contas a Receber	**6.874**	**5.504**	**6.873**	**60**
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. [3]	6.873	60	6.873	60
Car10 Tecnologia e Informação S.A [4]	-	5.443	-	-
LOOP Gestão de Pátios S.A [4]	1	1	-	-
Passivo				
Dividendos a Pagar	**64.848**	**36.835**	**64.848**	**36.835**
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. [1]	27.734	25.784	27.734	25.784
Carsales.com Investments PTY LTD [1]	37.114	11.051	37.114	11.051
Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**	**62.732**	**26.150**
Banco Santander (Brasil) S.A. [2]	-	-	62.732	26.150
Contas a Pagar	**-**	**200**	**-**	**-**
Aquanima Brasil Ltda. [3]	-	-	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. [2]	-	-	-	-
LOOP Gestão de Pátios S.A [4]	-	200	-	-

	Controladora 01/01 a 31/12/2023	Controladora 01/01 a 31/12/2022	Consolidado 01/01 a 31/12/2023	Consolidado 01/01 a 31/12/2022
Resultado				
Receitas de Prestação de Serviços	**81.055**	**57.227**	**81.039**	**57.071**
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. [3]	81.039	57.071	81.039	57.071
LOOP Gestão de Pátios S.A [4]	16	156	-	-
Receitas Financeiras	**17.250**	**11.511**	**17.730**	**12.064**
Banco Santander (Brasil) S.A.	17.250	11.511	17.730	12.064
Despesas Administrativas / Financeiras	**(7.609)**	**(7.994)**	**(8.568)**	**(6.594)**
Banco Santander (Brasil) S.A.	(2.981)	(2.620)	(3.943)	(2.620)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. [3]	(121)	(90)	(121)	(90)
Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A. [3]	(4.213)	(2.829)	(4.213)	(2.829)
Carsales.com Investments PTY LTD [1]	(208)	(1.009)	(208)	(1.009)
Universia Brasil S.A. [3]	(9)	(11)	(9)	(11)
Aquanima Brasil Ltda. [3]	(74)	(35)	(74)	(35)
LOOP Gestão de Pátios S.A [4]	(3)	(1.400)	-	-
Outras Despesas	**(808)**	**(808)**	**(808)**	**(808)**
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. [3]	(804)	(804)	(804)	(804)
Santander Rio [3]	(4)	(4)	(4)	(4)
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	-	-	-

[1] Controlador em conjunto, para a Carsales.com Investments PTY LTD as despesas de R$208mil se referem ao compartilhamento de serviços externos de consultoria em desenvolvimento. [2] Controlador em conjunto (indireto), para o Banco Santander (Brasil) S.A. as Receitas de R$17milhões se referem aos rendimentos de aplicações em fundos do Banco relacionadas a nota 5, já as despesas de R$3,9milhões se referem a juros nas operações de empréstimos, antecipações de recebíveis e taxas bancárias relativas a outras operações. [3] Coligadas e Controladas do Banco Santander (i) Para Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. a Receita de R$81milhões se referem a prestação de serviços de intermediação (comissão Dealer) para e as Despesas de R$804mil se referem a Parceria que temos com o time de vendas do Santander que também vende produtos WM em seus atendimentos com Dealers no Brasil, (ii) Para Ben Benefícios e Serviços Instituição de Pagamentos S.A a Despesa de R$4,2milhões se refere a emissão de vales-alimentação e vales-transporte, (iii) Para a Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A as despesas de R$121mil se referem a disponibilização pela seguradora de seguros vida. [4] Controlada.

26. Eventos Subsequentes: Em reunião de diretoria realizada em 13 de maio de 2024, foi decidido, com a concordância dos acionistas Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A e Carsales.com Investments Pty Ltd, revogar a designação de dividendos no valor de R$45,7 milhões. Essa importância será alocada para a constituição de uma reserva atribuída a futuros aumentos de capital.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho - André de Carvalho Novaes
Vice-Presidente - Robson Moreira Marques Martinho
Vice-Presidente Suplente - Alexander Vieira Roca Ortega

Conselheiros
Eduardo de Morais Jurcevic
Paul Barlow
Cameron Lloyd Mcintyre

Conselheiro Suplente
Denis Ferro Junior
Jason Paul Blackman

DIRETORIA

Diretor Presidente - Eduardo de Morais Jurcevic
Diretor Vice-Presidente - Alexandre Vieira Roca Ortega
Diretor - Ricardo Olivare de Magalhães

CONTABILISTA

Renata Melloni - CRC 1SP 284.533/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Webmotors S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Webmotors S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Webmotors S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Webmotors S.A. e da Webmotors S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras indivuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de junho de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!

Imóvel Rural
Pirapora/SP

Sítio com 164.799 m², composto por casa de caseiro, casa sede avarandada com área de churrasqueira, piscina, minicampo de futebol, horta e pomar para consumo próprio e mangueira para gado.

1º Leilão 13/06 - 09:00h
2º Leilão 13/06 - 10:00h

Avaliação R$ 2.032.415,58 | Lances a partir de R$ 812.966,23

Juiz: Exmo. Dr. Mario Sergio Leite
2ª Vara Cível de Osasco/SP

Terreno Urbano
Piracicaba/SP

Terreno urbano com área total de 10.000 m², localizado a 5 min. da Rodovia do Açúcar e a 13 min. do centro da cidade.

Leilão 13/06 - 11:00h

Avaliação R$ 4.800.018,82 | Lances a partir de R$ 2.880.011,29

Juíza: Exma. Dra. Daniela Mie Murata
4ª Vara Cível de Piracicaba/SP

ID 6633 — ENVIE SUA PROPOSTA!

Imóvel Residencial e Terreno
Jandira/SP

Imóvel no loteamento denominado Jardim Alvorada, com 40 m² de construção e terreno com área de 300 m². Localizado a 5 min. da Rod. Pres. Castello Branco e a 8 min. do centro de Jandira.

Leilão 13/06 - 11:00h

Avaliação R$ 601.414,02 | Lances a partir de R$ 300.707,01

Juiz: Exmo. Dr. André Luiz Tomasi de Queiróz
1ª Vara Cível de Jandira/SP

ID 6646 — ENVIE SUA PROPOSTA!

Imóvel Residencial
Rio Claro/SP

Imóvel com 81 m² de construção e área de terreno de 127 m². Composto por abrigo, sala, 2 dorms, cozinha e banheiro. Localizado a 2 min. da Av. Nossa Sra. da Saúde.

Leilão 13/06 - 11:30h

Avaliação R$ 232.493,07 | Lances a partir de R$ 213.126,40

Juiz: Exmo. Dr. Rubens Petersen Neto
2ª Vara Cível de Tatuí/SP

ID 6653 — ENVIE SUA PROPOSTA!

Terreno Urbano
Barueri/SP

Terreno de 10.211 m² e eventuais benfeitorias. Localizado no bairro Jardim Califórnia, a 8 min. da Estrada dos Romeiros e a 12 min. do centro da cidade.

Leilão 13/06 - 11:30h

Avaliação R$ 6.122.895,25 | Lances a partir de R$ 4.286.026,67

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Imóvel Residencial
Rio Claro/SP

Imóvel com área construída de 49 m² e terreno com área de 287 m². Localizado a 4 min. da Rod. Washington Luís e a 6 min. do centro da cidade.

Leilão 13/06 - 14:00h

Avaliação R$ 417.007,20 | Lances a partir de R$ 403.975,73

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro/SP

Imóvel Comercial
Rio Claro/SP

Imóvel de 2 pavimentos com 423 m² de construção e área de terreno de 900 m². Localizado a 4 min. da Av. Washington Luís e a 7 min. do centro de Rio Claro.

1º Leilão 13/06 - 14:00h
2º Leilão 13/06 - 15:00h

Avaliação R$ 1.538.268,99 | Lances a partir de R$ 769.134,49

Juiz: Exmo. Dr. Cláudio Luís Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

ID 6686 — ENVIE SUA PROPOSTA!

Galpão Comercial
Guarulhos/SP

Imóvel com 1.122 m² de construção e terreno com área de 1.063 m². Composto por área fabril, ala administrativa, vestiários, refeitório e banheiro. Localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias.

Leilão 13/06 - 14:30h

Avaliação R$ 3.829.846,46 | Lances a partir de R$ 2.297.907,87

Juiz: Exmo. Dr. Pablo Rodrigo Palaro de Camargo
Setor de Execuções Fiscais de Guarulhos/SP

Terreno Urbano
Bairro Vila Nova Galvão/SP

Terreno com área total de 20.988 m², localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 16 min. do centro de Guarulhos.

Leilão 13/06 - 14:30h

Avaliação R$ 17.790.159,12 | Lances a partir de R$ 10.674.095,47

Juíza: Exma. Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz
4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP

Imóvel Residencial
Franca/SP

Imóvel com 132 m² de construção e terreno com área de 300 m². Composto por dormitório, sala, banheiro, cozinha, lavanderia, quintal e garagem.

Leilão 13/06 - 15:00h

Avaliação R$ 397.287,67 | Lances a partir de R$ 344.315,97

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP

Apartamento com 263 m²
Rio Claro/SP

Imóvel no Edifício Manhattan, composto por 3 dorms, sala 2 ambientes com sacada, cozinha, área de serviço, 4 banheiros, lavabo e 2 vagas de garagem.

Leilão 13/06 - 16:00h

Avaliação R$ 1.997.950,30 | Lances a partir de R$ 998.975,15

Juiz: Exmo. Dr. Cláudio Luís Pavão
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

Imóvel Residencial
Osasco/SP

Imóvel com 236 m² de construção e área de terreno de 292 m². Composto por 4 edificações, localizado a 2 min. da R. Padre Kassabian.

Leilão 13/06 - 16:00h

Avaliação R$ 266.908,67 | Lances a partir de R$ 200.181,49

Juíza: Exma. Dra. Deborah Lopes
2ª Vara Cível do Foro Reg. VI – Penha de França/SP

Chácara
Elias Fausto/SP

Imóvel com área de 5.000 m² no Condomínio Chácaras Ipiranga, composto por cozinha, sala de jantar, sala de estar com 2 ambientes, 4 dorms, sendo 2 suítes, 3 banheiros, piscina e quiosque.

Leilão 18/06 - 09:30h

Avaliação R$ 584.972,24 | Lances a partir de R$ 350.983,34

Juíza: Exma. Dra. Patrícia Svartman Poyares Ribeiro
6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo/SP

Área Edificada e Terreno
São José dos Campos/SP

Imóvel com 2.694 m² de construção e área total aproximada de 15.000 m². Composto por galpão, 2 edificações residenciais, rancho e terreno. Localizado a 6 min. da Rod. Presidente Dutra.

Leilão 18/06 - 10:00h

Avaliação R$ 11.457.271,89 | Lances a partir de R$ 6.874.363,13

Juiz: Exmo. Dr. Luís Maurício Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP

Apartamento com 82 m²
Guarujá/SP

Imóvel no Edifício Patrícia e Christine, composto por 2 dorms, sala, sacada, 2 banheiros e área de serviço. Localizado a 3 min. da Praia da Enseada e a 14 min. do centro da cidade.

Leilão 18/06 - 10:00h

Avaliação R$ 393.957,86 | Lances a partir de R$ 196.978,93

Juiz: Exmo. Dr. Marcelo Machado da Silva
4ª Vara Cível de Guarujá/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

11 3969 1200 | 0800 789 1200 11 95577 1200 | www.leje.com.br | @lejeoficial | Leilão Judicial Eletrônico

J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ/ME nº 33.851.205/0001-30 - NIRE 35.300.129.113

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 29/04/2024

Aos 29/04/2024, às 15h40, na sede social, com a totalidade do capital social,. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jorge Constantino Bernardes dos Santos e secretariados pela Sra. Karina Kazue Perossi. Constituída a mesa, o Presidente declarou regularmente instalada a assembleia, dando início à discussão dos itens da ordem do dia. **Deliberações Unânimes:** I. Em AGO: (a) Tendo tomado as contas dos administradores, aprovar, integralmente, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, auditados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, conforme publicados no jornal "Valor Econômico", na edição de 27/03/2024, às folhas H5 e H6, com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet. (b) Aprovar a dispensa da presença do representante dos auditores independentes, conforme faculta o disposto no parágrafo segundo do art. 134 da Lei das Sociedades por Ações. (c) Aprovar, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, a proposta da Diretoria deliberada em 27/03/2024, sobre a não distribuição dos dividendos obrigatórios ao acionista, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023 e a destinação do lucro líquido da Companhia, apurado no referido exercício social, no valor de R$ 139.794.722,39 da seguinte forma: (i) R$ 6.989.736,12 para constituição de reserva legal, nos termos do artigo 20, §1º do Estatuto Social da Companhia; e (ii) o saldo de R$132.804.986,27 para a conta de Reserva de Lucros - Estatutária. II. Em AGE: (a) Fazer constar que não haverá fixação de remuneração para os Diretores para o exercício social de 2024, uma vez que os mesmos recebem compensação unificada, paga pelo Banco J.P. Morgan S.A., em virtude de sua atuação em outras empresas do grupo. (b) Ratificar a composição da Diretoria da Companhia, formada pelos seguintes Diretores, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026: **Diretor Presidente:** Daniel Darahem de Souza Coelho, RG nº 22.733.327 SSP/SP e CPF nº 181.188.848-80; e **Diretores sem designação específica:** Azarias de Castro Feitosa Junior, RG nº 19.781.914-X SSP/SP e CPF nº 161.984.218-13; **Decio Ramos Porchat de Assis,** RG nº 26.248.401-8 SSP/SP e CPF nº 197.540.678-80; **Eliza Harumi Ogawa,** RG nº 22.847.898 SSP/SP e CPF nº 273.711.698-83; **Flávia Rocha Lima de Almeida Prado,** RG nº 29.356.608-2 SSP-SP e CPF/ME nº 222.982.048-61; **Jorge Constantino Bernardes dos Santos,** RG nº 24.891.042-5 SSP/SP e CPF nº 203.851.118-78; e **Mariana Plass Rizzo,** RG nº 4069483644 SSP/RS e CPF nº 808.262.100-15. Nada mais. São Paulo, 29/04/2024. **Jorge Constantino Bernardes dos Santos -** Presidente; **Karina Kazue Perossi -** Secretária. **JUCESP** nº 208.473/24-5 em 22/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª, 2ª, 3ª E 4ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF SFCL11, SFCL21, SFCL31 E SFCL41) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 15 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares das Debêntures", "Debêntures" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de agosto de 2021, ("Escritura de Emissão de Debêntures"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **04 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **15 de julho de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com, agentefiduciario@vortx.com.br, e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos"), identificando no título do e-mail a operação (DEB 1ª, 2ª e 3ª Série da 1ª Emissão – IF SFCL11, SFCL21, SFCL31 e SFCL41), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Escritura de Emissão de Debêntures. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada, quando instalada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 233ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19K1145372) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 233ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **25 de junho de 2024, às 14:15 horas**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 233ª Série da 1ª Emissão – IF 19K1145372), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 75ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 15:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 15:30 , de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 11 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

ORE SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

DÉCIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 36ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 36ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Décima Segunda Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("12ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no **dia 10 de julho de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br. **Ordem do Dia:** A 12ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusula 8.1., iv, da CCB, em decorrência do não pagamento das parcelas mensais de Juros Remuneratórios dos CRI, referentes aos meses de novembro de 2023 à junho de 2024, conforme o Cronograma de Pagamentos, sendo certo que há previsão de não pagamento da parcela de Juros Remuneratórios prevista para junho de 2024; **(ii)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusula 8.1., xx, da CCB, em decorrência do desenquadramento da Razão de Garantia apurada mensalmente nos meses de março de 2024 à maio de 2024; **(iii)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 5.7.2 e 8.1., iv, da CCB, em decorrência da não recomposição dos recursos do Fundo de Despesas da Operação de janeiro de 2024 à junho de 2024, sendo certo que não há previsão de recomposição do Fundo de Despesas no mês de junho de 2024; **(iv)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 5.9.2 e 8.1., iv, da CCB, em decorrência do não atingimento do Valor do Fundo de Reserva de maio de 2023 à junho de 2024, sendo certo que não há previsão de recomposição do Fundo de Reserva em junho de 2024; **(v)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 5.6.2 e 8.1., iv, da CCB, em decorrência do não atingimento do Valor do Fundo de Despesas Extraordinárias de outubro de 2022 à junho de 2024, sendo certo que não há previsão de recomposição do Fundo de Despesas Extraordinárias em junho de 2024; **(vi)** aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 2.3 e 8.1, v, da CCB, em decorrência da não comprovação semestral da Destinação dos Recursos da Devedora à Securitizadora e ao Agente Fiduciário, desde julho de 2022; **(vii)** a aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 9.1, x, 8.1., v e 5.2.14, da CCB, em decorrência do não envio anual do comprovante de imposto de renda do Avalista, desde 2021, pela Devedora e das suas demonstrações do resultado econômico e balanço patrimonial, acompanhadas das notas explicativas, desde 2022; **(vii)** a aprovação da declaração de Evento de Vencimento Antecipado, nos termos das Cláusulas 2.3.1 do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório e 8.1., v, da CCB, em decorrência da não celebração semestral dos aditamentos ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios para atualização dos Direitos Creditórios oriundos dos Contratos de Venda e Compra, desde setembro de 2022; **(viii)** a aprovação da liberação da Alienação Fiduciária sobre o Imóvel Jardins de Caieiras, em decorrência dos problemas estruturais previstos nos laudos técnicos de vistoria, sendo comunicado ao mercado pela Securitizadora por meio do fato relevante publicado em 24 de maio de 2024, considerando a evidente não conclusão da obra; **(ix)** Caso não seja aprovada a declaração de Evento de Vencimento Antecipado, a aprovação para contratação de assessor legal, laudos de engenharia, e demais prestadores de serviços relacionados à situação atual da Emissão, incluindo pagamento do(s) orçamento(s) emergencial(is) para o Imóvel Jardins de Caieiras, considerando o fato relevante disponibilizado no site da Securitizadora devido a urgência informada pelo engenheiro responsável pelas obras; bem como para o aporte de recursos para pagamento dos custos indicados acima; **(x)** a aprovação para a renúncia e liberação parcial do Imóvel Alto de Franco e do Imóvel Garantia Adicional, e/ou de todos os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente na Operação **(xi)** aprovação para o perdão da integralidade do saldo devedor da CCB, e consequentemente, dos CRI, de modo a encerrar a atual Operação sem qualquer contraprestação financeira e a consequente liberação das garantias; e **(xii)** Caso aprovada a declaração de Evento de Vencimento Antecipado, a aprovação para a adoção das medidas a serem tomadas para a tentativa recuperação do crédito, incluindo mas não se limitando, execução das Garantias, contratação de assessor legal, bem como constituição de fundo de recuperação de crédito e/ou mecanismo de aporte pelos Titulares dos CRI para custeio dos referidos atos e manutenção da Operação, o qual será apresentado durante a 12ª AGT, além de documentos e propostas adicionais, caso necessário, que serão disponibilizados pela Securitizadora para conhecimento dos Titulares dos CRI durante a 12ª AGT, ou conforme solicitação pelo Titular dos CRI à Securitizadora. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização, e de maneira residual, nos Documentos da Operação. As procurações, se aplicável, deverão ser enviadas acompanhadas de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do respectivo titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações devendo ser outorgadas dentro do prazo de 12 (doze) meses da presente convocação; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhados, impreterivelmente, até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da 12ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br, com cópia para ahg@vortx.com.br. Os Titulares dos CRI **não poderão** optar por exercer o seu direito de voto à distância. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou para o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A 12ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da cláusula 14.4. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações de aprovação dos itens (i) ao (vii) da Ordem do Dia tomadas pelos Titulares dos CRI representando 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação, em primeira ou segunda convocação, conforme a Cláusula 8.1.2. do Termo de Securitização, sendo que caso não sejam instaladas ou o quórum mínimo para aprovação não seja alcançado, a Emissão não poderá ser vencida antecipadamente, conforme Cláusula 8.1.3 do Termo de Securitização, e as deliberações dos itens (viii) ao (xiii) da Ordem do Dia serão válidas se tomadas pelos Titulares dos CRI representando a maioria dos CRI em Circulação presentes na 12ª AGT, em primeira ou segunda convocação, conforme a cláusula 14.8. do Termo de Securitização. São Paulo/SP, 12 de junho de 2024. Diretora de Securitização

Transunião Transportes S.A.

CNPJ: 19.224.852/0001-90 -

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Assembleia Geral Extraordinária, 1ª e 2ª Chamadas

Convocam-se todos os Acionistas quites com suas obrigações Estatutárias nos termos do Artigo 27 do Estatuto Social da Transunião Transportes S.A., para participar da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 20/06/2024 em primeira chamada ás 10h com no mínimo ¼ dos acionistas com direito a voto, ou em, segunda chamada as 11h com a quantidade de acionistas presentes, na sede da sociedade sito a Rua Tiburcio de Souza, 2478 – Itaim Paulista, São Paulo/SP, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: **1** - Renúncia do Diretor Comercial; **2** - Renúncia do Presidente do Conselho; **3** - Renúncia do Conselheiro; **4** - Eleição para os novos cargos da diretoria. **São Paulo, 20/06/2024. Lourival de França Monario – Diretor Presidente**

INÊS 249

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO CLARO – SP
Autarquia Pública Municipal criada pela Lei nº 1144 de 05/12/69
Avenida 8-A nº 360 – Cidade Nova – Rio Claro – SP – CEP: 13506-760
Fone/Pabx: 19 – 3531-5200 – Fax: 19 – 3531-5211
CNPJ nº 56.401.177/0001-54 – Inscr. Estadual nº 587.275.386.110

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Acha-se aberto no Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro-SP., o seguinte Processo Licitatório:

Órgão: Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro – **Modalidade:** Pregão Eletrônico para Registro de Preços **nº 011/2024 - Objeto:** Eventual Aquisição de Argila Expandida em grânulos para substituição dos elementos filtrantes dos filtros da eta's – **Tipo de Licitação** – Menor Preço Unitário – **Data de Encerramento de Inserção da Proposta:** 25/06/2024 às 16h00 – **Data da Abertura do Certame:** 26/06/2024 as 09h00

Edital completo e demais informações encontrarão à disposição de todos os interessados no site da Autarquia: www.daaerioclaro.sp.gov.br, Portal da Transparencia e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

Rio Claro, 11 de junho de 2024
SERGIO LUIZ COSTA FERREIRA
Superintendente do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 60ª EMISSÃO (IF CRA02200D4D) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 60ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 60ª Emissão – (IF CRA02200D4D)), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 464ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21B0566153) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 12 DE JULHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 464ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 21 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **03 de julho de 2024, às 11:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **12 de julho de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br ("Correios Eletrônicos") identificando no título do e-mail a operação (CRI 464ª Série da 1ª Emissão - (IF 21B0566153), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos Correios Eletrônicos, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª, 3ª e 4ª SÉRIE DA 83ª EMISSÃO (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 14 de novembro de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:45 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Série da 83ª Emissão – (IF 22K1457799 / 22K1520003 / 22K1520055 / 22K1520058), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PAN FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 02.682.287/0001-02 - NIRE: 35.300.156.935

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 15h, na sede social, Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade do capital social e ainda o Administrador da Companhia e o representante dos auditores independentes da Companhia, não havendo Conselho Fiscal instalado. **Mesa**: Presidente: Inácio Reis Caminha. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas: (i)** As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, incluindo as notas explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, publicados na edição de 23.02.2024 do jornal Valor Econômico, nas páginas E19 e E20; **(ii)** A destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$ 20.097.894,20, destinados para absorção de prejuízos acumulados; e **(iii)** Autorizar a Diretoria a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta AGO. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 30.04.2024. Gabriel Gustavo de Camargo - **Secretário.** JUCESP nº 216.438/24-0 em 04.06.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 445ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 445ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 10:15 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 10:15, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 266ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 266ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **02 de julho de 2024, às 17:30 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 19 de julho de 2024, às 17:30, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto.. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 189ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 18L1085826) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 189ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 06 de dezembro de 2018, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 189ª Série da 1ª Emissão – (IF 18L1085826), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

EMBRAPORT - EMPRESA BRASILEIRA DE TERMINAIS PORTUÁRIOS S.A.

CNPJ 02.805.610/0001-98 - NIRE 35.300.157.109

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

Data, Hora, Local: 30.04.2024, às 14h00min, Estrada Particular da CODESP, s/n, Prédio Administrativo, 2º andar – Sala Barnabé, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. Presentes, ainda os Srs. Fabio Medrano Siccherino, Fernando de Gouveia Tortorello e Wilson Mario Fadel Lozano, como representantes da administração da Companhia. Ainda, na condição de convidada a Srta. Juliana Sganzella Bambini, Gerente Jurídico da Companhia. **Mesa:** Presidente: Fernando de Gouveia Tortorello, Secretária: Juliana Sganzella Bambini. **Deliberações Aprovadas:** Restou consignada a dispensa do comparecimento dos Auditores Independentes, representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda., e, na sequência, foi deliberado o quanto segue abaixo: A) Em AGO (i) As contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes da Companhia, todos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, publicados no Jornal Valor Econômico (versão impressa e versão digital), em 27.04.2024; (ii) A destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social findo em 31.12.2023 no valor de R$ 121.155.392,87, à sua conta de Prejuízos Acumulados; e (iii) A prática de todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. B) Em AGE (i) Observados os termos da legislação aplicável e em consonância com o artigo 6º, §2º, do Estatuto Social da Companhia, o limite global da remuneração anual dos seus administradores no montante de R$ 7.000.000,00, valendo a ressalva de que os Srs. Conselheiros em exercício, conforme oportunamente eleitos e/ou reeleitos, renunciaram a sua remuneração; e (ii) A prática de todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. **Encerramento:** Nada mais. Santos/SP, 30.04.2024. Acionistas: DP World Brazil B.V., por seu procurador, Guilherme de Figueiredo Forbes; e DP World South Brazil S.A., por seu representante, Fábio Medrano Siccherino. JUCESP nº 215.177/24-1 em 03.06.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 11ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 1ª Série da 11ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 17 de julho de 2024, às 11:45 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 26 de julho de 2024, às 11:45, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 397ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 397ª Série da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUÍDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.473.635/0001-65 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação **em 16 de julho de 2024, às 17:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 25 de julho de 2024, às 17:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora jur.assembleias@truesecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário af.assembleias@oliveiratrust.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br) por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

TRUE SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF nº 12.130.744/0001-00 - NIRE 35.300.444.957

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 360ª E 361ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA TRUE SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os titulares dos Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 360ª e 361ª Séries da 1ª Emissão da True Securitizadora S.A. ("Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI da Emissão ("Termo de Securitização") e Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60"), a se reunirem em Assembleia Especial de Investidores dos CRI ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em **03 de julho de 2024, às 11:00 e, caso não seja instalada, em segunda convocação em 22 de julho de 2024, às 11:00, de forma exclusivamente digital** (vide informações gerais abaixo), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25, I da Resolução nº 60 da CVM, de 23 de dezembro de 2021, das demonstrações contábeis do patrimônio separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024; e (ii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para a prática de todos e quaisquer atos necessários e/ou convenientes à formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das deliberações referentes à matéria indicada nesta ordem do dia. Informações Gerais: O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.truesecuritizadora.com.br e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia será realizada de forma remota e digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, por videoconferência, via plataforma *Microsoft Teams*, coordenada pela Emissora, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora juridico@truesecuritizadora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário agentefiduciario@vortx.com.br, com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física: documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica: cópia dos atos societários e documentos que comprovem a representação do titular; (c) quando representado por procurador: procuração com poderes específicos. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto; e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular dos CRI poderá optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário. A Emissora disponibilizará o modelo da manifestação de voto em seu website (https://truesecuritizadora.com.br/) e por meio do material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo titular dos CRI ou por seu representante legal, com cópia digital dos documentos de identificação e de representação, se for o caso, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 10 de junho de 2024.

TRUE SECURITIZADORA S.A. Arley Custódio Fonseca - Diretor de Securitização

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 508ª E 509ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 22D1289007 E 22D1289008) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI" ou quando atuando individualmente "Titular dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de maio de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **19 de junho de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 508ª e 509ª Séries da 1ª Emissão - (IF 22D1289007 e 22D1289008), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores